

ANAIS

IV SECIEN

**Educação e Diversidade:
Perspectivas Teóricas e Estratégias para a Promoção da Inclusão**



Anais IV SecienUFF – Educação e Diversidade: Perspectivas Teóricas e Estratégias para a Promoção da Inclusão

Resumos

Escola de Governança em Gestão Pública
(Org.)

Niterói, RJ

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Vice-Reitor: Fabio Barboza Passos

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Aline da Silva Marques

Diretor da Escola de Governança em Gestão Pública: Alexandre Bomfim dos Reis

Equipe de Capacitação

e-mail: sdpr.dda.eggp@id.uff.br

Carolina Lobo dos Reis Melo
Elaine de Moura Melo
Eunice de Castro Silva
Fabiola Paulino da Silva
Felipe Crespo de Lima
Letícia Queiroz Arruda
Tobias José dos Santos

Administração e Secretaria da EGGP

e-mail: eggp.progepe@id.uff.br

Ana Paula Gonçalves Doro
Stephanie Heringer Lima Ribeiro

Equipe da SANT

e-mail: sant.dda.eggp@id.uff.br

Jaqueleine Helena Couto Schuenck
Laís Faria de Oliveira
Marianna de Aguiar Estevam do Carmo
Michele da Conceição Luiz Pereira
Solange Barbosa Bittencourt

Revisão e Editoração

Felipe Crespo de Lima



O **IV SecienUFF** foi realizado virtualmente no dia **31 de outubro de 2025** com transmissão ao vivo no [Canal da Capacitação da Escola de Governança - EGGP](#) e seus registros podem ser acessados por meio dessa plataforma. Demais informações podem ser obtidas através da página <https://www.even3.com.br/iv-seminario-cientifico-dos-servidores-da-uff-iv-secienuff-550092>.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Seminário Científico dos Servidores da UFF
(4. : 2025 : On-line)

Anais IV SECIEN [livro eletrônico] : educação e diversidade : perspectivas teóricas e estratégias para a promoção da inclusão / Escola de Governança em Gestão Pública (org.). -- 4. ed. -- Rio de Janeiro : Universidade Federal Fluminense, 2025.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87875-71-2

1. Diversidade 2. Divulgação científica
3. Educação 4. Inclusão social 5. Inovações tecnológicas 6. Pesquisa científica I. Escola de Governança em Gestão Pública. II. Título.

25-322966.1

CDD-501

Índices para catálogo sistemático:

1. Divulgação científica 501

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Revisão e Normalização: Felipe Crespo de Lima

Coordenação Editorial: Alexandre Bomfim dos Reis

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO REITOR	9
APRESENTAÇÃO DA PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS	10
APRESENTAÇÃO DO DIRETOR DA EGGP	11
EIXO GESTÃO PÚBLICA E INOVAÇÃO	13
Realização de grupos de convocação	13
Orçamento participativo universitário: um estudo na Universidade Federal Fluminense (UFF)	15
Ciclo de palestras em atualização patrimonial na UFF	19
Aprendizados na disciplina Gestão de Riscos no Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda – VEN/VEI/UFF	25
Biblioteca universitária como espaço de bem-estar mental: relato de experiência da UFF de Rio das Ostras	28
Estratégias de cooperação em prol da avaliação externa: programa de relacionamento da Coordenação de Bibliotecas da UFF.....	31
Relato de experiência da criação do manual de procedimentos da biblioteca da UFF - campus Rio das Ostras (BRO)	34
Gestão de doações bibliográficas na UFF: soluções institucionais para desafios legais...	37
Vedação à recontratação de professores substitutos: lei e prática.....	41
Capacitação e integração de equipes: relato da Semana de Desenvolvimento de Competências das Bibliotecas UFF	44
A Hegemonia da dromoaptidão na gestão de dados das Universidades Federais brasileiras	47
Relato de experiência da criação e implementação da proposta de unificação para Secretaria Geral dos Departamentos – SGDEP	54
Implementação de sugestões de melhorias de usabilidade no sistema SIACOMPRAIS: praticando a gestão do conhecimento	57
Padronização de processos de negócios: uma pesquisa-ação mediante o uso do <i>Business Process Management</i> e Método de Apoio à Tomada de Decisão Multicritério	60
EIXO PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO	64
Inventário florístico preliminar de espécies endêmicas do Parque Natural Municipal De Niterói (Parnit) para uso alimentício e medicinal	64
Perfil de citotoxicidade e seletividade de conjugados tiol-naftoquinona em modelos de tumores sólidos	67
A extensão universitária como recurso de inclusão educacional: o Pré-Vestibular Social e sua relevância na trajetória rumo ao ensino superior	72

Treinamento híbrido na oficina de pequenos reparos dos livros da biblioteca do Instituto Biomédico: relato de experiência	75
Do Oiapoque à São Gonçalo: o progresso científico e a boa sociedade - experiências de sustentabilidade locais	78
Guia didático para o programa de mediação cultural na Galeria de Arte UFF: uma proposta de ensino inclusivo	81
Informação profissional no ensino médio: ampliando o capital informacional por meio de ações extensionistas no noroeste fluminense	86
Marketing para bibliotecas na era digital: estudo das Universidades Federais do Rio de Janeiro	89
Avaliação de competências clínicas no internato: implantação do OSCE como estratégia inovadora no internato médico da UFF.....	94
Do acolhimento à permanência - a experiência de uma disciplina para fortalecimento da saúde mental discente	98
EIXO GESTÃO E TRABALHO EM SAÚDE	101
Absenteísmo e vícios em jogos de azar: impactos na vida profissional e nas organizações	101
Projeto Cuca Legal - Educação e Saúde	105
Guia de acolhimento para o docente de Enfermagem como tecnologia educacional para promoção em saúde mental	109
Relato de experiência: promoção da saúde e reintegração funcional por meio do acompanhamento fisioterapêutico em ambiente acadêmico	112
A política de saúde do trabalhador contempla os profissionais de educação de Campos dos Goytacazes? Breves considerações	116
Decolonialidade e saúde do trabalhador: novos caminhos para a gestão pública inclusiva	119
Angústia, sintoma e desistência no ensino superior: dois casos clínico-educacionais à luz da psicanálise	122
EIXO INCLUSÃO, DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS	125
Vozes silenciadas, corpos invisíveis: a precarização do trabalho feminino terceirizado na Universidade Federal Fluminense – Campus Rio das Ostras	125
Perfil do MEI no sudeste brasileiro: raça e gênero no microempreendedorismo individual	128
Setor de apoio educacional: inclusão pelo viés pedagógico no ISNF.....	132
Divulgação científica inclusiva em audiovisual: a saúde bucal de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo no ISNF-UFF	134
A inclusão nas aulas de ciências do Coluni-UFF: uma proposta didático-pedagógica	144

Diversidade, inclusão e ensino: relato de atuação docente em programa de pós-graduação da UFF	146
Diagnóstico da acessibilidade em bibliotecas universitárias: um estudo de caso da Universidade Federal Fluminense	149
Libras como direito: avanços e retrocessos na inclusão da pessoa surda	152
Políticas públicas e direitos linguísticos da pessoa surda no Brasil	154
“Essa dor não tem nome”: o que aprendemos com os discursos do julgamento do caso Marielle Franco	156
Ensino inclusivo na UFF: capacitação de servidores para atendimento a estudantes com TEA	160
Intervenções no serviço público para o indivíduo com Transtorno do Espectro Autista: plano de trabalho individualizado	163
Direitos humanos em perspectiva: a inclusão dos surdos nas esferas públicas e educacionais	167
Interações intergeracionais no ambiente de trabalho	169
EIXO POLÍTICA PÚBLICA E EDUCAÇÃO	171
CAES Comunica – Um relato de experiência de comunicação para a permanência estudantil na UFF Campos	171
Educação financeira no Ensino Superior EaD: uma análise das práticas dos estudantes.....	176
Educação midiática informacional antirracista pelas bibliotecas escolares dos Colégios de Aplicação e Institutos Federais do estado do Rio De Janeiro	182
A equidade de gênero em cargos de confiança: um guia de boas práticas na Universidade Federal Fluminense	185
Desenvolvimento e validação de tecnologia educacional em vídeo para capacitação em primeiros socorros: o manejo da convulsão no ambiente escolar	188
Conhecimento, atitudes e práticas de professores em primeiros socorros no ambiente escolar: diagnóstico e propostas a partir de uma revisão integrativa	191
Avaliação e indicadores do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic)	194
Os desafios da implementação de reserva de vagas nos concursos públicos para o Magistério Superior nas Universidades Federais	200
A luta pela autonomia do movimento sindical entre os servidores técnico-administrativos diante das contradições dos governos Lula-Dilma	214
ENCERRAMENTO.....	217

APRESENTAÇÃO DO REITOR

É com imensa satisfação que apresentamos os Anais do IV Seminário Científico de Servidores da Universidade Federal Fluminense (SecienUFF). Esta publicação é um reflexo direto da visão estratégica da nossa gestão, destacando não apenas o compromisso contínuo da nossa instituição com a excelência acadêmica e a inovação, mas também reconhecendo o papel essencial de nossos servidores e servidoras no avanço institucional.

Nossa motivação ao lançar estes anais é dupla: em primeiro lugar, visa documentar e disseminar as práticas exemplares e as pesquisas significativas realizadas dentro da Universidade. Em segundo lugar, busca inspirar e fomentar um ambiente de constante aprendizado e desenvolvimento profissional entre os membros da nossa comunidade.

Esta quarta edição, com a temática central "Educação e Diversidade: Perspectivas Teóricas e Estratégias para a Promoção da Inclusão", abriu espaço para uma vasta gama de assuntos que enfatizam a importância e a complexidade das iniciativas desenvolvidas na UFF. Desde a administração pública e a inovação até a inclusão, diversidade e direitos humanos, cada contribuição, seja artigo, estudo de caso ou relato de experiência, oferece uma compreensão mais rica e detalhada dos desafios e soluções no panorama atual do ensino superior e da gestão central.

O SecienUFF se destaca como um importante espaço para a troca de conhecimentos e experiências, promovendo a reflexão crítica e a proposição de novas ideias e abordagens. Este anuário também é mais um testemunho do dinamismo e da capacidade de resiliência dos nossos servidores, especialmente em tempos de desafios orçamentários e políticos.

Nossos/as profissionais, com suas ideias de aperfeiçoamento institucional, em suas múltiplas funções e especialidades, demonstram um comprometimento admirável com a missão da Universidade de servir à sociedade através do ensino, pesquisa e extensão. Este documento é uma celebração do seu trabalho incansável, criatividade e dedicação.

Ao avançarmos juntos, enfrentamos os desafios do presente com a convicção de que estamos construindo um futuro melhor para a UFF, para nossa comunidade acadêmica e para a sociedade como um todo. Que este anuário sirva como fonte de inspiração e como um marco na nossa contínua jornada de aprendizado e transformação.

Boa leitura a todos!

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Reitor

APRESENTAÇÃO DA PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS

Mais uma edição da Semana do Servidor foi realizada em 2025, coordenada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFF, em comemoração ao Dia do Servidor Público. Dentre as atividades do programa, destacou-se a realização do IV Seminário Científico dos Servidores da Universidade Federal Fluminense (SecienUFF), que abordou a Educação e Diversidade: Perspectivas Teóricas e Estratégias para a Promoção da Inclusão. A abrangência e o significado social desse tema são cruciais e merecem ser fomentados por uma instituição de ensino como a nossa.

A Universidade, por meio deste Seminário, cria mais um espaço para a disseminação de conhecimento, com foco nas experiências acadêmicas e cotidianas dos servidores, promovendo a troca de ideias e o aprimoramento científico. Além disso, com este anuário, buscamos ampliar ainda mais a difusão e a discussão desses saberes por toda a comunidade acadêmica.

A significativa participação dos servidores reforça a consolidação deste espaço enquanto um eixo central de aprendizagem e desenvolvimento das práticas profissionais no âmbito da Universidade.

Esperamos que este material, fruto do trabalho colaborativo dos servidores da UFF, proporcione a todos uma leitura proveitosa.

Aline da Silva Marques

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

APRESENTAÇÃO DO DIRETOR DA EGGP

É com grande satisfação que apresentamos os Anais do IV Seminário Científico dos Servidores da Universidade Federal Fluminense (SecienUFF), evento bienal promovido pela Escola de Governança em Gestão Pública (EGGP), vinculada à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE).

Nesta quarta edição, realizada em 2025, o SECIENUFF consolida-se como um espaço plural de compartilhamento de experiências, saberes e práticas desenvolvidas por servidores docentes e técnico-administrativos da UFF, reafirmando o compromisso da Universidade com a valorização do conhecimento produzido em seu interior.

Criada em 2017, a EGGP tem atuado de forma estratégica na formação e qualificação continuada dos servidores, articulando ações de capacitação, pesquisa e extensão em consonância com a perspectiva da Educação Permanente. O Seminário integra esse esforço institucional ao reconhecer que o trabalho cotidiano na Universidade é também campo fértil de produção científica, inovação e reflexão crítica sobre a gestão pública e o ensino superior.

O IV SECIENUFF contou com a apresentação de 54 trabalhos, reunindo cerca de 190 autores e coautores, provenientes de diversas unidades e *campi* da UFF. Ao todo, foram emitidos aproximadamente 300 certificados, abrangendo ouvintes, avaliadores, mediadores, equipe de apoio técnico e apresentadores de trabalhos — um número que expressa a amplitude da participação e o fortalecimento da cultura científica entre os servidores da instituição.

A programação desta edição manteve o caráter 100% online, favorecendo a democratização do acesso e a integração entre diferentes regiões do país. A conferência de abertura foi proferida pela professora Letícia de Oliveira, que abordou o tema “Viés Implícito e Desigualdades de Gênero na Ciência”, convidando o público à reflexão sobre equidade e inclusão nos espaços acadêmicos e científicos.

Os trabalhos foram distribuídos em eixos temáticos que dialogam com os principais desafios contemporâneos da gestão universitária e do serviço público:

1. Gestão Pública e Inovação;
2. Ensino, Pesquisa e Extensão;
3. Gestão e Trabalho em Saúde.
4. Inclusão, Diversidade e Direitos Humanos;
5. Política Pública e Educação;

Os resumos foram avaliados por docentes, pesquisadores e também por técnicos vinculados aos programas de pós-graduação participantes do Programa de Qualificação Institucional (PQI-UFF), reforçando a interlocução entre formação acadêmica e prática profissional.

Mais do que reunir produções científicas, o SECIENUFF representa o compromisso da UFF com o reconhecimento da pesquisa aplicada à gestão pública, promovendo o diálogo entre teoria e prática e valorizando o protagonismo dos servidores em processos de transformação institucional.

Desejamos que esta coletânea inspire novas ideias, cooperações e trajetórias de pesquisa, fortalecendo a Universidade Pública como espaço de inovação, inclusão e produção de conhecimento.

Boa leitura!

Alexandre Bomfim dos Reis

Diretor da Escola de Governança em Gestão Pública

REALIZAÇÃO DE GRUPOS DE CONVOCAÇÃO

Ana Maria Clarete Balestro Dias da Silva

Marina Alvares Cortes Salvador

Tatiana dos Anjos Magalhaes

A Equipe de Prevenção Sociofuncional - EPSF, integrante da Divisão de Gestão de Lotação da Coordenação de Pessoal Técnico-Administrativo - DGL/CPTA, desenvolve diversos programas direcionados aos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal Fluminense - UFF, sendo um deles o Programa de Acompanhamento ao Servidor em Estágio Probatório. Uma das ações deste programa é a realização, pelo serviço social, dos Grupos de Convocação. A atividade tem o objetivo de: a) promover acesso a informações associadas à UFF; b) favorecer a integração e a interação dos novos servidores à universidade; c) contribuir para a ambientação no serviço público; d) apresentar as principais legislações direcionadas ao desenvolvimento na carreira e acesso a direitos; e) orientar sobre as dúvidas relacionadas ao ingresso na universidade. Os grupos de convocação são espaços que permitem um contato presencial direto — algumas vezes o primeiro — com a instituição durante as etapas da convocação. É importante ressaltar que os grupos não possuem caráter avaliativo, classificatório ou eliminatório, o que favorece um ambiente de troca e interação.

Metodologia

A metodologia proposta para os grupos de convocação consiste na realização de grupos presenciais de aproximadamente 15 pessoas, com duração de 2 horas. 1º momento: apresentação das técnicas e da EPSF na estrutura da PROGEPE, breve explanação sobre a UFF em Niterói, apresentação do trabalho desenvolvido pela equipe no Programa de Acompanhamento ao Servidor em Estágio Probatório e apresentação dos candidatos. Nessa etapa, procuramos familiarizar os candidatos com a estrutura da universidade, favorecer o estabelecimento de vínculo e aproximação entre técnicos/candidatos e entre os participantes do grupo. Esclarecemos, também, os objetivos da realização dos grupos nesta etapa da convocação; 2º momento: os candidatos se apresentam brevemente com o nome, cargo e formação acadêmica. Após a apresentação, a Equipe de assistentes sociais propõe uma atividade para reflexão e debate considerando as expectativas dos candidatos com relação ao serviço público, ao seu trabalho na UFF e os dados de acompanhamento do programa de estágio. Neste momento também são abordados temas cujos dados do programa indicam demandas recorrentes, como sobre atividade/cargo, modalidades de trabalho considerando o NPGD e sua regulamentação, lotação e localidade, demandas de remoção, ética no serviço público, interesse pessoal/necessidade institucional; 3º momento: neste momento são reforçadas as orientações para as etapas da convocação, bem como os e-mails que os candidatos devem entrar em contato sobre pendência de documentação, exames médicos e posse. A apresentação também conta com o link de boas-

vindas dos servidores técnico-administrativos e algumas fotos/informações dos Campis da Universidade.

Análise de resultados

Após a realização dos grupos, os candidatos são convidados a avaliar a atividade e podem sugerir temas e atividades para o acompanhamento do estágio probatório. As respostas das avaliações são consideradas para o planejamento das ações da equipe e reforçam o caráter preventivo e educativo. As observações quanto à participação dos candidatos nos grupos possibilitam à equipe contribuir para a definição da lotação pela DGL, considerando a política interna para o provimento das vagas. Sobre a avaliação dos participantes em relação a atividade realizada em fevereiro de 2025, consideraram o encontro ótimo (84,6%), bom (15,4%), nenhum participante considerou o encontro ruim. Os temas que mais emergiram como sugestão para os próximos encontros foram: capacitação (33,3%), carreira (25%), relações interpessoais (16,7%), Legislação e direitos (11,1%), documentação entre nomeação e posse (1%), setores de lotação (1%), entre outros. As sugestões para o acompanhamento durante o estágio probatório foram: treinamentos, capacitação, atividades baseadas em situações do dia a dia, ajuda/esclarecimentos sobre as avaliações de desempenho, caso haja essa informação, dinâmicas com troca de experiências entre outros colegas, questionários periódicos e quando necessário teleconferências, acompanhamento para ver se estamos realizando as avaliações, conseguindo fazer os cursos de capacitação, como está no setor, através de mais atividades em grupo presenciais.

Considerações finais

A nossa percepção, a partir dos grupos presenciais, reforça que a realização deste primeiro contato da equipe com os candidatos, favorece o vínculo com o futuro servidor, contribui para o sentido de pertencimento à instituição, além de representar um acolhimento diferenciado, reconhecido nas respostas do questionário de avaliação. Entretanto, registramos que dificuldades necessitam ser superadas a cada grupo realizado, os quais merecem destaque a necessidade de deslocamento dos candidatos para participar presencialmente da atividade, às próprias expensas. Tal fato pode representar um custo ao candidato, uma vez que a UFF possui unidades elegíveis para a lotação no interior do estado, além de receber candidatos de várias localidades.

Palavras-chave: Estágio Probatório; Serviço Social; Universidade.

Referências

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-reitora de Gestão de Pessoas. **Instrução Normativa PROGEPE/UFF nº 27**, de 18 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Instrução Normativa SGP/MGI nº 122**, de 21 de março de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Gabinete do Reitor. **Instrução Normativa GAR/RET/UFF nº 121**, de 06 de junho de 2025.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO UNIVERSITÁRIO: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

Diego Athos Gomes de Souza

Introdução

A democratização da gestão pública emerge como um pilar essencial para a legitimidade das instituições contemporâneas. No ambiente universitário, a implementação de práticas participativas, como o Orçamento Participativo (OP), torna-se uma ferramenta estratégica para fortalecer a transparência, o controle social e a corresponsabilidade na alocação de recursos públicos. A Universidade Federal Fluminense (UFF), uma das maiores instituições de ensino superior do país, empreendeu em 2023 um processo pioneiro de OP, que se destaca por sua relevância no contexto da gestão universitária. Este trabalho se insere no eixo temático de Gestão Pública e Inovação ao analisar a primeira edição do OP da UFF, com o intuito de compreender seu desenho institucional e o impacto percebido pela comunidade acadêmica. O estudo, que parte da dissertação de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP), visa contribuir para aprimorar a gestão participativa e inspirar outras instituições a adotarem e aperfeiçoarem mecanismos de gestão democrática.

Fundamentação Teórica

A pesquisa se ancorou na literatura de Administração Pública, com foco em governança e participação social. O Orçamento Participativo (OP) é entendido como uma inovação institucional que busca a articulação entre a democracia representativa e a participativa, capacitando a sociedade a deliberar sobre a alocação de recursos públicos. Apesar do potencial do OP para fortalecer a autonomia universitária e a gestão democrática, o tema é pouco explorado no contexto das universidades federais (Andrade, 2015; Milioni, Behr, Goulart, 2015). A participação é um pilar crucial, pois pode ter reflexos diretos na cidadania, fortalecendo o controle social e a democracia, como destaca Luchmann (2012). Ademais, o desenho institucional é um fator decisivo para o sucesso ou fracasso de experiências de participação (Fedozzi; Martins, 2015; Avritzer, 2008). O referencial teórico deste estudo, portanto, abrange a importância do desenho institucional, da cultura organizacional e da comunicação, que são fatores determinantes para o sucesso do OP (Marques, 2018; Oliana, 2018). Assim, a discussão teórica busca situar o OP da UFF dentro desse arcabouço, avaliando se sua implementação reflete os princípios de uma gestão social e democrática.

Exposição dos Principais Objetivos

O objetivo geral deste estudo foi investigar e propor um conjunto de ações para aumentar o engajamento de atores e aprimorar o processo de Orçamento Participativo na UFF. Para alcançar este objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Diagnosticar os mecanismos e práticas atuais de participação da comunidade universitária da UFF na definição do seu orçamento, identificando desafios e limitações. Este ponto visa analisar o desenho institucional e a estrutura do processo de OP;

- b) Analisar a percepção dos atores envolvidos (docentes, discentes e técnicos-administrativos) sobre o Orçamento Participativo da UFF, abrangendo a mobilização, a participação, a elaboração e o impacto dos projetos submetidos, bem como a receptividade e os desafios de sua implementação;
- c) Analisar o conhecimento existente sobre experiências de Orçamento Participativo em outras universidades federais e discutir sua relevância potencial para a UFF. Este objetivo busca identificar boas práticas e modelos adaptáveis que possam servir de referência para a instituição;
- d) Propor um conjunto de ações relacionadas ao Orçamento Participativo para aumentar a participação da comunidade universitária da UFF na definição de seu orçamento. A finalidade é a elaboração de recomendações concretas e aplicáveis para futuras edições do OP.

Metodologia Aplicada

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com um estudo de caso único sobre o Orçamento Participativo da UFF. A metodologia, de natureza exploratória, foi planejada para compreender em profundidade as dinâmicas e os significados do processo participativo. A coleta de dados foi realizada por meio da triangulação de diversas técnicas:

Pesquisa bibliográfica e documental: Análise detalhada dos documentos oficiais do OP da UFF, como o edital, regulamentos e relatórios, além de um levantamento da literatura sobre o tema.

Entrevistas semiestruturadas: Realização de entrevistas com servidores da Pró-Reitoria de Planejamento e representantes dos diversos segmentos da comunidade (docentes, técnico-administrativos e estudantes), buscando capturar as múltiplas perspectivas sobre a implementação e os resultados do OP.

Questionários: Aplicação de um questionário on-line para a comunidade acadêmica, com o objetivo de obter dados quantitativos e qualitativos sobre o nível de conhecimento e a percepção geral sobre o processo.

A combinação desses métodos permitiu uma análise robusta dos dados, identificando padrões e nuances que contribuíram para um diagnóstico preciso sobre a efetividade do OP na UFF.

Análise e Discussão dos Resultados

A implementação do Orçamento Participativo na UFF representa um avanço significativo na gestão universitária, destacando-se em relação a outras instituições federais. No entanto, a pesquisa revelou desafios importantes. O desenho institucional, embora inovador, ainda exige aprimoramentos, principalmente na comunicação e no detalhamento das regras de participação, fatores decisivos para o sucesso de experiências de participação, conforme destacam Fedozzi e Martins (2015) e Avritzer (2008). A análise de entrevistas e questionários revelou uma percepção de desconfiança por parte da comunidade, que, em muitos casos, questionou a real capacidade de suas propostas serem implementadas. Essa desconfiança está relacionada à falta de clareza nas etapas do processo e à necessidade de maior capacitação dos participantes, como apontam autores como Luchmann (2012) sobre a importância da aprendizagem política. A comparação com outras Instituições de Ensino Superior que implementaram o OP permitiu identificar boas práticas, como o estabelecimento de um calendário fixo, a adoção de plataformas digitais mais intuitivas e a criação de fóruns de discussão permanentes. Essas boas práticas podem ser

adotadas na UFF para melhorar a efetividade do processo e aprimorar a comunicação, que Oliana (2018) e Marques (2018) consideram essencial para o engajamento e a transparência.

Conclusão

O estudo ofereceu uma análise aprofundada da primeira edição do Orçamento Participativo da UFF, diagnosticando os avanços alcançados e os desafios a serem superados. As contribuições práticas da pesquisa são claras: propõe ações concretas para a UFF, como a criação de um plano de capacitação para a comunidade, a melhoria da comunicação e o estabelecimento de canais de diálogo mais eficazes, visando aumentar a efetividade do OP. Cientificamente, o trabalho enriquece o debate sobre governança e práticas de gestão participativa em instituições públicas, preenchendo uma lacuna na literatura sobre o tema em universidades federais. O estudo reforçou a importância do compromisso institucional para a transformação da gestão universitária, destacando o papel do OP como um vetor de cidadania e gestão democrática.

Palavras-chave: **Orçamento Participativo; Universidade Federal Fluminense; Gestão Democrática.**

Referências

ANDRADE, A. M. **Planejamento e gestão orçamentária participativa: uma análise da percepção da comunidade acadêmica da Universidade Federal do Vale do São Francisco.** 2015, 150f. Dissertação (Mestrado em Administração) -- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

FEDOZZI, L.; MARTINS, A. L. B. Trajetória do orçamento participativo de Porto Alegre: representação e elitização política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 95, p. 181-223, maio/ago. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-6445181-223/95>.

LUCHMANN, L. H. H. Participação e aprendizagem política na organização participativa: estudo de caso em um município catarinense. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, abr/jun, p. 513-532, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200010>.

MARQUES, M. D. R. **Planejamento e gestão orçamentária da Universidade Federal de Campina Grande/PB: proposição de um modelo participativo.** 2018. 126f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, Paraíba, 2018.

MILIONI, K. C; BEHR, A; GOULART, J. L. L. Análise do processo de elaboração da proposta de lei orçamentária anual em uma instituição pública federal de ensino superior. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 8, n. 4, p. 164-188, 2015.

OLIANA, F. H. Orçamento Participativo: uma proposta de modelo de elaboração para a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Londrina. 2018. 169 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CICLO DE PALESTRAS EM ATUALIZAÇÃO PATRIMONIAL NA UFF

Lydyanne Barbosa dos Santos

Leandro Monteiro de Lima

Rafael Cardoso Ramos

O presente trabalho tem como foco o relato de experiência sobre o "Ciclo de Palestras em Atualização Patrimonial", promovido pelo setor de patrimônio, em parceria com o Departamento de Contabilidade e Finanças da Pró-Reitoria de Planejamento (DCF/PROPLAN) da Universidade Federal Fluminense (UFF). A iniciativa foi concebida como uma ação de capacitação destinada a servidores diretamente ligados à gestão patrimonial da instituição. A atividade se insere no eixo temático de gestão pública e inovação, contribuindo para o fortalecimento das boas práticas na administração universitária, para a valorização dos bens públicos e para a formação continuada dos agentes responsáveis por sua guarda, controle e destinação.

A gestão patrimonial em Instituições públicas de ensino superior é desafiada constantemente por mudanças normativas, exigências de controle e a necessidade de uso racional dos recursos públicos (Teodoro; Nunes e Búrigo, 2023). Nesse contexto, a capacitação dos agentes envolvidos se torna uma estratégia indispensável para garantir o cumprimento da legislação vigente, a correta alocação dos bens e a integridade das informações nos sistemas oficiais (Pereira et al, 2024). A realização do ciclo de palestras reflete o compromisso institucional da UFF com a profissionalização da gestão, em alinhamento com as diretrizes da Administração Pública Federal e com as boas práticas preconizadas por órgãos de controle, como a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU).

O ciclo de palestras teve como objetivos principais:

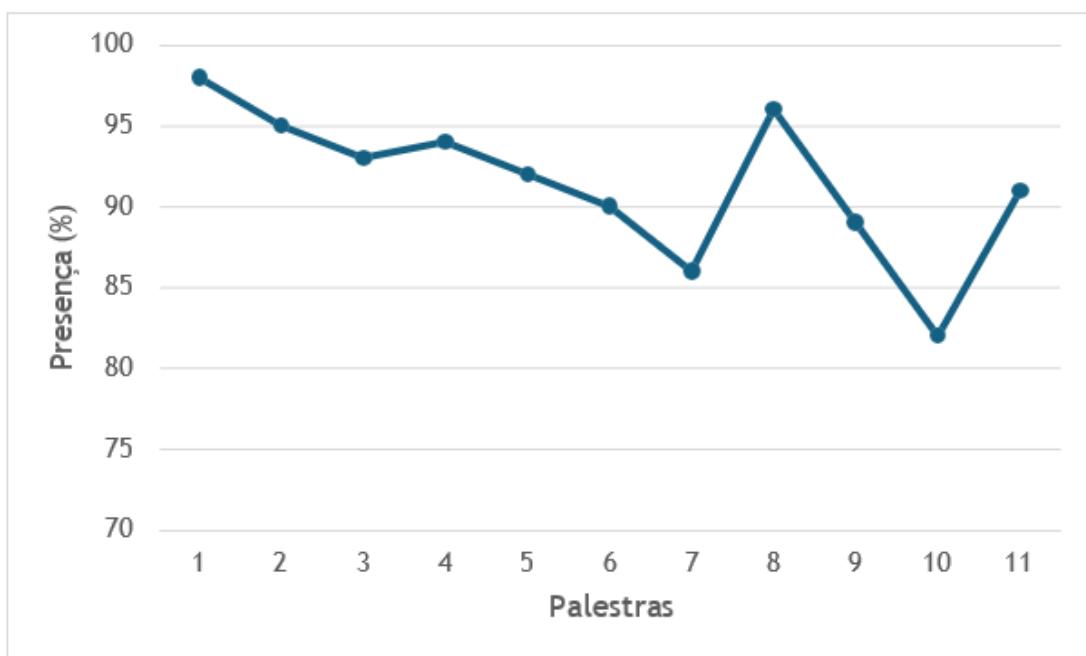
- Atualizar os servidores sobre normas, procedimentos e boas práticas em gestão patrimonial;
- Esclarecer dúvidas recorrentes relacionadas a tombamento, movimentação, desfazimento de bens e inventário;
- Promover o diálogo entre áreas técnicas, agentes patrimoniais, servidores envolvidos e Direções de Unidades;
- Estimular a adoção de práticas inovadoras para a melhoria dos processos de controle patrimonial;
- Fortalecer a cultura institucional de cuidado e responsabilidade com o patrimônio público;
- Disponibilizar o material de consulta atualizado para os servidores que atuam na área patrimonial.

A capacitação foi organizada na forma de um ciclo de 11 (onze) encontros temáticos, realizados de forma remota e síncrona, por meio da plataforma Google Meet, entre os dias 12 e 30 de maio de 2025. Cada encontro foi estruturado de forma independente, com carga horária variável, permitindo que os participantes escolhessem os temas de maior interesse ou necessidade. Os encontros abordaram tópicos como: conceitos fundamentais de patrimônio público, uso do sistema de patrimônio, termos de responsabilidade, fluxo de incorporação de bens, doações,

alienação e desfazimento, auditoria interna, inventário, além da parte imobiliária: locações, tombamento de bens, certidões, taxas e impostos imobiliários.

A carga horária total do evento foi de 40 horas, considerando a participação integral em todos os encontros. As atividades foram voltadas para agentes patrimoniais, pesquisadores responsáveis por laboratórios e diretores de unidades acadêmicas e administrativas, todos com vínculo efetivo com a UFF. A taxa de presença nos Encontros foi ilustrada na Figura 1, permitindo visualizar de forma mais clara o alcance e a representatividade da capacitação.

Figura 1: Taxa de Presença nos Encontros



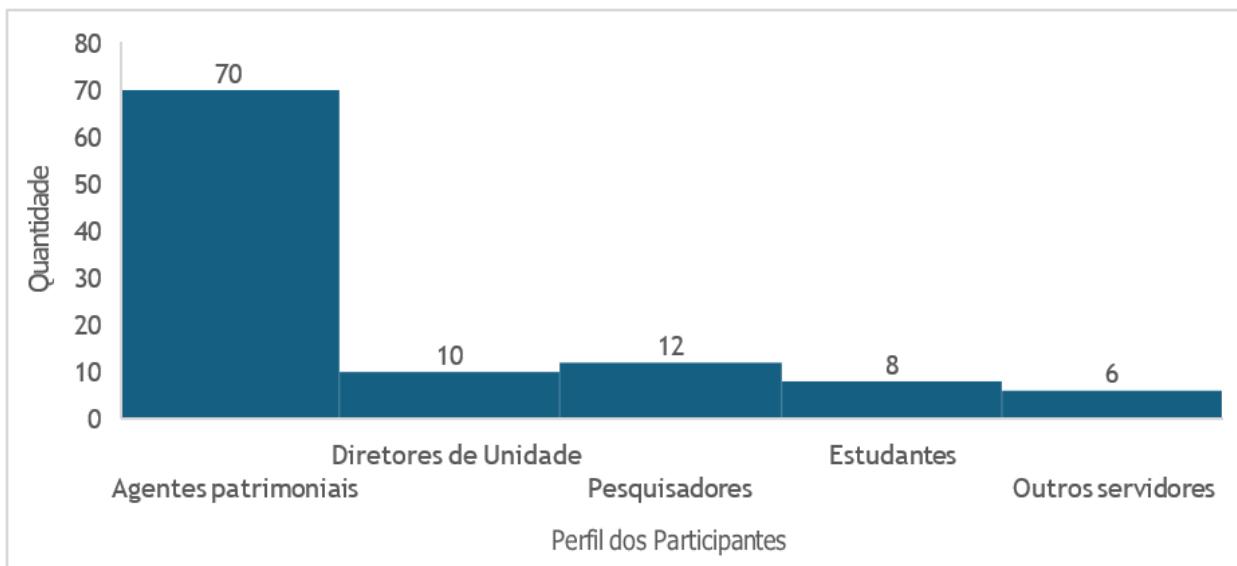
Fonte: própria, 2025.

A metodologia adotada incluiu a construção de um manual com perguntas e respostas (FAQ) que surgiram durante todo o período. O FAQ, além dos slides e vídeos utilizados nos encontros estão disponíveis no *Classroom* e no site da UFF, na seção de Patrimônio vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento, por meio dos seguintes links:

<https://classroom.google.com/c/Nzc4NDA3NTQyODE3/m/Nzc4NzQ4MTY5MTc> e
<https://www.uff.br/proplan/informacoes-sobre-bens-moveis/>

A iniciativa foi bem recebida pela comunidade universitária e contou com ampla adesão, 75 servidores/estudantes inscritos para participarem das palestras, especialmente entre os agentes patrimoniais das diversas unidades da UFF. A abordagem remota favoreceu a participação de servidores lotados em campi do interior, promovendo maior equidade no acesso à capacitação. O perfil dos participantes engloba agentes patrimoniais que podem ser Diretores, pesquisadores e/ou estudantes ao mesmo tempo. Segue a Figura 2 com os perfis dos participantes x quantidade:

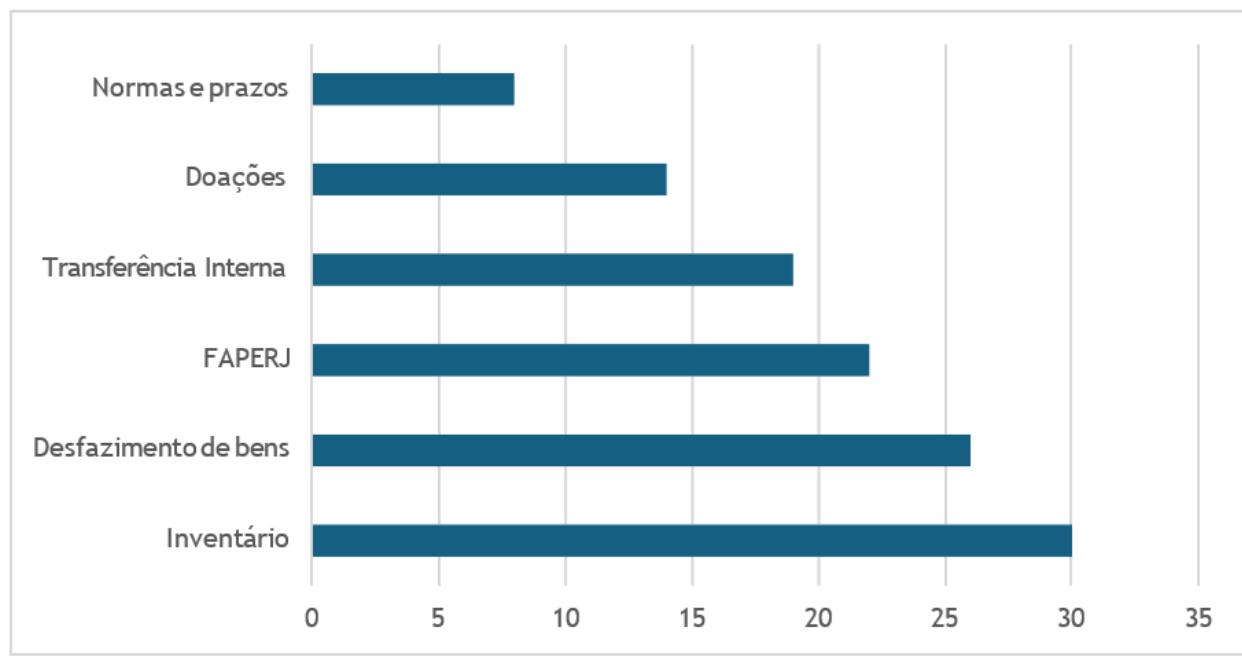
Figura 2: Perfil dos participantes do Ciclo de Palestras



Fonte: própria, 2025.

Durante os encontros, observou-se grande interesse dos participantes em esclarecer dúvidas práticas, o que possibilitou a identificação de gargalos nos fluxos de trabalho e inconsistências de interpretação normativa. Essa interação proporcionou um diagnóstico institucional valioso, que poderá subsidiar futuras melhorias nos processos e sistemas de gestão patrimonial da Universidade. Na Figura 3 foram destacadas as principais dificuldades relatadas pelos participantes no decorrer das palestras.

Figura 3: Principais Dificuldades Relatadas pelos Participantes



Fonte: própria, 2025.

Além disso, o ciclo funcionou como espaço de compartilhamento de experiências entre as unidades, permitindo o reconhecimento de boas práticas que poderão ser replicadas em outras áreas. A ação também fortaleceu o vínculo entre a Divisão de Patrimônio Móvel (DPM/CAP) e os usuários finais, promovendo maior alinhamento e engajamento na execução das rotinas patrimoniais. Os participantes recomendaram a implementação de um novo curso de formação e atualização destinado aos agentes patrimoniais da universidade, o qual está sendo ofertado no segundo semestre de 2025.

O "Ciclo de Palestras em Atualização Patrimonial na UFF" configurou-se como uma prática inovadora no âmbito da gestão patrimonial universitária, ao integrar capacitação técnica, fortalecimento da comunicação institucional e valorização dos servidores envolvidos na administração dos bens públicos. A experiência demonstrou que a formação continuada é um elemento essencial para garantir a eficiência, a conformidade normativa e a qualidade dos processos de controle patrimonial.

Como encaminhamento, recomenda-se a institucionalização de ações formativas regulares, além da criação de canais permanentes de orientação técnica às unidades acadêmicas e administrativas. Destaca-se, ainda, a importância de sensibilizar e envolver a comunidade universitária, incluindo discentes, docentes e colaboradores, sobre sua corresponsabilidade na preservação e uso adequado do patrimônio público.

A replicação dessa iniciativa em outras áreas da gestão universitária pode contribuir de forma significativa para o fortalecimento da governança institucional, promovendo uma cultura organizacional mais consciente, integrada e comprometida com a gestão responsável dos recursos públicos.

Palavras-chave: Patrimônio Público; Capacitação; Responsabilidades; Gestão Universitária; Inovação Institucional.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018. Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 14 maio 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019. Institui o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 12 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 10.340, de 6 de maio de 2020. Altera o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 7 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para

elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 23 mar. 1964.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 1 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Manual de gestão de bens móveis da Administração Pública Federal**. Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal. Instrução Normativa SEDGG/ME nº 5, de 12 de agosto de 2019. Estabelece orientações, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 13 ago. 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Manual de auditoria operacional**. Brasília: TCU, 2010.

BRASIL. Secretaria de Administração Pública. Instrução Normativa SEDAP nº 205, de 8 de abril de 1988. Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 11 abr. 1988.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria STN nº 448, de 13 de setembro de 2002. Aprova a estrutura e regras para elaboração dos planos de contas e demonstrações contábeis da Administração Pública. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 17 set. 2002.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016. Aprova a Parte Geral e as Partes II, III, IV e V da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 22 dez. 2016.

PEREIRA, Cintya Alessandra Miranda; SANTOS, Ciro Meneses; DA SILVA, Edimilson Eduardo. **GESTÃO PATRIMONIAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS DESAFIOS E PROPOSTAS PARA OS BENS PATRIMONIAIS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**. **Cadernos da FUCAMP**, v. 36, 2024.

TEODORO, Diogo; NUNES, Rogério da Silva; BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. Avaliação do processo de gestão de um núcleo de manutenção em uma universidade pública brasileira. **International Journal of Scientific Management and Tourism**, v. 9, n. 3, p. 1454-1473, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Planejamento. **Instrução Normativa PROPLAN/UFF nº 30**, de 12 de março de 2025. Regulamenta as competências dos agentes de gestão patrimonial designados pelas Unidades acadêmicas e administrativas, Pró-Reitorias, Faculdades, Superintendências, Institutos e Órgãos congêneres. Niterói: UFF, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Planejamento. **Instrução Normativa PROPLAN/UFF nº 22**, de 8 de outubro de 2024. Estabelece os prazos para repasse dos bens móveis permanentes para o patrimônio da Universidade, no que tange aos projetos com a Fundação de Apoio. Niterói: UFF, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Planejamento. **Instrução Normativa ANAIS IV SecienUFF**
Educação e Diversidade: Perspectivas Teóricas e Estratégias para a Promoção da Inclusão

PROPLAN/UFF nº 32, de 28 de abril de 2025. Regulamenta os procedimentos relacionados à disponibilização de bens ociosos nas Unidades. Niterói: UFF, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Extensão; Pró- Reitoria de Planejamento; Superintendência de Arquitetura e Engenharia. **Instrução de Serviço Conjunta PREUNI, PROPLAN e SAEN nº 01**, de 17 de abril de 2015. Dispõe sobre a regularização patrimonial e contábil das Obras em Andamento, Estudos e Projetos e Instalações. Niterói: UFF, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Planejamento. **Instrução Normativa PROPLAN/UFF nº 34, de 28 de abril de 2025**. Regulamenta os procedimentos administrativos para o recebimento de bens móveis permanentes, por aquisição. Niterói: UFF, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Gabinete do Reitor. **Instrução Normativa GAR/RET/UFF nº 118**, de 11 de fevereiro de 2025. Regulamenta normas e procedimentos referentes à realização do inventário de bens móveis patrimoniais. Niterói: UFF, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Planejamento. **Instrução Normativa PROPLAN/UFF nº 26**, de 12 de março de 2025. Regulamenta os procedimentos para a alienação e baixa de bens móveis permanentes inservíveis, na modalidade leilão. Niterói: UFF, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Planejamento. **Instrução Normativa PROPLAN/UFF nº 31**, de 12 de março de 2025. Regulamenta os procedimentos gerenciais e administrativos para tramitação de processos administrativos relacionados à incorporação de bens móveis permanentes por doação. Niterói: UFF, 2025.

APRENDIZADOS NA DISCIPLINA GESTÃO DE RISCOS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO NA ESCOLA DE ENGENHARIA INDUSTRIAL METALÚRGICA DE VOLTA REDONDA – VEN/VEI/UFF

Christian Monni

Introdução

Este relato vincula-se ao eixo Gestão Pública e Inovação do IV SecienUFF e descreve a experiência vivida na disciplina Gestão de Riscos do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção de Volta Redonda (PPGEP/VEI/UFF). O objetivo é refletir sobre como os conhecimentos adquiridos em sala de aula se conectam a práticas inovadoras aplicáveis à administração pública, especialmente na UFF, com impacto direto na atuação profissional e institucional.

A motivação central deste relato está no desafio contemporâneo de tornar a gestão pública mais resiliente e inovadora, incorporando metodologias prospectivas capazes de antecipar riscos, mapear vulnerabilidades e fortalecer capacidades institucionais de resposta.

Fundamentação

A gestão de riscos consolidou-se como campo interdisciplinar que integra teoria organizacional, metodologias prospectivas e análise estratégica. Aguilar (1967) e Wack (1985) introduziram as primeiras estruturas para mapeamento de cenários, enquanto contribuições recentes reforçam a importância da governança e da inovação em contextos institucionais.

Monteiro e Adler (2022) discutem como novas formas organizacionais exigem flexibilidade diante das limitações burocráticas; Cordova-Pozo (2023) destaca a adaptação de metodologias de risco em ambientes de mudança acelerada; Newton et al. (2024) exploram a resiliência organizacional em contextos de incerteza; e Afshar e Shah (2025) analisam abordagens prospectivas de gestão de riscos em administrações públicas. A norma internacional ISO 31010 oferece ainda diretrizes estruturadas que fundamentam a prática contemporânea da gestão de riscos em diferentes setores.

Esse arcabouço forneceu suporte conceitual para a disciplina e orientou tanto os exercícios desenvolvidos em sala quanto a aplicação prática em contexto institucional.

Objetivos

- Relatar a experiência acadêmica na disciplina Gestão de Riscos, destacando atividades realizadas;
- Identificar aprendizados relevantes para a prática profissional na UFF;
- Evidenciar como a disciplina contribuiu para a construção de competências em análise de riscos e inovação na gestão pública;
- Apontar potenciais de replicabilidade da experiência em outros setores da universidade.

Metodologia

A experiência ocorreu no primeiro semestre de 2025, em formato presencial, com metodologia participativa:

- Resenhas de artigos científicos, que proporcionaram contato com literatura seminal e atualizada na área de estudo;
- Atividades práticas em sala, com exercícios de aplicação da ISO 31010, uso do FMEA (Failure Mode and Effect Analysis), do método bow-tie e da análise PESTEL, entre outras ferramentas;
- Seminários temáticos, nos quais os discentes apresentaram e discutiram aplicações das ferramentas;
- Produção individual de artigo científico, submetido a periódico da área, no qual foram aplicados de forma efetiva os seguintes instrumentos metodológicos:
 - Prospecção de cenários arquetípicos, para mapear riscos e disfunções administrativas (Kafka, Sísifo, Zumbi e Confúcio);
 - Análise PESTEL, para identificar fatores políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, ambientais e legais que impactam a gestão;
 - Questionário estruturado, em escala Likert e campos abertos, aplicado junto a administradores da VEI;
 - Matriz de análise integrada, que conectou os resultados empíricos à moldura teórica dos cenários e arquétipos.

Enquanto ferramentas como o FMEA e o bow-tie foram exercitadas em sala, a aplicação prática concentrou-se nos cenários arquetípicos, na análise PESTEL e no questionário, utilizados no estudo de caso do processo de unificação administrativa da VEI.

Análise e discussão

A vivência destacou a importância da gestão de riscos como prática estratégica em instituições públicas. Entre os principais aprendizados, ressaltam-se:

- Integração teoria-prática: a articulação entre ferramentas prospectivas e a realidade institucional possibilitou identificar riscos concretos de sobreposição de funções, gargalos de comunicação e resistências organizacionais, bem como oportunidades de eficiência e resiliência.
- Aplicação prática na Escola de Engenharia de Volta Redonda: o uso das metodologias no processo de unificação administrativa da Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda representou uma inovação, introduzindo técnicas pouco exploradas no cotidiano da UFF.
- Papel da liderança: reconhecida como fator decisivo para mitigar riscos e conduzir processos de mudança organizacional.
- Autonomia acadêmica: a produção individual de artigo científico, com base em instrumentos metodológicos rigorosos, exigiu apropriação conceitual e demonstrou a viabilidade de traduzir teoria em soluções aplicadas.
- Inovação institucional: a introdução de cenários arquetípicos combinados com a análise Pestel, como lente transversal no diagnóstico de riscos, representa uma contribuição inédita, com potencial de institucionalização em relatórios de gestão.

Esses resultados reforçam a percepção de que a gestão de riscos, quando aplicada de forma sistemática, pode ampliar a capacidade de resposta da universidade a desafios organizacionais complexos.

Conclusão

A disciplina Gestão de Riscos contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento de competências analíticas e práticas voltadas à inovação na gestão pública. A experiência demonstrou que metodologias prospectivas e de análise de riscos possuem aplicação direta em processos institucionais, como a reorganização administrativa da VEI.

Como proposta de inovação, sugere-se a incorporação sistemática de instrumentos de análise de riscos (cenários arquetípicos, PESTEL, questionários estruturados e matrizes de análise integrada) nos relatórios de gestão e a criação de grupos intersetoriais de prospecção de riscos e resiliências. Além disso, a experiência mostrou potencial de replicabilidade em outros setores da administração pública, podendo configurar-se como um modelo institucional de análise de riscos voltado à resiliência, inovação e melhoria contínua da administração universitária.

Palavras-chave: Gestão de Riscos; Gestão Pública; Inovação; Cenários Arquetípicos; PESTEL; UFF.

Referências

AGUILAR, F. J. **Scanning the business environment**. New York: Macmillan, 1967.

WACK, P. Scenarios: uncharted waters ahead. **Harvard Business Review**, v. 63, n. 5, p. 73-89, 1985.

SAMMUT-BONNICI, T.; GALEA, D. **PEST analysis**. In: WILEY ENCYCLOPEDIA OF MANAGEMENT. Hoboken: Wiley, 2015.

MONTEIRO, P.; ADLER, P. Bureaucracy and beyond: rethinking organizational forms. **Research in the Sociology of Organizations**, v. 79, p. 1-30, 2022.

CORDOVA-POZO, K. Risk analysis and adaptive governance in public institutions. **Public Administration Review**, v. 83, n. 2, p. 345-360, 2023.

NEWTON, L. et al. Building resilient institutions in uncertain environments. **Governance**, v. 37, n. 1, p. 112-130, 2024.

AFSHAR, A.; SHAH, S. Prospective methods for risk management in public administration. **Journal of Risk Research**, v. 28, n. 3, p. 221-240, 2025.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO ESPAÇO DE BEM-ESTAR MENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA UFF DE RIO DAS OSTRAS

Raquel Santos de Oliveira

Janaine Aparecida Ferreira de Sá

Monnique São Paio de Azeredo Esteves Veiga

Introdução

Este relato descreve a experiência da Biblioteca de Rio das Ostras (BRO), que atende aos cursos de graduação (Ciência da Computação, Engenharia de Produção, Psicologia, Serviço Social, Produção Cultural e Enfermagem) e pós-graduação (Mestrado em Engenharia de Produção e Ciências Computacionais) oferecidos no campus Universidade Federal Fluminense (UFF). A BRO tem como objetivo principal apoiar o tripé educacional: ensino, pesquisa e extensão e para ser protagonista também em seu papel social para sua comunidade, promove ações que vão além de seu papel acadêmico. Sua contribuição para o eixo temático Gestão Pública e Inovação reside em demonstrar como instrumentos lúdicos (jogos, pintura, massa de modelar e plástico bolha) aliados a um acervo recreativo (história em quadrinhos, literatura infanto-juvenil) reforçam a biblioteca universitária como espaço de acolhimento e inclusão. O relato visa oferecer um modelo replicável e discutível, que possa ser adaptado a outras unidades de informação e que contribua para o eixo temático no qual se insere.

Fundamentação

A jornada acadêmica é um período extenso e exige renúncias e escolhas que podem afetar significativamente a vida de um universitário. Ele passará a lidar com a falta de tempo, com o esgotamento físico e mental, com a pressão das provas, seminários durante um período que pode chegar a 5 anos ou mais. A soma desses fatores pode contribuir para um dano psicológico capaz de afetar seu bem-estar e sua saúde mental, levando-o a danos emocionais sérios e a uma possível evasão.

Nesse sentido, Santos et al. (2014) entendem que a biblioteca universitária precisa estar preparada não apenas para ser fonte informacional acadêmica dos estudantes, mas também como fonte de apoio, fazendo mediação e propondo atividades que estejam no escopo do interesse dos usuários. Pensar na biblioteca como um ambiente que também pode ser de relaxamento e descompressão mental contribui para torná-la mais interativa e dinâmica, capaz de impactar positivamente no bem-estar e na saúde mental dos usuários, o que amplia seu papel na formação acadêmica e na integração com a comunidade.

Chagas e Pizarro (2019) referem-se às atividades lúdicas em bibliotecas como ações que podem liberar emoções, que muitas vezes se encontram reprimidas. Gomes et al. (2023) reforçam os elevados índices de adoecimento entre estudantes universitários e destacam a importância de programas e ações voltados para a saúde mental como política de permanência na universidade. Ressalta-se que a fadiga mental se torna um obstáculo para o aprendizado em sala de aula e impede que o aluno se desenvolva em toda sua capacidade. Logo, promover iniciativas que estimulem o equilíbrio mental é estratégico para apoiar o sucesso na trajetória universitária. A

promoção de iniciativas dessa natureza amplia sua função tradicional e se afirma como um ambiente de estímulo não apenas cognitivo, mas também cultural, social e psicológico.

Objetivos

Objetiva ressaltar que ações lúdicas na biblioteca causam impacto positivo sobre o bem-estar mental dos estudantes, além de descrever observações que sustentam os resultados pretendidos. Objetiva, ademais, contribuir para o bem-estar e a saúde mental dos estudantes, enquanto atravessam os desafios de sua jornada acadêmico-científica.

Metodologia Aplicada

A metodologia combina observação, entrevistas e análise qualitativa de uso, tanto dos jogos quanto dos demais recursos lúdicos. Observou-se o uso do espaço de descompressão, a interação entre estudantes, a frequência e a atmosfera. Foram realizadas entrevistas com os usuários da biblioteca a fim de investigar em que medida o espaço contribui para seu bem-estar, para a redução do estresse e para o aumento de seu vínculo com a universidade, com a biblioteca e com os colegas. Com base nas observações, foi realizada uma análise sobre com que frequência o acervo recreativo e os jogos são utilizados interna ou externamente à biblioteca.

Análise e discussão dos resultados parciais ou finais

Os relatórios apresentaram entre junho e setembro empréstimos internos e externos:

- Jogos: 65;
- Massa modeladora: 24;
- Desenhos: 62;
- Livros recreativos: 121;
- Plástico bolha: 22.

A análise quantitativa norteia o alcance de uso, mas a qualitativa motivou a elaboração deste relato, apresentando os resultados alcançados em acolhimento, relaxamento, engajamento, interação, reações sobre o espaço e promoção de bem-estar. Como resultado, destacam-se os relatos de um aluno autista, que pediu um livro que fizesse ele se sentir feliz, pois tinha tido um sonho ruim e ainda estava com medo. Uma aluna com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), que pediu a massa de modelar emprestada para apertar enquanto assistia a uma aula na qual ela tinha dificuldade de se concentrar. Um aluno pai, que, diante da necessidade de levar seu bebê com ele para a aula, pegou emprestado livros infantis e brinquedos para a criança. E muitos outros alunos, que levam a leitura recreativa e jogos para descontrair depois de uma semana de tensão universitária. Os resultados parciais apontam que o cantinho da descompressão está atingindo seus objetivos.

Considerações finais

A experiência da BRO evidenciou que espaços educativos acolhedores com inserção do lúdico, são capazes de exercer papel social que vão além da formação acadêmica. Proporcionam leveza, relaxamento e motivação, reforçando o cuidado institucional com a saúde mental dos estudantes. A separação visual do acervo recreativo dos demais, mostrou-se inovadora e eficaz,

pois diferencia os tipos de literatura por cor, ademais, atrai o leitor para o prazer da leitura informal. O cantinho da descompressão atrai os alunos em pausas rápidas, trazendo leveza antes de dar início a mais uma atividade acadêmica. Além disso, os desenhos disponibilizados para pintura têm gerado grande interesse e são expostos nas obras na galeria.

Importante destacar que a preocupação com a saúde mental está presente nas ações cotidianas de toda a equipe, que busca identificar sinais de sobrecarga emocional e oferecer alternativas de cuidado. Ao reconhecer a complexidade da experiência universitária, os profissionais da BRO contribuem para o bem-estar do estudante e para sua permanência no ensino superior, sem que com isso esteja diminuindo a importância de ajuda profissional de saúde quando necessário.

Sugere-se, por fim, para um maior alcance de público, o aprofundamento da metodologia e a ampliação dos espaços de descompressão na universidade, em halls e corredores das áreas externas, potencializando o impacto no bem-estar geral de toda a comunidade acadêmica em todos os espaços que ela ocupe.

Palavras-chave: **bem-estar; saúde mental; biblioteca universitária; estudante universitário.**

Referências

CHAGAS, Ricardo de Lima. A vida acadêmica e a saúde mental: você já pensou sobre isso? **Boletim da Biblioteca Universitária da UFSC**, Florianópolis, abr. 2019. Disponível em: <http://www.sapsi.paginas.ufsc.br>. Acesso em: 1 set. 2025.

SANTOS, Raquel do Rosário; GOMES, Henriette Ferreira; DUARTE, Emeide Nóbrega. O papel da biblioteca universitária como mediadora da informação para construção de conhecimento coletivo. **DataGramZero - Revista de Informação**, [s.l.], v. 15, n. 2, abr. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35415/1/0%20papel%20da%20biblioteca%20universit%C3%A1ria%20como%20mediadora%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20para%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20conhecimento%20coletivo.pdf>. Acesso em: 1 set. 2025.

BAND, Barbara. Como as bibliotecas apoiam a saúde mental? Tradução livre de How do libraries support mental health? **Mundo Bibliotecário**, [s.l.], 16 fev. 2021. Disponível em: <https://mundobibliotecario.com.br/index.php/2021/02/16/como-as-bibliotecas-apoiam-a-saude-mental/>. Acesso em: 1 set. 2025.

CHAGAS, Ricardo de Lima; PIZARRO, Daniella Camara. Atividade de biblioterapia com usuários dos Centros de Atenção Psicossocial na Biblioteca Central da UFSC. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 72-91, 2019. Eixo 2 – Não devemos deixar ninguém para trás. Disponível em:

<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1351>. Acesso em: 1 set. 2025.

GOMES, Lucélia Maria Lima da Silva; LEITÃO, Heliane de Almeida Lins; SANTOS, Kyssia Marcelle Calheiros; ZANOTTI, Susane Vasconcelos. Saúde mental na universidade: ações e intervenções voltadas para os estudantes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 39, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469840310>. Acesso em: 1 set. 2025.

ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO EM PROL DA AVALIAÇÃO EXTERNA: PROGRAMA DE RELACIONAMENTO DA COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS DA UFF

Thulio Pereira Dias Gomes

Tessali Soares Nabekura

Brunna Dias Mathias

Valéria Albamonte Bruno

Manoela Ferraz Moyses

Pedro Henrique Wajsfeld Lima

Introdução

O presente relato descreve a experiência da Coordenação de Bibliotecas (CBI) da Superintendência de Documentação (SDC) da Universidade Federal Fluminense (UFF) na implementação do Programa de Relacionamento, previsto no Plano de Desenvolvimento de Unidade (PDU 2021-2023). A iniciativa se insere no eixo temático de inovação em bibliotecas universitárias, pois introduz práticas de comunicação e cooperação entre bibliotecas e coordenações de curso que têm impacto direto na elevação dos indicadores de qualidade dos cursos de graduação, sobretudo nos processos de avaliação externa conduzidos pelo INEP/MEC.

Fundamentação

O Programa foi concebido em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2018–2022) da UFF, que estabelece como objetivo estratégico a melhoria contínua do Conceito de Curso (CC) e do Conceito Preliminar de Curso (CPC). A literatura sobre gestão de bibliotecas universitárias e avaliação institucional destaca que o desempenho em indicadores de bibliografia básica e complementar é sensível à articulação entre docentes, núcleos docentes estruturantes (NDEs) e bibliotecários. O Programa também orienta aos cursos sobre indicadores indiretamente beneficiados pelo trabalho da biblioteca, como conteúdos curriculares, trabalho de conclusão de curso e tecnologias da informação e comunicação no ensino-aprendizagem. Dessa forma, o Programa de Relacionamento busca antecipar problemas, promover ações preventivas e fortalecer a gestão de coleções, alinhando-se às boas práticas de planejamento e inovação em serviços de informação.

Objetivos

O objetivo geral do programa é mediar o relacionamento entre bibliotecas e coordenações de curso para ampliar a promoção de produtos e serviços de informação. Entre os objetivos específicos destacam-se:

- a) aprimorar o desempenho dos cursos nos indicadores relacionados às bibliotecas;
- b) divulgar documentos relevantes para a gestão de coleções;
- c) informar o corpo docente sobre produtos e serviços disponíveis;
- d) alinhar bibliotecários e docentes para a avaliação externa;
- e) estimular o planejamento prévio de aquisições para adequação das bibliografias.

A meta central do programa é a obtenção da nota máxima (5) nos indicadores de bibliografia básica (3.6) e complementar (3.7) nos relatórios do INEP/MEC.

Metodologia

A metodologia adotada baseia-se em reuniões sistemáticas, presenciais e virtuais, entre bibliotecas, coordenações de curso e NDEs. Essas reuniões são planejadas com pauta definida e abrangem: atualização bibliográfica, aquisição de livros, preparação para visita *in loco*, divulgação de recursos informacionais e elaboração de relatórios de adequação bibliográfica. Além disso, o programa desenvolve ações como rodas de conversa sobre a avaliação do MEC, elaboração de planos de contingência, guias de uso de recursos eletrônicos e parcerias para gestão de coleções.

Análise e discussão dos resultados

Entre janeiro de 2022 e julho de 2024, participaram do Programa 12 bibliotecas e 18 cursos de seis municípios. Nesse período, seis cursos passaram por avaliação *in loco* do INEP/MEC, todos acompanhados pela CBI. Cinco deles (83%) alcançaram conceito máximo (5) nos indicadores de bibliografia básica e complementar. Além disso, indicadores indiretos, como conteúdos curriculares, trabalhos de conclusão de curso e tecnologias de informação e comunicação, também registraram bom desempenho, em parte associado às ações das bibliotecas.

Os resultados evidenciam que a atuação bibliotecária é transversal ao processo avaliativo. Produtos e serviços como o Pergamum UFF, o Portal de Periódicos da CAPES, a base JSTOR e a plataforma Minha Biblioteca foram citados nos relatórios de avaliação. Essa visibilidade confirma o impacto positivo da mediação promovida pelo Programa.

Entre as dificuldades, destaca-se a conciliação de agendas para a realização das reuniões e a resistência de algumas coordenações de curso. No entanto, estratégias como reuniões virtuais e insistência no contato permitiram mitigar esses obstáculos. Ainda que alguns cursos não tenham participado integralmente, não foram prejudicados nos indicadores de bibliografia, mostrando que a sensibilização inicial pode se converter em adesão posterior.

Conclusão

O Programa de Relacionamento da CBI configura-se como uma prática inovadora de gestão acadêmica, ao estabelecer rotinas de comunicação e cooperação que fortalecem a preparação das bibliotecas e cursos frente às avaliações externas. A experiência demonstra que a integração entre bibliotecários e docentes resulta em coleções mais adequadas, melhor desempenho institucional e valorização da biblioteca como agente estratégico na universidade. A continuidade e expansão do programa poderão consolidar ainda mais a contribuição das bibliotecas para a qualidade dos cursos da UFF e para o cumprimento das metas institucionais.

Palavras-chave: Avaliação institucional; Bibliotecas Universitárias; Gestão de Coleções; Programa de ligação.

Referências

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI UFF 2018-2022.** Niterói: UFF, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI UFF 2023-2026.** Niterói: UFF, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. **Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) 2021-2023.** Niterói: UFF, 2021.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA CRIAÇÃO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA BIBLIOTECA DA UFF - CAMPUS RIO DAS OSTRAS (BRO)

Monique São Paio de Azeredo Esteves Veiga

Raquel Santos de Oliveira

Janaíne Aparecida Ferreira de Sá

Introdução

As bibliotecas da Universidade Federal Fluminense compõem o Sistema de Bibliotecas e Arquivos, formado por 29 unidades de informação que são parte integrante da Superintendência de Documentação (SDC-UFF). Apesar de utilizarem o mesmo sistema para empréstimo e gestão de acervo, e possuírem manuais unificados para a realização de tarefas semelhantes, cada uma das unidades possui características e peculiaridades que a definem de forma particular e única. Quer seja pelo perfil dos cursos atendidos, pela demanda específica de seus usuários, pelas características de suas coleções internas, pelas habilidades e competências da equipe que a compõe, ou pela localidade e infraestrutura do campus em que está localizada; cada biblioteca organiza e performa suas tarefas de maneira a melhor atender seus usuários.

Fundamentação

Segundo a visão apresentada no Plano de Desenvolvimento da Unidade (SDC 2021-2023), as bibliotecas da UFF contribuem para que a SDC se torne referência na gestão estratégica da informação, mantendo o padrão de excelência no atendimento às necessidades informacionais e documentais, na valorização das relações humanas e na construção do conhecimento (Universidade Federal Fluminense, 2021).

Ao elaborar o Manual de Procedimentos (Sá; Esteves; Oliveira; Araújo; Fernandes, 2025), a equipe da Biblioteca de Rio das Ostras (BRO) buscou registrar e mapear os procedimentos específicos de sua unidade em um documento único, que destaca soluções locais de forma prática, no modelo passo-a-passo, criando *hiperlinks* para manuais técnicos, normativas e outros documentos oficiais que regulam as práticas executadas tanto por bibliotecários quanto por assistentes nas equipes de bibliotecas.

O manual elaborado foi disponibilizado na Área Técnica do portal de bibliotecas da UFF, após sua validação pela Coordenação de bibliotecas; e se propõe a ser, também, um modelo para que as demais unidades criem seus próprios documentos, adequados às suas realidades e especificidades.

Espera-se, com este relato de experiência, apresentar à comunidade de servidores da UFF tanto o produto final do manual criado quanto o processo de mapeamento de procedimentos e práticas que resultou no documento em questão, trazendo à luz a necessidade de registrar e dar conhecimento às práticas cotidianas, favorecendo a gestão do conhecimento no âmbito dos setores da universidade e das unidades de informação, bem como pavimentar um caminho para a transformação de conhecimento tácito em conhecimento explícito no âmbito da gestão pública.

Ao criar um manual colaborativo, a equipe se debruçou de forma conjunta sobre as atividades realizadas, com o objetivo de padronizar procedimentos e registrar de forma clara e concisa o passo a passo para realização das atividades executadas nesta unidade em particular. Assim, buscou-se alinhar as compreensões de todos os membros da equipe sobre a aplicação de regulamentos e normas, criando um documento de consulta capaz de otimizar o trabalho, registrar conhecimentos que antes circulavam apenas de forma tácita ou estavam vinculados a servidores específicos; e facilitar a integração de novos servidores, com instruções claras e detalhadas sobre como são realizados os procedimentos na BRO.

A ideia para a criação do manual de procedimentos da BRO surgiu a partir das atividades do GT Mapeamento de processos das SDC, que funcionou entre 2020 e 2021 e se propôs a mapear e racionalizar fluxos de trabalho, implementar rotinas inteligentes e sequenciadas, proporcionando eficiência nos resultados dos procedimentos internos realizados pelas unidades da CBI (Universidade Federal Fluminense, 2021). Como uma das atividades propostas pelo GT, houve a descrição detalhada dos processos realizados por cada unidade.

Metodologia

A partir deste mapeamento, a metodologia utilizada pela equipe se iniciou através da identificação de 38 atividades principais executadas na unidade, com foco para as que eram compostas por elementos específicos do campus de Rio das Ostras. Estas atividades foram divididas entre a equipe de acordo com a experiência de cada servidor na realização de cada tarefa. Em seguida, os servidores criaram um passo-a-passo para cada uma das tarefas elencadas, consultando os colegas em caso de dúvidas ou da necessidade de criar um novo procedimento. Ao longo desta etapa, eventualmente foram identificadas atividades e tarefas que não haviam sido mapeadas anteriormente, que foram redistribuídas e incluídas no processo. Posteriormente, as informações foram reunidas em um documento, apresentando o total de 66 procedimentos, divididos em 9 categorias: Atividades Gerais - Rotinas, Atendimento Ao Usuário, Circulação, Processamento Técnico, Gestão Administrativa, Gestão Documental, Gestão Patrimonial, Gestão De Coleções e Capacitação De Usuários (Sá; Esteves; Oliveira; Araújo; Fernandes, 2025).

Análise e discussão dos resultados

A proposta é que este seja um documento dinâmico, em constante atualização, compreendendo novos procedimentos e reformulação de atividades sempre que necessário. Assim, após a publicação na Área Técnica do portal de Bibliotecas, o documento já sofreu algumas alterações, em busca de retratar a realidade da unidade, mantendo sua relevância como documento de referência e consulta cotidianos.

Podemos afirmar que a experiência tem sido bastante significativa, com a consulta ao manual fazendo parte da rotina de todos os membros da equipe, facilitando a padronização de procedimentos e servindo como guia rápido. A inclusão dos *hiperlinks* contribui para a praticidade da consulta ao material; além de redirecionar a consulta para os manuais, regulamentos e normativas do sistema como um todo, permitindo que o documento se debruce prioritariamente sobre as características particulares da unidade, e evitando a duplicidade de informações. Outra vantagem é manter a relevância do material, uma vez que os documentos externos podem sofrer alterações sem ocasionar a necessidade de verificação constante dos documentos citados no manual, e sem interferir na sua precisão.

Ressaltamos ainda, a contribuição do documento para a ambientação de novos servidores na equipe, situação pela qual a BRO passou em 2025, e onde foi possível verificar o impacto positivo da presença de um documento referencial unificado, tanto para a tutoria dos servidores recém-chegados quanto para a promoção da independência deles na realização de atividades.

Considerações finais

Por fim, consideramos que a experiência de elaboração e uso de um manual de procedimentos em biblioteca colabora positivamente para a celeridade dos serviços prestados, para a padronização de processos e atividades, e fornece uma base sólida para a melhoria da prestação de serviços aos usuários da biblioteca. Ademais, contribui para facilitar a transição de servidores e sua movimentação entre unidades do sistema de bibliotecas, apontando as principais diferenças nos serviços prestados em diferentes unidades.

Palavras-chave: Gestão de Unidades de Informação; Biblioteca Universitária; Instituição de Ensino Superior; Biblioteca.

Referências

SÁ, J. A. F. de; ESTEVES, M. S. P. de A.; OLIVEIRA, R. S. de; GOMES, L. A. de A.; FERNANDES, V. da S. **Manual de procedimentos da biblioteca de Rio das Ostras BRO/CBI/SDC.** Rio das Ostras: UFF, 2025. Disponível em: <https://bibliotecas.uff.br/wp-content/uploads/sites/164/2025/05/MANUAL-DE-PROCEDIMENTOS-BRO-2025.docx.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. **Plano de Desenvolvimento da Unidade - PDU/SDC.** Niterói: UFF, 2021. Disponível em: https://www.uff.br/wp-content/uploads/2023/12/pdu_sdc.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Determinação de serviço SDC Nº 31 de 20 de outubro de 2020.** Prorrogação do Grupo de Trabalho para mapeamento do fluxo de trabalho das unidades que compõem a Coordenação de Bibliotecas da Superintendência de Documentação. Boletim de Serviço UFF 2020. Disponível em: <https://www.noticias.uff.br/bs/2020/10/193-20.pdf> Acesso em: 28 ago. 2025.

GESTÃO DE DOAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS NA UFF: SOLUÇÕES INSTITUCIONAIS

PARA DESAFIOS LEGAIS

Maria Helena Ferreira Xavier da Silva

Tessali Soares Nabekura

Debora do Nascimento

Vinicius da Silva Fernandes

Thulio Pereira Dias Gomes

Introdução

Este relato apresenta a experiência da Universidade Federal Fluminense (UFF) na adaptação de suas bibliotecas ao Decreto nº 9.764/2019 e à Instrução Normativa SEGES/ME nº 6/2019, que regulamentam o recebimento de doações por instituições públicas federais. A partir de 2019, a obrigatoriedade de registro no sistema federal de doações (Doações.gov.br) trouxe entraves burocráticos que impactaram a prática de doações, tradicionalmente essencial para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. No contexto do eixo de gestão de bibliotecas, a experiência relatada evidencia como a UFF conciliou exigências legais com práticas biblioteconómicas, garantindo transparência sem inviabilizar a rotina de incorporação de materiais.

Fundamentação

As doações sempre desempenharam papel estratégico na constituição de acervos universitários, especialmente em cenários de restrição orçamentária. Como discutem autores como Faria (2017) e Silva & Luz (2021), as bibliotecas públicas dependem das doações para diversificar coleções e incluir obras raras ou esgotadas. Contudo, o novo marco legal introduziu barreiras práticas, desestimulando doadores. Estudos em outras universidades (UFPA, UFMG, UFU) apontam soluções variadas, de formulários internos a sistemas informatizados, que inspiraram a UFF na busca de procedimentos compatíveis com sua realidade operacional.

Objetivos

O objetivo do trabalho foi adaptar o processo de recebimento de doações bibliográficas às novas normas federais sem comprometer a eficiência das bibliotecas. Especificamente, buscou-se:

- a) assegurar segurança jurídica aos procedimentos;
- b) simplificar a tramitação para bibliotecários e doadores;
- c) manter a transparência e a publicidade legal;
- d) estabelecer critérios técnicos claros de avaliação, incorporação e descarte de materiais.

Metodologia

A metodologia consistiu em um processo articulado entre Coordenação de Bibliotecas (CBI), Coordenação de Administração Patrimonial (CAP) e Procuradoria Federal junto à UFF (PROGER). Foram realizados:

- levantamento de práticas de outras universidades;
- análise da Nota Técnica SEI nº 15530/2022/ME, que flexibilizou a obrigatoriedade do uso do sistema federal;
- consultas jurídicas à PROGER;
- reuniões técnicas intersetoriais para alinhar exigências legais e rotinas biblioteconômicas;
- elaboração conjunta de normativa institucional (Instrução Normativa Conjunta SAEP/SDC/UFF nº 1/2024), que formalizou critérios e procedimentos.

Análise e discussão dos resultados

O principal resultado foi a publicação da normativa interna em março de 2024, que:

- estabeleceu condições em que doações estão dispensadas do Doações.gov.br (como doações de docentes, discentes, agências de fomento e editoras);
- padronizou critérios técnicos de avaliação (adequação ao acervo, estado físico, relevância acadêmica, custo de manutenção);
- normatizou procedimentos de incorporação patrimonial e descarte responsável;
- conferiu clareza e imparcialidade ao processo, fortalecendo a relação entre bibliotecas e sociedade.

Com a medida, houve redução da burocracia, maior satisfação de doadores e maior confiança entre bibliotecários quanto à legalidade dos procedimentos. A experiência demonstrou que soluções locais, respaldadas juridicamente, podem garantir o equilíbrio entre a transparência legal e a operacionalidade biblioteconômica.

Conclusão

A adequação da UFF ao Decreto nº 9.764/2019 mostrou-se um exemplo de inovação administrativa aplicada às bibliotecas universitárias. A experiência destacou o papel da articulação intersetorial e do respaldo jurídico na construção de soluções sustentáveis. A Instrução Normativa Conjunta SAEP/SDC/UFF nº 1/2024 não apenas respondeu às exigências legais, mas também fortaleceu a gestão das coleções e a credibilidade institucional. Esta prática pode servir de referência a outras universidades federais, oferecendo caminhos para compatibilizar legislação e cotidiano biblioteconômico.

Palavras-chave: **Bibliotecas Universitárias; Desenvolvimento de Coleções; Doações Bibliográficas; Legislação Federal; Gestão de Acervos.**

Referências

BRASIL. Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019. Dispõe sobre o recebimento de doações por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 12 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 10.314, de 6 de abril de 2020. Altera o Decreto nº 9.764/2019, que dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 66, p. 2, 7 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 10.667, de 5 de abril de 2021. Altera o Decreto nº 9.764/2019, que dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 63, p. 3, 6 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Instrução Normativa nº 96, de 2 de outubro de 2020. Altera a Instrução Normativa nº 6, de 12 de agosto de 2019. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 28, 5 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Nota Técnica SEI nº 15530/2022/ME**. Brasília, DF, 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Gestão. Instrução Normativa SEGES/ME nº 6, de 12 de agosto de 2019. Dispõe sobre os procedimentos para recebimento de doações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 ago. 2019.

FARIA, C. V. de. Seleção de materiais bibliográficos para a modalidade de aquisição doação: um relato de experiência da Biblioteca Central da UFMG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais...** São Paulo: FEBAB, 2017. p. 1–9.

OLIVEIRA, J. F. de; SOUZA, K. P. de; FRANÇA, M. N.; JORGE JÚNIOR, E. M. Doação de material informacional: gestão e valoração. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 22., 2024, Recife. **Anais...** São Paulo: FEBAB, 2024.

SILVA, E. C. S. da; LUZ, H. R. da S. S. Doação, diretrizes e dilemas na biblioteca universitária: estudo realizado na Biblioteca Marcelino Monteiro da Costa, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA. **Folha de Rosto**, João Pessoa, v. 7, n. 3, p. 130–148, set./dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instrução Normativa Conjunta SAEP/SDC/UFF nº 1, de 4 de março de 2024. Regulamenta o recebimento, a incorporação e o descarte de doações de materiais bibliográficos impressos pelas bibliotecas da Universidade Federal Fluminense. **Boletim de Serviço da UFF**: seção III, v. 58, p. 47–53, 19 mar. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. **Diretrizes para a formação e o desenvolvimento do acervo no Sistema de Bibliotecas da UFF**. 3. ed. rev. atual. Niterói: UFF, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. **Plano de desenvolvimento do acervo das Bibliotecas UFF para 2023 a 2027**. Niterói: UFF, 2023.

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

WEITZEL, S. da R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intertexto; Interciênciac, 2013.

VEDAÇÃO À RECONTRATAÇÃO DE PROFESSORES SUBSTITUTOS: LEI E PRÁTICA

Priscila Alves dos Santos Sanches¹

O presente trabalho é resultado preliminar de pesquisa de mestrado em andamento, que analisa como o Direito Administrativo se materializa na prática da Administração Pública a partir do processo administrativo, sendo observado o processo de contratação de professor substituto no contexto de uma universidade federal, especialmente na vedação à recontratação em menos de 24 meses, previsto na Lei 8.745/1993.

Nesse sentido, propõe-se uma reflexão sobre a construção e a interpretação de normas jurídicas, cuja aplicação varia tanto no âmbito das universidades quanto nas decisões judiciais. Em particular, analisa-se como a coexistência de interpretações distintas impacta situações em que candidatos são impedidos de celebrar contrato com a universidade em razão da aplicação de dispositivos legais, bem como a forma como tais interpretações influenciam a gestão dos processos administrativos, produzindo conflitos, insegurança e soluções dentro da própria instituição.

O objetivo é discutir os efeitos da norma e as divergências de interpretação nos âmbitos administrativo e judicial, evidenciando como a incerteza interpretativa afeta candidatos e servidores, partindo da análise de documentos, normativas e decisões judiciais, que servem como aparato para refletir sobre a instituição e as relações nela estabelecidas. A análise de dois casos, com decisões judiciais opostas diante de situações idênticas, revela a influência dos saberes locais e das sensibilidades institucionais na revisão da aplicação do entendimento normativo.

A pesquisa em andamento adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, articulando Direito, Antropologia e Sociologia. Considerando minha atuação profissional na Universidade utilizei no presente estudo o método da observação participante, além da análise de documentos institucionais, processos administrativos, pareceres e decisões judiciais, bem como a realização de entrevista com uma servidora.

A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo VII, trata da Administração Pública e dispõe, em seu artigo 37, inciso IX, que o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, será regulamentado por lei. No âmbito federal, a Lei nº 8.745/1993, que trata de diferentes tipos de contratos, definiu a contratação de professor substituto como necessidade temporária de excepcional interesse público.

Uma das situações que mais geravam conflitos na contratação de professores substitutos na universidade pesquisada, em razão não apenas de ações judiciais, mas também da necessidade administrativa em sobrestar a vaga da contratação – o que provocava conflitos entre Departamentos de Ensino e setores administrativos –, era a vedação prevista na lei quanto à contratação de candidato que tivesse encerrado contrato, com base na referida lei, há menos de 24 meses.

O caso analisado no presente estudo envolve dois candidatos que, ao serem aprovados em seleção simplificada realizada pela Universidade e terem sua documentação analisada pelo setor

¹ Mestranda do Programa de Justiça e Segurança – PPGJS e servidora técnica em administração na Universidade Federal Fluminense.

responsável pela efetivação do contrato, restou identificado que ambos tinham encerrado vínculo em outra universidade há menos de 24 meses, incidindo, assim, no impedimento legal.

Cada candidato ingressou com uma ação judicial² em uma mesma comarca distinta da capital e os processos foram distribuídos para varas diferentes. Os resultados foram igualmente distintos: em um dos processos, o juiz determinou o afastamento do impedimento e autorizou a contratação; no outro, o magistrado negou o pedido, sob o argumento de que, como a jurisprudência não era de observância obrigatória, caberia a cada juiz realizar sua própria análise de mérito, sendo dada interpretação segundo a lei, tendo ainda entendido que qualquer resultado que restringisse os efeitos da lei configuraria violação ao texto legal.

Algum tempo depois, chegou ao conhecimento da Universidade um parecer da Procuradoria que assessorava outra instituição de Ensino Superior, respaldando o afastamento do impedimento para candidatos que tivessem encerrado contrato há menos de 24 meses com outra universidade, de acordo como vem decidindo boa parte dos magistrados. A partir desse parecer, e de outro emitido pela Procuradoria que assessorava a UFF, passou-se a adotar o não ser este um entendimento pacificado e amplamente adotado em todas as universidades, ainda persiste, entre os servidores, insegurança quanto ao afastamento do impedimento, uma vez que, sistematicamente, o desbloqueio é realizado mediante o CPF do servidor responsável pelo contrato.

Para o presente estudo, tomei como base o exercício do estranhamento proposto por DaMatta, em razão da minha posição nativa no campo de pesquisa, articulando os ensinamentos de Kant de Lima e Luppet sobre a importância da pesquisa empírica no Direito e sobre como a Antropologia possibilita essa análise, distanciando-se do dever-ser normativo e doutrinário.

A partir de estudos sobre o livre convencimento motivado do juiz (Lima) e sobre o poder conferido ao magistrado na condução do processo judicial (Geraldo), foi possível observar de forma mais crítica as decisões nas sentenças analisadas. Identificou-se, assim, como práticas burocráticas podem configurar formas de violência moral, conforme discutido por Oliveira, além de revelar estratégias internas mobilizadas para mitigar desigualdades no acesso ao direito e reduzir judicializações contra a instituição.

A análise de dois casos semelhantes, mas com desfechos distintos, evidencia que as decisões institucionais não se restringem à aplicação da norma, mas também são atravessadas por decisões de atores que detêm o conhecimento especializado. Ao passo que produz insegurança entre os servidores que operacionalizam o processo administrativo.

Por fim, observa-se que, na UFF, sensibilidades, saberes e moralidades dos atores envolvidos na gestão do referido processo administrativo foram mobilizados para que a interpretação de uma norma legal fosse alterada e flexibilizada. Tal movimento buscou, ao mesmo tempo, reduzir o risco de ações judiciais contra a instituição quanto assegurar o direito ao trabalho de candidatos aprovados em seleção simplificada, mesmo quando possuíam vínculo anterior com outra instituição encerrado há menos de 24 meses.

Palavras-chave: Direito Administrativo; Gestão dos Processos Administrativos; Lei 8.745/1993.

² Não farei a citação dos números dos processos no resumo, pois embora o tema não justifique o segredo de justiça – visto que demais ações desse tipo são facilmente consultadas –, as duas ações pesquisadas não estão disponíveis na consulta pública, tendo os documentos sido acessados em razão da minha posição nativa no campo.

Referências

BRASIL. **Lei nº 8.745**, de 09 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8745compilada.htm. Acesso em: 24/01/2024.

DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. **Boletim do Museu Nacional: Antropologia**, n. 27, maio de 1978. P.1-12. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3270609&forceview=1>. Acesso em: 19/04/2024.

GERALDO, Pedro Heitor Barros. (Des)controles da inquisitorialidade: a administração de conflitos e a organização da Justiça brasileira em perspectiva comparada. **Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia**, 2023.

GEERTZ, Clifford. “O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa”. IN: **O Saber Local. Novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, Vozes, cap. 8, 2002.

LIMA, Roberto Kant. “Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada”. IN: **Anuário Antropológico**, v. 2, p. 25-51, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/7026>

_____. BAPTISTA, Barbara L. O desafio de realizar pesquisa empírica no direito. **Anuário Antropológico**, 2014.

OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso. Existe violência sem agressão moral? In: **Revista brasileira de Ciências Sociais** - vol. 23 nº 67, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbc soc/a/YmSpRVMkLsSTJW5Kdf6bLdB/abstract/?lang=pt>

CAPACITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE EQUIPES: RELATO DA SEMANA DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DAS BIBLIOTECAS UFF

Manoela Ferraz Moyses

Thulio Pereira Dias Gomes

Tessali Soares Nabekura

Pedro Henrique Wajsfeld Lima

Brunna Dias Mathias

Wallace Leal Barbosa

Introdução

Este relato apresenta a experiência da organização da Semana de Desenvolvimento de Competências das Bibliotecas da Universidade Federal Fluminense (UFF), realizada de forma semestral entre 2023 e 2025. A iniciativa surgiu como resposta à necessidade de promover capacitação continuada e integração das equipes que compõem o Sistema de Bibliotecas da UFF. No eixo temático de formação e inovação em bibliotecas universitárias, a experiência evidencia como estratégias formativas permanentes contribuem para o alinhamento institucional, a qualificação dos serviços e a valorização dos profissionais.

Fundamentação

A formação continuada é apontada pela literatura especializada e por diretrizes institucionais (UFF, 2018; 2021; 2023) como essencial para o desenvolvimento de bibliotecas universitárias que atuem de forma inovadora para atender às demandas acadêmicas. Além disso, documentos internacionais da IFLA e da UNESCO reforçam a importância de programas regulares de capacitação como caminho para fortalecer competências profissionais em ambientes de informação. A Semana de Desenvolvimento de Competências, ao priorizar temas levantados pelas próprias equipes em pesquisas de satisfação, dialoga com o conceito de aprendizagem organizacional, consolidando a biblioteca como espaço formador.

Objetivos

O objetivo geral da Semana foi promover o aprimoramento profissional e a integração das equipes das bibliotecas da UFF. Entre os objetivos específicos, destacam-se:

- a) alinhar rotinas de trabalho e padronizar procedimentos;
- b) estimular práticas colaborativas entre bibliotecários, técnicos, auxiliares, estagiários e bolsistas;
- c) ampliar competências técnicas em gestão de acervos, recursos eletrônicos e preservação;
- d) desenvolver habilidades comunicacionais e socioemocionais;
- e) fortalecer a identidade institucional e o senso de pertencimento das equipes.

Metodologia

A Semana foi organizada pela Seção de Gerenciamento de Recursos Informacionais (SGRI) e pela Seção de Planejamento e Desenvolvimento de Coleções (SPDC) da Coordenação de Bibliotecas da UFF. O evento adotou um formato híbrido, priorizando atividades remotas no *Google Meet*, para alcançar os diferentes *campi* da UFF, mas mantendo oficinas presenciais em temas que exigiam prática, como conservação de documentos.

O processo envolveu:

- planejamento e curadoria de temas a partir das demandas levantadas nas pesquisas de satisfação;
- definição de mediadores entre integrantes das equipes das bibliotecas;
- apoio de profissionais de TI para divulgação e registro no site institucional;
- produção de material gráfico e cronogramas compatíveis com o calendário acadêmico;
- aplicação de pesquisas de satisfação ao final de cada atividade, via Google Forms;
- disponibilização das gravações no AVA da UFF, garantindo memória institucional e acesso contínuo aos conteúdos.

Análise e discussão dos resultados

Entre 2023 e 2025, foram realizadas seis edições consecutivas da Semana de Desenvolvimento de Competências. As avaliações revelam uma trajetória de consolidação:

- a partir da III edição, mais de 85% dos participantes atribuíram nota máxima (5) ao evento;
- houve predomínio da preferência pelo formato remoto (entre 68% e 85%), sinalizando sua importância para favorecer a participação das equipes dos *campi* dos municípios do interior do estado do Rio de Janeiro;
- os comentários qualitativos ressaltaram a relevância das capacitações para novos e antigos servidores, a pertinência dos temas abordados (como revisões sistemáticas, recursos eletrônicos e ferramentas de inteligência artificial), e a valorização da troca entre colegas.

O evento também consolidou um ciclo de escuta ativa, no qual as demandas registradas nas pesquisas orientam as edições seguintes, ampliando o engajamento do público no evento.

Conclusão

A experiência da Semana de Desenvolvimento de Competências demonstrou que a formação continuada, quando realizada de forma sistemática, participativa e alinhada às demandas institucionais, contribui significativamente para o fortalecimento das bibliotecas universitárias. O evento promoveu atualização técnica, valorização profissional e integração entre equipes, consolidando-se como prática inovadora no contexto da UFF. A manutenção dessa política formativa tende a impactar positivamente a qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e a reforçar o papel das bibliotecas como espaços estratégicos de aprendizagem e inovação.

Palavras-chave: **Bibliotecas Universitárias; Capacitação Contínua; Competências Profissionais.**

Referências

IFLA. **Guidelines for continuing professional development:** principles and best practices. The Hague: IFLA, 2019.

UNESCO. **Media and information literacy:** policy and strategy guidelines. Paris: UNESCO, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI UFF 2018-2022. Niterói: UFF, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI UFF 2023-2026. Niterói: UFF, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. **Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) 2021-2023.** Niterói: UFF, 2021.

HEGEMONIA DA DROMOAPTIDÃO NA GESTÃO DE DADOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Rafael Velasco Pessana¹

Jacqueline da Silva Deolindo²

Introdução

Este trabalho tem foco numa análise quantitativa a respeito dos acordos de universidades federais brasileiras com empresas de tecnologias fornecedoras de serviços de e-mail e armazenamento em nuvem, estabelecendo uma crítica sobre como essas empresas foram favorecidas pela pandemia da COVID-19, ao possuírem soluções prontas para a demanda de serviços *online* como aulas e reuniões em tempo real, armazenamento em nuvem, dentre outros.

Considerando o exposto, pretendemos colaborar com o eixo temático Gestão Pública e Inovação, por meio da consolidação de dados desses acordos, para proporcionar uma reflexão sobre a custódia de informações sensíveis, dentre dados pessoais, dados de pesquisas acadêmicas, ou outras informações estratégicas. A reflexão proposta visa subsidiar a busca de possíveis caminhos alternativos às soluções tecnológicas oferecidas pelas grandes empresas de tecnologia e aceitas pelas instituições aparentemente sem um debate prévio qualificado.

Embora este artigo não se trate de um relato de experiência, a inquietação que trazemos parte da naturalidade com que as plataformas estrangeiras de serviços tecnológicos foram adotadas pelas universidades federais brasileiras, enquanto instituições públicas federais, pelo Ministério da Educação, enquanto órgão da União, e por nós, seja como técnicos, como docentes, ou como alunos dessas instituições. Vários outros órgãos e entidades públicos também adotaram a gestão de dados terceirizada através de acordos e contratos com empresas do grupo intitulado Big Five ou GAFAM - acrônimo que reúne as empresas Google, Apple, Facebook (Meta), Amazon e Microsoft, como se pode constatar nos trabalhos de Mian (2021, in Silveira, 2021) e Parra et al. (2021). Tais escritos relatam o evento ocorrido em 2016 no qual a Google apresentou a sua plataforma educacional para diversos representantes de instituições federais públicas de ensino superior (Mian, 2021, in Silveira, 2021, p. 135).

Fundamentação

A dromoaptidão (Trivinho, 2005) é um conceito que possui em sua composição o radical grego dromos, que faz referência à velocidade. É a qualidade atribuída a entidades, sejam elas pessoas, empresas ou instituições, que estão aptas a apresentar soluções tecnológicas rápidas e prontas para os problemas da sociedade. Segundo Silveira et al (2021), esse fenômeno favorece a agenda neoliberal e consequentemente a colonialidade. Os princípios neoliberais, tendo como bússola a busca pela eficiência e pela economia, dentre outros valores, prescrevem a submissão de

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas - PPGDAP/UFF. Assistente em Administração no Departamento de Geografia de Campos - GRC/ESR. rvelasco@id.uff.br

² Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas - PPGDAP/UFF. jacqueline.deolindo@id.uff.br

demandas tecnológicas às grandes empresas que já possuem uma solução adequada à necessidade, no caso das universidades federais, de plataformas para aulas *online*, serviços de armazenamento na nuvem, *e-mail*, dentre outros produtos oferecidos nos pacotes de serviços.

O conceito de colonialidade em Silveira *et al* (2021), com lastro em Aníbal Quijano e Ballestrin, é considerado um dos principais elementos do padrão mundial capitalista. A colonialidade se alicerça nas relações hierárquicas, que, considerando o estágio de sofisticação das empresas de tecnologia, estabelece uma “inaptidão da inteligência coletiva local” (Silveira, *in* Silveira *et al*, 2021, p.42) para a construção de soluções para suas próprias demandas, gerando uma submissão colonial intelectual, análoga à submissão colonial histórica, esta, porém imposta pelo uso da força. No contexto atual, a tecnologia se torna o mecanismo de dominação que mantém a relação de dependência dos países consumidores das soluções tecnológicas.

Trazemos ainda a contribuição de Dagnino (2008) e suas reflexões acerca das principais visões sintetizadas nos estudos que abordam o fenômeno tecnológico. Em ordem cronológica, a primeira delas é o instrumentalismo, combinando princípios do iluminismo e do positivismo, e valores como uma suposta neutralidade e total controle por parte do ser humano.

A segunda visão, determinista, é tributária de Marx, para quem o controle humano é impotente diante do progresso inexorável da ciência e da tecnologia. Nessa perspectiva, a interpretação marxista atribui ao fenômeno tecnológico uma autonomia intrínseca combinada com a neutralidade. A tecnologia seria, portanto, um “servo neutro” (Dagnino, 2008, p.243), que deveria, porém, estar a serviço das classes trabalhadoras, e não dos capitalistas. A mudança da direção se daria por meio da revolução. A presença da neutralidade em ambas as visões aponta a incipiente das reflexões a respeito do objeto. O amadurecimento dos estudos sobre a ciência e a tecnologia, assim como qualquer outro fenômeno estudado, não tem espaço para comportar uma visão ingênua a respeito, como aponta Dagnino (2008):

A tecnologia moderna tal como nós a conhecemos é tão neutra quanto as catedrais medievais ou a muralha da China. Ela incorpora os valores de uma civilização industrial particular e em especial aqueles das elites, que buscam a hegemonia por meio do controle da técnica. Nós devemos articular e julgar esses valores em uma crítica cultural da tecnologia. (Dagnino, 2008, p.239).

As epistemologias oriental e ocidental forjaram culturas que tiveram diversas expressões, seja no idioma, nos costumes, na religião, na engenharia e arquitetura, na produção do conhecimento. As catedrais medievais são um dos símbolos da Europa pré-renascentista. A grande muralha um dos símbolos do império chinês da antiguidade. Ao adotar acriticamente qualquer elemento produzido por outras culturas, estamos na verdade suprimindo nossos próprios modos de produzir o conhecimento e a tecnologia, estamos abortando nossos símbolos.

Já na segunda metade do século XX, a Escola de Frankfurt elabora uma perspectiva substantivista, na qual a tecnologia continua como um ente autônomo, porém totalmente condicionada aos valores sociais. Seria, portanto, um reflexo da sociedade que a produz, o que justifica o pessimismo dos teóricos em relação ao fenômeno tecnológico. O capitalismo, principal motor do desenvolvimento, é como um código genético que transmite à tecnologia valores como eficiência a qualquer custo, mecanismos de controle e manutenção do poder, a tal ponto que os teóricos dessa vertente defendiam abandonar tudo o que foi produzido sob sua égide.

Uma proposta amadurecida seria equilibrar os valores condicionantes do modelo de produção da tecnologia com o controle social, democrático, voltado para as necessidades humanas. Essa visão, proposta por Dagnino (2008) e defendida por outros autores, seria a adequação sociotécnica. É uma perspectiva que considera o aspecto político das decisões relacionadas à tecnologia, o que não é possível harmonizar com a tese das decisões meramente técnicas, pois estas pressupõem a neutralidade e o instrumentalismo das soluções tecnológicas.

Exposição dos principais objetivos

O objetivo é, a partir da análise quantitativa e consolidação de dados sobre os acordos de parceria entre as 69 universidades brasileiras, segundo dados atualizados do MEC³, e as grandes empresas de tecnologia, dentre as quais destacam-se Google e Microsoft, estabelecer uma crítica sobre de que modo esses acordos foram firmados, suas consequências para a proteção de dados pessoais e de pesquisas em andamento nas universidades, e se houve algum debate prévio à adoção de tais soluções.

Metodologia Aplicada

Adotamos a pesquisa documental nas páginas oficiais do Ministério da Educação e das 69 universidades federais pesquisadas. Nessa busca, procuramos verificar documentos ou notícias que atestem a realização de acordos para a prestação de serviços em tecnologia. Os resultados estão presentes no Quadro 1. Analisamos tais acordos à luz dos conceitos de dromoaptidão (Trivinho, 2005) e colonialismo de dados (Silveira, 2021).

Quadro 1 - Instituições e parcerias de serviços tecnológicos

Instituição	Sigla	Parceria
Universidade Federal do Acre	UFAC	Google
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	Google/Microsoft
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	Google
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	Google
Universidade Federal da Bahia	UFBA	Google
Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	Google/Microsoft
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	Google
Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	Google
Universidade Federal do Ceará	UFC	Google
Universidade Federal do Cariri	UFCA	Google
Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira	Unilab	Google
Universidade de Brasília	UnB	Microsoft
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	Google

³ Informações obtidas em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/es/universidades-federais>, acesso em 23/08/2025.

Universidade Federal de Goiás	UFG	Google
Universidade Federal de Catalão	UFCat	Google
Universidade Federal de Jataí	UFJ	Google/Microsoft
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	Google
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Microsoft
Universidade Federal de Ouro Preto	Ufop	Google
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	Microsoft
Universidades Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Google
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	Google
Universidade Federal de São João del-Rei	UFSJ	Google / Microsoft
Universidade Federal de Viçosa	UFV	google
Universidade Federal de Lavras	Ufla	Google
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	google
Universidade Federal de Alfenas	Unifal-MG	Google / Microsoft
Universidade Federal de Itajubá	Unifei	Google
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	UFMS	Google
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	Google / Microsoft
Universidade Federal do Mato Grosso	UFMT	Google
Universidade Federal de Rondonópolis	UFR	Google / Microsoft
Universidade Federal do Pará	UFPA	Google / Microsoft
Universidade Federal Sul e Sudeste do Pará	Unifesspa	Google
Universidade Federal do Oeste do Pará	Ufopa	Google
Universidade Federal Rural da Amazônia	Ufra	Google
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	Google / Microsoft
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	Google / Microsoft
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	Google
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	Google
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	Ufape	Google
Universidade Federal do Vale do São Francisco	Univasf	Google
Universidade Federal do Piauí	UFPI	Google
Universidade Federal do Delta do Parnaíba	UFDPar	Google / Microsoft / Oracle
Universidade Federal do Paraná	UFPR	Google
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	Google
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Unila	Google
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Google
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	Google

Universidade Federal Fluminense	UFF	Google
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	Google / Microsoft
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	Google
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	Ufersa	Google
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	Google
Universidade Federal de Roraima	UFRR	Google
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Google
Universidade Federal de Pelotas	UFPel	Google
Universidade Federal do Rio Grande	Furg	Microsoft
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	Google / Microsoft
Universidade Federal do Pampa	Unipampa	Google
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Google
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Google
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	Google
Universidade Federal de Sergipe	UFS	Google
Universidade Federal de São Paulo	Unifesp	Google
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	Google
Universidade Federal do ABC	UFABC	Google / Microsoft
Universidade Federal do Tocantins	UFT	Google
Universidade Federal do Norte do Tocantins	UFNT	Google

Fonte: elaborado pelos autores, por meio de pesquisa nos sites institucionais.

Análise e discussão dos resultados parciais

Nossa análise prévia constatou um considerável número de instituições com acordos de parceria com as *big techs*, em especial Google e Microsoft. Essa constatação se confirmou ao finalizarmos o levantamento, pois todas as universidades da rede federal possuem um acordo ou contrato, em modalidades gratuitas ou pagas, com pelo menos uma dessas empresas. A custódia de dados de diversas instituições, milhares de docentes, técnicos e discentes, as respectivas pesquisas, dentre outros dados, está sob a guarda de empresas estrangeiras. Essa escolha seria justificável num contexto de total neutralidade do agente de custódia, o que não é possível segundo o conceito de alienação técnica (Silveira, *in Silveira et al*, 2021, p.45) e segundo os estudos sobre o fenômeno tecnológico (Dagnino, 2008). Nesse caso, o armazenamento desses dados em servidores geridos por empresas privadas sediadas em outro país pode significar um risco à segurança das informações, pois todo dado armazenado pode ser utilizado para fins políticos, e se tornam um peso (contra nós, nesse caso) no equilíbrio mundial de forças geopolíticas.

Este espaço não comporta uma análise detalhada e qualitativa dos acordos. Porém trazemos como elementos ilustrativos cláusulas como “a Google poderá transferir, armazenar e processar os Dados do Cliente nos Estados Unidos ou em **qualquer outro país** em que a Google ou seus agentes mantenham instalações” (grifo nosso). Uma outra cláusula, intitulada “15.10 Lei aplicável”, expressa que “Para as Entidades Governamentais Municipais, Estaduais e

Federais”, “Se o Cliente for uma entidade governamental municipal, estadual ou federal, **as partes acordam em não se pronunciar a respeito da legislação vigente e do foro.**” (grifo nosso). Ou seja, no caso do acordo com a Google, as universidades brasileiras consentem com a prerrogativa de a empresa escolher onde serão armazenados e tratados os nossos dados. Concordam também em abrir mão do princípio da inafastabilidade da jurisdição, expresso no Art. 5º, XXXV da Constituição.

Sob o ponto de vista do direito, a cláusula 15.10 poderia estar sujeita a nulidade, pois as universidades, enquanto pessoas jurídicas brasileiras, sediadas no Brasil e, portanto, sujeitas às normas constitucionais e demais normas legais nacionais, não poderia dispor de um direito elencado fundamental. Não pretendemos aprofundar análises jurídicas dos acordos, no entanto são cláusulas que, na hipótese de litígio entre uma universidade ou uma pessoa física a ela vinculada e a empresa prestadora de serviços tecnológicos, poderia ter um viés desfavorável aos contratantes nacionais, sobretudo se analisados pela perspectiva da legislação de um outro país.

Considerando o contexto já favorável à implementação da plataforma, a chegada da pandemia da Covid-19 serviu como catalisador do processo, pois a urgência de soluções para a continuidade das aulas, dadas as circunstâncias de elevada taxa de contaminação do vírus e consequente imposição de isolamento social, tornou inviável quaisquer atividades de ensino exceto aquelas que pudessem ser executadas com a segurança da mediação tecnológica, o que se deu por meio das aulas remotas. Outras atividades como reuniões e armazenamento de dados foram também possibilitadas pelas plataformas tecnológicas.

Conclusão

A adoção de soluções prontas oferecidas por empresas estrangeiras pode ser um fator de comprometimento dos dados fornecidos pelas universidades federais. O fato de as universidades federais delegarem a guarda dessas informações a entidades estrangeiras pode ser um sintoma do fenômeno identificado como dataísmo (Silveira, *in Silveira et al*, 2021, p. 43). Nas próximas etapas pretendemos verificar se esses elementos atestam a ocorrência de fenômenos como o capitalismo de vigilância e o colonialismo de dados (Cassino, *in Silveira et al*, 2021, p.28). Salientamos que é necessário um esforço para fomentar a criação de alternativas que permitam a gestão e armazenamento de dados dentro do território nacional, tendo como foco principal a proteção da privacidade e segurança das informações, diminuindo riscos de interferências por parte de elementos alheios.

Palavras-chave: Gestão de Dados; Universidades Federais; Tecnologia; Dromoaptidão.

Referências

DAGNINO, R. **Os Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade e a abordagem da Análise de Política: teoria e prática.** Ciência & Ensino (UNICAMP), v. 1, p. 2, 2008.

DAGNINO, R. **Tecnologia Social:** ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed. Campinas: Komed, 2010. 297p .

DA SILVEIRA, Sérgio Amadeu et al. **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. Autonomia Literária, 2022.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

TRIVINHO, Eugênio. **Introdução à dromocracia cibercultural**: contextualização sociodromológica da violência invisível da técnica e da civilização mediática avançada. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, n. 28, p. 63-78, 2005.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE UNIFICAÇÃO PARA SECRETARIA GERAL DOS DEPARTAMENTOS - SGDEP

Anna Carolina Fernandes de Lima

Nancy Gama Pires

Fabrícia Aparecida de Oliveira

Introdução

A administração pública organiza o trabalho de forma racional. Administrar diz respeito ao desempenho da organização como um todo e está relacionado aos conceitos de eficiência, eficácia e efetividade. A evolução da administração pública no Brasil passou por três modelos diferentes: a administração patrimonialista, a administração burocrática e a administração gerencial. (Silva, 2009; França, 2011)

Os novos desafios impostos por um mundo contemporâneo, que passou por uma pandemia de COVID-19, com muitas transformações sociais e tecnológicas que exigem um estado mais ágil e eficiente.

Para cumprir os desafios da flexibilização e/ou gestão híbrida com número reduzido de técnicos administrativos disponíveis naquele momento, a Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda propôs a unificação dos setores. Assim foi criada a Secretaria Geral dos Departamento (SGDEP), em agosto de 2022. No entanto, até meados de 2023, não havia a unificação efetiva das atividades. Cada servidor técnico-administrativo ou bolsista vinculava-se às atividades de um único Departamento de Ensino. Na prática, a integração do setor restringia-se à estrutura física.

O objetivo deste relato de experiência é apresentar, de forma detalhada e sistemática, o processo pelo qual os servidores técnico-administrativos elaboraram uma proposta de reorganização da Secretaria Geral dos Departamentos (SGDEP), descrevendo as etapas de concepção, aprovação, implementação e consolidação da organização proposta, evidenciando os resultados alcançados para a unificação do setor e os impactos institucionais e as boas práticas que configuram um caso de sucesso e modelo a ser seguido por outros setores.

Esse trabalho contribui para o eixo Gestão Pública e inovação à medida em que relata a experiência vivenciada do processo de participação dos servidores da SGDEP que ao elaborar uma proposta de organização para o setor, atingiram a meta de unificação real e pioneira na unidade acadêmica.

Dessa forma, o presente relato contribui com aqueles que tenham interesse em seguir o mesmo caminho, diante dos desafios das novas tecnologias e das mudanças que se fazem necessárias na gestão universitária.

Fundamentação Teórica

No contexto do serviço público, programas de gestão eficientes vêm sendo implementados. Esses novos modelos de gestão têm como objetivo beneficiar o cidadão (Battilani et al., 2022). A

reestruturação da administração pública melhora a qualidade dos serviços prestados à população. (Brasil, 2021)

A Gestão do Conhecimento transforma o conhecimento tácito oriundo de habilidades e competências que uma pessoa desenvolve ao longo do tempo em conhecimento explícito para obtenção de registro, compartilhamento e armazenamento de experiências. (Batista, 2012)

Metodologia Aplicada

Para a realização da proposta de organização, os técnicos administrativos em exercício na Secretaria dos Departamentos reuniram-se periodicamente ao longo do mês de maio do ano de 2023, para discutir as tarefas que poderiam ser efetivamente integradas no setor.

Foram analisadas todas as atividades realizadas pelos assistentes em administração nos Departamentos de Ensino da VEI. Foram identificadas diferenças no atendimento dos servidores e quantitativo de tarefas que cada um desempenhava.

Para sanar as diferenças, somente as atividades que eram realizadas em todos os Departamentos foram consideradas. Desta forma, 36 atividades foram identificadas e catalogadas com indicação de quem poderia solicita-las.

Dos procedimentos identificados, 9 foram descritos com as etapas do ciclo operacional demonstrando o início do estudo dos processos do setor. A informatização das atividades, a padronização do atendimento e reorganização interna foram sugeridas.

A informatização das atividades foi proposta por meio da utilização do sistema *Gestionnaire Libre de Parc Informatique* - GLPI. Este sistema já era utilizado para recebimento e organização das demandas do setor de Informática da VEI e na Secretaria dos Departamentos do Instituto de Ciências Exatas (ICEX).

Com o intuito de obter conhecimento a respeito do sistema, os servidores da SGDEP realizaram uma reunião com o setor de Informática em 08/05/2023 e uma visita técnica na Secretaria dos Departamentos do ICEX em 10/05/2023.

Para a padronização do atendimento foram propostos: substituição do acompanhamento do e-mail de cada Departamento pelo e-mail institucional da SGDEP (sgdep.vei@id.uff.br); recebimento de demandas e comunicação oficial pelo GLPI (<http://os.eeimvr.uff.br/glpivila>) e a suspensão das solicitações de serviço via aplicativo (WhatsApp, Telegram, dentre outros).

Para a organização interna do setor e arquivos, os servidores recomendaram a utilização de Drive do e-mail institucional ou computadores em REDE; padronização de documentos como as Atas de Reuniões Departamentais, seguindo a orientação das normas do Manual de Atos e Comunicações da UFF e do site (<https://atosnormativos.uff.br/modelos-de-documentos/>) e utilização do aplicativo Agenda vinculado ao e-mail da SGDEP para administração da rotina do setor em relação às datas relevantes.

Análise e Discussão dos Resultados

O documento da proposta organizacional foi entregue à Direção da VEI e apresentado aos Chefes de Departamento em 19/06/2023, no qual foi aprovado na íntegra. Nas reuniões departamentais dos meses de junho e julho de 2023, ocorreram a ciência do novo funcionamento da Secretaria dos Departamentos por parte dos demais professores.

Foi criado um Catálogo de Atividades Desempenhadas, compêndio de atividades que foram inseridas no sistema do GLPI.

Após um período de testes e com base na observação, os clientes da SGDEP passaram a solicitar os atendimentos por meio eletrônico em sua maioria, apesar de uma resistência inicial à mudança por parte dos usuários.

Conclusão

De maneira geral, a organização da secretaria ocasionou: a melhoria da qualidade dos serviços prestados à medida em que diminui as diferenças de atendimento; economia e compartilhamento de recursos (utilização da mesma sala e impressora); liderança compartilhada entre a equipe que gera um aumento da sensação de pertencimento e melhor entrosamento da equipe.

A inserção das atividades da SGDEP no GLPI proporcionou a distribuição eficiente das demandas aos servidores e registro adequado do trabalho realizado no setor com determinação de prazos para atendimento.

Palavras-chave: Gestão de conhecimento, Gestão de processos; eficiência; unificação.

Referências

BATISTA, F. F. **Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira:** como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

BATTILANI, C. et al. **Business Process Re-engineering in Public Administration:** The case study of Western Ligurian Sea Port Authority. Sustainable Futures, [s. l.], v. 4, 2022.

BRASIL. **DECRETO Nº 10.609, DE 26 DE JANEIRO DE 2021.** Institui a Política Nacional de Modernização do Estado e o Fórum Nacional de Modernização do Estado. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou>.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Práticas de Recursos Humanos -PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos.** 1.ed. 5. reimpr. São Paulo: Atlas,2011.

SILVA, Maria Leonor Veiga da. **Curso de Capacitação em Gestão Pública: Modulo IV.** Niterói: UFF. Neami, 2009.

IMPLEMENTAÇÃO DE SUGESTÕES DE MELHORIAS DE USABILIDADE NO SISTEMA SIACOMPRA: PRATICANDO A GESTÃO DO CONHECIMENTO

**Valéria Santos Paiva
Américo da Costa Ramos Filho**

Introdução

Este texto é resultante da implementação de sugestões de melhorias de usabilidade do Sistema Integrado de Administração em Compras da Universidade Federal Fluminense (SIACompas/UFF), apontadas pelos Assistentes de Gestor de Recurso (AGR). Essas sugestões constam no Relatório Técnico Conclusivo – Produto Técnico Tecnológico (PTT) oriundo da dissertação de Mestrado em Administração, intitulada “Gestão do Conhecimento Pessoal: um estudo aplicado ao planejamento anual de compras nas unidades acadêmicas da Universidade Federal Fluminense”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da UFF (PPGAD/UFF), em dezembro de 2022.

O AGR é um perfil do Sistema SIACompas. Os servidores que atuam com este perfil estão, em sua grande maioria, lotados nas Unidades Acadêmicas da UFF (UAs). O SIACompas é a ferramenta norteadora do Ciclo de Compras da UFF, sendo os AGR os seus principais alimentadores, participando do planejamento, organização e controle do processo de compras de suas UAs.

A contribuição deste trabalho para o IV SecienUFF, no eixo temático "Gestão Pública e Inovação", justifica-se pelo fato de a dissertação ter gerado um Produto Tecnológico (PTT), contendo as sugestões de melhorias de usabilidade do SIACompas apontadas pelos AGR, otimizando, desta forma, as atividades por eles desempenhadas em suas UAs. Das três sugestões, duas foram acatadas pela Coordenação de Materiais da Pró-Reitoria de Administração da UFF (CMAT/PROAD).

A implementação das melhorias apontadas pelo PTT evidencia um caso prático exitoso de Gestão do Conhecimento, cuja finalidade é promover o Fluxo de conhecimento entre indivíduos e grupos da organização (Gonzalez e Martins 2015).

Fundamentação

O estudo da Gestão do Conhecimento é recente, remontando aos anos 1990. Tal campo de estudo é tratado como um processo que promove o fluxo do conhecimento entre indivíduos e grupos da organização, sendo caracterizado por quatro etapas essenciais: aquisição, armazenamento, distribuição e utilização do conhecimento (Gonzalez e Martins 2015).

Segundo Câmara e Nunes (2021), a Gestão do Conhecimento pode contribuir sobremaneira para o desenvolvimento das organizações públicas, por serem ainda tímidas as iniciativas concretas para a sua implementação, havendo espaço para inovações.

Para Nonaka e Takeuchi (1997), a chave para a criação do conhecimento organizacional reside na mobilização e na conversão do conhecimento tácito em explícito. Desta forma, compreende-se

que o conhecimento tácito, que está profundamente enraizado nas ações e experiências de um indivíduo, sendo elemento central na construção do conhecimento organizacional.

Para Davenport e Prusak (1999, p.99), “apesar da dificuldade de se codificar o conhecimento tácito, seu valor substancial compensa o esforço”. Desse modo, as organizações necessitam mobilizar o conhecimento tácito criado no nível individual.

Metodologia

O Relatório Técnico Conclusivo gerado pela dissertação teve como base as entrevistas semiestruturadas feitas com nove AGR de oito UAs, que representam os quatro Centros Universitários da UFF: Centro de Estudos Gerais; Centro de Estudos Sociais Aplicados; Centro de Ciências Médicas; e Centro Tecnológico. Este produto tecnológico atende ao segundo objetivo específico da pesquisa: “propor melhorias para o processo de planejamento anual de compras das Unidades Acadêmicas da UFF – UAs”.

Análise e discussão

O Relatório Técnico Conclusivo condensou três melhorias de usabilidade do Sistema SIACompras sugeridas pelos AGR, visando à facilitação e agilização das atividades por eles desempenhadas: i) exportação de dados para uma planilha de Excel; ii) ampliação da busca de informações no SIACompras; e iii) controle dos saldos dos recursos das UAs.

As sugestões encimadas, foram encaminhadas à CMAT/PROAD, em 2023, que após análise, acatou as duas primeiras sugestões, encaminhando-as à Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) para implementação. A primeira sugestão foi implementada em junho de 2025; a segunda segue em pauta para implementação. Por não ser competência da CMAT/PROAD, a terceira sugestão não pode ser acatada, necessitando ser analisada pelo Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF) para uma possível implementação.

Nas entrevistas realizadas, os AGR ressaltaram que o SIACompras é a maior inovação do processo de compras da UFF. Para o aperfeiçoamento do Sistema, eles sugerem a implementação das sugestões apontadas devido às peculiaridades do processo de compras em suas UAs, a fim de possibilitar maior praticidade e agilidade para o acompanhamento e controle do ciclo de compras. Nessa direção, Jarrahi (2021), salienta que os sistemas organizacionais desempenham um papel importante na construção da infraestrutura de conhecimento pessoal.

Conclusão

As sugestões de melhorias de usabilidade do SIACompras feitas pelos AGR e apontadas pelo Relatório Técnico Conclusivo, acatadas pela CMAT/PROAD e implementadas pela STI, resultaram em maior praticidade e agilidade para execução das atividades dos AGR, facilitando também o acompanhamento e o controle do processo de compras em suas UAs, se configurando como um exitoso caso prático de Gestão do Conhecimento, onde o conhecimento de vários indivíduos produziu um conhecimento organizacional, que se tornou explícito através das melhorias implementadas.

Palavras-chave: Gestão do Conhecimento; Universidade Federal Fluminense; Sistema Integrado de Administração em Compras – SIACompras; Assistente de Gestor de Recursos – AGR.

Referências

CÂMARA, Kathiurcia Montovanelli Cazotti; NUNES, Isabel Matos. A gestão do conhecimento no setor público: uma análise bibliométrica. **Research, Society and Development**, v.10, n. 1, e8410111386, 2021, p. 1-11. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348204591_A_gestao_do_conhecimento_no_setor_publico_uma_analise_bibliometrica. Acesso em: 25 jun. 2021.

DAVENPORT, Thomas; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Publifolha, 1999.

GONZALEZ, Rodrigo Valio Dominguez; MARTINS, Manoel Fernando. O processo de Gestão do Conhecimento: uma pesquisa teórico-conceitual. **Gest. Prod.**, São Carlos. v.24, n.2, p.248- 265, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/cbfhzLCBfB6gnzrqPtyby8S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 03 out. 2021.

JARRAHI, Mohammad Hossein; REYNOLDS; Rebecca; ESHRAGHI, Ali. Personal knowledge management and enactment of personal knowledge infrastructures as shadow IT. *Information and Learning Sciences*, v. 122, n. 1/2, 2021, p. 17-44, Emerald Publishing Limited 2398-5348, DOI 10.1108/ILS-11-2019-0120. Acesso em: 17 jan. 2022.

NONAKA, Ikujiro. TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PADRONIZAÇÃO DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS: UMA PESQUISA-AÇÃO MEDIANTE O USO DO BUSINESS PROCESS MANAGEMENT E MÉTODO DE APOIO À TOMADA DE DECISÃO MULTICRITÉRIO

Anna Carolina Fernandes de Lima
Cecília Toledo Hernández

Introdução

O Gerenciamento de Processos de Negócios ou *Business Process Management* (BPM) é uma abordagem multidisciplinar que oferece ferramentas para mapear, avaliar, acompanhar e verificar o conjunto de processos, dentro de um ciclo de melhoria contínua (ABPMP, 2013).

A padronização de processos, para Marques e Oliveira (2020), é uma solução para diminuir a quantidade de erros advindos do trabalho e criar uma identidade institucional. Com o domínio de todas as etapas do processo, os profissionais conseguem assegurar um atendimento uniforme, independentemente de quem atender o cliente final.

O objetivo da pesquisa é padronizar os processos na Secretaria Geral dos Departamentos (SGDEP) mediante o uso de *Business Process Management* e Método de Apoio à Tomada de Decisão Multicritério. A SGDEP foi criada pela unificação das secretarias dos Departamentos de: Ciências Exatas – VCE, Engenharia de Agronegócios – VEA, Engenharia Mecânica – VEM, Engenharia de Metalurgia e de Materiais – VMT e Engenharia de Produção da Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda – VEI.

Apesar da unificação das secretarias dos Departamentos da Escola em agosto de 2022, a padronização dos processos no setor não ocorreu. Antes da alocação de espaço físico único, cada secretaria contava com um técnico administrativo ou bolsista responsável pelo atendimento dos docentes lotados em cada Departamento de Ensino. Mesmo com a reunião física das secretarias, os servidores continuaram realizando o trabalho com o conhecimento adquirido em seus departamentos de origem, sem um manual que norteasse as atividades, ocasionando, em certas situações, variações no atendimento entre os profissionais.

Além da gestão dos processos e padronização, a pesquisa contribui para melhoria da gestão do conhecimento do setor à medida em que registra o conhecimento dos servidores da secretaria.

Fundamentação

Segundo Kirchmer (2020), processo é um conjunto de atividades organizadas com entradas e saídas definidas que criam valor para o cliente final. A gestão por processo busca a melhoria e a otimização dos processos de trabalho com o objetivo de aprimorar o desempenho da organização. (Lisboa, 2018)

A UFF (2024) recomenda, em sua Política de Gestão de Riscos, que a priorização de processos organizacionais esteja alinhada aos objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e que sejam os mais críticos para a instituição.

Os Métodos de Decisão Multicritério envolvem decisões com múltiplos critérios, utilizando abordagens matemáticas para enfrentar problemas complexos que contêm elementos subjetivos. (Gonçalves, 2021)

Metodologia

A pesquisa configura-se como pesquisa ação devido ao seu caráter intervencionista integrando pesquisador e equipe do setor investigado, envolvendo-os de forma colaborativa e promovendo melhorias na realidade estudada (Gil, 2022). A pesquisadora é servidora técnico administrativa da SGDEP e interage cotidianamente com os envolvidos na busca por melhorias dos processos.

A pesquisa também se configura como aplicada, documental, descritiva e quali-quantitativa. A pesquisadora está vinculada ao Programa de Mestrado em Engenharia de Produção de Volta Redonda (PPGEP- VR) no Programa de Qualificação Institucional (PQI) para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

As etapas do procedimento metodológico são:

- I. Revisão da literatura para embasamento teórico da pesquisa (temas sobre Gestão de Processos, BPM, métodos de apoio à decisão, entre outros);
- II. Análise documental sobre as normativas que devem ser seguidas em cada processo;
- III. Identificação dos processos, macroprocessos e subprocessos;
- IV. Mapeamento de processos utilizando o software com notação BPMN;
- V. Priorização de processos utilizando MCDM;
- VI. Identificação de problemas ou riscos e possíveis soluções;
- VII. Elaboração de Manual Operacional Padrão para o setor.

No momento atual da pesquisa, estão sendo desenvolvidas as etapas IV e V.

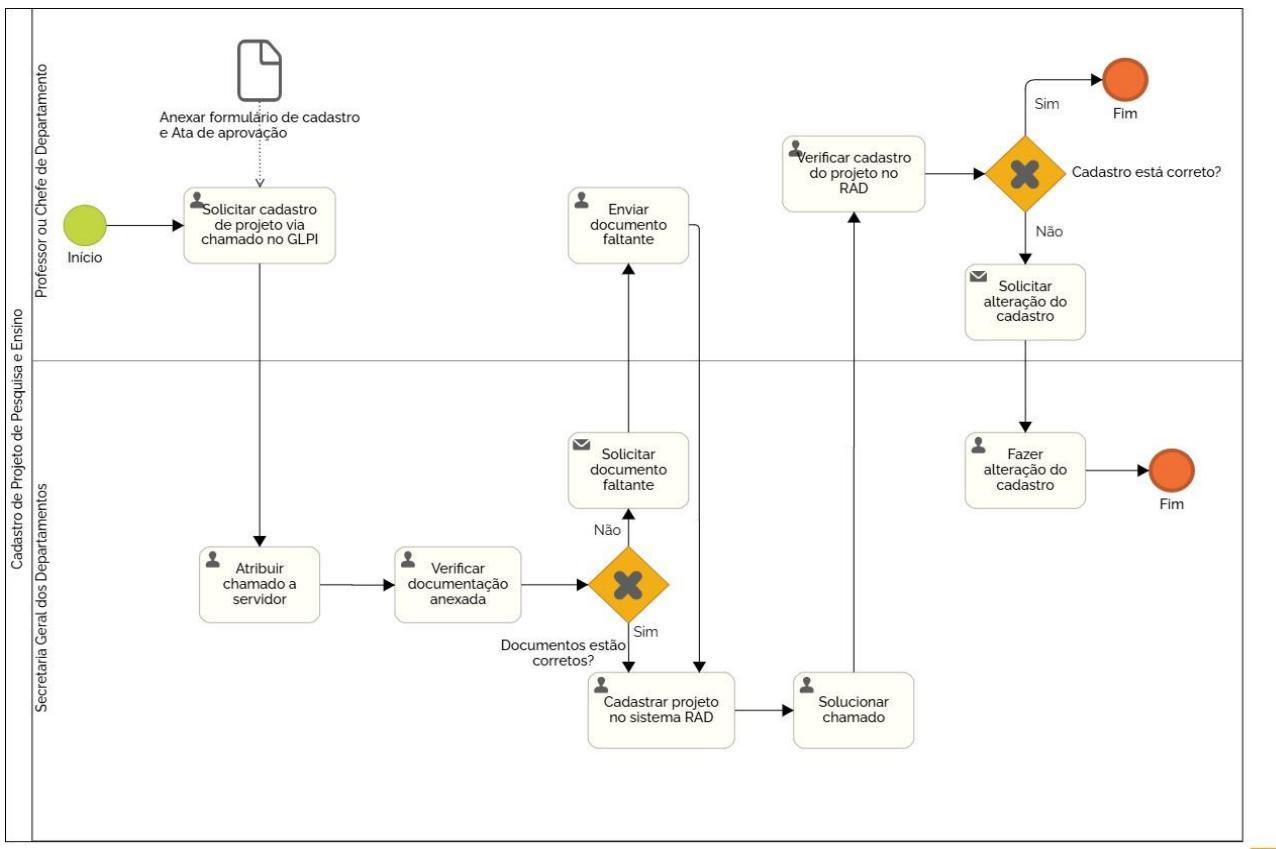
Análise e Discussão dos Resultados Parciais

Das 21 categorias de procedimentos de trabalho que são realizados pelos servidores na SGDEP, foram identificados 4 macroprocessos, 10 processos e 11 subprocessos segundo a hierarquia de modelo de processos no contexto do BPM.

Até o presente momento foram mapeados 3 processos, 2 macroprocessos e 4 subprocessos que estarão disponibilizados no manual junto com os procedimentos restantes. Todos os processos, macroprocessos e subprocessos serão disponibilizados no manual.

Um exemplo de diagrama de processo mapeado é demonstrado na figura 01, a seguir:

Figura 1: Cadastro de Projeto de Pesquisa e Ensino



Fonte: própria, 2025.

HEFLO

Após os projetos serem aprovados pelos Departamentos, os trâmites demonstrados são seguidos para inserção dos dados no sistema institucional RAD.

O Manual de Processos Padronizados será o produto tecnológico entregue ao programa de mestrado em forma de Relato Técnico Conclusivo. Além disso, artigos científicos para apresentação em congresso e revista que podem servir de base para outras pesquisas na área.

Conclusão

A gestão de processos contribui para o aumento da qualidade do serviço prestado à medida em que os processos são bem-organizados e os problemas evitados.

Com a utilização do manual o setor entrega um serviço de maior qualidade para os usuários, elevando o nível de satisfação. O conhecimento dos servidores não é perdido em caso de afastamentos, aposentadorias ou férias tendo um registro formal dos procedimentos de trabalho realizados.

Com a priorização de processos o tempo de atendimento de cada atividade pode ser calculado de acordo com o grau de prioridade de cada um.

Palavras-chave: BPM; Processos; Manual; MCDM.

Referências

CRUZ, D. A. **Padronização de processos na Secretaria da Faculdade de Nutrição - UFMT: mapeando fluxos e conhecimentos.** 2025. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Administração) - Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2025.

KIRCHMER, M. **Guia para o gerenciamento de processos de negócios corpo comum de conhecimento:** ABPMP BPM CBOK. 1. ed. Brasília, DF: ABPMP Brasil, 2020.

LISBOA, M. J. **A importância do gerenciamento de processos de negócios (BPM) na otimização e melhoria contínua de processos de TI.** 2018. 15 f. Monografia (Curso de Especialização em Governança de TI em Governança de Tecnologia da Informação) - Universidade do Sul de Santa Catarina. (UNISUL). Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/bistream/handle/12345/5726/MARCIO JOSE LISBOA-Re%5b1 1299-2-751008%5d GTI 4698 MARCIO JOSE LISBOA artigoFinal.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 ago. 2025.

MARQUES, V. T; OLIVEIRA, S. B. Construção de um manual de padronização operacional padrão para a secretaria acadêmica em uma instituição federal. **DESENVOLVE: Revista de Gestão do Unilasalle**, Canoas, v. 9, n. 3, p. 95-113, nov. 2020. Disponível em: <http://https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/7434>. Acesso em : 29 ago. 2025

Universidade Federal Fluminense. **Plano de Gestão de Riscos 2024-2025**. Disponível em: <https://www.uff.br/proplan/gestao-de-riscos/>. Acesso em: 29 ago. 2025

INVENTÁRIO FLORÍSTICO PRELIMINAR DE ESPÉCIES ENDÊMICAS DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NITERÓI (PARNIT) PARA USO ALIMENTÍCIO E MEDICINAL

Andre Hoffmann

Odara Boscolo

Adriana Quintella Lobão

Selma Ribeiro Paiva

Introdução

A Mata Atlântica é considerada um dos biomas mais ricos e ameaçados do planeta, com altos níveis de endemismo e grande heterogeneidade fitofisionômica ao longo de sua distribuição (NEVES et al., 2017; HABEL et al., 2019). A conservação dessa biodiversidade depende de inventários florísticos locais e regionais que revelam padrões de distribuição e identificam áreas prioritárias para proteção, além de identificar fontes de recursos naturais com potencial uso na alimentação e na medicina. Nesse contexto, o Parque Natural Municipal de Niterói (PARNIT), uma floresta urbana situada no município de Niterói, estado do Rio de Janeiro, destaca-se como uma Unidade de Conservação ainda pouco estudada, cuja relevância ecológica pode estar subestimada. O presente trabalho contribui para o eixo temático de Ensino, Pesquisa e Extensão, ao integrar dados florísticos com uma análise preliminar direcionada à identificação de espécies nativas de potencial alimentício e medicinal, constituindo uma base para futuros estudos em bioprospecção.

Fundamentação

Apesar de intensamente fragmentada, a Mata Atlântica ainda abriga um grande número de espécies, especialmente em remanescentes florestais próximos ao litoral, onde gradientes ambientais (climáticos, altitudinais e edáficos) moldam a composição florística (OLIVEIRA-FILHO & FONTES, 2000; NEVES et al., 2017). Áreas protegidas, inclusive as presentes em centros urbanos, são importantes refúgios para espécies ameaçadas e centros de resiliência ecológica (SOUZA & PREVEDELLO, 2020). Espécies nativas da Mata Atlântica representam um patrimônio genético e cultural de grande valor, mas muitas permanecem pouco estudadas ou utilizadas em relação ao potencial uso medicinal e alimentar (KINUPP & LORENZI, 2014; LORENZI & MATOS, 2008).

Objetivos

O presente trabalho teve como objetivos:

1. Apresentar um inventário florístico do PARNIT e sua caracterização fitofisionômica;
2. Analisar a flora registrada para identificar espécies nativas da Mata Atlântica com distribuição restrita ao Sudeste brasileiro;
3. Fornecer uma base para futuros levantamentos de uso medicinal e alimentar dessas espécies.

Metodologia

O inventário florístico do PARNIT foi conduzido entre setembro de 2021 e dezembro de 2024, com coletas mensais e inclusão de registros históricos de herbários. Para este estudo, foram selecionadas apenas espécies nativas da Mata Atlântica com ocorrência restrita aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, excluindo exóticas. A diversidade taxonômica foi descrita considerando número de famílias, gêneros e espécies. Dados foram analisados utilizando o software R (v. 4.4.1).

Análise e Discussão dos Resultados

O inventário resultou em 707 espécies de plantas vasculares, distribuídas em 398 gêneros e 118 famílias, incluindo 172 espécies endêmicas da Mata Atlântica e 64 espécies ameaçadas. Utilizando como critério as espécies nativas da Mata Atlântica restritas ao Sudeste, foram identificadas 246 espécies pertencentes a 72 famílias e 165 gêneros. As famílias mais ricas, em número de espécies, foram Myrtaceae (30 espécies), Fabaceae (17), Rubiaceae (12), Malpighiaceae (11) e Sapindaceae (10). Esses grupos incluem espécies reconhecidas por usos medicinais e alimentares (KINUPP & LORENZI, 2014; LORENZI & MATOS, 2008), como frutíferas nativas e plantas que sintetizam substâncias bioativas, como os terpenos presentes nos óleos essenciais de muitas espécies de Myrtaceae (SILVEIRA et al., 2021; SILVA et al., 2023) ou os flavonoides em Fabaceae (NOVIANY et al., 2023). O levantamento específico dessas propriedades está em andamento e será complementado com revisão bibliográfica.

Conclusão

O PARNIT se destaca como um refúgio urbano para espécies endêmicas e ameaçadas da Mata Atlântica. A lista de 246 espécies nativas restritas ao Sudeste fornece uma base estratégica para investigações sobre potencial medicinal e alimentar, com implicações para conservação, saúde pública e segurança alimentar. Integrar conservação da biodiversidade e valorização de recursos vegetais em áreas urbanas representa uma oportunidade concreta de promover soluções sustentáveis para desafios socioambientais contemporâneos.

Palavras-chave: Mata Atlântica; Florística; Conservação; Herbário; Biodiversidade.

Referências

CHAVES, M. B. et al. Assessing drought vulnerability in the Brazilian Atlantic Forest. *Meteorology*, v. 3, n. 3, p. 262–280, 2024.

HABEL, J. C. et al. Final countdown for biodiversity hotspots. *Conservation Letters*, v. 12, n. 6, e12668, 2019.

KINUPP, V. F.; LORENZI, H. **Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas.** 1. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda., 2014.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. **Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas.** 2. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2008.

NEVES, D. M. et al. Dissecting a biodiversity hotspot: the importance of environmentally marginal habitats in the Atlantic Forest domain of South America. **Diversity and Distributions**, v. 23, n. 8, p. 898–909, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/ddi.12581>.

NOVIANY, N.; HADI, S.; NOFIANI, R.; LOTULUNG, P. D.; OSMAN, H. Fabaceae: a significant flavonoid source for plant and human health. **Physical Sciences Reviews**, v. 8, n. 11, p. 3897-3907, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1515/psr-2021-022>.

OLIVEIRA-FILHO, A. T.; FONTES, M. A. L. Patterns of tree species diversity in tropical forests of SE Brazil and the influence of climatic factors. **Biotropica**, v. 32, n. 4b, p. 793–810, 2000.

R CORE TEAM. **R: A language and environment for statistical computing**. Vienna: R Foundation for Statistical Computing, 2024. Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SILVA, L. A.; SILVA, R. S.; OLIVEIRA, M. R.; GUIMARÃES, A. C.; TAKEARA, R. Chemical composition and biological activities of essential oils from Myrtaceae species growing in Amazon: an updated review. **Journal of Essential Oil Research**, v. 35, n. 2, p. 103–116, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/10412905.2023.2167880>.

SILVEIRA, R. M.; CARVALHO, A. F. U.; BÜNGER, M. de O.; COSTA, I. R. da. Diversidade da composição química dos óleos essenciais de Eugenia – Myrtaceae: uma revisão / Diversity of the chemical composition of essential oils of Eugenia (Myrtaceae): a review. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 33276–33303, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n3-855>.

SOUZA, A.; PREVEDELLO, J. The importance of protected areas for overexploited plants. **Biological Conservation**, v. 243, 108482, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2020.108482>.

PERFIL DE CITOTOXICIDADE E SELETIVIDADE DE CONJUGADOS TIOL-NAFTOQUINONA EM MODELOS DE TUMORES SÓLIDOS

Alex de Souza Cruz Lopes Canuto

Thaís Barreto Santos

João Francisco Blaudt Virgilio de Carvalho Meira

Ana Caroline dos Santos Diniz

Vitor Ferreira

David Rodrigues da Rocha

Bruno Kaufmann Robbs

Introdução

Este estudo investigou a atividade citotóxica e o perfil de seletividade de novos compostos com potencial antitumoral. Realizado no Instituto de Saúde da UFF, campus Nova Friburgo, integra o eixo "Ensino, Pesquisa e Extensão" do IV SecienUFF, visando avançar no desenvolvimento de agentes antineoplásicos.

Fundamentação

O câncer configura-se como um desafio global de saúde pública no século XXI, sendo responsável por 30% das mortes prematuras por doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) na população de 30 a 69 anos e está entre as três principais causas de morte nessa faixa etária em 177 dos 183 países, com previsão anual de 35 milhões de novos casos até 2050¹⁻⁶. Assim, a viabilidade de novos fármacos para o tratamento do câncer é necessária e urgente. Naftoquinonas são compostos orgânicos do grupo das quinonas, cuja estrutura básica consiste em um núcleo de naftaleno com dois grupos carbonila em posições adjacentes ou opostas⁷⁻⁹. Esses compostos são encontrados naturalmente em plantas, fungos e bactérias ou sintetizados em laboratório, destacando-se por suas atividades biológicas diversificadas, como ação anticâncer, antimicrobiana, antiparasitária e antioxidante¹⁰⁻¹⁶. Seus mecanismos de ação envolvem: (i) inibição competitiva de enzimas-chave, (ii) indução de estresse oxidativo via geração de ROS, e (iii) interações eletrostáticas ou covalentes com alvos biomoleculares^{10,16-18}. Nesse contexto, as naftoquinonas emergem como candidatos promissores ao desenvolvimento de agentes antineoplásicos, dada sua capacidade de modular vias multifatoriais. No entanto, a busca por derivados que combinem potência antitumoral e alta seletividade, permanece como um desafio científico relevante. Este estudo justifica-se, portanto, pela necessidade de caracterizar o perfil de citotoxicidade e seletividade de novos conjugados tiol-naftoquinona em linhagens de tumores sólidos, visando identificar compostos com potencial terapêutico.

Objetivos

(i) Determinar o perfil de citotoxicidade de dois novos compostos sintéticos em seis linhagens celulares de tumores sólidos, quantificando a concentração inibitória média (IC_{50}) por meio do ensaio de viabilidade celular; (ii) Avaliar o efeito citotóxico dos compostos em fibroblastos para

cálculo do índice de seletividade (IS); (iii) Comparar a potência (IC_{50}) e a seletividade (IS) dos compostos com as da carboplatina, sob idênticas condições experimentais.

Metodologia

Os compostos à base de tióis comerciais e 2-hidroxi-1,4 naftoquinonas foram sintetizados pela equipe do Laboratório de Síntese de Moléculas de Interesse Biológico (SiMIB), do Instituto de Química. Os compostos à base de tióis comerciais e 2-hidroxi-1,4 naftoquinonas foram sintetizados pela equipe do Laboratório de Síntese de Moléculas de Interesse Biológico (SiMIB), do Instituto de Química da UFF. As linhagens celulares de tumores sólidos utilizadas neste estudo foram B16-F10 (melanoma), HCT-116 (carcinoma colorretal), HepG2 (carcinoma hepatocelular), SCC-4, SCC-9 e SCC-25 (carcinomas de células epiteliais da boca). Fibroblastos gengivais humanos primários foram utilizados como controle normal. As células SCCs foram cultivadas em meio DMEM/F12, enquanto as demais linhagens foram mantidas apenas em DMEM. O cultivo foi realizado em atmosfera umidificada com 5% de CO₂ a 37°C. A citotoxicidade dos compostos foi avaliada pelo ensaio de MTT e a viabilidade foi determinada pela medida de absorbância em espectrofotômetro. Para validação, utilizaram-se carboplatina (3,12–800 μM) como controle positivo e DMSO como controle de veículo, nas mesmas concentrações dos compostos testados, a fim de assegurar confiabilidade aos resultados. O índice de seletividade foi obtido pela razão entre IC_{50} em fibroblastos e IC_{50} nas linhagens tumorais e os dados foram expressos como média ± desvio padrão (DP).

Análise e Discussão dos Resultados

A avaliação do perfil farmacológico dos conjugados tiol-naftoquinona revelou dados promissores quanto à potência e seletividade frente a linhagens de tumores sólidos. Os valores de IC_{50} demonstraram que o Composto 1 exibiu citotoxicidade superior à carboplatina na linhagem SCC-4, enquanto o Composto 2 mostrou maior potência nas linhagens HCT-116, SCC-25 e B16-F10. Em contrapartida, a carboplatina apresentou menor IC_{50} apenas na linhagem HepG2. Entretanto, a análise isolada da citotoxicidade mostrou-se insuficiente para inferir relevância terapêutica, uma vez que não distingue a ação em células tumorais e saudáveis. A significativa potencialidade terapêutica emergiu a partir do cálculo do índice de seletividade (IS). O Composto 1 demonstrou alta seletividade para a linhagem SCC-4 (IS = 5,4) e atividade seletiva moderada para SCC-9, HCT-116 e HepG2 (IS ≥ 2), porém com baixa seletividade para B16-F10 (IS = 1,4). Em contraste, o Composto 2 destacou-se com elevada seletividade para HCT-116 (IS = 9,1), SCC-25 (IS = 8,5) e B16-F10 (IS = 7,5), além de seletividade moderada para HepG2, mas com desempenho inferior em SCC-4 (IS = 1,9). A carboplatina, como esperado para um agente clinicamente estabelecido, exibiu um perfil equilibrado, com IS ≥ 2 em todas as linhagens testadas, com destaque para HepG2 (IS = 7,1). Os resultados indicam que, embora a carboplatina mantenha um espectro de ação amplo, os compostos tiol-naftoquinona apresentam vantagem seletiva em cenários específicos. O perfil distinto de seletividade sugere que esses análogos podem atuar por meio de mecanismos moleculares diferenciados, possivelmente envolvendo interações preferenciais com vias críticas em determinados tipos tumorais. Essa especificidade aponta para um potencial aplicação terapêutica direcionada, embora a baixa seletividade observada em algumas linhagens indique a necessidade de investigações adicionais para elucidar os determinantes moleculares dessa resposta diferencial.

Conclusão

Os resultados deste estudo evidenciam o potencial farmacológico de novos conjugados tiol-naftoquinona, os quais demonstraram perfis de seletividade superiores à carboplatina em linhagens tumorais específicas. O Composto 1 destacou-se contra a linhagem SCC-4 (IS = 5,4), enquanto o Composto 2 exibiu notável seletividade para HCT-116 (IS = 9,1) e SCC-25 (IS = 8,5), superando significativamente o agente de referência. Os resultados indicam que a funcionalização de núcleos naftoquinônicos é uma estratégia promissora para desenvolver compostos com maior especificidade antitumoral. A variação nos índices de seletividade entre linhagens celulares sugere potencial para terapias direcionadas, conforme as características moleculares de cada tumor. Embora esses achados iniciais sejam encorajadores, pesquisas adicionais são necessárias para confirmar e ampliar esses resultados. Esses compostos se apresentam como candidatos relevantes para estudos futuros mais abrangentes, visando validar seu potencial como alternativas seguras e eficazes no tratamento do câncer.

Palavras-chave: Câncer; Citotoxicidade; Naftoquinonas; Seletividade.

Referências

1. Bray F, Laversanne M, Weiderpass E, Soerjomataram I. The ever-increasing importance of cancer as a leading cause of premature death worldwide. *Cancer*. 2021 Aug 15;127(16):3029-3030. doi: 10.1002/cncr.33587. Epub 2021 Jun 4. PMID: 34086348.
2. Bizuayehu HM, Ahmed KY, Kibret GD, Dadi AF, Belachew SA, Bagade T, Tegegne TK, Venchiarutti RL, Kibret KT, Hailegebireal AH, Assefa Y, Khan MN, Abajobir A, Alene KA, Mengesha Z, Erku D, Enquobahrie DA, Minas TZ, Misgan E, Ross AG. Global Disparities of Cancer and Its Projected Burden in 2050. *JAMA Netw Open*. 2024 Nov 4;7(11):e2443198. doi: 10.1001/jamanetworkopen.2024.43198. PMID: 39499513; PMCID: PMC11539015.
3. Ugai T, Sasamoto N, Lee HY, Ando M, Song M, Tamimi RM, Kawachi I, Campbell PT, Giovannucci EL, Weiderpass E, Rebbeck TR, Ogino S. Is early-onset cancer an emerging global epidemic? Current evidence and future implications. *Nat Rev Clin Oncol*. 2022 Oct;19(10):656- 673. doi: 10.1038/s41571-022-00672-8. Epub 2022 Sep 6. PMID: 36068272; PMCID: PMC9509459.
4. Soerjomataram I, Bray F. Planning for tomorrow: global cancer incidence and the role of prevention 2020-2070. *Nat Rev Clin Oncol*. 2021 Oct;18(10):663-672. doi: 10.1038/s41571-021-00514-z. Epub 2021 Jun 2. PMID: 34079102.
5. Filho AM, Laversanne M, Ferlay J, Colombet M, Piñeros M, Znaor A, Parkin DM, Soerjomataram I, Bray F. The GLOBOCAN 2022 cancer estimates: Data sources, methods, and a snapshot of the cancer burden worldwide. *Int J Cancer*. 2025 Apr 1;156(7):1336-1346. doi: 10.1002/ijc.35278. Epub 2024 Dec 17. PMID: 39688499.
6. Bray F, Laversanne M, Sung H, Ferlay J, Siegel RL, Soerjomataram I, Jemal A. Global cancer statistics 2022: GLOBOCAN estimates of incidence and mortality worldwide for 36 cancers in 185

countries. **CA Cancer J Clin.** 2024 May-Jun;74(3):229-263. doi: 10.3322/caac.21834. Epub 2024 Apr 4. PMID: 38572751.

7. Santos TB, de Moraes LGC, Pacheco PAF, dos Santos DG, Ribeiro RMdAC, Moreira CdS, da Rocha DR. Naphthoquinones as a Promising Class of Compounds for Facing the Challenge of Parkinson's Disease. **Pharmaceuticals.** 2023; 16(11):1577. <https://doi.org/10.3390/ph16111577>.
8. Shen X, Liang X, He C, Yin L, Xu F, Li H, Tang H, Lv C. Structural and pharmacological diversity of 1,4-naphthoquinone glycosides in recent 20 years. **Bioorg Chem.** 2023 Sep;138:106643. doi: 10.1016/j.bioorg.2023.106643. Epub 2023 Jun 1. PMID: 37329815.
9. Dulo, B., Phan, K., Githaiga, J. et al. Natural Quinone Dyes: A Review on Structure, Extraction Techniques, Analysis and Application Potential. **Waste Biomass Valorization**, Volume 12, 6339–6374 (2021). <https://doi.org/10.1007/s12649-021-01443-9>
10. Aminin D, Polonik S. 1,4-Naphthoquinones: Some Biological Properties and Application. **Chem Pharm Bull (Tokyo).** 2020;68(1):46-57. doi: 10.1248/cpb.c19-00911. PMID: 31902901.
11. Cavalcanti Chipoline I, Carolina Carvalho da Fonseca A, Ribeiro Machado da Costa G, Pereira de Souza M, Won-Held Rabelo V, de Queiroz LN, Luiz Ferraz de Souza T, Cardozo Paes de Almeida E, Alvarez Abreu P, Pontes B, Francisco Ferreira V, de Carvalho da Silva F, Robbs BK. Molecular mechanism of action of new 1,4-naphthoquinones tethered to 1,2,3-1H-triazoles with cytotoxic and selective effect against oral squamous cell carcinoma. **Bioorg Chem.** 2020 Aug;101:103984. doi: 10.1016/j.bioorg.2020.103984. Epub 2020 Jun 1. PMID: 32554278.
12. Gomes CL, de Albuquerque Wanderley Sales V, Gomes de Melo C, Ferreira da Silva RM, Vicente Nishimura RH, Rolim LA, Rolim Neto PJ. Beta-lapachone: Natural occurrence, physicochemical properties, biological activities, toxicity and synthesis. **Phytochemistry.** 2021 Jun;186:112713. doi: 10.1016/j.phytochem.2021.112713. Epub 2021 Mar 2. PMID: 33667813.
13. Guimarães DG, de Assis Gonsalves A, Rolim LA, Araújo EC, Dos Anjos Santos VL, Silva MFS, de Cássia Evangelista de Oliveira F, da Costa MP, Pessoa C, Fonseca Goulart MO, Silva TL, Santos DC, Araújo CRM. Naphthoquinone-based Hydrazone Hybrids: Synthesis and Potent Activity Against Cancer Cell Lines. **Med Chem.** 2021;17(9):945-955. doi: 10.2174/1573406416666200817164308. PMID: 32807066.
14. Rani R, Sethi K, Kumar S, Varma RS, Kumar R. Natural naphthoquinones and their derivatives as potential drug molecules against trypanosome parasites. **Chem Biol Drug Des.** 2022 Dec;100(6):786-817. doi: 10.1111/cbdd.14122. Epub 2022 Jul 27. PMID: 35852920.
15. Razaque R, Raza AR, Irshad M, Rubab SL, Batool S, Nisar B, Akram Z, Akhtar MT, Qadir R, Siddique AB, Siddique F, Saadia M. Synthesis and evaluation of 2-phenylamino-1,4-naphthoquinones derivatives as potential hypoglycaemic agents. **Braz J Biol.** 2022 Mar 14;84:e254234. doi: 10.1590/1519-6984.254234. PMID: 35293531.

16. Borges AA, de Souza MP, da Fonseca ACC, Wermelinger GF, Ribeiro RCB, Amaral AAP, de Carvalho CJC, Abreu LS, de Queiroz LN, de Almeida ECP, Rabelo VW, Abreu PA, Pontes B, Ferreira VF, da Silva FC, Forezi LDSM, Robbs BK. Chemoselective Synthesis of Mannich Adducts from 1,4-Naphthoquinones and Profile as Autophagic Inducers in Oral Squamous Cell Carcinoma. **Molecules**. 2022 Dec 30;28(1):309. doi: 10.3390/molecules28010309. PMID: 36615502; PMCID: PMC9822194.
17. De Sousa Portilho AJ, da Silva EL, Bezerra ECA, Moraes Rego Gomes CBS, Ferreira V, de Moraes MEA, da Rocha DR, Burbano RMR, Moreira-Nunes CA, Montenegro RC. 1,4- Naphthoquinone (CNN1) Induces Apoptosis through DNA Damage and Promotes Upregulation of H2AFX in Leukemia Multidrug Resistant Cell Line. **Int J Mol Sci.** 2022 Jul 23;23(15):8105. doi: 10.3390/ijms23158105. PMID: 35897681; PMCID: PMC9330061.
18. Shen CC, Afraj SN, Hung CC, Barve BD, Kuo LY, Lin ZH, Ho HO, Kuo YH. Synthesis, biological evaluation, and correlation of cytotoxicity versus redox potential of 1,4-naphthoquinone derivatives. **Bioorg Med Chem Lett.** 2021 Jun 1;41:127976. doi: 10.1016/j.bmcl.2021.127976. Epub 2021 Mar 22. PMID: 33766765.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO RECURSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL: O PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL E SUA RELEVÂNCIA N A TRAJETÓRIA RUMO AO ENSINO SUPERIOR

Katia Cristiane Vomero Pereira¹

O presente relato de experiência tem por objetivo contribuir a uma reflexão acerca da questão do acesso à educação superior e o papel de relevância da extensão universitária nesse processo. Como temática central do projeto de tese de doutorado em andamento em Política Social, o presente trabalho se propõe a análise sobre a questão do acesso à universidade, em especial, por coletivos sociais em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou por exclusão étnico-racial, e que ainda hoje, apresenta-se relevante tanto na seara acadêmica quanto nas agendas políticas. Destaca-se a importante vinculação da educação à garantia dos direitos fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, sendo, neste caso, a educação, ao lado de outros direitos, configurada como direito social. Assim, no que tange ao ingresso no ensino superior, é possível evidenciar que o Brasil, ao longo dos tempos, via políticas públicas, vem esforçando-se em avançar nas questões de superação dos contrastes educacionais no país. Logo, nas últimas décadas, as ações promovidas por políticas públicas, pensadas como mecanismos de ampliação das admissões aos cursos de graduação efetivaram-se, por exemplo, com o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Sistema de Seleção Unificada (SISU). Tais medidas funcionam como estratégias democráticas de inclusão educacional e, consequentemente, de garantia do exercício da cidadania. Em que pese, o Censo da Educação Superior de 2023, divulgado pelo MEC e pelo INEP no ano de 2024, demonstrou dados relevantes sobre diversos aspectos do acesso aos cursos de graduação no país, confirmado alguns desafios ainda presentes. Do percentual dos estudantes de escola pública estaduais, por exemplo, somente 21% em média, consegue concluir o ensino médio e, posteriormente, no ano subsequente, ingressar em uma universidade, e, entre estudantes provenientes de escolas rurais, apenas 16% chegam a educação superior, além do quesito raça/cor, no qual meramente 17% das pessoas pretas, alcançam os cursos de graduação. (BRASIL, INEP, 2024). Especificamente, no ano de 2023, o percentual de novos alunos graduandos ingressantes com referência ao elemento cor/raça, somando-se pessoas pretas e pardas, chegou à 34,7% em comparação com pessoas brancas que totalizaram 42,3%. Outro dado importante, diz respeito a um *fenômeno* quantitativo no qual desde o ano de 2016 o número de participantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) vem sofrendo um decréscimo significativo. Enquanto em 2016 o número de candidatos no referido exame teve seu ápice com 6.136 participações, em 2023 o total de concorrentes a uma vaga na educação superior foi representado por 2.740 inscrições (BRASIL, INEP, 2024). Tal indicativo não passou despercebido na arena governamental, tendo contribuído inclusive para uma nova política pública chamada Programa Pé-de-Meia, criado pela Lei nº14.818/2024, que objetiva, entre outras, a fomentação, por meio de auxílio financeiro, à participação em exames nacionais educacionais e subnacionais, e em especial no ENEM. Assim, o que se percebe, são os inúmeros desafios para a expansão do acesso ao ensino superior. Tanto de modo geral, quanto para os grupos sociais *tradicionalmente desfavorecidos*,

¹ Doutoranda em Política Social pela UFF. E-mail: katiapereira@id.uff.br

existe um contínuo enfrentamento de diferentes adversidades quando se trata de alcançar as oportunidades que levam aos caminhos da educação superior. Frente a todo esse contexto, o presente trabalho entende a relevante necessidade de se destacar o papel social das universidades públicas, e, neste cenário, a extensão universitária se revela como um potencial espaço de inclusão e democracia, sendo uma de suas *funções* apoiar a democratização do acesso ao ensino superior, por meio, por exemplo, de um curso preparatório para os exames vestibulares e para o ENEM. Por ser entendida como uma ação política, a extensão universitária acrescenta às políticas públicas inclusivas, a igualdade de oportunidades, fortalecendo a luta contra a exclusão educacional. Em Campos dos Goytacazes (RJ), no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional – ESR, também conhecido como UFF Campos, o projeto de extensão denominado Pré Social Jorge da Paz Almeida (UFF) vem direcionando suas atividades de modo a garantir a equidade de condições na preparação rumo ao ensino superior. Em média, nos últimos 3 anos, o projeto atendeu 95,4% de jovens e adultos, procedentes do ensino público, dos quais, aproximadamente, 60% de pessoas pretas e pardas. No quesito faixa etária, 72% dos pré-vestibulandos estão entre 16 e 20 anos. Já no aspecto de gênero, 76,4% são mulheres. No fator renda familiar, 51,1% incluem-se na faixa entre 1 a 2 salários mínimos. E, apesar de 95% dos alunos e alunas terem acesso à internet, 74% realizam tal acesso somente via aparelho de celular. Como resultado, sobre as aprovações em instituições públicas e privadas de ensino superior, estas variam entre 70% e 90%, de acordo com o número de evasões ao longo do ano. No alcance dos resultados, para além da carga horária prevista para o cumprimento das disciplinas formais, também são, sempre que possível, ofertadas atividades de cunho pedagógico como a apresentação de filmes, debates, visitas técnicas, entre outros. Neste caso, no presente relato de experiência é possível deduzir, por meio de uma metodologia de observação exploratória simples, uma real contribuição na ampliação do cabedal de conhecimentos dos estudantes, e o papel auxiliar na instrumentalização socioeducacional deles. Vale destacar, que para alguns discentes, o pré-vestibular funciona como um complemento ou uma espécie de reforço curricular diante das fragilidades da educação básica das quais são provenientes. Em alinhamento às ações de inclusão educacional, é fundamental evidenciar o movimento recente do governo federal realizado em março de 2025 chamado Rede Nacional de Cursinhos Populares – CPOP, no qual um dos objetivos é “fortalecer cursinhos pré-vestibulares populares e comunitários” (BRASIL, MEC, 2025). No caso das universidades públicas, as diretrizes da extensão na educação superior reforçam a importância da promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições com a educação (BRASIL, 2023). Portanto, o que se pode deduzir é que o pré-vestibular social é um instrumento relevante para a redução da desigualdade e para o fortalecimento da cidadania no que se refere a educação como direito social. Em vista disso, é essencial a articulação entre universidade pública, extensão e políticas públicas, de modo a potencializar o alcance dessas iniciativas. A extensão universitária, por meio do pré-vestibular social, reafirma a educação como instrumento de transformação social e de luta contra as desigualdades (DEMO, 2012). Espaços como o preparatório universitário são exemplos de novas frentes educacionais que ratificam a força da coletividade na busca pela igualdade de oportunidades.

Palavras-chave: Educação Superior; Extensão Universitária; Pré-vestibular Social.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2023.** Disponível em: [https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/mec-e-inep-divulgam-resultado-do-censo-superior-2023](https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/mec-e-inep-divulgamResultado-do-censo-superior-2023). Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 576/2023**, aprovado em 9 de agosto de 2023 - Revisão da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=251351-pces576-23&category_slug=agosto-2023-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de incentivo financeiro-educacional (Pé-de-Meia).** Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP).** Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cpop>. Acesso em: 29 ago. 2025.

DEMO. Pedro. DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania.** 13^a ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

TREINAMENTO HÍBRIDO NA OFICINA DE PEQUENOS REPAROS DOS LIVROS DA BIBLIOTECA DO INSTITUTO BIOMÉDICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Patricia Mota Lourenço da Silva

Danuzia da Rocha de Paula

Este relato de experiência descreve a implementação de um modelo de treinamento baseado no ensino híbrido na Oficina de Pequenos Reparos da Biblioteca do Instituto Biomédico da Universidade Federal Fluminense (UFF). A biblioteca é subordinada à Superintendência de Documentação (SDC) e à Coordenação de Bibliotecas (CBI). O Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos (LACORD) é o responsável pela restauração/conservação dos materiais bibliográficos das Unidades de Informação na UFF, dando suporte, capacitação e realizando restaurações nas obras mais complexas. Todos os órgãos citados são vinculados à Reitoria da UFF. A Oficina de Pequenos Reparos da Biblioteca do Biomédico é composta por duas servidoras que atuam alinhadas nas atividades de realizar a conservação curativa dos livros mais utilizados da área da saúde, objetivando garantir o acesso à informação, que é uma das bases dos processos de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

A Oficina tem a missão de executar a conservação curativa dos livros mais usados na biblioteca, devido à grande demanda de empréstimos e consultas dos livros da bibliografia básica de Ciências da Saúde para alunos, docentes, funcionários da UFF e pesquisadores de outras instituições ou da comunidade externa. Além da missão de contribuir para a preservação de exemplares com edições esgotadas e/ou raras, ou seja, que não são mais publicados.

A conservação curativa é uma série de procedimentos técnicos destinados a reparar danos físicos e prolongar a vida útil dos materiais (MILEVSKY, 2001), mantendo a integridade física do documento e o acesso às suas informações. Os danos mais comuns são: livros com as pontas contendo aspecto de mordidas, falta de pedaços de folhas, falta de páginas, capa danificada, lombada solta, folhas molhadas, pó dentro do documento, indicando possivelmente a presença de pragas ou cupins, entre outros. Os consertos executados são: reconstituição da lombada, reconstrução da capa, inserção de páginas, velaturas, remendos e enxertos de partes do livro, costura da lombada, secagem de páginas molhadas, reconstituição de páginas danificadas, higienização do acervo, entre outras.

Sendo assim, os principais objetivos deste relato são: mostrar como pode funcionar o treinamento de restauração e conservação para todos os servidores da UFF que atuam ou que desejam atuar na Oficina, a partir da implementação de um modelo de treinamento baseado no ensino híbrido; assegurar a continuidade das práticas de conservação curativa; avaliar o impacto da metodologia na produtividade da oficina; e apontar possibilidades de aprimoramento do processo de capacitação. Todos os servidores da biblioteca são considerados público-alvo do treinamento.

O treinamento dos servidores das bibliotecas que atuam na Oficina acontece geralmente através de cursos presenciais oferecidos pelo LACORD e a troca de experiências entre os funcionários das bibliotecas. Uma servidora foi capacitada pelo LACORD e assim treinou outra servidora para a realização da tarefa. Entretanto, considerando os diferentes horários de trabalho das servidoras e a alta demanda de livros para serem consertados, tivemos a necessidade de desenvolver um

treinamento diferenciado, alicerçado no ensino híbrido. Ou seja, além de informações transmitidas de forma presencial, usamos outras formas de comunicação assíncrona, como o modo remoto e virtual.

Utilizamos, além de encontros presenciais, bilhetes escritos (com instruções de cada etapa do conserto do livro, de acordo com o diagnóstico de reparos que precisam ser realizados em cada documento), mensagens via WhatsApp (escrito e áudio), vídeos instrucionais educativos disponibilizados no YouTube, Lives recomendadas via e-mail pelo LACORD, também usamos os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), artigos científicos disponibilizados nas Bases de Dados pesquisados pelas próprias funcionárias. Desta forma, inovamos o treinamento de capacitação da servidora com a utilização do ensino híbrido, alicerçado em instruções presenciais, virtuais e uso de objetos de aprendizagem (PAVANI, 2013), ou seja, arquivos de conteúdos disciplinares que permitem o acesso livre com fins educativos. O treinamento presencial teve duração de dois meses, com atualizações e correções contínuas realizadas por meio de bilhetes e mensagens.

Os resultados demonstram um impacto positivo na produtividade da Oficina, já que em 2023, foram conservados 115 livros, enquanto em 2024, após a implementação do treinamento híbrido, esse número aumentou para 318 documentos restaurados/conservados. Uma das servidoras passou a atuar diretamente na Oficina após o treinamento híbrido, mas com a supervisão da servidora-capacitadora e do LACORD, o que contribuiu significativamente para esse aumento na produtividade de livros restaurados/conservados renderam elogios da SDC e Coordenação de Bibliotecas da UFF para a Equipe da Biblioteca do Biomédico.

Percebemos que o processo de treinamento híbrido na Oficina é eficiente e eficaz, mas precisa ser aprimorado adotando-se uma metodologia sistematizada, organizada, de forma a descrever o fluxo de cada etapa desta atividade. Assim, poderemos mapear e ampliar a prática de conservação curativa utilizando o ensino híbrido como estratégia de capacitação do trabalho buscando a eficiência e a eficácia da ação.

Essa experiência explicita como práticas inovadoras de capacitação/aprendizagem híbrida podem contribuir para a capacitação de servidores na preservação do acervo bibliográfico institucional e, consequentemente, ampliar o acesso à informação, contribuindo diretamente para os eixos temáticos do processo de ensino, pesquisa e extensão na UFF para a sociedade. Enfim, esse relato de treinamento indica que a capacitação com o ensino híbrido é inovadora e possui uma estratégia viável que pode ser disseminada para todas as Bibliotecas Universitárias da UFF com o objetivo de contribuir tanto para a preservação do acervo das Unidades de Informação quanto para o aumento da produtividade, assegurando a qualidade do trabalho realizado. E essa ação visa à transmissão de saberes técnicos, a valorização do trabalho técnico especializado e a inovação institucional.

Palavras-chave: Bibliotecas Universitárias; Conservação Curativa; Treinamento Híbrido; Capacitação Profissional; Inovação em Bibliotecas.

Referências

Bacich, Lilian; Tanzi Neto, Adolfo; Trevisani, Fernando de Mello (Org.). **Ensino híbrido:** personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

Milevsky, Robert J. **Manual de pequenos reparos em livros.** Rio de Janeiro: Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos, 2001.

PAVANI, Ana Maria Beltran. **Objetos pedagógicos.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <apavani@lambda.ele.puc-rio.br>. 13 dez. 2013.

Seibert, Ann. Recomendações para preservação e manutenção de acervos em suporte de papel. **B. Arq.** São Paulo. v.2, n.½, p.19-26, jan./dez. 1993.

DO OIAPOQUE À SÃO GONÇALO: O PROGRESSO CIENTÍFICO E A BOA SOCIEDADE - EXPERIÊNCIAS DE SUSTENTABILIDADE LOCAIS

Maria de Lourdes Cútalo de Lira Basques¹

Introdução

Esse trabalho faz parte da disciplina de Qualificação de Projeto de Tese no Programa de Pós-graduação em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense. Nossa pesquisa relaciona a possível separação entre o homem (razão) e natureza (recursos naturais) com os problemas ambientais. A era moderna trouxe o desenvolvimento do capitalismo acompanhado dos avanços científicos e da construção das bases do modo de produção capitalista pensados para o petróleo. O homem passou a dominar e extrair da natureza cada vez mais recursos sem avaliar as consequências globais. A dificuldade no reconhecimento dos problemas ambientais e mais tarde socioambientais, aliados ao consumismo desenfreado, pode ter levado a humanidade aos eventos extremos da atualidade. Habermas e seus colegas da Escola de Frankfurt, entre outros autores criticam a modernidade sob ângulos variados, mas parecem dizer algo semelhante ao discutir a ilusão da modernidade, onde a racionalidade é instrumentalizada por interesses de uma elite em detrimento do bem comum. A discussão de M. Weber sobre meios e fins se adequa a esse propósito aliado aos apontamentos de J. Habermas sobre a racionalidade comunicativa como resposta à instrumentalização da razão (J. Habermas, 2012).

A relevância do estudo relaciona-se ao contexto do agravamento e do avanço dos eventos extremos no mundo, ao mesmo tempo em que governos investem em combustíveis fósseis em nome da soberania energética. Cientistas alertam que quanto mais pesquisarmos petróleo, maior será o esgotamento do suporte. O tema é complexo e reflete mudança de paradigma do conhecimento, repercutindo na matriz energética e no modo como pensarmos a vida no planeta. Enquanto isso não acontece, o homem tem contado com a ajuda de tecnologias que justifiquem continuar extraíndo mais recursos não renováveis. Nosso olhar nessa pesquisa está na relação predatória homem natureza e na manutenção do crescimento infinito, sem considerar o nível de desgaste do suporte do ambiente.

Desenvolvimento

Nossa pesquisa é exploratória e realiza reflexões que possam auxiliar pesquisas futuras. Os procedimentos técnicos envolvem fontes de informação baseadas em matérias jornalísticas relativas à transição energética e a mudança do clima, divulgadas pela mídia, documentos e artigos científicos e autores clássicos e bibliográficos, além da legislação ambiental. As “intervenções” no ambiente para pesquisar petróleo, em geral, são decisões que não passam pela participação da população e causam muitos transtornos. Em investigações anteriores, sobre as cidades de Maricá (dissertação de Mestrado), Itaboraí e Macaé mostram isso. A bibliografia estudada informa que as fontes alternativas também geram impactos aos moradores locais. Existem muitas soluções alternativas, mas a mudança de paradigma pode evitar repetirmos os

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência Política – Universidade Federal Fluminense (PPGCP/UFF); E-mail: mcutalo@id.uff.br

mesmos erros. O roteiro das entrevistas abrange os seguintes grupos de atores sociais: ligados à governança municipal, a iniciativa privada local, movimentos ambientais locais e a população jovem de alunos da rede pública. O objetivo é o diálogo sem constrangimentos (pode ser tanto indo ao campo quanto via internet), diante das questões climáticas e os interesses em cada grupo para pensar a sustentabilidade e o futuro comum. A abordagem inicial é qualitativa, focando nas experiências e interpretações (as entrevistas estão em fase de agendamento). O campo de pesquisa, no bairro Centro em Oiapoque no Amapá, vem sendo documental e virtual, representa uma intervenção da Petrobrás em nome da soberania energética do país, mas que os povos da Amazônia não desejam, segundo seminários sobre o tema. Além disso, nossa abordagem se estende aos bairros da Ilha do Araújo em Paraty; bairro Boa Vista em São Gonçalo, bairro Barra de Maricá e. Na Ilha do Araújo em Paraty, e os embates entre empreendedores, caiçaras e governo local que dura há décadas e as soluções propostas por Amyr Klink; em Maricá os embates da colônia de pescadores de Zacarias com empreendedores do resort Maraey e o governo local, combatidos cotidianamente pelo movimento ambiental dos rios e lagoas de Maricá e SOS Jaconé Porto NÃO; em São Gonçalo temos a reconstrução da praia das Pedrinhas no bairro Boa Vista da prefeitura. O objetivo é documentar as diferentes intervenções nas quais homem é o cuidador do ambiente e não parte dele, assim como quem olha de fora, e se arroga o direito de decidir nem sempre visando o bem comum. O desenvolvimento de uma visão crítica reflexiva, não instrumental, comunicativa que dialogue com todas as partes é um desafio. As ODS/ONU são um exemplo. Alternativas sustentáveis podem ser pensadas localmente. Maricá e São Gonçalo são cidades costeiras e podem desenvolver projetos de locomoção via costa, aliado às tecnologias de menor potencial poluidor. Em Oiapoque, são inúmeras as cooperativas locais que produzem sustentabilidade com base em cooperativas, algumas só com mulheres mostrando a sustentabilidade enquanto fim e não apenas como meio. J. Habermas, ao abordar a crise do progresso científico no século XX, defende uma comunicação sem medos como possibilidade de promover o entendimento, através da ética, da democracia e do diálogo. Entende ser possível reconstruir de forma inclusiva, o projeto da modernidade a partir da utilização da razão crítica humana e da capacidade reflexiva que considere a razão a partir da ética, reconectando o homem à natureza. A reconexão do homem à natureza e a reaproximação com os saberes populares, a interdisciplinariedade, a ética e a ausência de constrangimentos, pode resultar, (ou espera-se) na reconstrução de um novo paradigma do conhecimento. A ética e o diálogo humanista são a base desse outro modo de pensar integral.

Considerações Finais

A mudança de paradigma da excepcionalidade humana para o novo paradigma ambiental (Catton e Dunlap, 1978) abre outras relações público-privadas e formas de estar no mundo. Visões menos distorcidas da realidade e mais interdisciplinares permite enxergar o mundo onde o meio ambiente não seja considerado exclusivamente como balcão de negócios e que o homem se veja como parte da natureza e os conhecimentos saiam de suas caixinhas visando o bem comum e a regeneração ambiental.

Palavras-chave: Modernidade; Racionalidade instrumental; Racionalidade Comunicativa; Crise Ambiental; Transição Energética.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.224p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – Proveg**. Brasília, DF: MMA, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biomas-e-ecossistemas/conservacao-1/politica-nacional-de-recuperacao-da-vegetacao-nativa>. Acesso em: 24 jun. 2025.

CATTON, William R.; DUNLAP, Riley E. Paradigma da Excepcionalidade Humana e o Novo Paradigma Ecológico. **The American Sociologist**, v. 13, n. 1, p. 41–49, 1978.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Teoria política e pensamento social na América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, n. 10, p. 21–33, 2012. Disponível em: Revista de Ciências Sociais – OpenEdition. Acesso em: 7 jul. 2025.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze conferências**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e rationalização social**. Vol. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HERCULANO, Selene. **Em Busca da Boa Sociedade**. Eduff,.415p. 2006

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 392 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009.7

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2007.

GUIA DIDÁTICO PARA O PROGRAMA DE MEDIAÇÃO CULTURAL NA GALERIA DE ARTE

UFF: UMA PROPOSTA DE ENSINO INCLUSIVO

Suane Leite de Queiroz

Elisabete Cruvello

Introdução

A presente pesquisa de mestrado propõe produzir um guia didático que vise implementar um programa de Mediação Cultural na Galeria de Arte UFF, localizada no Centro de Artes da Universidade Federal Fluminense. O enfoque principal recai sobre a criação de ações inclusivas que fomentem a aproximação entre a instituição e a comunidade, contribuindo para a formação de um público diversificado e engajado. A metodologia qualitativa incluirá revisão bibliográfica, análise documental e desenvolvimento do guia didático.

A escolha da Galeria de Arte UFF como objeto de estudo fundamenta-se na trajetória profissional como servidora pública concursada desde 2009 e lotada na Divisão de Artes Visuais do Centro de Artes UFF, desde 2016. A experiência enquanto gestora da Galeria (2019–2023), possibilitou notar que, apesar da qualidade técnica das exposições, de editais e eventos, faltavam ações continuadas que aproximassesem a comunidade acadêmica e externa, diversificando e engajando o público com ações inclusivas. O Plano de Desenvolvimento Institucional 2023–2027 da UFF e a Política de Acessibilidade e Inclusão (UFF Acessível, 2019) reafirmam o compromisso com práticas inclusivas, em consonância com o capítulo IV da Lei nº 10.098/2000. Nesse sentido, este estudo contribui para o eixo temático Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos ao oferecer um instrumento pedagógico que articule teoria e prática, promovendo a democratização do acesso cultural e a formação de espectadores críticos, participativos e interessados em artes visuais. Ao articular educação e cultura, o estudo visa ampliar o impacto social da Galeria de Arte UFF, transformando-a em um espaço fértil de aprendizagem e diálogo comunitário.

Fundamentação Teórica

Sustenta-se em conceitos interrelacionados: *Mediação Cultural e o Papel Transformador da Arte* – Barbosa & Coutinho (2009) definem a mediação cultural como processo que interliga obra, público e contextos sociais, favorecendo a apropriação crítica da arte. *Ensino Inclusivo e Valorização da Diversidade* – Mantoan (2003) concebe a inclusão como processo de reestruturação de práticas e espaços educativos para acolher as diferenças. Stainback & Stainback (1999) propõem currículos flexíveis que partem dos recursos e saberes dos alunos, convertendo a diversidade em alavanca pedagógica. Pinto (2023) em perspectiva não-formal retoma Vygotsky (1998) para demonstrar que a mediação em museus sustenta o desenvolvimento de identidades e sentidos coletivos.

Objetivos

Geral: Desenvolver um guia didático digital sobre mediação cultural articulado ao ensino inclusivo para a Galeria de Arte UFF. **Específicos:** Descrever os eixos norteadores de uma galeria de arte universitária, comuns e específicos, em suas dimensões teóricas e práticas; Levantar

projetos de mediação cultural existentes em espaços expositivos de Niterói e outras cidades, com o perfil semelhante ao da Galeria de Arte UFF; Identificar os conteúdos necessários para compor o guia didático em termos de suas ações metodológicas, criando ações para fundamentar as atividades inclusivas do programa de mediação cultural.

Metodologia

A pesquisa adota a abordagem qualitativa, incluindo quatro eixos metodológicos:

- *Revisão Bibliográfica e Análise Documental* - Consiste na realização de uma revisão bibliográfica que visa levantar e discutir propostas teóricas relativas à mediação cultural, à diversidade e ao ensino inclusivo. A revisão bibliográfica, realizada em plataformas de pesquisas digitais como, Elicit, EduCAPES, Google Acadêmico, SciELO.
- *Mapeamento e Diagnóstico da Galeria de Arte UFF* - Propõe o mapeamento da Galeria de Arte UFF por meio de um diagnóstico que identifique os pontos fortes e as limitações do espaço. Por meio de uma investigação qualitativa, serão formuladas questões orientadoras, tais como: Quais são os princípios norteadores de uma galeria de arte contemporânea? Quais as especificidades e singularidades da Galeria de Arte UFF? Que conteúdos discursivos e práticas pedagógicas podem integrar o guia didático? E, por fim, quais ações são necessárias para fomentar uma perspectiva inclusiva e de mediação cultural no referido ambiente?
- *Levantamento de Experiências Existentes* - Constitui um levantamento em plataformas digitais, como o Google Acadêmico, Elicit, Scielo, acerca de guias didáticos em galerias e museus que tratem da mediação cultural e ensino inclusivo em contextos comparáveis à Galeria de Arte UFF.
- *Desenvolvimento do Guia Didático* - Serão analisados modelos de guias didáticos utilizados em locais que atuem na promoção da inclusão e na mediação cultural, permitindo a adaptação de práticas e estratégias que se mostrem eficazes.

A pesquisa foi dispensada de aprovação CEP/CONEP por não envolver coleta de dados sensíveis, baseando-se em documentos de acesso público e relatos profissionais.

Análise e Discussão dos Resultados Parciais

A Galeria de Arte UFF, inaugurada em 1982, foi pioneira na exibição de arte contemporânea em Niterói. Atualmente é possível observar que, muitas vezes, ela funciona como um espaço de passagem para o Teatro da UFF e o Cine Arte UFF, sem promover identificação ou interação efetiva com os frequentadores. O percurso histórico da Galeria, alinhado aos movimentos da arte brasileira, evidencia seu papel como lócus de mediação cultural capaz de conectar sujeitos de múltiplos contextos sociais, culturais e econômicos. A experiência enquanto gestora demonstrou qualidade nas produções das exposições, mas também a necessidade premente de metodologias que garantam o acesso de públicos diversos. Espera-se que o guia de mediação cultural estabeleça diretrizes e programas educativos para ampliar o engajamento de diferentes segmentos de público, fortaleça a Galeria como espaço de aprendizado, convivência e exercício da cidadania cultural e impacte positivamente a sociedade ao promover reflexões sobre diversidade e inclusão no campo artístico.

Conclusão

A elaboração de um guia didático sobre mediação cultural na Galeria de Arte UFF, com uma proposta de ensino inclusivo, representa uma iniciativa significativa tanto para o ambiente acadêmico da UFF quanto para a sociedade em geral. Este projeto visa contribuir para o campo

de estudo da mediação cultural, fornecendo considerações práticas e teóricas sobre como as galerias de arte podem construir ações inclusivas para aproximação da comunidade e formação de público. O guia didático procura fortalecer a Galeria de Artes da UFF como um espaço inclusivo, ao promover práticas de mediação cultural, possibilitando que a UFF contribua para uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos acessem ao conhecimento e à cultura. Isso não apenas beneficiará os visitantes e a comunidade acadêmica, mas também servirá como um modelo de inclusão cultural.

Palavras-chave: **Mediação Cultural; Galeria de Arte UFF; Guia Didático; Diversidade; Inclusão.**

Referências

ALENCAR, Valéria Peixoto. **Histórias da mediação cultural**, Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, São Paulo 2020.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão (Org.). **Arte/educação como mediação cultural e social**. São Paulo: UNESP, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetti Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASÍLIA, Universidade de. **A mediação cultural em meio a controvérsias**. Palíndromo, Florianópolis, 2019.

CANDAU, V. M. **Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CARVALHO, C.; SANTOS, M. E. T. **Bebês, museus e mediação: da dimensão estética às relações**. Educação & Realidade, Porto Alegre, 2019. <https://doi.org/10.1590/2175-623689405>

CELLARD, André. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

DANTO, Arthur C. **Depois do fim da arte: a arte contemporânea e o limite da história**. Tradução de Regina Teixeira. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DEWEY, John. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DUARTE JR., J.F. **Por que arte-educação?** São Paulo: Papirus, 2013.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GOIS, João Bosco Hora; PINHEIRO, João Luiz Alves. Amplitude da gestão da(s) diversidade(s) – implicações organizacionais e sociais. **ReCaPe Revista de Carreiras e Pessoas**, São Paulo, 2013.

HONORATO, C. **Mediação cultural em meio a controvérsias.** Palíndromo, Brasília, 2019.
<https://doi.org/10.5965/2175234611252019099>

HONORATO, C.; KUNSCH, G. Mediar a censura: entrevistas com educadoras/es de exposições que sofreram ataques. **Políticas Culturais em Revista**, Brasília, 2019.
<https://doi.org/10.9771/PCR.V11I1.28155>

KIRST, A. **As aprendizagens do público com deficiência visual: uma experiência de diálogo com a arte contemporânea.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010.

LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2012.

NASCIMENTO, Júnior José do; CHAGAS, Mário de Souza. Diversidade museal e movimentos sociais. In: NASCIMENTO, Júnior José do (Org.). **IBERMUSEUS 2: Reflexões e comunicações.** Brasília: IPHAN, 2008.

PAIVA, C. S. M. Arte contemporânea e paisagem urbana: visualidade e visibilidade. **Brazilian Journal of Development**, Fortaleza, 2020. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n2-137>.

PINTO, Julia Rocha. **O papel social dos museus e a mediação cultural: conceitos de Vygotsky na arte-educação não-formal.** Florianópolis: Palíndromo, 2023.

QUEIROZ, Suane; CRUVELLO, Elisabete. Relato de Experiência: Inserção do uso de Tecnologias Assistivas na Galeria de Arte UFF. In: **Relatos de experiências sobre tecnologia assistiva** (livro eletrônico): construindo arquiteturas pedagógicas inclusivas. Organizadores: MENDES, C. B., PINTO S. C. C. da S., CAMINHA, V. L. P. dos S., SILVA, M. M., BRAZ, Ruth. M. M., Niterói, Ed. dos Autores, 2025. <https://doi.org/10.29327/5469161>.

QUEIROZ, Suane; CRUVELLO, Elisabete. Reflexões sobre a Galeria de Arte da UFF como um projeto de ensino inclusivo e de mediação cultural. In: NEVES, Fagner (Org.). **Diversidade, inclusão social e ensino: enfoques teórico-práticos.** Rio de Janeiro: Autografia, 2025. (no prelo).

SCHLICHTA, C. **Arte e educação: há um lugar para a Arte no Ensino Médio?** Curitiba: Aymará, 2009.

SEABRA, J. Estratégias de mediação cultural na Bienal de Artes de São Paulo: entre a gestão do público e a mediação artística. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, Portugal, 2024. <https://doi.org/10.55905/cuadv16n7-039>

SOUZA, L. D.; ALMEIDA, L. D. A.; SILVEIRA, L. M. Um estudo de caso da mediação proposta para a exposição “Anos 60–70 um panorama – mostra do acervo” do Museu de Arte Contemporânea do Paraná – MACPR. **Revista Digital do LAV**, Campinas, 2019. <https://doi.org/10.5902/1983734834365>

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1993.

UNESCO. **Universal Declaration on Cultural Diversity**. Paris: UNESCO, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). **Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense e o Plano de Acessibilidade e Inclusão da UFF – UFF Acessível**. Niterói: UFF, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023–2027**. Niterói: UFF, 2023.

VARGAS DE V., A.; BARROZO T. A. V. Diálogos com a arte contemporânea. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, João Pessoa, 2021. <https://doi.org/10.24208/rebecin.v8i.248>

VERGARA. L. G; KASTRUP. V. Zona de risco dos encontros multissensoriais: anotações éticas e estéticas sobre acessibilidade e mediações. In: BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão (Org.). **Arte/educação como mediação cultural e social**. São Paulo: UNESP, 2009.

YGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WENDELL, Ney. **Estratégias de mediação cultural para a formação do público**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2013.

**INFORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ENSINO MÉDIO: AMPLIANDO O CAPITAL
INFORMATACIONAL POR MEIO DE AÇÕES EXTENSIONISTAS NO NOROESTE
FLUMINENSE**

Fernando de Souza Paiva

Aline Reis Amim

Aline Silva de Carvalho

Gicélia Moreira de Souza Fernandes

Kíssila Marinho Arruda do Nascimento

Valéria Santos Paiva

Introdução

No cenário brasileiro contemporâneo, o ingresso dos alunos do Ensino Médio na universidade pública continua a ser um considerável desafio, principalmente para os alunos do interior, onde as ofertas públicas são mais escassas. Soma-se a este fenômeno o fato de que a maior parte desses alunos, além de desconhecerem instituições, cursos ofertados e políticas de acesso e permanência, quando manifestam interesse por algum curso de graduação, geralmente não dispõem de informações suficientes que os levem a fazer uma escolha mais segura, capaz de mantê-los na universidade.

Pensando em estratégias de informação profissional, acesso e a permanência de alunos do Ensino Médio de colégios do noroeste fluminense no tocante aos cursos ofertados pelo INFES/UFF, em Santo Antônio de Pádua - RJ, foi criado, em 2019, o Projeto de Extensão “Conversas sobre Informação Profissional no Ensino Médio em colégios do Interior Fluminense”, cujo objetivo principal é contribuir para ampliar o capital informatacional dos estudantes que cursam o Ensino Médio em colégios da região Noroeste Fluminense.

Atualmente em sua sétima edição, o Projeto se mantém como ação extensionista de importância social, regional e local, ao apresentar os cursos de graduação ofertados pelo INFES/UFF como possíveis opções de escolha de carreira profissional por meio de palestras de informação profissional. O Projeto também procura motivá-los à construção de um planejamento profissional, informando sobre as políticas públicas de acesso e permanência na Universidade. A equipe do Projeto é composta por 16 componentes, sendo servidores docentes, técnicos-administrativos, alunos e ex-alunos do INFES/UFF.

Como contribuição ao IV SecienUFF, no eixo temático “Ensino, Pesquisa e Extensão”, este trabalho compartilha alguns resultados da ação extensionista desenvolvida na 28ª Semana de Extensão da UFF (SEMEXT), no ano 2023, com desdobramentos em 2024, fomentando o lugar da extensão universitária como protagonista no acesso de jovens egressos do Ensino Médio no INFES/UFF. Destaca também o relevante papel que desempenha o INFES/UFF como a única instituição pública de ensino superior existente noroeste fluminense (Paiva, 2016).

Ações de extensão como lugar de transformação

No livro "A Miséria do Mundo", Pierre Bourdieu expõe, em um dos capítulos intitulado "Efeitos de Lugar", as conceituações de lugar físico e de lugar social. Para Bourdieu (2008, p.160) "[...] lugar pode ser definido como o ponto do espaço físico onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe".

Nesta perspectiva, compreendendo *lugar* como uma dimensão física e simbólica do espaço, percebe-se que pessoas e ações são agentes que podem exercer um papel transformador no desenvolvimento de práticas sociais inovadoras. Neste aspecto, o projeto de Extensão "Conversas sobre Informação Profissional no Ensino Médio em Colégios do interior Fluminense", enquanto ação extensionista desenvolvida no âmbito do INFES/UFF, ocupa um lugar físico e social estratégico ao aproximar adolescentes e jovens da universidade pública, levando-os a ampliar o seu portfólio de informações profissionais, facilitando-lhes o acesso e a permanência universidade.

Destarte, ao realizar atividades de extensão totalmente dedicadas à informação profissional com os alunos do Ensino Médio, o Projeto se torna protagonista em ações de extensão no noroeste fluminense, reforçando o compromisso da UFF com a interiorização do Ensino Superior.

Uma experiência marcante

A ação extensionista do Projeto em 2023, realizada na 28^a Semana SEMEXT/UFF, se constituiu como um marco divisor nas atividades do projeto. As atividades ocorreram nos dias 19 e 20 de outubro, quando participaram 489 alunos de Ensino Médio de 10 colégios do noroeste fluminense. Palestras foram ministradas pela equipe do projeto no auditório do INFES/UFF, com início às 9h00. Posteriormente, os alunos foram conduzidos às visitas guiadas pelas dependências do Instituto. A programação foi encerrada às 14h00.

Ao final de cada programação, os alunos receberam questionários estruturados contendo 5 perguntas, com devolução facultativa e sem necessidade de identificação. Desses, foram restituídos 240 questionários, sendo 230 de alunos do 3º ano; 02 de alunos do 2º ano e 08 de alunos do primeiro ano do Ensino Médio. Das perguntas, uma se destacou: "Você já conhecia os cursos de graduação oferecidos pelo INFES/UFF?" Dos 240 alunos respondentes, 173 (72%) afirmaram que não conheciam os cursos oferecidos pelo INFES; e 67 (28%) responderam que conheciam. Este dado, por si só, revela a importância do projeto como ação extensionista de informação profissional para os alunos do Ensino Médio do noroeste fluminense, destacando o lugar físico e social que ocupa o INFES/UFF como possibilidade regional de acesso e permanência na universidade.

No início do primeiro semestre letivo de 2024, um novo questionário foi aplicado, desta feita aos alunos do 1º período letivo ingressantes no Instituto em todos os cursos. A intenção desse novo instrumento de coleta de dados foi apurar se esses alunos tiveram conhecimento do INFES e de seus cursos por meio das ações extensionistas realizadas pelo Projeto, e se essas atividades contribuíram na decisão de optar por estudar no INFES.

Com uma amostragem de 94 questionários restituídos, 31% dos alunos ingressantes responderam que optaram por estudar no INFES porque tiveram acesso à informação por meio das palestras feitas pelo Projeto nos colégios durante o ano de 2023, bem como pela realização da ação extensionista durante a Agenda Acadêmica/28^a SMEXT, em outubro de 2023.

No tocante à realização da sétima ação extensionista do Projeto, em 2024, por ocasião da 29^a SMEXT, novos dados foram coletados e estão em análise para posterior divulgação dos resultados.

Considerações finais

Os resultados obtidos pelo Projeto “Conversas sobre Informação Profissional no Ensino Médio em Colégios do interior Fluminense”, em 2023, revelam o lugar físico e social ocupado pelo INFES/UFF, enquanto instituição pública de nível superior, apontando o lugar de relevância das ações extensionistas como estruturas sociais capazes de democratizar, por meio do capital informacional, o acesso e permanência de jovens egressos do Ensino Médio na Universidade Pública, notadamente no noroeste fluminense.

Palavras-chave: Extensão universitária; Ensino Médio; Informação Profissional; INFES/UFF.

Referências

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. In: Bourdieu, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 159-166.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Claudio M. Martins. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PAIVA, Fernando de Souza. **Formação de professores em nível superior: políticas públicas de interiorização**. Curitiba: Appris, 2016.

MARKETING PARA BIBLIOTECAS NA ERA DIGITAL: ESTUDO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO

Dempsey de Lima Bragante ¹

Introdução

Na contemporaneidade, o uso intensivo das mídias sociais modifica profundamente a forma como as instituições de ensino e pesquisa se comunicam com seus públicos. Entre essas ferramentas, o Instagram tem se consolidado como uma das plataformas mais utilizadas no Brasil, alcançando mais de 90% de adesão entre os usuários. Este estudo analisa a presença digital das bibliotecas universitárias federais do Estado do Rio de Janeiro nessa rede social, investigando estratégias de comunicação, frequência de postagens e conteúdos compartilhados. Com abordagem quali-quantitativa e caráter exploratório, a pesquisa combina levantamento documental e análise de conteúdo dos perfis oficiais das bibliotecas, com foco nas unidades centrais de UNIRIO, UFRJ, UFF e UFRRJ. Os resultados apontam que a maior parte das bibliotecas já se encontra inserida na plataforma, ainda que de forma heterogênea. Identificaram-se boas práticas relacionadas à divulgação de eventos culturais, capacitação de usuários e dinamização do acervo, além do uso criativo de recursos multimídia para engajamento. Conclui-se que a presença estratégica no Instagram amplia a visibilidade institucional, fortalece vínculos com a comunidade acadêmica e reafirma o papel das bibliotecas como mediadoras do conhecimento na atualidade.

O presente trabalho se insere no eixo temático Ensino, Pesquisa e Extensão ao examinar o papel das bibliotecas universitárias na utilização de ferramentas digitais como meio de comunicação e engajamento. A presença ativa dessas unidades em mídias sociais, especialmente no Instagram, representa não apenas uma estratégia de marketing, mas também uma forma de ampliar o alcance das ações educativas e culturais, aproximando a comunidade acadêmica e fortalecendo a função social da biblioteca.

No caso das universidades federais do Estado do Rio de Janeiro, a adesão a essas ferramentas reflete tanto iniciativas institucionais quanto esforços locais das equipes gestoras. Este estudo contribui para o debate sobre inovação em serviços de informação, apontando como as bibliotecas universitárias podem modernizar suas práticas comunicacionais, responder às transformações tecnológicas e ampliar seu papel no processo formativo, de pesquisa e de extensão.

Fundamentação Teórica

O campo de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) oferece o arcabouço necessário para compreender como as ferramentas digitais impactam os ambientes educacionais e informacionais. A sociedade contemporânea, marcada pela interconexão global e pela ubiquidade tecnológica, exige que instituições de ensino superior revisitem suas práticas

¹ Doutorando em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bibliotecário da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Biblioteconomia (UNIRIO).

comunicacionais. Autores como Palacios *et al.* (2001) destacam o papel das tecnologias de informação na redução de distâncias geográficas e na ampliação do acesso ao conhecimento.

No âmbito do marketing, Kotler (2000) define a prática como o processo de identificar e atender necessidades de determinados públicos, o que, no caso das bibliotecas, implica compreender demandas informacionais e transformá-las em serviços relevantes.

Gabriel e Kiso (2025) reforçam que a presença digital constitui elemento essencial para a visibilidade institucional, sendo o primeiro passo para consolidar relações de confiança. Já Kotler, Kartajaya e Setiawan (2021) apresentam o conceito de Marketing 5.0, que incorpora tecnologias avançadas, como inteligência artificial e realidade aumentada, aplicadas à geração de valor.

No contexto bibliotecário, Amaral (2011) destaca que o marketing da informação é fundamental para garantir a sustentabilidade das unidades, ao passo que Prado e Corrêa (2016) reforçam a relevância da presença digital para alcançar públicos além dos limites físicos. Assim, o marketing digital e as mídias sociais convertem-se em recursos estratégicos para potencializar o impacto das bibliotecas universitárias.

Objetivos da Pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa é mapear e analisar a presença das bibliotecas universitárias federais do Estado do Rio de Janeiro na mídia social Instagram. Para atingi-lo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Revisar a literatura sobre mídias sociais em bibliotecas universitárias;
- Identificar o número de bibliotecas nas universidades federais fluminenses;
- Levantar dados sobre a presença e atividade dessas bibliotecas no Instagram;
- Sistematizar as práticas comunicacionais adotadas nos perfis centrais;
- Elencar os temas mais recorrentes nos conteúdos publicados.

Metodologia

A pesquisa é de natureza quali-quantitativa, com caráter exploratório e documental. O corpus empírico abrangeu as quatro universidades federais situadas no Estado do Rio de Janeiro: UNIRIO, UFRJ, UFF e UFRRJ, contemplando 89 bibliotecas. A coleta de dados concentrou-se nos perfis institucionais dessas unidades no Instagram, verificando a frequência de publicações, temas abordados e formatos utilizados.

Além do levantamento quantitativo da presença digital, aplicou-se análise de conteúdo às postagens das bibliotecas centrais, referente ao período de setembro de 2024 a fevereiro de 2025. O procedimento seguiu Bardin (2011), com etapas de pré-análise, categorização e interpretação, permitindo identificar padrões e recorrências nos conteúdos.

Análise e Discussão dos Resultados

Os resultados demonstram que, das 89 bibliotecas analisadas, 62 mantêm perfis ativos no Instagram, representando 69,7% de adesão. A UFF se destaca com 93,3% de presença digital, evidenciando políticas institucionais que favorecem o uso das mídias sociais. A UFRJ, embora possua o maior número absoluto de bibliotecas, apresenta proporção inferior, refletindo a complexidade de gestão de seu sistema. Já UNIRIO e UFRRJ registraram menores percentuais, de 30% e 50%, respectivamente, indicando possível escassez de recursos ou estratégias mais centralizadas.

A análise de conteúdo revelou padrões recorrentes nas postagens. Entre os temas mais frequentes estão: capacitação de usuários, divulgação de recursos digitais, ações culturais, informes administrativos, dinamização do acervo e datas comemorativas. Observou-se ainda o uso criativo de memes, quizzes e recursos audiovisuais, estratégias que aumentam o engajamento e aproximam a biblioteca do cotidiano dos estudantes.

Essas práticas demonstram que a presença digital não está vinculada apenas à infraestrutura disponível, mas também ao planejamento editorial, à capacitação da equipe responsável e ao alinhamento estratégico da instituição. Assim, as bibliotecas que investem em calendários editoriais consistentes e em diversificação de conteúdos conseguem ampliar seu alcance e fortalecer vínculos com a comunidade acadêmica.

Considerações Finais

Este estudo demonstrou que as bibliotecas universitárias federais do Estado do Rio de Janeiro estão progressivamente integrando o Instagram em suas estratégias de comunicação, ainda que com níveis de adesão distintos. Os resultados revelam que a consolidação da presença digital depende de fatores institucionais, disponibilidade de recursos e da criatividade aplicada à gestão de conteúdos.

Constatou-se que a plataforma tem sido utilizada não apenas para divulgar serviços, mas também como espaço de valorização da equipe, promoção de atividades culturais e incentivo ao aprendizado. As práticas analisadas evidenciam o potencial das mídias sociais para reforçar a missão das bibliotecas como agentes de disseminação do conhecimento, promoção da cidadania e apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Em síntese, o estudo contribui para o campo da Ciência da Informação ao oferecer um mapeamento atualizado da presença digital das bibliotecas, além de propor reflexões sobre a necessidade de capacitação contínua dos profissionais e do fortalecimento das políticas institucionais voltadas à comunicação digital.

Palavras-chave: Marketing para Bibliotecas; Mídias Sociais; Instagram; Biblioteca Universitária; Universidade.

Referências

AMARAL, S. A. do. Marketing da informação: abordagem inovadora para entender o mercado e o negócio da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 40, n. 1, p.85-98, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1327>. Acesso em: 20/01/2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Universidades Federais**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/es/universidades-federais>. Acesso em: 10/04/2025.

GABRIEL, M.; KISO, R. **Marketing na era digital**: conceitos, plataformas e estratégias. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2014.

KOTLER, P. **Marketing para organizações que não visam o lucro**. São Paulo: Atlas, 1978.

KOTLER, P. **Administração de marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 5.0**: tecnologia para a humanidade. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2016.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUNHOZ, J. **Desvendando o Instagram**: o passo a passo para aumentar seguidores, engajamento e vendas. São Paulo: DVS Editora, 2025.

MOREIRA, D. de S. F. Análise de conteúdo: uma técnica de análise dos dados qualitativos. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 45-68, 2010.

PALACIOS, E. M. G., et al (Org). **Ciencia, Tecnología y Sociedad**: una aproximación conceptual. Madri: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), 2001.

PRADO, J. M. K. do; CORRÊA, E. C. D. Bibliotecas universitárias e presença digital: estabelecimento de diretrizes para o uso de mídias sociais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/21104>. Acesso em: 10 jan. 2025.

REZ, R. **Marketing de conteúdo**: a moeda do século XXI. São Paulo: Editora DVS, 2016.

TELLES, A. **A revolução das mídias sociais**: cases, conceitos, dicas e ferramentas. São Paulo: M. Books, 2011.

VALENTIM, M. L. P. Análise de conteúdo. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005.

WE ARE SOCIAL; MELTWATER. **Digital 2025 Brazil**: the essencial guide to digital trends. 2025. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2025-brazil>. Acesso em: 20 fev. 2025.

**AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CLÍNICAS NO INTERNATO: IMPLANTAÇÃO DO
OBJECTIVE STRUCTURED CLINICAL EXAMINATION (OSCE) COMO ESTRATÉGIA
INOVADORA NO INTERNATO MÉDICO DA UFF**

Monique de Oliveira e Silva

Alexandre Oliveira Telles

Renato Bergallo Bezerra Cardoso

Aluisio Gomes Silva Junior

Introdução

Em 2020, para atender as novas exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2014), foi criado o Internato Obrigatório em Atenção Básica (IOAB) da Universidade Federal Fluminense (UFF). O objetivo do internato médico é o desenvolvimento de competências clínicas por meio de estágios supervisionados (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1992), que no IOAB ocorrem nos serviços de Atenção Primária à Saúde dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói. Contudo, neste contexto, temos também muitos desafios relacionados às avaliações de competências dos internos devido aos diversos atravessamentos enfrentados nas diferentes realidades dos serviços e cenários de prática.

Assim, o *Objective Structured Clinical Examination* (OSCE), também traduzido como Avaliação Clínica Objetiva Estruturada, vem sendo incorporado por diversas escolas médicas como uma estratégia inovadora para avaliação individualizada de competências clínicas pelo importante potencial educativo, sobretudo quando associado ao uso de outras metodologias, como o feedback estruturado (UFMG, 2015; DOMINGUES *et al.*, 2020; SWANWICK; FORREST; O'BRIEN, 2019).

Em março de 2025, por uma iniciativa pioneira no curso de Medicina da UFF, foi iniciado com um projeto-piloto de aplicação do OSCE no Centro de Simulação Realística do Hospital Universitário Antônio Pedro (CSR-HUAP) com pequeno grupo de internos. Com o grande êxito da primeira versão, em julho de 2025, a metodologia foi oferecida a todos os internos do IOAB, e, já a partir de agosto de 2025, está sendo oferecida como atividade obrigatória deste internato, com um total de quase 40 consultas avaliadas até o momento.

Fundamentação

O OSCE é baseado em uma sequência estruturada de estações clínicas simuladas, onde o estudante deve realizar tarefas específicas diante de um paciente simulado, sendo avaliado por examinadores com base em “checklists” padronizados (UFMG, 2015; SWANWICK; FORREST; O'BRIEN, 2019), o que com base na pirâmide de Miller (HARDEN *et al.*, 1979, corresponde ao nível “mostra como”, ao permitir observar, em ambiente controlado, a aplicação prática dos conhecimentos e habilidades desenvolvidas pelo aluno.

No OSCE do IOAB, os alunos realizam consultas simuladas no consultório do CSR-HUAP, equipado com câmera e sistema de áudio com transmissão simultânea para outra sala onde encontram-se

dois avaliadores. Recebe as instruções sobre o caso clínico antes de cada atendimento, sendo avaliado segundo critérios previamente definidos, considerando de forma integrada competências como comunicação clínica, organização da consulta, conhecimento e aplicação de protocolos e diretrizes no atendimento, tomada de decisão clínica, raciocínio diagnóstico e atitudes éticas e humanísticas.

Vale ressaltar que os servidores se revezam no papel de paciente simulado, sendo sempre este o responsável pela elaboração do caso clínico e o checklist de avaliação do OSCE do dia a ser utilizado pelos demais avaliadores durante o exame. Ao término, o estudante faz uma autoavaliação seguido de discussão da consulta com um feedback estruturado, tanto dos avaliadores quanto do paciente simulado.

Esta abordagem permite que o aluno identifique suas potencialidades e competências que precisem ainda ser desenvolvidas na sua formação de forma individualizada. Como nos traz Perrenoud (1999), este tipo de avaliação, com caráter formativo e reflexivo, sobretudo ao usarmos critérios e objetivos de domínio, é de extrema importância não só para avaliação em si mas para o próprio desenvolvimento de competências, quando seu objetivo principal servir mais à regulação das aprendizagens dos alunos do que meramente visarmos classificá-los em relação aos seus pares. O autor, inclusive, previa, para isso, a possibilidade de integrarmos inovações didáticas e pedagógicas, como observamos no uso do OSCE no CSR-HUAP no lugar de antigas avaliações tradicionais.

Objetivos

- Divulgar a experiência dos servidores da UFF na organização, planejamento e implantação do OSCE no Internato Obrigatório em Atenção Básica (IOAB) da UFF.
- Refletir sobre a importância da incorporação de metodologias inovadoras nos processos avaliativos de competência clínicas na formação médica da UFF.
- Apontar contribuições do OSCE para a melhoria da qualidade da formação médica, especialmente para o Internato Médico.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência desenvolvido por servidores da IOAB da UFF que atuaram desde a idealização, organização, elaboração e implementação e na execução de todas as etapas dos OSCEs realizados até o momento.

A coleta de dados se deu por meio de rodas de conversa entre os participantes ao final de cada OSCE, complementadas por anotações individuais dos participantes sobre suas percepções e reflexões. A análise foi realizada de forma qualitativa, com foco nas potencialidades e limitações no uso desta metodologia.

Análise e Discussão dos resultados parciais

A metodologia apresentou grande potencial para uma avaliação individualizada e estruturada das competências clínicas dos estudantes. A simulação permitiu observar habilidades difíceis de serem avaliadas nos cenários reais, como organização da consulta, raciocínio clínico e aplicação

crítica e ética de protocolos clínicos aprendidos ao longo da graduação ao permitir que estudantes possam agir de forma autônoma em contextos seguros e protegidos antes do real exercício profissional.

Já o uso do checklist favoreceu uma avaliação mais objetiva e padronizada, promovendo maior equidade nas avaliações dos estudantes, sem deixar de ter um caráter individualizado na identificação de suas potencialidades e competências a serem desenvolvidas. Esse ponto reforça a relevância da metodologia como instrumento de avaliação do desempenho real do aluno, ainda que de forma simulada, visto que como cita Perrenoud (1999), a noção de competências envolve mobilização de conhecimentos, motivações, valores, ética, emoções e atitudes em situações específicas, mas transferível a outros contextos semelhantes ou que necessitem desta mobilização de saberes.

Conclusão

A implantação do OSCE no IOAB representa uma inovação significativa no processo de avaliação do curso de Medicina da UFF, ao permitir que os estudantes identifiquem suas competências a serem desenvolvidas e suas potencialidades em um ambiente seguro e estruturado, recebendo avaliação individualizada e formativa.

Trata-se de uma estratégia alinhada aos objetivos do curso de Medicina da UFF e das DCNs, na busca pela formação de profissionais capazes de atender às reais necessidades de saúde da população.

Espera-se que esta experiência contribua para a ampliação do uso do OSCE na formação médica da UFF e de outros cursos da saúde, promovendo o fortalecimento e comprometimento não só com o SUS mas com a qualidade da formação dos estudantes da UFF.

Palavras-chave: Educação Médica; Competências Clínicas; Internato e Residência.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina**: Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014.

DOMINGUES, I. M. C. et al. Competência clínica de alunos de Medicina em estágio clínico: comparação entre métodos de avaliação. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 44, n. 1, 2020.

HARDEN, R. M. et al. Assessment in Medical Education. *Medical Teacher*, v. 1, n. 1, p. 23–28, 1979.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas**. Tradução de Patricia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SWANWICK, Tim; FORREST, Kirsty; O'BRIEN, Bridget C. (ed.). **Understanding medical education: evidence, theory, and practice**. 3. ed. Hoboken: Wiley Blackwell, 2019. ISBN 9781119373827.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. **Manual de avaliação da aprendizagem no curso de graduação em Medicina.** GONÇALVES, Eliane Dias; ALVIM, Cristina Gonçalves; LIMA, Maria Emilia Caixeta de Castro (orgs.). Belo Horizonte: UFMG, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Proposta de Currículo Pleso.** Niterói: UFF, 1992.

DO ACOLHIMENTO À PERMANÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DE UMA DISCIPLINA PARA FORTALECIMENTO DA SAÚDE MENTAL DISCENTE

Natália Serafim da Silva
Milene Siqueira Vicente
Raphaela Giffoni Pinto
Patrícia Araújo Rios

Introdução

O Setor de Apoio Educacional da Universidade Federal Fluminense (SAE/UFF), campus Aterrado, ofertou, em 2025.1, em parceria com o Departamento de Psicologia, a disciplina *Saúde e Subjetividade*, voltada à promoção do bem-estar psicológico e físico dos estudantes, visando fortalecer sua saúde mental e vínculos interpessoais. Essa iniciativa se insere no eixo “ensino, pesquisa e extensão”, pois promove práticas pedagógicas que articulam teoria e vivência, incentivando a reflexão crítica sobre saúde mental e subjetividade no contexto universitário.

Fundamentação

A proposta da oferta de uma disciplina partiu da percepção das profissionais do setor sobre as dificuldades dos estudantes em aderirem a outras modalidades de intervenção, de caráter pontual, sem continuidade, que são difíceis de terem resultados avaliados. A estruturação de uma disciplina com carga horária definida e atribuição de créditos acadêmicos mostrou-se capaz de despertar maior interesse e engajamento discente, ao mesmo tempo em que os encontros semanais favoreceram o aprofundamento de vínculos interpessoais. A demanda por esse tipo de intervenção em saúde mental no campus foi evidenciada a partir de uma pesquisa de doutorado conduzida por uma das autoras (Silva, 2024) que, mediante formulário respondido pelos estudantes, constatou a relação entre saúde mental e evasão nos cursos presenciais de graduação. Os resultados revelaram que mais de três quartos dos respondentes apresentavam sofrimento psíquico, indicando a necessidade de ampliação de espaços de escuta, acolhimento e adequação de programas institucionais de apoio e promoção da saúde. Ademais, identificou-se que quase um quinto dos estudantes relatou ideação suicida, reforçando a urgência de implementação de intervenções consistentes, bem como do fortalecimento dos serviços e da rede de saúde mental nos municípios. Entre os fatores apontados como potenciais para a promoção da permanência estudantil, destacam-se a ampliação das práticas de acolhimento, a qualificação das relações interpessoais, o fortalecimento do sentimento de pertencimento à comunidade acadêmica e o incremento dos auxílios financeiros.

Objetivos

A disciplina teve como objetivos:

1. Incentivar postura ativa dos estudantes frente às dificuldades;
2. Proporcionar reflexões e ações de melhoria da saúde, bem-estar e qualidade de vida;
3. Proporcionar espaço seguro para escuta, debate, integração e rede de apoio;

4. Apresentar princípios e técnicas para melhoria da qualidade de vida;
5. Motivar os estudantes na busca por seu bem-estar;
6. Criar espaço de bem-estar no campus; e
7. Construir coletivamente um ambiente de convivência para os estudantes sediado também no campus.

Metodologia Aplicada

Foram escolhidos temas pertinentes à proposta, tais como: ansiedade, alimentação saudável, educação financeira, yoga, meditação e atividade física e processos de estudo. Cada tema foi trabalhado em um encontro, os quais foram ministrados por convidados internos e externos, especialistas em cada assunto. Para contribuir com uma maior interação entre os estudantes e potencializar o seu envolvimento, a turma foi dividida em três grupos: o primeiro grupo era responsável por realizar a avaliação do último encontro; o segundo grupo era incumbido de fazer a abertura da aula com uma dinâmica que tivesse relação com o conteúdo da aula anterior; já o terceiro grupo se ocupava da organização do lanche. Pactuamos junto com eles que os grupos se revezariam na execução das atividades, assim em cada uma das aulas um grupo assumiria uma tarefa, de modo a compartilhar as responsabilidades. Ao fim da disciplina, houve a coleta de *feedback* em formulários de avaliação da mesma e autoavaliação respondidos pelos estudantes inscritos, bem como do relato de vivência de cada um deles.

Análise E Discussão Dos Resultados

Os resultados mostraram-se positivos. Todos os 16 estudantes inscritos confirmaram que os objetivos da disciplina foram atingidos e destacaram o impacto positivo que os assuntos abordados e discussões tiveram em suas vidas pessoais e acadêmicas. Os resultados obtidos pela oferta da disciplina a partir da experiência dos alunos demonstram que realizar ações de forma estruturada e contínua fortalece os vínculos e contribui para o bem-estar físico e psicológico dos estudantes. Além de se consolidar de forma institucional, a disciplina também agregou aos estudantes em forma de créditos, práticas de cuidado, acolhimento e reflexão integradas ao cotidiano acadêmico.

Conclusão

Conclui-se que os objetivos propostos pela disciplina foram alcançados, conforme apontado pelos estudantes participantes. Enquanto projeto piloto, a experiência trouxe sugestões relevantes, que serão incorporadas na segunda edição, em 2025.2. O sucesso da iniciativa também se confirma pela recomendação espontânea dos alunos que já cursaram a disciplina, estimulando a adesão de novos colegas, o que reforça seu potencial de continuidade e consolidação no âmbito institucional.

Palavras-chave: **Saúde Mental; Permanência; Apoio Educacional.**

Referências

SILVA, N.S. (2024). **As Relações entre Saúde Mental e Evasão de Estudantes de Graduação em Uma Universidade Federal no Brasil** [Tese de doutorado]. Universidade Federal do Pará. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=15389276.

ABSENTEÍSMO E VÍCIOS EM JOGOS DE AZAR: IMPACTOS NA VIDA PROFISSIONAL E NAS ORGANIZAÇÕES

Jéssica Braga dos Santos

Fernanda Vergueiro Rodrigues

Introdução

O avanço das tecnologias digitais e a crescente popularização de plataformas de apostas online no Brasil têm gerado preocupações relevantes no campo da gestão organizacional. Em um cenário marcado por regulamentações incipientes, trabalhadores vêm sendo expostos a dinâmicas compulsivas de consumo digital que impactam diretamente sua saúde mental, produtividade e frequência ao trabalho (Silva, 2023; Mussa, 2024; Instituto Locomotiva, 2024). O vício em jogos de azar — reconhecido como transtorno mental pela Organização Mundial da Saúde — compromete não apenas a esfera individual, mas repercute em níveis de absenteísmo, queda de desempenho e desequilíbrio das equipes (Oliveira et al., 2008; Tavares et al., 2005).

Ribeiro e Ribeiro (2015) destacam que o uso intensivo de jogos digitais pode, quando não acompanhado de políticas de controle e suporte, desencadear efeitos negativos na rotina de trabalho, como atrasos, afastamentos recorrentes e conflitos interpessoais. Essa realidade se agrava em organizações que negligenciam ações preventivas, de escuta ativa e apoio psicológico (Robbins et al., 2010; Lopes, 2016). Nesse sentido, compreender os impactos do comportamento aditivo digital no contexto organizacional torna-se essencial para a formulação de estratégias de enfrentamento eficazes.

Diante desse panorama, este estudo investiga a relação entre o vício em jogos de azar online e os níveis de absenteísmo nas organizações, com o objetivo de propor reflexões e ações no âmbito da gestão de pessoas. A pesquisa se insere no eixo temático “Gestão de Pessoas e Práticas Inovadoras no Serviço Público”, ao tratar de um fenômeno contemporâneo que desafia os modelos tradicionais de vigilância, bem-estar e desempenho no mundo do trabalho.

Fundamentação Teórica

O absenteísmo é entendido como a ausência não justificada ao trabalho, sendo resultado de variáveis organizacionais, pessoais e comportamentais (Robbins et al., 2010). Em paralelo, o vício em jogos de azar, classificado pela OMS como um transtorno mental (Silva, 2023), tem se intensificado com a digitalização das apostas, impactando negativamente o desempenho e a saúde dos colaboradores (Oliveira et al., 2008). Estudos apontam que fatores como ansiedade, estresse financeiro, desmotivação e uso compulsivo das tecnologias digitais são catalisadores de faltas recorrentes ao trabalho (Tavares et al., 2005; Mussa, 2024). A ausência de políticas organizacionais voltadas ao bem-estar, aliada à falta de regulação estatal eficaz, cria um ambiente propício para a intensificação do problema (Ragazzo & Ribeiro, 2012; Lopes, 2016).

Nesse sentido, compreender a interface entre ludopatia e absenteísmo torna-se estratégico para a gestão pública e privada.

Objetivos

Objetivo Geral: Analisar a relação entre o vício em jogos de azar online e os níveis de absenteísmo nas organizações, com ênfase nos impactos psicossociais e institucionais.

Objetivos Específicos:

- Identificar os principais fatores que associam o comportamento aditivo ao absenteísmo;
- Discutir as consequências organizacionais da ausência recorrente relacionada ao vício;
- Propor diretrizes institucionais para mitigação dos impactos.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na revisão narrativa da literatura (Gil, 2008; Cavalcante & Oliveira, 2020). Optou-se pela pesquisa bibliográfica como estratégia metodológica, dada sua capacidade de reunir, sistematizar e analisar criticamente os conhecimentos existentes sobre o fenômeno em questão. As fontes foram selecionadas nas bases Scielo, Periódicos Capes, Web of Science e Google Acadêmico, a partir de descritores como “absenteísmo”, “jogos de azar”, “vício comportamental” e “comportamento no trabalho”. Foram priorizados estudos empíricos e teóricos publicados nos últimos 20 anos. A análise dos dados resultou na formulação de proposições organizadas em três eixos: fatores de risco, consequências institucionais e estratégias de enfrentamento (Rother, 2007; Rocha & Rocha, 2012).

Análise e Discussão dos Resultados

A análise permitiu identificar nove proposições teóricas que elucidam a complexa relação entre ludopatia digital e absenteísmo. O primeiro eixo revela que o fácil acesso a plataformas de apostas, aliado à ausência de supervisão e políticas internas de controle, potencializa o comportamento aditivo e suas consequências (Ribeiro & Ribeiro, 2015; Lopes, 2016). Jovens adultos se destacam como grupo mais vulnerável, considerando seu alto nível de exposição digital e menor estabilidade emocional (Brandão et al., 2022).

O segundo eixo discute os efeitos organizacionais, evidenciando o aumento da rotatividade, prejuízos à imagem institucional e deterioração do clima de trabalho (Great Place to Work, 2021; Habaut, 2024). O absenteísmo recorrente, quando ignorado, sinaliza fragilidade nas práticas de gestão de pessoas.

No terceiro eixo, destacam-se as estratégias de enfrentamento. A literatura aponta que programas de apoio psicológico, educação financeira e lideranças engajadas são elementos-chave para reduzir os impactos do vício e promover a reintegração dos trabalhadores ao ambiente corporativo (Oliveira et al., 2008; Robbins et al., 2010). A atuação preventiva da liderança permite identificar padrões de ausência e agir antes da cronificação do problema.

Conclusão

O estudo evidencia que o vício em jogos de azar online atua como um fator silencioso, mas significativo, de absenteísmo nas organizações. Sua manifestação está diretamente associada a fatores individuais e institucionais, como vulnerabilidade emocional, precariedade das condições de trabalho e ausência de políticas de suporte. O fenômeno não pode ser interpretado apenas como uma falha do indivíduo, mas como reflexo de estruturas organizacionais que falham em oferecer acolhimento e mecanismos de proteção.

Recomenda-se que organizações públicas e privadas incorporem programas permanentes de promoção da saúde mental e de combate a comportamentos aditivos. Líderes devem ser preparados para lidar com esses desafios contemporâneos, sob pena de perda de produtividade, desgaste da equipe e prejuízos à reputação institucional.

Como agenda para futuras pesquisas, propõe-se a análise do presenteísmo vinculado à ludopatia e a realização de estudos comparativos entre políticas regulatórias adotadas em diferentes países no enfrentamento ao vício em jogos de azar e seus reflexos na saúde ocupacional (Hemp, 2004).

Palavras-chave: Absenteísmo; Vício; Saúde Ocupacional.

Referências

INSTITUTO LOCOMOTIVA. **A epidemia das BETS.** São Paulo: Instituto Locomotiva, 2024. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/08/Locomotiva-pesquisa-apostas-e-saude-mental-ago-2024.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

LOPES, Renato de Aquino. **Jogos digitais: uma estratégia para o enfrentamento do estresse ocupacional.** 2016. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/14361>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MUSSA, Ingrid. Gamificação compulsória: jogo-serviço e estruturas de jogos de azar na plataforma Roblox. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós**, v. 27, p. 1–23, 2024.

OLIVEIRA, M. P. M. T.; SILVEIRA, D. X.; SILVA, M. T. A. Jogo patológico e suas consequências para a saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 542–549, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102008000300021>.

RIBEIRO, Gabriel Hungaro; RIBEIRO, Paulo Eduardo. A utilização de games (jogos eletrônicos) como ferramenta de diversão e aprendizagem no ambiente de trabalho. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, 2015. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cariibe/2015/03/games-trabalho.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro.** 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SILVA, R. G. Contratos de apostas esportivas on-line: questões atuais sobre a (in)exigibilidade das dívidas de jogo ou aposta. **Revista Brasileira de Direito Civil**, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, p. 281–299, 2023.

TAVARES, H. et al. *Comparison of craving between pathological gamblers and alcoholics*. Alcoholism: **Clinical and Experimental Research**, v. 29, n. 8, p. 1427–1431, 2005.

PROJETO CUCA LEGAL – EDUCAÇÃO E SAÚDE

Alessandra de Muros Xavier Alvares Vieira

Letícia Ferrari de Castro

Hector Gomes Crespo da Silva

Rosangela Maria Amorim Benevides Guimarães

Mayra Silva de Souza

Ana Lúcia Novais Carvalho

Fabíola Matos

Introdução

O Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) foi criado em 1962 em Campos dos Goytacazes, e a partir de 2007, com a criação do Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), o ESR passou a oferecer os cursos de: Serviço Social, Ciências Econômicas, Psicologia, História (Bacharelado e Licenciatura), Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) e Geografia (Bacharelado e Licenciatura), tendo 3222 estudantes ativos em 2024.

A Coordenação de Assistência Estudantil (CAES) no ESR iniciou suas atividades em 2011 e a equipe técnica é formada por Assistentes Sociais, um Assistente em Administração e uma Psicóloga, tendo como objetivo contribuir para a qualidade da formação universitária e melhoria do desempenho acadêmico, com fins a efetivação de direitos sociais, sobretudo o direito ao acesso e à permanência na educação superior.

Entre os anos de 2015 e 2017, observou-se um aumento significativo do número de estudantes à procura de atendimento para questões de ordem emocional, com queixas de ansiedade, depressão e tentativas de suicídio, fatores de risco para saúde do estudante e para continuidade de sua vida acadêmica.

Para além das demandas de saúde mental atendidas na CAES, inserimos na pesquisa perfil dos estudantes ingressantes, realizadas semestralmente pelo setor, perguntas acerca da saúde mental, buscando identificar precocemente estudantes em sofrimento emocional.

O Projeto Cuca Leal iniciou suas atividades em 2017 e é fruto de uma parceria entre a equipe da CAES e do Departamento de Psicologia do ESR. Assim, o projeto se propõe a desenvolver ações preventivas buscando ampliar o debate sobre sofrimento emocional e/ou seu agravamento no ambiente universitário, contemplando discentes da UFF e de outras instituições de ensino superior (IES).

Fundamentação

O artigo 196 da Constituição Federal (Brasil, 1988) aponta que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação da saúde. O conceito de saúde mais amplamente utilizado em pesquisas sobre a saúde é proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que a define como

um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou incapacidade (WHO, 1948).

Segundo Buss (2000), a saúde é produto de um amplo espectro de fatores relacionados com a qualidade de vida, incluindo um padrão adequado de alimentação e nutrição, de habitação e saneamento, boas condições de trabalho, oportunidades de educação ao longo da vida, ambiente físico adequado, apoio social para famílias e indivíduos, estilo de vida saudável e cuidados em saúde.

Para Ryff e Keyes (1995) o bem-estar psicológico se organiza a partir de alguns componentes principais, como: autoaceitação, relacionamento positivo com outras pessoas, autonomia, domínio do ambiente, propósito de vida e crescimento pessoal. Este conceito está relacionado com a concepção de saúde mental criada pela OMS, que a define como um estado de bem-estar no qual cada indivíduo pode realizar seu próprio potencial, enfrentar o estresse normal da vida, trabalhar de forma produtiva e frutífera, estando apto a contribuir com a sua comunidade (WHO, 2008).

Figueiredo e Oliveira (1995), apontam que o estudante ao ingressar na universidade, passa por situações de crise uma vez que sai do seu ambiente familiar e se depara com um mundo desconhecido, o que pode gerar um desequilíbrio emocional, decorrente da insegurança surgida nessas novas relações. A não adaptação às novas vivências, poderá se constituir um fator causador de estresse, gerando problemas orgânicos, dificuldades de relacionamento, baixa produtividade escolar, angústias, estados de depressão e, em situações mais acentuadas, ocorrer perda do interesse pela vida.

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e cultural dos graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis - FONAPRACE (2018), em relação a saúde mental de estudantes universitários, aponta que o percentual de estudantes que disseram conhecer alguma dificuldade emocional é de 83,5%, a ansiedade afeta 6 a cada 10 estudantes e a ideia de morte afeta 10,8% da população-alvo e pensamento suicida 8,5%.

Desta forma, pensar em estratégias de prevenção, espaços de escuta e acolhimento estudantil é fundamental para que as universidades contribuam com a saúde e a permanência de seus discentes.

Objetivos

- Desenvolver ações preventivas em saúde mental para estudantes de cursos de graduação da UFF e de outras IES;
- Prevenir riscos e a interferência do sofrimento emocional para o desempenho, retenção e evasão acadêmica.

Metodologia

As atividades do Projeto Cuca Legal são realizadas por meios de três estratégias principais: os grandes encontros, as postagens no Instagram @projetocuca e a oficina de habilidades acadêmicas.

Os grandes encontros acontecem mensalmente nas dependências do ESR, sendo divulgadas para toda comunidade interna e externa com o prazo de duas semanas de antecedência, visando prévia inscrição pelo *Google forms*. Para desenvolvimento das ações, são utilizadas palestras, atividades em grupo, vivências, e outros recursos que possam elucidar a temática proposta, valorizando sempre a participação do estudante.

Além das atividades presenciais, desde o ano de 2021 são realizadas postagens no Instagram @projetocuca para divulgação dos encontros presenciais, além de dicas importantes sobre a vivência acadêmica e a saúde mental da/o estudante.

A partir de 2023, além dos encontros presenciais e do uso do Instagram, foi iniciada a realização das Oficinas de Habilidades Acadêmicas, que ocorrem presencialmente a cada semestre para um grupo de até 15 estudantes, previamente inscritos. A oficina é realizada com a participação de estudantes voluntários do curso de psicologia, sob a supervisão de uma docente e duram seis semanas, com carga horária de 2 horas semanais. Importante ressaltar que em 2025, foi realizada uma oficina também na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) como desdobramento da atividade do Cuca Legal.

Análise e Discussão

Anualmente a CAES realiza uma pesquisa acerca do perfil de estudantes ingressantes no ESR, que gera um Relatório do Perfil Socioeconômico, Cultural e de Saúde dos Estudantes Ingressantes do ESR (CAES, 2024), publicados no repositório institucional da universidade e dentre os dados levantados, estão os de saúde mental das/dos discentes.

As perguntas propostas são relativas a como o estudante se sentiu na semana anterior ao preenchimento da pesquisa, não são obrigatórias e sempre é disponibilizado e-mail da psicologia para as/os discentes entrarem em contato caso sentissem desconforto e quisessem marcar um atendimento. Ao longo dos anos as questões de saúde mental foram se destacando na pesquisa por sua grande incidência. Das questões apresentadas no questionário, citamos, por exemplo, a questão do pensamento em suicídio. Em 2024.1 tivemos 116 respondentes e destes, 34 estudantes haviam pensado em suicídio, e de 83 respondentes em 2024.2, 10 também responderam positivamente. São dados preocupantes e que apontam a necessidade de ações de prevenção e acolhimento em saúde mental.

Interessante observar que tais questões já são trazidas pelos estudantes no momento do ingresso na universidade, o que favorece a detecção e o acolhimento precoce, impedindo seu agravamento.

O Projeto Cuca Legal se apresenta então como uma estratégia de prevenção e acolhimento que somada a outras ações, colaboram com a saúde dos estudantes e com a permanência estudantil.

Conclusão

O Projeto Cuca Legal mostra que ações preventivas e espaços de acolhimento são fundamentais para promover a saúde mental e contribuir para a permanência estudantil no ensino superior. Nossa conhecimento tácito e os dados coletados na pesquisa perfil do ingressante, evidenciam a relevância de intervenções contínuas, articuladas entre diferentes setores da universidade, capazes de reduzir fatores de risco e potencializar o bem-estar acadêmico e pessoal dos estudantes. A continuidade e ampliação dessas iniciativas, bem como a integração com outras

políticas institucionais, são essenciais para enfrentar os desafios da vida universitária e fortalecer a trajetória acadêmica dos discentes.

Palavras-Chave: Ensino Superior; Permanência Estudantil; Saúde Mental; Extensão.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BUSS, P.M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.5, n. 1, p. 163-177, 2000.

CAES – COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. **Relatório do Perfil Socioeconômico, Cultural e de Saúde dos Estudantes Ingressantes do ESR - 2024.** Niterói: UFF, 2024. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/37219/relat%c3%b3rio%20riuff%202024.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15ago. 2025.

FIGUEIREDO, R. M.; OLIVEIRA, M.A.P. Necessidades de estudantes universitários para implantação de um serviço de orientação e educação em saúde mental. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 3, n. 1, p. 5-18, 1995.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS(Brasil). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior – 2018.** Brasília: ANDIFES; FONAPRACE, 2019. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/index.php/2019/06/21/pesquisa-traca-perfil-de-alunos-das-universidades-federais/>. Acesso em: 11 ago. 2025.

RYFF, C.D.; KEYES, C. L. M. The structure of psychological well-being revisited. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 69, n. 4, p. 719-727, 1995.

WHO. **Officials Records of the World Health Organization**, n.2.Geneva: World Health Organization, 1948.

WHO. What is mental health? In: **ON LINE Q&A**, 2008. Disponível em:
http://www.who.int/features/factfiles/mental_health/en/. Acesso em: 11ago.2025.

GUIA DE ACOLHIMENTO PARA O DOCENTE DE ENFERMAGEM COMO TECNOLOGIA EDUCACIONAL PARA PROMOÇÃO EM SAÚDE MENTAL

Natânia Candeira dos Santos

Elaine Antunes Cortez

Geilsa Soraia Cavalcanti Valente

Introdução

Sabe-se que o equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal constitui um desafio significativo, especialmente para o professor, cujo cotidiano frequentemente está permeado pela invasão contínua das atividades laborais em outros espaços. O cuidado e o fortalecimento da saúde mental docente demandam o reconhecimento da necessidade de buscar suportes que promovam um olhar mais gentil e cuidadoso para consigo. No que tange ao ambiente de trabalho, a organização estrutural e as relações interpessoais configuram-se como pilares fundamentais, podendo atuar tanto como fatores de proteção quanto como determinantes do adoecimento mental. Com isso, a saúde mental no contexto laboral pode estar situada em uma zona de sofrimento, especialmente quando os processos de trabalho entram em conflito com as condições e demandas organizacionais. Este estudo tem como objetivo apresentar a construção e validação de um guia de acolhimento como tecnologia educacional para promoção da saúde mental do docente de enfermagem de uma Universidade Federal brasileira.

Fundamentação

A configuração do trabalho e sua evolução histórica têm desempenhado papel significativo na deterioração da saúde mental dos profissionais. Esse processo intensifica-se, sobretudo, com a introdução de métodos voltados à avaliação de desempenho, a precarização das condições laborais e outros mecanismos correlatos, os quais tendem a fragilizar as relações interpessoais. Modelos de organização laboral caracterizados por rigidez, instabilidade e demandas excessivas de produtividade tendem a comprometer o equilíbrio psicossomático dos trabalhadores, conduzindo a experiências de sofrimento. Assim, um ambiente de trabalho satisfatório e saudável exige uma estrutura mais flexível, orientada pelo respeito às necessidades individuais, à diversidade de perfis pessoais e à preservação do corpo diante de sobrecargas, inclusive de natureza comportamental. Neste contexto, a problematização no ambiente laboral constitui uma estratégia fundamental para suscitar mudanças e aperfeiçoamentos, uma vez que se apoia na observação crítica e na reflexão acerca dos desafios e problemas vinculados aos processos de trabalho.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, delineada segundo os pressupostos da Pesquisa Convergente Assistencial. Considerando-se tratar do recorte de uma dissertação, este estudo se concentra na etapa final do método — a fase de transferência. Essa fase resultou na elaboração e validação de um guia de acolhimento destinado ao corpo docente. Assim, 34 docentes de enfermagem participaram da primeira etapa da pesquisa, e sete

participaram da segunda etapa. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, com o número de CAAE: 49377721.5.0000.5243.

Resultados e Discussão

Evidenciou-se que as relações de poder e as dinâmicas interpessoais se configuram como elementos significativos de desestímulo à produção do cuidado e à promoção da saúde mental no contexto laboral. Nesse cenário, destacou-se a ausência de estratégias de acolhimento durante o período do estágio probatório docente, momento particularmente sensível que, sem o devido suporte institucional, tende a acentuar sentimentos de insegurança, isolamento e vulnerabilidade, comprometendo a saúde mental dos trabalhadores em início de carreira. Ponderou-se sobre o trabalho vivo sendo substituído por um processo de exploração do sofrimento do trabalhador o que compromete o bem-estar no espaço de trabalho. Com isso, a partir das trocas com os docentes, houve a construção de um guia de acolhimento para o professor, que intencionou nortear esse novo servidor sobre alguns aspectos tanto da universidade quanto da Escola de Enfermagem, como: o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Colegiado de Unidade, os programas de pós-graduação, os departamentos da escola, o Departamento de Administração de Pessoal, Pró-reitorias, entre outros. Além disso, ao longo do material, os professores têm acesso aos cuidados de promoção em saúde, seja de saúde mental ou física. O processo de validação do guia envolveu a elaboração de um formulário composto por 19 perguntas fechadas que contemplaram aspectos como organização do material, estilo da escrita, aparência, tecnologia e motivação. Forneceu-se um espaço aberto para considerações e sugestões. Além dos professores, o guia passou pela avaliação de uma banca por docentes enfermeiros com expertise em enfermagem e saúde mental e foi enviado para a direção da Escola de Enfermagem, para posterior implementação.

Conclusão

O processo de transferência na Pesquisa Convergente Assistencial assume relevância fundamental pela contextualização e socialização do conhecimento. Logo, por reconhecer a importância da articulação entre tecnologias educacionais e pesquisa, os resultados alcançados têm potencial para suscitar reflexões e problematizações sobre as práticas instituídas nas universidades e em outros locais de educação superior, bem como na promoção de inovações que possam promover saúde mental dos docentes.

Palavras-chave: Docentes; Saúde Mental; Promoção da Saúde; Universidades.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.446**, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 nov. 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html. Acesso em: 1 jul. 2025.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

LLUCH-CANUT, M. T.; SEQUEIRA, C. **Enfermagem em saúde mental: diagnósticos e intervenções**. 1. ed. Lisboa: Lidel, 2020.

SANTOS, N. C. **Produtos e processos de ensino: a educação permanente para promoção da saúde mental de docentes do magistério superior**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/35189>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SANTOS, N. C.; CORTEZ, E. A.; VALENTE, G. S. C.; SILVA, M. O. M.; FERREIRA, L. M. O.; CAMPOS, C. C. B. Trabalho e saúde mental: produzindo reflexões com docentes de magistério superior em enfermagem. **Revista Pró-UniverSUS**, v. 14, n. 3, Edição Especial, p. 154-160, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21727/rpu.v14iEspecial.4039>.

TRENTINI, M.; PAIM, L.; SILVA, D. M. G. V.; PERES, M. A. A. Pesquisa convergente assistencial e sua qualificação como investigação científica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, n. 1, e20190657, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20170041>.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: PROMOÇÃO DA SAÚDE E REINTEGRAÇÃO FUNCIONAL POR MEIO DO ACOMPANHAMENTO FISIOTERAPÉUTICO EM AMBIENTE ACADÊMICO

Mariana de Oliveira Marques da Silva

Natânia Candeira dos Santos

Geilsa Soraia Cavalcanti Valente

Introdução

Este relato de experiência descreve a atuação de uma fisioterapeuta no atendimento ambulatorial a servidores da Universidade Federal Fluminense (UFF) com comprometimentos traumato-ortopédicos, prioritariamente relacionados ao trabalho.

A experiência insere-se no eixo temático Gestão e Trabalho em Saúde, que aborda práticas, estratégias e políticas voltadas à organização do cuidado, à valorização dos trabalhadores e à melhoria das condições de saúde no ambiente laboral. Nesse sentido, o relato destaca a relevância do acompanhamento fisioterapêutico contínuo como instrumento de gestão da saúde ocupacional, contribuindo para a promoção da qualidade de vida e o fortalecimento do bem-estar da comunidade acadêmica.

Fundamentação

As disfunções traumato-ortopédicas, como lombalgias, lesões por esforços repetitivos e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT), configuram-se entre as principais causas de adoecimento e afastamento no Brasil. Estima-se que cerca de 15 milhões de brasileiros sofram com LER/DORT, sendo essa a segunda maior causa de afastamentos laborais no país (TRT7, 2025). Tal cenário evidencia não apenas um problema relevante de saúde pública, mas também um impacto expressivo na produtividade e no bem-estar dos trabalhadores.

De acordo com Gonçalves *et al.* (2024), a faixa etária entre 40 e 59 anos concentra a maior proporção de casos, correspondendo a mais da metade dos registros no período de 2018 a 2023. Esse achado demonstra que trabalhadores em uma fase intermediária da vida profissional estão mais vulneráveis a esses agravos, tanto pela exposição prolongada a condições ocupacionais quanto pelas alterações fisiológicas próprias do envelhecimento, fatores que ampliam o risco de adoecimento musculoesquelético.

Diante desse contexto, a fisioterapia destaca-se como componente essencial na prevenção e no manejo das complicações relacionadas ao trabalho, sobretudo nos distúrbios osteomusculares. Evidências apontam que intervenções realizadas no ambiente laboral, como exercícios de fortalecimento, alongamento e estabilização, associadas a orientações ergonômicas, contribuem para a redução da dor e da fadiga, para a melhora da funcionalidade e para a preservação do bem-estar físico e mental dos trabalhadores (Vitoulas *et al.*, 2022).

Além disso, estudos reforçam que intervenções fisioterapêuticas direcionadas às LER/DORT, como a ginástica laboral e a cinesioterapia, configuram-se como recursos indispensáveis para a promoção da saúde ocupacional. Essas práticas se mostraram eficazes não apenas na prevenção de lesões e na diminuição do estresse ocupacional, mas também na ampliação da resistência à

fadiga, na correção postural e na execução adequada dos movimentos cotidianos, refletindo diretamente na manutenção da capacidade funcional e na melhoria da qualidade de vida (França *et al.*, 2022).

Portanto, o acompanhamento fisioterapêutico, articulado a uma abordagem multiprofissional, contribui de maneira ampla para a recuperação clínica, a reintegração laboral e a promoção do bem-estar social. Ao favorecer a autonomia dos trabalhadores em suas atividades de vida diária e fortalecer sua inserção social, a fisioterapia reafirma sua relevância na atenção integral à saúde do trabalhador.

Objetivos

Relatar a experiência do acompanhamento fisioterapêutico oferecido a servidores de uma universidade; descrever o processo de acompanhamento realizado; analisar os impactos positivos dessa atuação na vida dos pacientes e no ambiente institucional.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência conduzido por uma fisioterapeuta, servidora de uma universidade federal no estado do Rio de Janeiro, com mais de 20 anos de experiência profissional. O atendimento contemplou o atendimento fisioterapêutico ambulatorial a servidores ativos e aposentados da referida Universidade, todos com demandas de natureza traumato-ortopédica. Os pacientes eram previamente avaliados por médicos da especialidade, que realizavam o encaminhamento ao serviço de fisioterapia. Os tratamentos tiveram duração média de três meses, envolvendo avaliação inicial, elaboração e desenvolvimento de plano terapêutico individualizado e orientações voltadas à recuperação funcional e à prevenção de complicações. Quando indicado, procedeu-se ao encaminhamento para outro fisioterapeuta da instituição, responsável pela avaliação dos postos de trabalho na Universidade, com vistas à identificação de necessidades ergonômicas e à proposição de ajustes ocupacionais, reforçando a preocupação com a reintegração laboral e a promoção da saúde no ambiente institucional.

Análise e discussão dos resultados parciais

Os atendimentos evidenciaram melhora significativa em aspectos funcionais, como amplitude de movimento, força muscular, equilíbrio e redução da dor, mas também repercutiram positivamente nas atividades de vida diária e sociais dos pacientes. Os participantes relataram maior autonomia, engajamento em práticas de autocuidado e interesse na continuidade do processo de reabilitação por meio da atividade física, demonstrando avanços que ultrapassam a dimensão clínica.

Paralelamente, observou-se a preocupação com a adequação dos postos de trabalho, tanto nas atividades presenciais quanto nas desempenhadas remotamente, reafirmando a relevância da fisioterapia no campo ocupacional. O fomento do cuidado dentro da própria universidade foi amplamente valorizado pelos servidores, que se sentiram acolhidos ao receber acompanhamento e orientações em seu ambiente institucional. Esse caráter integrador reforça a viabilidade e a sustentabilidade do modelo de atendimento, consolidando o espaço acadêmico como promotor de saúde e bem-estar.

Conclusão

A experiência relatada reafirma a relevância do ambiente acadêmico não apenas como cenário de formação e produção de conhecimento, mas também como espaço de cuidado, acolhimento e promoção da saúde. Ao investir em práticas de acompanhamento fisioterapêutico voltadas aos seus trabalhadores, a Universidade demonstra compromisso institucional com a prevenção de lesões, a redução de complicações e a valorização da saúde ocupacional. Essa iniciativa ultrapassa o enfoque clínico ao integrar dimensões físicas, mentais e sociais, fortalecendo vínculos e estimulando hábitos saudáveis que repercutem na qualidade de vida dos servidores.

Ademais, a Política Nacional de Promoção da Saúde (Brasil, 2010) reconhece escolas, Universidades e ambientes de trabalho como cenários estratégicos para o desenvolvimento de ações de promoção do bem-estar e de prevenção de agravos. Nessa perspectiva, a oferta de acompanhamento fisioterapêutico dentro da universidade alinha-se às diretrizes nacionais, ao integrar práticas assistenciais e educativas em um espaço que, além de formador, constitui-se também como promotor de saúde.

Assim, evidencia-se que a Universidade, ao assumir a responsabilidade de fomentar e sustentar políticas de promoção da saúde, consolida-se como referência não apenas em ensino, pesquisa e extensão, mas também em bem-estar e desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Fisioterapia; Saúde ocupacional; Universidade; Promoção da Saúde.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf. Acesso em: 1 set. 2025.

FRANÇA, D. C.; CARVALHO, A.; SILVA NETO, J. E.; CAMPOS, L. R. O.; SALES, K. C. G.; FARIA, R. R. S.; SILVA, I. L. C.; MACEDO, L. L. B. S. Saúde do trabalhador: intervenções fisioterapêuticas nos distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 7, e43111729984, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i7.29984>. Acesso em: 31 ago. 2025.

GONÇALVES, B. A.; SIQUEIRA, F. F. F.; FERREIRA, V. R. M.; FEITOSA, A. L. M. Perfil epidemiológico dos casos de distúrbios osteomusculares na população brasileira no período de 2018 a 2023. **Revista de Medicina (São Paulo)**, São Paulo, v. 103, n. 4, p. e-227040, jul.-ago. 2024. DOI: 10.11606/issn.1679-9836.v103i4e-224070. Acesso em: 31 ago. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7^a REGIÃO – TRT7. **LER/DORT: uma epidemia silenciosa no Brasil**. Fortaleza, 2025. Disponível em: <https://www.trt7.jus.br/index.php/noticias/todas-as-noticias/15216-ler-dort-uma-epidemia-silenciosa-no-brasil>. Acesso em: 1 set. 2025.

VITOULAS, S.; KONSTANTIS, V.; DRIZI, I.; VROUVA, S.; KOUMANTAKIS, G. A.; SAKELLARI, V. The effect of physiotherapy interventions in the workplace through active micro-break activities for employees with standing and sedentary work. **Healthcare**, Basel, v. 10, n. 10, p. 2073, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/healthcare10102073>. Acesso em: 1 set. 2025.

A POLÍTICA DE SAÚDE DO TRABALHADOR CONTEMPLE OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES? BREVES CONSIDERAÇÕES

Cesar Vinicius Alves Afonso

Maria do Socorro Bezerra Lima

Introdução

A presente proposta de pesquisa pretende mapear e quantificar os casos e consequências dos afastamentos médicos do trabalho, entre os profissionais da educação básica pública no município de Campos dos Goytacazes, no que se refere a questões de saúde mental, utilizando os referenciais teóricos da clínica do trabalho, avaliando as possibilidades de adesão ou não adesão às políticas públicas de saúde do trabalhador existentes, seus dispositivos de acolhimento e atendimento presentes em nosso município. Visando à redução do número de contratações temporárias por afastamentos de longo prazo, formação de vínculos profissionais e afetivos entre os professores de unidades escolares e creches escola, melhor ambiente de trabalho nas unidades escolares com ganhos na qualidade da relação com a comunidade e aprendizagem dos alunos, melhor uso do recurso público destinada a educação, com efetivos ganhos em permanência e inserção nos processos de escolarização e cidadania, enquadrando-se no eixo temático Gestão e Trabalho em Saúde.

Objetivo Geral

- Identificar e analisar os principais motivos de afastamento de sala de aula dos profissionais de educação da rede municipal, por saúde mental no município de Campos dos Goytacazes, focando em casos de incapacidade temporária e permanente.

Objetivos Específicos

- Categorizar os motivos de afastamento dos profissionais de educação no campo da saúde mental;
- Avaliar a percepção dos profissionais de educação sobre as causas dos seus afastamentos;
- Avaliar o conhecimento e adesão aos dispositivos públicos de cuidado e atenção a saúde mental;
- Avaliar a percepção da gestão escolar sobre as causas do afastamento;
- Propor ações que construam um modelo de acompanhamento em saúde mental, próprio e possível.

Metodologia

- Revisão Bibliográfica de estudos sobre afastamento de professores por questões de saúde mental em municípios do mesmo porte;

- Entrevista semiestruturadas com trabalhadores da educação municipal;
- Entrevistas semiestruturadas com os gestores das unidades escolares nas quais aconteceram esses afastamentos;
- Avaliação da percepção dos profissionais e dos gestores, sobre o conhecimento e efetividade de uso dos equipamentos de saúde mental do trabalhador no município;
- Coleta de dados secundários na Secretaria Municipal de Educação Ciência e Tecnologia, que versem sobre frequência, duração e causa dos afastamentos sobre saúde mental.

Resultados Esperados

Espero conseguir avaliar os principais motivos de afastamento por saúde mental no município, avaliar se existe conhecimento dos dispositivos de saúde mental existentes pelos profissionais de educação, quais os fatores servem para atrair e quais fatores servem para afastar na adesão aos tratamentos, como o fortalecimento de vínculos pode servir de fator de proteção ao adoecimento e melhoria da qualidade de vida no trabalho e no ensino, construção de canais de comunicação e participação com os gestores escolares. Sou um aluno do mestrado em políticas públicas, no PPGDAP, ainda não cheguei a fase de qualificar meu projeto.

Palavras-chave: Saúde Mental Docente; Política Pública; Trabalho.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. II.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). **Infoproletários.** São Paulo: Boi tempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes (orgs.). **O avesso do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BARROS, Alexandre Rands. **Desigualdades Regionais no Brasil** – naturezas, causas, origens e soluções, Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- Bucci, Eugenio. **O Estado de Narciso:** comunicação pública a serviço da vaidade particular, 1 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

DAGNINO, E. (2004). **Construção democrática, neoliberalismo e participação:** os dilemas da confluência perversa. *Política& sociedade*. Florianópolis, v.3, n.5, pp.139-164.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho:** Estudo de Psicopatologia do Trabalho. [São Paulo: Cortes ed, Oboré], [1992].

DEJOURS, Christophe. **Psicodinâmica do Trabalho:** Casos Clínicos. São Paulo: Atlas ed, 1994

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.P. 17 a 54.

MOTTA, Manoel Barros da (org.). “Michel Foucault: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento.” **Ditos e Escritos**. Vol. II. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

MOTTA, Manoel Barros da (org.). “Michel Foucault: Estratégia, Poder-saber”. **Ditos e Escritos**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MOTTA, Manoel Barros da (org.). “Michel Foucault: Repensar a política”. **Ditos e Escritos**. Vol. VI. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MOTTA, Manoel Barros da (org.). “Michel Foucault: Ética, sexualidade, política”. **Ditos e Escritos**. Vol. V. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

NATAL, J. L. A., & da Cruz, J. L. V. (2021). Ensaio sobre a Economia Fluminense: da crise histórico-estrutural alheada à crise manifesta. **Cadernos Do Desenvolvimento Fluminense**, (18), 12–41. <https://doi.org/10.12957/cdf.2020.48386>.

SANTOS, Milton, **O espaço do Cidadão**, 7 ed. São Paulo, EDUSP, 2007.

SARAVIA, Enrique. Introdução á teoria das políticas públicas, In: SARAVIA Enrique; FERRAREZI, Elisabeth. **Políticas Públicas – Coletânea**. Brasília, ENAP, 2006.vol1, p.21-42.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano 8, n.16, jul. /dez 2006, p.20-45.

DECOLONIALIDADE E SAÚDE DO TRABALHADOR: NOVOS CAMINHOS PARA A GESTÃO PÚBLICA INCLUSIVA

Camilla Farias Amorim Curvello¹

Introdução

Este artigo propõe uma abordagem crítica e inovadora para o campo da gestão e trabalho em saúde, articulando-o aos princípios e práticas da decolonialidade. A saúde do trabalhador, historicamente tratada sob uma ótica biomédica e funcionalista, tem ignorado aspectos essenciais relacionados às desigualdades sociais, raciais e culturais que atravessam a experiência laboral de milhões de trabalhadores. Ao incorporar a perspectiva decolonial, o estudo rompe com paradigmas eurocêntricos e abre espaço para a escuta de saberes tradicionalmente marginalizados, reivindicando um modelo de cuidado e gestão mais sensível à diversidade e à complexidade do mundo do trabalho. Nesse sentido, a contribuição deste trabalho para o eixo temático 'Gestão e Trabalho em Saúde' reside na sua capacidade de tensionar as estruturas hegemônicas da gestão em saúde, propondo uma reconfiguração epistemológica e política que tem como base a justiça social, a valorização dos sujeitos coletivos e a reconstrução de práticas emancipatórias nos ambientes laborais.

Fundamentação teórica

A base conceitual apoia-se no pensamento decolonial, especialmente nos aportes de Aníbal Quijano (2005) sobre a colonialidade do poder, em Gayatri Spivak (1988) sobre o silenciamento dos subalternos e em Arturo Escobar (2003), que defende a centralidade dos saberes locais na produção de alternativas epistêmicas. Esses autores são articulados com referenciais do campo da saúde do trabalhador (Gomez et al., 2011; Ribeiro, 2020; Vasconcellos, 2010), permitindo uma análise crítica das desigualdades estruturais, da precarização do trabalho e da invisibilização dos sujeitos laborais nas políticas públicas.

Objetivos principais

O estudo tem como objetivo central investigar como as abordagens decoloniais podem contribuir para repensar a saúde do trabalhador. Especificamente, busca: (1) Analisar as conexões entre colonialidade e precarização do trabalho; (2) Identificar os limites das abordagens tradicionais em saúde ocupacional; (3) Propor alternativas emancipatórias que integrem saberes locais e promovam participação ativa dos trabalhadores marginalizados.

Metodologia aplicada

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, elaborada como trabalho final da disciplina “Tópicos Emergentes em Estudos Organizacionais”, no Mestrado em Administração. A metodologia baseia-se em revisão bibliográfica sistemática (Gil, 2002), análise interdisciplinar

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em administração da UFF; Médica do trabalho da DPVS/CASQ/UFF

(Minayo, 2007), abordagem crítico-reflexiva (Lakatos e Marconi, 2003) e validação teórico-conceitual. Foram utilizados autores decoloniais e especialistas em saúde do trabalhador, além da literatura marginal como o diário Quarto de despejo (Jesus, 1960), para ilustrar as conexões entre marginalização e saúde.

Análise e discussão dos resultados

A análise revela que a colonialidade do poder atua como estrutura persistente no mundo do trabalho, marginalizando sujeitos racializados e desconsiderando seus saberes e vivências. As abordagens tecnocráticas e biomédicas, predominantes na gestão da saúde do trabalhador, contribuem para a invisibilização dessas populações. O estudo propõe três eixos estratégicos para uma abordagem decolonial: (1) valorização dos saberes locais; (2) democratização dos processos decisórios; e (3) políticas públicas de reparação e justiça social. A discussão aponta que somente a articulação desses eixos permitirá práticas de saúde ocupacional mais inclusivas, emancipatórias e eticamente comprometidas com a equidade.

Conclusão

O estudo conclui que a decolonialidade oferece um caminho transformador para repensar profundamente a gestão e o trabalho em saúde, ao desafiar as hierarquias epistêmicas e valorizar os trabalhadores como sujeitos históricos e portadores legítimos de conhecimento. A superação da lógica eurocêntrica, tecnocrática e produtivista exige mais do que ajustes pontuais nas políticas públicas: requer uma mudança paradigmática que inclua saberes plurais, promova escuta ativa e propicie ambientes de participação real e efetiva. Além disso, torna-se necessário o desenvolvimento de mecanismos institucionais que assegurem a reparação histórica e a construção de práticas integradas entre setores como saúde, educação e trabalho. A articulação entre academia, movimentos sociais e trabalhadores é imprescindível para consolidar políticas emancipadoras que não apenas mitiguem os efeitos da precarização, mas que combatam suas causas estruturais. A decolonialidade, enquanto projeto político-epistêmico, representa uma resposta ética e comprometida com o futuro do trabalho digno e da saúde como direito humano fundamental. O artigo, portanto, reafirma a urgência de repensar as políticas de saúde do trabalhador à luz da justiça cognitiva e da pluralidade cultural, abrindo novos horizontes para a gestão pública comprometida com equidade e sustentabilidade.

Palavras-chave: Decolonialidade; Gestão em Saúde; Saúde do Trabalhador.

Referências

- ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Revista Política y Sociedad**, v. 2, p. 61-70, 2003.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMEZ, Carlos Minayo; LACAZ, Francisco Antônio de Castro; MACHADO, José Márcio; PORTO, Marcelo Freire. Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 8, p. 3343-3352, 2011.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 1960.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Bruno Chapadeiro. **Trabalho, precarização e desigualdades**: a reprodução da colonialidade no mercado global. São Paulo: Editora Acadêmica, 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988.

VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de. **O trabalho e suas interfaces com a saúde do trabalhador**: análise crítica e perspectivas emancipadoras. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

ANGÚSTIA, SINTOMA E DESISTÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: DOIS CASOS CLÍNICO-EDUCACIONAIS À LUZ DA PSICANÁLISE

Maria de Fatima Camelo Cunha Gomes
Marcia Cristina Chaves do Nascimento

Introdução

O projeto Gato em Teto de Zinco Quente (doravante, apenas Gato) é uma ação ligada ao Grupo Alteridade, Psicanálise e Educação - GAP(e)/ UFF-CNPq que disponibiliza acolhimento psicanalítico gratuito a pessoas que passam por sofrimentos psíquicos. Este projeto é destinado prioritariamente à comunidade acadêmica da Universidade Federal Fluminense- UFF e educadores da Rede Pública de Ensino. O acolhimento é feito por profissionais habilitados, abrangendo atendimentos individuais ou em grupos. É oferecido um acompanhamento breve e encaminhamento para a rede pública de saúde mental, quando necessário e/ou para psicanalistas que tenham disponibilidade para dar continuidade a atendimentos sem custos ou que atendam em função social.

Este artigo apresenta dois casos clínico-educacionais atendidos no projeto Gato, de escuta com orientação psicanalítica, destacando os impasses subjetivos que atravessam a trajetória acadêmica de dois estudantes da UFF, Amanda e Paulo. A universidade, embora seja um espaço de crescimento e saber, pode se tornar também cenário de mal-estar. O trabalho de conclusão de curso - TCC, em especial, ativa demandas simbólicas que vão além da dimensão acadêmica, mobilizando angústias profundas relacionadas ao fracasso, à idealização e ao trauma.

Fundamentação Teórica

Os casos relatados se baseiam na prática clínica e são fundamentados nos principais teóricos da psicanálise como Sigmund Freud, Jacques Lacan, além de outros autores da psicanálise contemporânea. Os relatos de caso abordam conceitos da teoria psicanalítica como sintoma, inibição, angústia, trauma, dentre outros, além de autores de estudos teóricos sobre grupos como René Kaes e Pichon Rivière.

Relato dos casos

Paulo é um estudante da área da educação e relata nas sessões de acolhimento que sofreu intimidações e perseguições na escola durante a infância e adolescência. Embora tenha se declarado gay, tanto nas sessões em grupo quanto individuais, havia algo que o incomodava sobremaneira. Em uma sessão individual, ele relata que sofreu abuso sexual de um vizinho na pré-adolescência. O fato gerou um grande rebuliço na família. O caso foi discutido com os familiares e ele ficou totalmente exposto ao julgamento de todos, gerando culpa e vergonha.

Amanda, 29 anos, começou sua trajetória acadêmica em um curso na área de Humanas, em que concluiu em 2010 sem identificação profissional. Posteriormente ingressou em um novo curso, mas não o finalizou. Mudou-se para o interior e atualmente vive distante da cidade. Sente-se angustiada por não concluir a graduação, embora diga gostar de onde vive, longe do agito de uma área metropolitana. A procrastinação do TCC, a dificuldade em priorizar tarefas e a oscilação

emocional indicam sofrimento subjetivo profundo. Em sessões de grupo, relatou não aguentar mais seu 'jeito de ser', o que demonstra uma fala marcada por autoacusação.

Metodologia

Os atendimentos do projeto Gato são realizados em até oito encontros semanais, com duração média de uma hora. São atendimentos individuais e em grupo, online ou presencial. Após o término dos encontros, havendo a necessidade de encaminhamento, os casos são encaminhados, preferencialmente, à rede de atendimento psicossocial do Sistema Único de Saúde. Nas sessões, a privacidade das pessoas é preservada constituindo-se um local seguro e livre de julgamentos em que possam sentir-se confortáveis para falar de angústias e anseios.

Os atendimentos têm alcançado pessoas com vulnerabilidade econômica que necessitam de escuta profissional, mas não possui meios para custear um acompanhamento na área da saúde mental. O método de acolhimento e a escuta atenta e encaminhamento à rede pública de saúde tem sido um diferencial na comunidade da Universidade Federal Fluminense como mais um espaço de promoção da saúde coletiva.

Resultado em discussão

As dificuldades geradas por altas exigências de resultados nos meio acadêmico e/ou profissional, as pressões no próprio meio familiar têm desencadeado sofrimento psíquico intenso em quase todos os círculos de que fazem parte. O mal-estar tem sido expressado por pessoas que procuram atendimento no projeto Gato. Os acolhimentos, geralmente, são de pessoas em situação de precariedade e vulnerabilidade econômica. Devido à dificuldade de encontrar espaços de escuta e circulação da palavra em grupos de acolhimento, as pessoas têm recorrido ao uso de psicofármacos e ao consumo de drogas lícitas e ilícitas.

Muitos já chegam ao projeto com muitos diagnósticos psiquiátricos e com uma trajetória de medicações de tarja preta. Contrapondo-se a esses diagnósticos excessivos e equivocados em muitos casos, o projeto Gato, traz uma proposta de oferecer uma escuta ativa, valorizando a singularidade do sujeito, buscando novos caminhos para que o indivíduo possa elaborar seus conflitos subjetivos, expressando seu mal-estar, atribuindo novos significados aos seus sintomas.

Os casos atendidos pelo projeto Gato respondem bem às intervenções de até oito encontros, de forma que a maioria retorna às suas atividades rotineiras com mais estabilidade, finalizando os acolhimentos para dar vez a outros que necessitam. Entretanto, há casos que precisam de maior atenção dos colaboradores, bem como da coordenação do projeto.

Considerações Finais

Com a demanda expressiva e a criação dos grupos de acolhimento, os encontros tiveram uma escuta benéfica, pois a circulação da palavra se fez presente. O que se percebe no grupo é a identificação pelo sofrimento, percebendo que as pessoas podem passar por experiências semelhantes, embora, cada um tenha suas histórias, suas vulnerabilidades, dúvidas e incoerências.

Ouvir a história do outro sempre traz um envolvimento nas questões do (des)semelhante, auxiliando na resolução dos próprios conflitos, encontrando apoio e compreensão, em

solidariedade com a dor do outro. Nem todos se adaptam a essa forma de acolhimento, mas para alguns deles os encontros se dão de forma muito profícua.

A escuta psicanalítica individual ou em grupo do projeto Gato auxilia na elaboração dos conflitos psíquicos, reduzindo os riscos de abuso de medicamentos psiquiátricos. O modelo de escuta psicanalítica, mesmo com um breve acompanhamento tem demonstrado seu poder decisivo em situações extremas de perigo à vida. O projeto tem recebido retornos positivos da comunidade acadêmica como um todo, legitimando esse espaço seguro em que os indivíduos elaboram suas angústias, expressam suas dores, visualizam novos caminhos, dando sentido ao evento traumático.

Palavras-chave: Angústia; Psicanálise; Grupos; Universidade; Acolhimento.

Referências

- FREUD, S. **Inibição, Sintoma e Angústia** (1926). Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. **Luto e Melancolia** (1917). Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- NASIO, J.-D. **O livro da dor e do amor**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- KAËS, R. **O grupo e o sujeito do grupo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- LAPLANCHÉ, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

INCLUSÃO, DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

VOZES SILENCIADAS, CORPOS INVISÍVEIS: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO TERCEIRIZADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – CAMPUS RIO DAS OSTRAS

Delma Silveira do Nascimento¹

Claudia Henschel de Lima²

Introdução

Este estudo, que integra uma pesquisa em andamento no Programa de Mestrado em Administração Pública (PROFIAP/UFF), investiga a relação entre terceirização, precarização laboral e adoecimento psíquico de mulheres que atuam como serventes, líderes de turma e encarregadas no campus da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Rio das Ostras. A pesquisa se justifica pela urgência em analisar as implicações sociais das reformas neoliberais na administração pública, nas quais a terceirização, embora legitimada pelo discurso da eficiência e da contenção de gastos, resulta em vínculos frágeis, desvalorização e exclusão simbólica. A metodologia combina observação empírica e análise teórica da precarização laboral e da invisibilidade institucional. O estudo, inserido na linha temática *Inclusão, Diversidade e Direitos Humanos* do IV SCIENC, busca dar visibilidade a uma realidade historicamente negligenciada na UFF e contribuir para a crítica ao modelo de terceirização, além de propor estratégias de inclusão e valorização dessas profissionais.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender os impactos da terceirização sobre mulheres em funções invisibilizadas nas universidades públicas, em especial no campus da UFF em Rio das Ostras. O objetivo é problematizar como a precarização laboral e os marcadores sociais de gênero, raça e classe influenciam a saúde psíquica dessas trabalhadoras. O debate articula-se ao compromisso da universidade com a Agenda 2030 da ONU e com os ODS 3, 4, 5, 8 e 10, fortalecendo a perspectiva de inclusão e diversidade. A proposta busca, além de evidenciar o sofrimento dessas mulheres, desenhar caminhos para a elaboração de instrumentos institucionais que transformem práticas de gestão em políticas de inclusão e valorização humana.

Metodologia

A pesquisa é qualitativa, de natureza exploratória, organizada em três etapas: levantamento bibliográfico, levantamento documental e entrevistas semiestruturadas com mulheres terceirizadas. A investigação encontra-se em fase de aprovação pelo Comitê de Ética da UFF. Até o momento, foram organizados referenciais críticos ao neoliberalismo, à reforma do Estado e à

¹ Universidade Federal Fluminense. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (PROFIAP-UFF). E-mail: delmasilveira@id.uff.br

² Universidade Federal Fluminense. Professora do PROFIAP-UFF. E-mail: claudialima@id.uff.br

precarização do trabalho. As entrevistas buscarão compreender como essas mulheres elaboram estratégias de resistência frente ao adoecimento psíquico e à exclusão simbólica. Espera-se que os dados confirmem que a precarização atinge também dimensões subjetivas e emocionais.

Referencial Teórico

A análise fundamenta-se nos conceitos de neoliberalismo (Dardot; Laval, 2016), interseccionalidade (Akotirene, 2019) e cidadania (Marshall, 1967). Dardot e Laval evidenciam que a racionalidade neoliberal institui uma lógica de autovigilância e culpabilização do indivíduo, o que impacta diretamente a subjetividade dessas trabalhadoras. Akotirene demonstra que raça, gênero e classe se entrecruzam na produção de exclusões específicas. Marshall reforça que a ausência de direitos sociais efetivos configura uma cidadania incompleta, condição vivida pelas terceirizadas no ambiente universitário.

Resultados Esperados e Discussão

À luz dos referenciais teóricos mobilizados, especialmente Dardot e Laval (2016), é possível antever que as trabalhadoras terceirizadas tendem a enfrentar sentimentos de instabilidade e ausência de reconhecimento, traduzidos em manifestações de ansiedade e desgaste emocional. Do ponto de vista institucional, a terceirização, ao fragmentar vínculos e limitar direitos, dificulta o acesso dessas mulheres a políticas de valorização e cuidado, reforçando seu lugar marginal no cotidiano universitário (Akotirene, 2019). Esses elementos, ainda que não confirmados empiricamente, orientam a expectativa de que a investigação revele processos de exclusão e silenciamento que impactam diretamente a saúde psíquica e social dessas trabalhadoras.

Entre as propostas destacam-se políticas de promoção da saúde (ODS 3), formação continuada (ODS 4), programas de inclusão e valorização (ODS 5), redes de apoio (ODS 10) e ações formativas (ODS 8). A pesquisa prevê a elaboração de dois produtos acadêmicos: um *Manual de Recomendações Institucionais*, destinado a gestores universitários, e um *Guia Estratégico de Ações Formativas*, voltado às próprias trabalhadoras.

Considerações Finais

Este relato de experiência reforça que práticas de gestão inovadoras não podem se limitar aos indicadores de produtividade, mas devem incorporar estratégias de cuidado e reconhecimento voltados a grupos historicamente marginalizados. Ao propor a criação de um *Manual de Recomendações Institucionais* e de um *Guia Estratégico de Ações Formativas*, o estudo pretende oferecer subsídios concretos para gestores e trabalhadoras, fomentando práticas inclusivas replicáveis em outras universidades públicas brasileiras.

Assim, contribui tanto para o avanço acadêmico quanto para a transformação prática da gestão universitária, em alinhamento ao compromisso da UFF com a Agenda 2030 da ONU.

Palavras-chave: Terceirização; Interseccionalidade; Mulheres; Saúde Mental; Inclusão Universitária.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nações Unidas, 2015.

PERFIL DO MEI NO SUDESTE BRASILEIRO: RAÇA E GÊNERO NO MICROEMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL

**Águeda Mitsue Sano
Gabriel Pires de Carvalho
Sandra Januário dos Santos**

Introdução

O estudo analisa disparidades entre Microempreendedores Individuais – MEIs, no Sudeste brasileiro, unindo gênero, raça e empreendedorismo em uma perspectiva interseccional pouco explorada. Com dados do IBGE e Sebrae, traz um olhar original sobre desigualdades estruturais no microempreendedorismo. O eixo temático central é a relação entre gênero, raça e empreendedorismo, enfatizando a realidade do Sudeste, região que concentra significativa parcela da atividade econômica nacional. O trabalho contribui para os debates contemporâneos em estudos organizacionais ao evidenciar como desigualdades históricas ainda moldam o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos negócios formais. Assim, o artigo amplia a compreensão das dinâmicas de exclusão e inclusão no mercado de trabalho e reforça a importância de políticas públicas que busquem equidade.

Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica está ancorada nos conceitos de colonialidade, racialização e interseccionalidade. A colonialidade do poder, proposta por Quijano, explica como a dominação europeia estabeleceu hierarquias raciais e de gênero que se mantêm vivas no capitalismo contemporâneo. A racialização, entendida como prática social que inferioriza grupos não brancos, historicamente destinou pessoas negras a atividades precarizadas e de menor reconhecimento social. Nesse sentido, autores como De Mello et al. (2020) e Da Silva & Amaral (2023) mostram como o racismo estrutural define oportunidades e limita o acesso à determinadas atividades econômicas.

Paralelamente, a literatura sobre gênero, a exemplo de Hirata (2018), Marques (2024) e Sousa & Guedes (2016), reforça que a divisão sexual do trabalho perpetua desigualdades, relegando às mulheres papéis ligados ao cuidado, geralmente menos valorizados e remunerados. A interseccionalidade surge como ferramenta analítica para compreender a sobreposição de desigualdades — especialmente em relação às mulheres negras, que enfrentam barreiras adicionais no mercado de trabalho. Assim, a pesquisa dialoga com teorias críticas que denunciam como classe, raça e gênero não podem ser analisados isoladamente.

Objetivos

O estudo tem como objetivo principal analisar o perfil sociodemográfico dos MEIs no Sudeste, evidenciando a influência de gênero e raça na inserção e na formalização do empreendedorismo.

Entre os objetivos específicos, destacam-se:

- Investigar a distribuição dos MEIs segundo raça, idade, escolaridade e gênero;
- Identificar padrões de desigualdade na formalização e nos setores de atuação;
- Discutir os impactos das dinâmicas sociais e históricas sobre as oportunidades de empreender;
- Refletir sobre as implicações das desigualdades encontradas e propor caminhos para uma maior equidade.

Metodologia

A pesquisa é quantitativa e exploratória, baseada em dados secundários de duas fontes principais: IBGE e Sebrae. O recorte geográfico é a Região Sudeste, embora a análise também traga comparações com o cenário nacional. A metodologia consiste na análise de tabelas estatísticas e relatórios que detalham a distribuição dos MEIs por faixa etária, gênero, escolaridade e raça. A técnica de análise se apoia em percentuais e comparações entre categorias, buscando identificar tendências e discrepâncias. Esse desenho metodológico, conforme Creswell (2014), é adequado para investigações de grande escala que pretendem descrever fenômenos e levantar hipóteses para pesquisas futuras.

Análise e discussão dos resultados

Os resultados mostram que, em termos raciais, os MEIs brancos são maioria no Sudeste (65%), enquanto pretos e pardos, que somam quase metade da população da região, representam apenas 35% dos MEIs. Essa discrepância evidencia um processo de exclusão estrutural que limita a participação de negros no empreendedorismo formal. No quesito faixa etária, a maioria dos registros concentra-se entre 30 e 49 anos, sinalizando que a formalização como MEI ocorre predominantemente em idade adulta, seja como alternativa ao desemprego ou como estratégia de consolidação de carreira. Quanto ao gênero, há relativa paridade entre homens (54%) e mulheres (46%). No entanto, quando os dados são analisados por setor, revela-se forte segregação ocupacional: mulheres predominam em atividades de cuidado e serviços pessoais (como beleza, saúde e educação), enquanto homens se concentram em setores mais bem remunerados, como tecnologia, construção e logística. Esse padrão não é fruto apenas de escolhas individuais, mas de estereótipos e heranças sociais que associam competências específicas a cada sexo.

A escolaridade é outro fator relevante: mais da metade dos MEIs não possui ensino superior, o que reforça a relação entre baixa qualificação formal e a busca pelo empreendedorismo como saída econômica. Essa condição afeta de forma mais acentuada os grupos historicamente marginalizados, como negros e mulheres pobres. Em síntese, a análise revela que, mesmo no ambiente de formalização proporcionado pelo MEI, as desigualdades de raça e gênero persistem, limitando as possibilidades de ascensão e consolidando padrões de exclusão. As mulheres negras ocupam os espaços mais precarizados, demonstrando a necessidade de uma leitura interseccional para compreender as dinâmicas observadas.

Conclusão

O estudo conclui que o modelo de MEI, embora importante para a formalização de trabalhadores autônomos e para a ampliação do acesso a benefícios, não elimina as desigualdades estruturais de raça e gênero. A presença desproporcional de brancos e homens em setores de maior prestígio revela que a inclusão jurídica não corresponde automaticamente à inclusão social ou econômica. Persistem barreiras históricas e culturais que impedem negros e mulheres de alcançarem igualdade de condições no empreendedorismo.

Assim, a pesquisa defende a implementação de políticas públicas voltadas à redução dessas disparidades. Entre as medidas sugeridas estão: a criação de sistemas públicos de cuidado que aliviem a sobrecarga feminina; a promoção da igualdade salarial; o incentivo ao empreendedorismo de mulheres e pessoas negras; e campanhas de conscientização contra estereótipos de gênero e raciais.

O estudo reconhece limitações, como a ausência de dados mais detalhados sobre interseccionalidade e a pouca visibilidade de povos indígenas no recorte analisado. Sugere-se, portanto, que futuras pesquisas ampliem o debate, incluindo categorias sociais menos exploradas e aprofundando a análise sobre informalidade e precarização. De modo geral, a contribuição central do trabalho é evidenciar que o empreendedorismo individual, no Brasil, reflete e reproduz desigualdades estruturais. Para que o MEI cumpra plenamente seu papel de inclusão e desenvolvimento econômico, é fundamental que se articule com políticas efetivas de combate à discriminação e promoção da equidade.

Palavras-chave: MEI; Gênero; Raça; Desigualdade; Empreendedorismo.

Referências

- DA SILVA, P. A. I. F.; AMARAL, S. C. de S. Trabalho, classe, raça e gênero: uma revisão histórica. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 3, n. 11, p. 20170–20196, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N11-017. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1912>.
- DE MELLO, L.; CARVALHO, A. de P.; ZARELLI, P. R.; DA CRUZ, M. A. Uma revisão sistemática de literatura sobre o negro no mercado de trabalho. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, [S. l.], v. 19, n. 36, p. 53 a 63, 2020. DOI: 10.48075/revistacsp.v19i36.19425. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/19425>.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 13, n. 1/2, p. 121–142, 2008. DOI: 10.5433/2176-6665.2008v13n1/2p121. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes>

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 16, n. 29, 2018. DOI 10.22409/tn.16i29.p4552 DOI 10.4000/aa.11920

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>

IPEA - Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada. <https://www.ipea.gov.br/retrato/>

MARQUES, B. M. **Guimarães, Nadya e Helena Hirata. 2020. O gênero do cuidado: Desigualdades, significações e identidades.** Cotia: Ateliê Editorial, 2020. Anuário Antropológico, v. 49, n. 1, 2024.

PRONI, M. W.; GOMES, D. C.. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 137–151, set. 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500010>

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: **CLACSO**, p. 117-142, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: **Epistemologias do Sul**. SANTOS, B. S. MENESES, M. P. (Orgs.) . Coimbra: Edições Almedina, 2009. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>

REITH, Stefanie Landim; RACHID, Alessandra. Gestão da diversidade – um estudo sobre gênero e raça em empresas no brasil. **Divers@!**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 25–43, 2021. DOI: 10.5380/diver.v14i1.73706. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/73706>

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: **Epistemologias do Sul**. SANTOS, B. S. MENESES, M. P. (Orgs.) . Coimbra: Edições Almedina, 2009. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/MEI>

SOUSA, L. P. de; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, 2016. DOI 10.1590/S0103-40142016.30870008

CRESWELL, J. W. (2014). **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. 4th Edition. Thousand Oaks: SAGE Publications.

SETOR DE APOIO EDUCACIONAL: INCLUSÃO PELO VIÉS PEDAGÓGICO NO ISNF

Aline Nunes Ferreira de Souza

Jacqueline da Silva Monteiro

Aline Chermont Warol Teixeira

Este relato de experiência tem como objetivo narrar as práticas de trabalho desenvolvidas no Setor de Apoio Educacional (SAE) do Instituto de Saúde de Nova Friburgo (ISNF) no atendimento pedagógico de estudantes com necessidades educacionais específicas e seu acompanhamento. No setor, são atendidos alunos(as) com deficiência, com transtorno do espectro autista, com altas habilidades ou superdotação, bem como com outras questões temporárias e/ou permanentes que demandam adequações pedagógicas, contribuindo, assim, para a inclusão e permanência deles(as) na universidade. O SAE é um setor que faz parte da estrutura administrativa do campus da UFF de Nova Friburgo há mais de uma década e é composto atualmente por três Técnicas em Assuntos Educacionais. Nos dias de hoje (2025), o Setor atende cerca de 40 discentes e, ao longo dos anos, foi significativo o aumento do fluxo de discentes acompanhados no setor. O trabalho ocorre em constante parceria com as coordenações dos cursos de graduação ofertados no campus (Biomedicina, Fonoaudiologia e Odontologia) e com a coordenação da pós-graduação em Odontologia, acolhendo os(as) acadêmicos(as) que nos procuram voluntariamente ou que são encaminhados(as) pelos(as) docentes quando apresentam indicação para adaptações educacionais específicas. Após o acolhimento, fazemos um cadastro desse(a) educando(a) no Setor e formulamos, a partir do laudo apresentado - que já pode trazer orientações do(a) profissional ou não - um ofício com diretrizes de cunho pedagógico, o qual enviamos para a coordenação do curso em que está matriculado(a) e solicitamos que esse documento seja encaminhado, com o Guia UFF Acessível, para os(as) docentes responsáveis pelas disciplinas em que o(a) estudante está inscrito(a) naquele semestre. Ademais, acompanhamos esse(a) aluno(a) no decorrer do semestre e vamos ajustando, quando necessário, suas adequações. Outra estratégia relevante adotada pelo setor é sugestão aos(as) discentes de adaptações que já se mostram satisfatórias para outros(as) colegas, como é o exemplo do uso de abafadores de ouvido para quem apresenta alguma dificuldade de concentração. Uma vez que o campus não dispõe de espaço para que esses(as) acadêmicos(as) possam fazer as avaliações em ambiente separado da turma, essa foi a forma encontrada para que os estímulos auditivos sejam minimizados. Também nesse cenário, alguns(mas) educandos(as), por iniciativa própria, decidiram sentar-se de frente para a parede em dias de avaliação. Assim, eles(as) não veem a circulação dos(as) outros(as) na sala e conseguem se concentrar melhor pela diminuição desse estímulo visual. Instruções como essas são oferecidas aos demais estudantes por se tratarem de adequações propostas por eles(as) mesmos(as), os(as) principais conhecedores(as) de suas próprias demandas. Relatamos e registramos nossos atendimentos para melhor acompanharmos os(as) alunos(as) ao longo de sua trajetória acadêmica. Também dialogamos com os(as) professores que nos procuram com dúvidas e em busca de esclarecimentos. Em situações específicas, buscamos apoio de docentes da própria Universidade Federal Fluminense (UFF), atuantes na área de educação inclusiva, assim como da Divisão de Acessibilidade e Inclusão - Sensibiliza UFF, vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos

Estudantis (PROAES) da instituição, para dialogar com a equipe docente do ISNF a fim de encontrarmos alternativas em conjunto que viabilizem a inclusão na prática. Recentemente, a instituição oportunizou um apoio pontual e individualizado para os(as) discentes que demonstram essa necessidade e interesse, na figura do “aluno apoiador”. Esse suporte é feito por outro(a) acadêmico(a) do campus, designado(a) pela PROAES, após aprovação em processo seletivo. O SAE atua tanto na divulgação desse processo seletivo, quanto no direcionamento e acompanhamento da atuação desse(a) educando(a) apoiador(a) no campus, dando um *feedback* à PROAES. Podemos afirmar que o trabalho desenvolvido pelo SAE tem se mostrado de suma importância para a garantia do direito de inclusão, permanência e conclusão de cursos de graduação para os(as) discentes acompanhados(as), mostrando ser uma experiência de trabalho inovadora e com impacto positivo para nossa universidade, mais especificamente no campus de Nova Friburgo.

Palavras-chave: Inclusão; Adequação Pedagógica; Permanência; Trajetória Acadêmica.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). **Guia UFF Acessível:** Ensino, documentos e mídias acessíveis. Niterói, setembro/2020.

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA INCLUSIVA EM AUDIOVISUAL: A SAÚDE BUCAL DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NO ISNF-UFF

William Kitzinger Costa¹

Fábio Aquino da Silva²

Laís David Amaral³

Bruna Lavinas S. Picciani⁴

Helena Carla Castro⁵

Introdução

A presente pesquisa, desenvolvida no Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI) da Universidade Federal Fluminense (UFF), contribui para o eixo temático "Inclusão, Diversidade e Direitos Humanos". Através da abordagem da divulgação científica, validada pela pesquisa, objetivou-se a inclusão e a melhoria das práticas de saúde bucal para pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). A pesquisa tem alinhamento com a política institucional da UFF de apoiar programas de pós-graduação que oferecem vagas para servidores, como o autor principal, e cujos resultados de pesquisa tenham aplicação direta na universidade. O produto foi um *videocast* inclusivo, criado no Laboratório de Produção Audiovisual Saúde c(ON) Ciência, inaugurado durante a execução deste projeto em 2023 no Instituto de Saúde de Nova Friburgo (ISNF-UFF).

Fundamentação

Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) estão sujeitas a desafios oriundos de fatores demográficos, clínicos e sensoriais relacionados à informação de qualidade sobre saúde bucal e ao acesso a um atendimento odontológico de qualidade. A literatura demonstra que indivíduos com TEA incorrem em risco elevado de cáries e doenças periodontais (Ferrazzano et al., 2021; Da Silva et al., 2017; Santana et al., 2020). Diante disso, a divulgação científica por meio de produtos audiovisuais inclusivos, com recursos como legendas e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), constitui-se como uma opção para informar profissionais de saúde, familiares e a comunidade em geral (Wiley; Gustafson; Rozniak, 2014). A nossa pesquisa é direcionada à formação continuada de profissionais em diversidade e inclusão, fortalecendo a rede inclusiva nos locais de atuação dos servidores, como o ISNF-UFF.

¹ Instituto de Saúde de Nova Friburgo/ Universidade Federal Fluminense;

² Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação/ Universidade Federal Fluminense;

³ Universidade Católica de Brasília;

⁴ Programa de Pós-graduação em Odontologia/ Instituto de Saúde de Nova Friburgo/ Universidade Federal Fluminense;

⁵ LABiEMol/ Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão/ Instituto de Biologia/ Universidade Federal Fluminense;

Objetivos

O objetivo geral do estudo foi desenvolver com validação um *videocast* inclusivo sobre saúde bucal, direcionado a profissionais de odontologia, pessoas com TEA e seus familiares. Os objetivos específicos incluíram: revisar a literatura sobre a produção de vídeos instrutivos em saúde bucal para indivíduos com TEA por meio de análise bibliométrica; selecionar conteúdos e estratégias didáticas; produzir o vídeo com uma abordagem inclusiva; avaliar seu impacto nas plataformas digitais; e analisar o material a partir da opinião de especialistas, profissionais, acadêmicos e familiares de pessoas com TEA.

Metodologia

O estudo adotou uma abordagem qualitativa, baseada em um estudo de caso único, para a validação de um vídeo educativo. A pesquisa bibliométrica inicial foi realizada nas bases de dados Scopus e Web of Science, utilizando a ferramenta Bibliometrix, para mapear a produção científica sobre o tema. Foi produzido o *videocast* "Transtorno do Espectro do Autismo na Odontologia (com interpretação em Libras)" com duração de 22 minutos e 30 segundos. Ele contou com a participação da Dra. Laís David Amaral e da estudante Aelyzza Simas, além de recursos de acessibilidade como legendas ampliadas e interpretação em Libras. A validação do *videocast* foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 80810624.4.0000.5626) e envolveu a coleta de dados por meio de questionários semiabertos, usando a escala Likert e um campo para justificativas abertas. Os participantes foram divididos em dois grupos: uma especialista em conteúdo, tecnologia assistiva e Libras; e o público-alvo, composto por duas cirurgiãs-dentistas, duas mães de pessoas com TEA e dois acadêmicos de odontologia.

Análise e Discussão dos Resultados

A revisão de literatura não encontrou nenhum trabalho de validação de vídeos com as características propostas, sugerindo a originalidade do estudo. Os dados de desempenho do *videocast* no YouTube, até 5 de novembro de 2024, mostraram 152 visualizações, com 39,7% do tráfego vindo de fontes externas, principalmente proveniente do aplicativo WhatsApp e tempo médio de exibição de 3 minutos e 16 segundos. A validação qualitativa revelou que o *videocast* foi considerado relevante e eficaz em sua comunicação por todos os participantes. A especialista, atuante na área de fonoaudiologia e de Libras, avaliou o conteúdo como "extremamente relevante" (5/5) e as legendas e a interpretação em Libras como de alta qualidade, sugerindo apenas pequenas melhorias, como a escrita por extenso de siglas e o uso de audiodescrição. As cirurgiãs-dentistas e os acadêmicos de odontologia também atribuíram nota máxima à relevância do conteúdo e às legendas, destacando a importância da informação para a prática clínica e a formação profissional. As mães de pessoas com TEA consideraram o vídeo "extremamente relevante" e "muitíssimo importante", ressaltando a clareza e a acessibilidade da informação. Críticas construtivas, como a sugestão de reduzir o tempo do vídeo, foram apontadas por alguns participantes. O *videocast* foi bem recebido, mas a ausência de coleta de dados com pessoas surdas por não termos conseguido voluntários, não descarta a necessidade de maior inclusão e acessibilidade para essa comunidade.

Conclusão

O *videocast* produzido pode contribuir significativamente para a promoção da inclusão e acessibilidade na saúde bucal de pessoas com TEA. A metodologia de produção e validação, que combinou uma revisão bibliométrica, a criação de um produto audiovisual com acessibilidade e a análise de percepções de diversos públicos, mostrou-se eficaz segundo os participantes da pesquisa. O material se configura como uma ferramenta valiosa para a educação em saúde e o apoio a profissionais e familiares, estreitando a conexão entre a pesquisa e a prática profissional, o que está alinhado às diretrizes do PQI-UFF. O estudo reforça ainda a importância da produção de materiais educativos inclusivos e da integração de tecnologias assistivas, como as legendas e a interpretação em Libras, para a disseminação do conhecimento científico de forma mais equitativa e acessível.

Palavras-chave: Saúde Pública; Comunicação Científica; TEA; Educação em Saúde; Tecnologias Educativas.

Referências

ABSTRACTS FROM THE 2023 ANNUAL MEETING OF THE SOCIETY OF GENERAL INTERNAL MEDICINE. **Journal of General Internal Medicine**, [s. l.], v. 38, n. Suppl 2, p. 81, 2023.

ALHUMAID, Jehan et al. Oral Health of Children with Autism: The Influence of Parental Attitudes and Willingness in Providing Care. **The Scientific World Journal**, [s. l.], v. 2020, p. 1–9, 2020.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; ARAÚJO, Adriana Castro. Adaptação de alunos ao ambiente universitário: estudo de caso em cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [s. l.], v. 29, n. 110, p. 135–159, 2021.

ARIA, M.; CUCCURULLO, C. bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of Informetrics**, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 959–975, 2017.

ASSOCIATION, American Psychiatric. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5-TR: Texto Revisado. 5a ediçãoed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2023.

AUTISM SPECTRUM DISORDER WORKING GROUP OF THE PSYCHIATRIC GENOMICS CONSORTIUM et al. Identification of common genetic risk variants for autism spectrum disorder. **Nature Genetics**, [s. l.], v. 51, n. 3, p. 431–444, 2019.

BALIAN, Araxi et al. Long-term caries prevention of dental sealants and fluoride varnish in children with autism spectrum disorders: a retrospective cohort study. **Scientific Reports**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 8478, 2022.

BARANOVA, Juliana et al. Autism Spectrum Disorder: Signaling Pathways and Prospective Therapeutic Targets. **Cellular and Molecular Neurobiology**, [s. l.], v. 41, n. 4, p. 619–649, 2021.

BARBOSA, Gabriela Lapa Teles; MÜLLER, Karin. Produção de conteúdo acessível para surdos na web: análise do canal de vídeos Ôxe. Intercom: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, [s. l.], v. 41, p. 153–165, 2018.

BATISTA, Patrícia; PINTADO, Manuela; OLIVEIRA-SILVA, Patrícia. Overview about Oral Films in Mental Disorders. **Pharmaceuticals**, [s. l.], v. 16, n. 8, p. 1063, 2023.

BEVAN, B.; CALABRESE BARTON, A.; GARIBAY, C. Broadening Perspectives on Broadening Participation: Professional Learning Tools for More Expansive and Equitable Science Communication. **Frontiers in Communication**, [s. l.], v. 5, 2020. Disponível em: <https://www.scopus.com/pages/publications/85114658964?inward>.

BEVILAQUA, Diego Vaz et al. Uma análise das ações de divulgação e popularização da ciência na Fundação Oswaldo Cruz. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [s. l.], v. 28, p. 39–58, 2021.

BOMMANGOUDAR, Jyothi S. Management of Autistic Patients in Dental Office: A Clinical Update. **International Journal of Clinical Pediatric Dentistry**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 219–227, 2018.

BORGES, Ana Cláudia Lins. **EDUCAÇÃO DE SURDOS**: a produção de vídeos pelos professores intérpretes de Libras. 2021. [s. l.], 2021.

BÜYÜKKIDIK, Serap. A Bibliometric Analysis: A Tutorial for the Bibliometrix Package in R Using IRT Literature. **Eğitimde ve Psikolojide Ölçme ve Değerlendirme Dergisi**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 164–193, 2022.

CIRIO, Silvia et al. Use of Visual Pedagogy to Help Children with ASDs Facing the First Dental Examination: A Randomized Controlled Trial. **Children**, [s. l.], v. 9, n. 5, p. 729, 2022.

COLLETT, Brent R. et al. Book-Sharing for Toddlers with Clefts (BOOST): Protocol for a randomized controlled trial of a remote intervention to promote language development in children with cleft palate. **PLOS ONE**, [s. l.], v. 19, n. 6, p. e0304630, 2024.

CONNER, Carlin et al. Conducting oral and written language adapted tele-assessments with early elementary-age children with autism spectrum disorder. **Autism & Developmental Language Impairments**, [s. l.], v. 7, p. 23969415221133268, 2022.

CUVO, Anthony J. et al. Training children with autism spectrum disorders to be compliant with an oral assessment. **Research in Autism Spectrum Disorders**, [s. l.], v. 4, n. 4, p. 681–696, 2010.

DA SILVA, Silvana Nunes et al. Oral health status of children and young adults with autism spectrum disorders: systematic review and meta-analysis. **International Journal of Paediatric Dentistry**, [s. l.], v. 27, n. 5, p. 388–398, 2017.

DAWSON, Emily et al. Exploring the politics of science communication research: looking at science communication from a social justice perspective. **Journal of Science Communication International School for Advance Studies**, 2022. Disponível em: <https://www.scopus.com/pages/publications/85143748663?inward>.

DU, Rennan Yanlin et al. Evaluation of visual pedagogy in improving plaque control and gingival inflammation among preschool children with autism spectrum disorder: An interventional study. **International Journal of Paediatric Dentistry**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 89–105, 2021.

DU, R. Y.; YIU, C. K. Y.; KING, N. M. Health- and oral health-related quality of life among preschool children with autism spectrum disorders. **European Archives of Paediatric Dentistry: Official Journal of the European Academy of Paediatric Dentistry**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 363–371, 2020.

DUTTA, Kripa et al. Reducing Fear and Enhancing Aesthetics: Orthodontic Management with Video Self-Modeling in an Adolescent with Autism Spectrum Disorder. **Journal of Health and Allied Sciences NU**, [s. l.], p. s-0044-1788051, 2024.

ELMORE, Jessica L.; BRUHN, Ann M.; BOBZIEN, Jonna L. Interventions for the Reduction of Dental Anxiety and Corresponding Behavioral Deficits in Children with Autism Spectrum Disorder. **Journal of dental hygiene**: JDH, [s. l.], v. 90, n. 2, p. 111–120, 2016.

ESTEVES CAMPOS, Elisabete Ferreira. Ensino, pesquisa, extensão: contribuições da pesquisa-ação. **Actualidades Investigativas en Educación**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 533–551, 2020.

FAGEEH, Hytham N. et al. The Role of Applied Behavior Analysis to Improve Knowledge on Oral Hygiene Practices among Cooperative Autistic Children: A Cross-Sectional Study from Jazan, Saudi Arabia. **International Journal of Dentistry**, [s. l.], v. 2021, p. 1–10, 2021.

FERRAZZANO, G.F. et al. Autism spectrum disorders and oral health status: review of the literature. **European Journal of Paediatric Dentistry**, [s. l.], n. 1, p. 9–12, 2021.

FIGUEIREDO, Leonardo de Oliveira et al. Desafios e impactos do uso da Inteligência Artificial na educação. **Educação Online**, [s. l.], v. 18, n. 44, p. e18234408–e18234408, 2023.

FLORÍNDEZ, Lucía I. et al. Toothbrushing and Oral Care Activities of Autistic and Non-Autistic Latino Children. **Children**, [s. l.], v. 9, n. 5, p. 741, 2022.

GALVÃO, Tássia et al. Scientific Journalism as an Educational Practice: An Experience Report of the Collective Construction of a “Science Clothesline”. **Science Communication**, [s. l.], v. 42, n. 2, p. 265–276, 2020.

GAVINA, Victor Pinheiro. **SAÚDE BUCAL PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS: AVALIAÇÃO DOS CENTROS DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO**. [s. l.], 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/12686>. Acesso em: 31 jul. 2024.

GHARAVI, Matine et al. Effectiveness of two visual-pedagogical methods for toothbrushing skills in autistic children: A randomized clinical trial. **Special Care in Dentistry**, [s. l.], p. scd.13052, 2024.

GREEN, Kayla H. et al. A perspective on enhancing representative samples in developmental human neuroscience: Connecting science to society. **FRONTIERS IN INTEGRATIVE NEUROSCIENCE**, AVENUE DU TRIBUNAL FEDERAL 34, LAUSANNE, CH-1015, SWITZERLANDFRONTIERS MEDIA SA, 2022.

GULER, Arzu Tugce et al. Automating bibliometric analyses using Taverna scientific workflows: A tutorial on integrating Web Services. **Journal of Informetrics**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 830–841, 2016.

HIRAYAMA, Mônica Sayuri. As Transformações Sociais Desencadeadas pela Internet e Redes Sociais nos Universos Analógico e Digital. **Anagrama**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 1–13, 2013.

HUMM, Christian; SCHROEGEL, Philipp. Science for All? Practical Recommendations on Reaching Underserved Audiences. **FRONTIERS IN COMMUNICATION**, AVENUE DU TRIBUNAL FEDERAL 34, LAUSANNE, CH-1015, SWITZERLANDFRONTIERS MEDIA SA, 2020.

HYMAN, Susan L. et al. Identification, Evaluation, and Management of Children With Autism Spectrum Disorder. **Pediatrics**, [s. l.], v. 145, n. 1, p. e20193447, 2020.

IGIĆ, Marija et al. Dental health care for children with autism spectrum disorders. **Acta stomatologica Naissi**, [s. l.], v. 33, n. 76, p. 1786–1792, 2017.

INSTAGRAM. **Caminho Azul no Instagram**: "Palestrante confirmada! [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C9DOXbZpSPW/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

JIMÉNEZ, María Salud; PINO, María José; HERRUZO, Javier. A comparative study of speech development between deaf children with cochlear implants who have been educated with spoken or spoken+sign language. **International Journal of Pediatric Otorhinolaryngology**, [s. l.], v. 73, n. 1, p. 109–114, 2009.

KEITH, Lindsay; KERR, Gary W. Levelling the playing field: lessons from sport on re-framing science engagement as a benefit to the individual. **JCOM-JOURNAL OF SCIENCE COMMUNICATION VIA BEIRUT** 2-4, TRIESTE, 34014, ITALYSCUOLA INT SUPERIORE STUDI AVANZATI-S I S S A-INT SCH ADVANCED STUDIES, 2022.

KWON, Eun Young et al. Effects of Social Stories on Increasing Social Interaction and Engagement of Deaf and Hard of Hearing Students with Autism Spectrum Disorder in Inclusive Settings. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, [s. l.], v. 53, n. 5, p. 1915–1929, 2023.

LAMMERT, Dawn B.; BANG, Jee; STAFSTROM, Carl E. Pearls & Oy-sters: Epilepsy Is a Key Feature of Pediatric-Onset Huntington Disease. **Neurology**, [s. l.], v. 101, n. 20, 2023. Disponível em: <https://www.neurology.org/doi/10.1212/WNL.0000000000207867>. Acesso em: 8 nov. 2024.

LOOMES, Rachel; HULL, Laura; MANDY, William Polmear Locke. What Is the Male-to-Female Ratio in Autism Spectrum Disorder? A Systematic Review and Meta-Analysis. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, [s. l.], v. 56, n. 6, p. 466–474, 2017.

MAENNER, Matthew J. et al. Prevalence and Characteristics of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2018. MMWR. **Surveillance Summaries**, [s. l.], v. 70, n. 11, p. 1–16, 2021.

MAENNER, Matthew J. et al. Prevalence and Characteristics of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2020. MMWR. **Surveillance Summaries**, [s. l.], v. 72, n. 2, p. 1–14, 2023.

MAENNER, Matthew J. et al. Prevalence of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2016. MMWR. **Surveillance Summaries**, [s. l.], v. 69, n. 4, p. 1–12, 2020.

MAHAJAN, Ankit et al. Evaluation of visual pedagogy teaching method for improving oral hygiene practice in children with Autism: An interventional study. **Journal of Education and Health Promotion**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 223, 2023.

MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu De Castro. Science communication in Brazil: A historical review and considerations about the current situation. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, [s. l.], v. 88, p. 1577–1595, 2016.

MENEZES, S. et al. Making science communication inclusive: an exploratory study of choices, challenges and change mechanisms in the United States from an emerging movement. **Journal of Science Communication**, [s. l.], v. 21, n. 5, 2022. Disponível em: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85137648016&doi=10.22323%2f2.21050203&p_artnerID=40&md5=df7bcb46ff1ec98d313bd80138cb0c36.

MONTEIRO, Luana; TORMES, Jiane Ribeiro; MOURA, Luiza Cristina Simplício Gomes de Azevedo. ESTUDO DE CASO: UMA METODOLOGIA PARA PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Ensaios Pedagógicos**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 18–25, 2018.

MORAES, Gabriella Gomes et al. 23 - ENDODONTIA EM PACIENTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: RELATO DE CASO. **Revista Fluminense de Odontologia**, [s. l.], p. 28–29, 2023.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra; PINHO, Isabel; COSTA, António Pedro. How to Operate Literature Review Through Qualitative and Quantitative Analysis Integration?. In: COSTA, António Pedro et al. (org.). **Computer Supported Qualitative Research**. Cham: Springer International Publishing, 2022. (Lecture Notes in Networks and Systems). v. 466, p. 194–210. Disponível em: https://link.springer.com/10.1007/978-3-031-04680-3_13. Acesso em: 3 nov. 2024.

NADKARNI, Nalini M. et al. Beyond the Deficit Model: The Ambassador Approach to Public Engagement. **BIOSCIENCE**. GREAT CLARENDON ST, OXFORD OX2 6DP, ENGLAND OXFORD UNIV PRESS, 2019.

NAGDA, Rahul et al. Oral hygiene practice and home-care challenges in children with autism spectrum disorder in San Francisco: Cross- sectional study. **Special Care in Dentistry**, [s. l.], p. scd.12922, 2023.

NÓBREGA, Juliana Donato et al. Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuária de língua de sinais. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 671–679, 2012.

NORMAN, Geoff. Likert scales, levels of measurement and the “laws” of statistics. **Advances in Health Sciences Education**, [s. l.], v. 15, n. 5, p. 625–632, 2010.

PILEBRO, C.; BÄCKMAN, B. Teaching oral hygiene to children with autism. **International Journal of Paediatric Dentistry**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 1–9, 2005.

PIRANEH, Hedieh et al. Social Story Based Toothbrushing Education Versus Video-Modeling Based Toothbrushing Training on Oral Hygiene Status Among Male Students Aged 7–15 Years Old with

Autism Spectrum Disorders in Tehran, Iran: A Quasi-Randomized Controlled Trial. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, [s. l.], v. 53, n. 10, p. 3813–3824, 2023.

POPPLÉ, Ben et al. Brief Report: Remotely Delivered Video Modeling for Improving Oral Hygiene in Children with ASD: A Pilot Study. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, [s. l.], v. 46, n. 8, p. 2791–2796, 2016.

POSSAS, Thiago Lemos. Estado de Direito e Democracia: a centralidade do conflito. **Revista Direito e Práxis**, [s. l.], v. 11, p. 1029–1057, 2020.

PURDY, David. Plain Words in Construction. **Practice Periodical on Structural Design and Construction**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 55–57, 1996.

RAHMAN, N.F.A. Application of Science Media for Science Communication in a Postgraduate Course to Elicit Emancipation. **International Journal of Interactive Mobile Technologies**, [s. l.], v. 15, n. 23, p. 30–44, 2021.

RAMASSAMY, Eswari et al. Yoga therapy as an adjunct to traditional tooth brushing training methods in children with autism spectrum disorder. **Special Care in Dentistry**, [s. l.], v. 39, n. 6, p. 551–556, 2019.

ROSIN, Mark S. et al. Broadening participation in science through arts-facilitated experiences at a cultural festival. **PloS One**, [s. l.], v. 18, n. 5, p. e0284432, 2023.

SANTANA, Lavínia Mendes et al. PACIENTES AUTISTAS: MANOBRAS E TÉCNICAS PARA CONDICIONAMENTO NO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO. **Revista Extensão & Sociedade**, [s. l.], v. 11, n. 2, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/22820>. Acesso em: 27 fev. 2024.

SÉLLOS RODRIGUES, Amanda; LAGE PESSOA DA COSTA, Flávia; DINIZ MONTEIRO DE BARROS, Marcelo. USO DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA PARA ENFRENTAMENTO DAS FAKE NEWS RELACIONADAS À COVID-19. **e-Mosaicos**, [s. l.], v. 10, n. 25, p. 102–115, 2021.

SHETTY, Amarshree Amarnath; FERNANDES, Delisha Yesudas; HEGDE, Amitha Mahesh. Autism Spectrum Disorder in a Dental Office - A Review. **Journal of Evolution of Medical and Dental Sciences**, [s. l.], v. 10, n. 26, p. 1931–1939, 2021.

SMITH, Derek R.; HAZELTON, Michael. Bibliometrics, citation indexing, and the journals of nursing. **Nursing & Health Sciences**, [s. l.], v. 10, n. 4, p. 260–265, 2008.

SMUTKEEREE, Apiwan et al. The effectiveness of visual pedagogy for toothbrushing in children with autism spectrum disorder. **Journal of International Society of Preventive and Community Dentistry**, [s. l.], v. 10, n. 4, p. 415, 2020.

STEIN DUKER, Leah I. et al. Sensory Adaptations to Improve Physiological and Behavioral Distress During Dental Visits in Autistic Children: A Randomized Crossover Trial. **JAMA Network Open**, [s. l.], v. 6, n. 6, p. e2316346, 2023.

STEIN DUKER, Leah I. et al. Strategies for Success: A Qualitative Study of Caregiver and Dentist Approaches to Improving Oral Care for Children with Autism. **Pediatric Dentistry**, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 4E-12E, 2019.

TANNER, Kerry. Experimental research designs. In: **RESEARCH METHODS FOR STUDENTS, ACADEMICS AND PROFESSIONALS**. [S. l.]: Elsevier, 2002. p. 125–146. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/B9781876938420500150>. Acesso em: 6 nov. 2024.

TAURINES, Regina et al. Using real patients in e-learning: case-based online training in child and adolescent psychiatry. **GMS Journal for Medical Education**; 37(7):Doc96, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.egms.de/en/journals/zma/2020-37/zma001389.shtml>. Acesso em: 8 nov. 2024.

TEIXEIRA, T.O.A. et al. The COVID-19 pandemic and specialized oncology care: An experience report. **Revista Cuidarte**, [s. l.], v. 12, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85110510036&doi=10.15649%2fCUIDARTE.1377&partnerID=40&md5=6c69cff1b5bbe8219496ef8b921e7c44>.

Transtorno do Espectro do Autismo na Odontologia (com interpretação em Libras). [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rPpT7vH7tk8>. Acesso em: 22 jan. 2024.

UBIDO, J.; HUNTINGTON, J.; WARBURTON, D. Inequalities in access to healthcare faced by women who are deaf: Inequalities in access to healthcare. **Health & Social Care in the Community**, [s. l.], v. 10, n. 4, p. 247–253, 2002.

UFF. Odontologia inclusiva: conheça o laboratório que atende pessoas com deficiência em Nova Friburgo. [S. l.], 2023a. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=noticias/18-07-2023/odontologia-inclusiva-conheca-o-laboratorio-que-atende-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 30 jul. 2024.

UFF. Professora do ISNF vai ser homenageada em Friburgo | Instituto de Saúde de Nova Friburgo | UFF. In: 2024a. Disponível em: <https://isnf.uff.br/2024/03/11/professora-do-isnf-vai-ser-homenageada-em-friburgo/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

UFF. Programa de Qualificação Institucional da UFF valoriza técnicos e professores. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=noticias/14-11-2018/programa-de-qualificacao-institucional-da-uff-valoriza-tecnicos-e-professores>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UFF. Saúde c(on) Ciência | Instituto de Saúde de Nova Friburgo | UFF. In: 2023b. Disponível em: <https://isnf.uff.br/scciencia/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UFF. Saúde C(on) Ciência | Instituto de Saúde de Nova Friburgo | UFF. In: 2023c. Disponível em: <https://isnf.uff.br/2023/10/20/saude-con-ciencia/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

UFF. UFF promove oficina sobre escovação de dentes de crianças com TEA | Instituto de Saúde de Nova Friburgo | UFF. In: 2024b. Disponível em: <https://isnf.uff.br/2024/06/20/uff-promove-oficina-sobre-escovacao-de-dentes-de-criancas-com-tea/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

UFRJ. **Divulgação científica:** o que é e qual a sua importância. In: 31 maio 2022. Disponível em: <https://forum.ufrj.br/divulgacao-cientifica-o-que-e/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

USP. **Cultura e extensão, o diálogo da comunidade acadêmica com a sociedade.** [s. l.], 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/cultura-e-extensao-o-dialogo-da-comunidade-academica-com-a-sociedade/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

VALDEZ-WARD, E. et al. ReclaimingSTEM: A healing-centered counterspace model for inclusive science communication and policy training. **Frontiers in Communication**, [s. l.], v. 8, 2023. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85152649798&doi=10.3389%2ffcomm.2023.1026383&partnerID=40&md5=d0cacc53ff24fe523bb7fb7c55bd74e0>.

VILA-CONCEJO, A. et al. Creating communities and communicating science during COVID-19: From Coast2Coast to Coast2Cast. **Continental Shelf Research**, [s. l.], v. 245, 2022. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85132813414&doi=10.1016%2fj.csr.2022.104794&partnerID=40&md5=9cc120cf2780ecdff8e6b4a3f1f4df06>.

WILEY, S.; GUSTAFSON, S.; ROZNIAK, J. Needs of Parents of Children Who Are Deaf/Hard of Hearing With Autism Spectrum Disorder. **Journal of Deaf Studies and Deaf Education**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 40–49, 2014.

WILMSHURST, Jo M. et al. Summary of recommendations for the management of infantile seizures: Task Force Report for the ILAE Commission of Pediatrics. **Epilepsia**, [s. l.], v. 56, n. 8, p. 1185–1197, 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** Planejamento e Métodos. 5a edição. [s. l.]: Bookman, 2014.

YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim.** 1a edição. [s. l.]: penso, 2016.

YOUNG, Alys; ORAM, Rosemary; NAPIER, Jemina. Hearing people perceiving deaf people through sign language interpreters at work: on the loss of self through interpreted communication. **Journal of Applied Communication Research**, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 90–110, 2019.

ZHOU, Ni et al. Social Story Intervention for Training Expected Behaviors among Preschool Children: A Systematic Review and Meta-Analysis. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, [s. l.], v. 21, n. 7, p. 940, 2024.

A INCLUSÃO NAS AULAS DE CIÊNCIAS DO COLUNI-UFF: UMA PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Karine de Oliveira Bloomfield Fernandes

O presente relato tem como objetivo compartilhar a produção de materiais didáticos adaptados para o ensino de Ciências desenvolvidos no Colégio Universitário Geraldo Reis (COLUNI-UFF). Apesar de, desde 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) garantir às pessoas com deficiência o direito de permanência no sistema geral de ensino, a efetiva integração desses alunos ao ambiente escolar regular, como apontado em diferentes estudos, não ocorre na prática (STELLA; MASSABNI, 2019). Diante do desafio, a professora regente da turma do sétimo ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental, elaborou junto aos seus bolsistas, dois materiais para o ensino do conteúdo curricular “fotossíntese”. O primeiro, chamado de “caixa interativa”, tem como foco o ensino dos fatores abióticos necessários às plantas para a realização do processo da fotossíntese. Para isso, foram produzidas cartas com a imagem do Sol, a figura de um regador com água, a foto da fórmula química do gás carbônico e figuras de alimentos como sushi e pizza, que eram presas à caixa. A caixa apresentava dois desenhos de uma mesma planta, elaborados por uma das alunas-bolsistas da Educação Básica, que tinha o semblante ora feliz e possuía o aspecto saudável, ora triste e aspecto doente (com perda das pétalas e mais murcha), a depender do “estímulo” apresentado à planta. O segundo material adaptado interativo elaborado foi a chamada “caixa de Ciências”. Para esse material foram produzidas 20 cartas em papel cartão, que depois das correções foram plastificadas, com perguntas gerais sobre a “fotossíntese” e sobre o tema “morfologia vegetal”. No verso, as cartas coloridas apresentavam as respostas, que vinham com imagens para facilitar o entendimento de uma das alunas que não era alfabetizada. As cartas traziam perguntas como: “Qual parte da planta liga a raiz às folhas?”; “Qual o nome do alimento da planta?”. Para que a carta pudesse cair com a resposta voltada para cima, foi pensado um mecanismo interno por outra bolsista do projeto. A caixa foi concebida para ser um material didático que possa ser utilizado para contemplar outros conteúdos curriculares de Ciências, bastando para isso a produção de novas cartas. No dia planejado, os materiais adaptados ficaram em duas mesas diferentes e as três alunas foram separadas ficando uma sozinha e as outras duas formaram uma dupla. Elas rodaram pelas mesas, como se fossem “estações de aprendizagem”, ficando a cargo dos bolsistas e mediadoras interagirem com as alunas, instigando-as a interagirem com os materiais. Cabia à professora regente resgatar os conteúdos ou até mesmo ensiná-los novamente, respeitando o tempo da aprendizagem de cada indivíduo. As estudantes se envolveram nas atividades propostas, mostrando interesse na compreensão do mecanismo da “caixa de ciências”, demonstrando o entendimento dos comandos realizados durante a atividade, assim como a aprendizagem dos conteúdos propostos. Desse modo, a manipulação dos materiais permitiu que as alunas apresentassem foco nas atividades ao aproximar-las do concreto. Além de ter sido possível a percepção sobre as habilidades e limites das estudantes. Pela experiência vivida e aqui relatada conclui-se que a utilização de materiais didáticos em seus mais variados tipos compõe o ambiente da aprendizagem, que desperta no aluno o interesse, o que favorece o desenvolvimento da capacidade da percepção, além de propiciar informações que concretizem os conteúdos expostos (QUIRINO, 2011).

Palavras-chave: Currículo de Ciências; Materiais Didáticos; Educação Básica; Processo de Ensino-aprendizagem.

Referências

STELLA, L. F.; MASSABNI, V. G. Ensino de ciências biológicas: materiais didáticos para alunos com necessidades educativas especiais. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 25, n. 2, p. 353-374, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/cKGN5zGwbT9p5tZVXYCH5Nm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2025.

QUIRINO, V. L. **Recursos didáticos**: Fundamentos da utilização, 2011. TCC (Geografia). Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Campina Grande-PB. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2278/1/PDF%20-20Valker%20Lopes%20Quirino.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

DIVERSIDADE, INCLUSÃO E ENSINO: RELATO DE ATUAÇÃO DOCENTE EM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFF

Fagner Henrique Guedes Neves¹

Este relato aborda de modo crítico-reflexivo meu primeiro ano de experiência como professor do quadro permanente de um programa de pós-graduação *stricto sensu* da UFF. Tal atuação articula-se a um histórico marcado por compromissos com a interculturalidade, os direitos humanos, a reflexividade crítica sobre a docência e a inclusão social de identidades minoritárias por meio de práticas de ensino.

Os principais pressupostos que têm orientado esse percurso estão na dialética entre o estabelecido e o desejável. Por um lado, o cenário contemporâneo, em que fenômenos como xenofobia, racismo, sexismos, homofobia, capacitarismo, etarismo e intolerância a ideias e crenças são cada vez mais alarmantes. Na lógica tecnocrática do capitalismo e na cultura da efemeridade vivenciada no ciberespaço e das respostas ágeis e simplistas dos algoritmos, avançam as restrições às possibilidades de engajamento em processos de socialização comuns. Desigualdades e exclusões são assim reforçadas. Um contraponto possível é a (re)construção de mentalidades conformadas com o *status quo* por meio de espaços e processos de ensino.

Aposta esta que se sustente no livre e amplo diálogo entre todos os sujeitos e culturas, mediado pela autonomia do pensar e agir em prol da inclusão, da diversidade e dos direitos humanos.

A partir dessas premissas, o relato concebe o trabalho docente universitário como práxis investigativa. Em especial, explora a seguinte questão: *Como a atuação como membro do quadro permanente de um programa de pós-graduação stricto sensu da UFF pode converter-se num espaço e processo de pesquisa e formação profissional voltado à inclusão, interculturalidade e reflexividade crítica?* Proposta que se justifica não apenas diante do histórico destacado como também do debate acadêmico e da patente necessidade da inclusão social de todas as identidades sociais e culturais – tendo no ensino superior uma instância propícia.

O relato tem como seu principal objetivo investigar a atuação docente no programa como espaço e processo de formação profissional. Conveio identificar as propostas e ações desenhadas no primeiro ano de atividade, analisando alguns de seus mais importantes significados perante o debate proposto e propondo novas práticas a partir da realidade vivenciada.

Para tanto, está em cena um desenho metodológico de natureza qualitativa e participativa assentado no materialismo histórico-dialético. Uma proposta que visa construir uma práxis profissional, colocando em reflexão crítica fatos e processos vivenciados para aprimorar seu andamento cotidiano. Nesse caminho, o planejamento e realização de práticas de ensino e de sessões de orientação individual e coletiva, aliados a observações diretas com diário de campo e análises de conteúdo, revelam-se fontes de valor inestimável.

¹ Graduado em Ciências Sociais e Filosofia (UFF). Doutor em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. Servidor técnico-administrativo do Instituto de Saúde Coletiva da UFF. Professor do quadro permanente do Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão do Instituto de Biologia da UFF. Professor da Fundação Cecierj. Vice-líder do Núcleo de Estudos em Saúde, Educação e Diversidade (NESED/UFF).

O ingresso no programa de pós-graduação teve como propósito explorar ideias e práticas em favor da inclusão étnico-racial – campo no qual atuo fora da UFF. Por outro lado, duas orientações assumidas colocaram-me diante da inclusão da pessoa no Transtorno do Espectro Autista (TEA), atuando em debate ainda pouco conhecido para mim. Mesmo assim, são buscadas aproximações interseccionais, explorando aí o racismo e o capacitismo como processos conexos de desigualdade e exclusão. Esses esforços norteiam outras atividades no programa.

As orientações representam, ainda, desafios de natureza institucional. Numa das orientações, foi preciso redesenhar uma pesquisa no meio do caminho, após o descredenciamento do orientador anterior. O estudo versa sobre uma capacitação de professores de uma escola na Região Serrana do Rio de Janeiro em torno do ensino inclusivo a estudantes no espectro do TEA, considerando aportes teóricos da Neurociência. Noutra orientação, cabe contribuir com a capacitação do corpo técnico-administrativo, no âmbito do Programa de Qualificação Institucional (PQI/UFF). Por sua vez, o projeto vislumbra a possibilidade de contribuir a uma formação de servidores técnico-administrativos que trabalhem em coordenações de cursos de graduação que lhes permita atender de maneira mais inclusiva estudantes inseridos no TEA. Também assumi coorientação em programa de Doutorado na UFF, em proposta de estudo que trata de política pública de inclusão da pessoa idosa num município do Grande Rio. Todos estes projetos estão em avaliação em Comitê de Ética.

Paralelamente, dediquei-me a atividades de ensino, tais como uma disciplina obrigatória de Metodologia Científica e um curso internacional, também na mesma área, oferecido em parceria da UFF com uma universidade angolana. No corrente período, tenho atuado numa disciplina metodológica e ministrarei uma disciplina optativa acerca de um tópico especial sobre ética, inclusão social e ensino. Estas são ocasiões de significativo potencial dialógico e mutuamente construtivo, nas quais oportunidades para dois pilares da inclusão – as aprendizagens colaborativas e o trabalho em equipe – são exploradas. As atividades são pensadas em interface com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) pertinentes à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, com ênfase neste: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

A atuação no Programa também envolve uma dimensão político-administrativa, abarcando práticas deliberativas no Colegiado de Curso e avaliações em certames e periódicos classificados no Qualis/CAPES. Mais uma vez, a experiência mostra a importância da dialogicidade e da negociação acerca de uma agenda comum, o compromisso com a inclusão de mais sujeitos e culturas. Propostas têm sido oferecidas a tal coletivo, como a organização de livro (no prelo), outras produções bibliográficas e, possivelmente, produtos audiovisuais de divulgação científica.

Em suma, a experiência relatada tem, pelo menos, dois significados dialéticos. Um deles é o confronto de um cenário de desigualdade e exclusão e a prática de pesquisa e ensino inclusivo como contrapontos. Outro enfoque possível é a oposição entre um conjunto de saberes docentes prévios à experiência e os desafios enfrentados. Espera-se que novos ciclos de ações e reflexões venham a aprimorar ainda mais tal práxis profissional explorando essas duas dialéticas em favor da política pedagógica inclusiva da Universidade.

Enfim, a atuação num Programa de Pós-Graduação da UFF é uma prática de formação docente de caráter crítico-reflexivo que pode impactar espaços, relações e atores na direção de valores como a inclusão e a interculturalidade. Este é o ponto de encontro entre a experiência vivida e o futuro desejado, no melhor interesse de uma (re)construção de mentalidades em prol de uma pauta humanística urgente.

Palavras-chave: Inclusão; Diversidade; Ensino; Docência no Ensino Superior.

Referências

- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, P. CHAMBORDEDON, PASSERON, J. C. **Ofício de sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- COLLINS, D. H. BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- ELLIOTT, J. **Action research for educational change**. Buckingham: Open University Press, 1991.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.
- KOPENAWA, D. ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Cia das Letras, 2016.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**. Nova York, 2015.
- PIMENTA, S. G. GHEDIN, E (Orgs). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2005.
- POUPART, J (Org). **A pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- QUEIROZ, P. P. (Org.). **Ensino, Saúde e Inclusão**: olhares e reflexões. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.
- QUIVY, R. MARQUET, J, CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2017.
- SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- STAINBACK, W. STAINBACK, S. **Inclusão**: um guia para os educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 21 – 34.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- ZABALA, A. **A prática educativa**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DIAGNÓSTICO DA ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: UM ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Ana Paula Lima dos Santos

Este trabalho é um pequeno recorte da tese da autora defendida no PPCCI desta universidade e integra o Eixo – Inclusão, Diversidade e Direitos Humanos e discute a acessibilidade informacional e comunicacional nas bibliotecas universitárias da Universidade Federal Fluminense (UFF). A pesquisa contribui para o debate sobre políticas de inclusão em ambientes acadêmicos, em consonância com a Agenda 2030 e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), ao problematizar de que forma as bibliotecas podem garantir o direito à informação para pessoas com deficiência. O estudo, recorte de uma tese de doutorado, baseia-se no *checklist* da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) e nas diretrizes do *The World Wide Web Consortium* (W3C), propondo recomendações para políticas institucionais de informação acessível.

Segundo o IBGE (2023), mais de 18,6 milhões de brasileiros convivem com algum tipo de deficiência, o que exige da sociedade e das instituições públicas ações inclusivas. A LBI (Lei nº 13.146/2015) estabelece diretrizes para remover barreiras arquitetônicas, tecnológicas, comunicacionais e informacionais. Para González de Gómez (2002), as políticas de informação devem garantir equidade de acesso e participação social. No campo bibliotecário, a FEBAB (2018) e autores como Babalola e Haliso (2011) defendem a responsabilidade das bibliotecas em assegurar a democratização do conhecimento. Apesar de avanços na acessibilidade arquitetônica, ainda são frágeis as práticas que garantem inclusão informacional, como sites, catálogos e acervos digitais acessíveis. Nesse sentido, o conceito de regime de informação (Santos, 2024) ajuda a compreender a necessidade de políticas integradas de acessibilidade. O estudo tem como objetivos principais a avaliação da acessibilidade comunicacional e informacional das bibliotecas da UFF; a identificação de barreiras existentes nos serviços e acervos digitais; a verificação da aderência dos catálogos e sites às diretrizes de acessibilidade da FEBAB e do W3C e propor recomendações para uma política institucional de informação acessível que contemple recursos humanos, tecnológicos e normativos.

A pesquisa adota abordagem qualitativa e documental. Utilizou-se o checklist de acessibilidade elaborado pela FEBAB, inspirado em Nicoletti (2013), que contempla oito categorias de acessibilidade. Neste recorte, o foco recaiu sobre barreiras comunicacionais e informacionais. Entre janeiro e março de 2024, a autora realizou análise manual dos sites e catálogos das bibliotecas da UFF, classificando os itens conforme “Sim”, “Não” ou “Parcialmente”. Complementarmente, foram examinados relatórios institucionais, o Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU/SDC) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UFF).

A análise revelou baixa aderência das bibliotecas às práticas de acessibilidade digital. Observou-se prioridade nas adaptações arquitetônicas, enquanto aspectos comunicacionais e informacionais permanecem pouco desenvolvidos. O *checklist* mostrou falhas como: ausência de materiais táteis ou sonoros para obras visuais; formulários não disponíveis em braile ou versão ampliada; catálogos *online* sem plena compatibilidade com leitores de tela; e regulamentos acessíveis apenas em formato digital comum. Ainda que parcialmente atendidos, itens como e-books, audiodescrição e serviços sob demanda apontam caminhos para avanços.

Os documentos institucionais analisados (PDI 2018-2022; PDU/SDC 2021-2023) confirmam a carência de políticas específicas de acessibilidade informacional, destacando-se apenas referências pontuais à aquisição de materiais digitais. Isso demonstra uma concepção restrita de acessibilidade, limitada ao espaço físico. A literatura reforça que a inclusão depende também de profissionais capacitados e políticas de informação articuladas (Albagli, 1999; González de Gómez, 2002). O investimento em Tecnologias Assistivas sem formação adequada dos bibliotecários compromete a efetividade das ações. Para sanar essas questões, a Superintendência de Documentação (SDC) criou em 24 de janeiro, por meio da Determinação de Serviço n. 8 de 2025, o Grupo de Trabalho (GT) de Acessibilidade, lugar em que tem sido discutido e pensado políticas para as bibliotecas da UFF.

As bibliotecas universitárias da UFF apresentam avanços em acessibilidade arquitetônica, mas permanecem defasadas na dimensão informacional e comunicacional. Persistem barreiras em sites, catálogos e acervos digitais, o que compromete o pleno exercício do direito à informação por pessoas com deficiência. Recomenda-se que a universidade formule uma política de informação acessível que envolva: (i) capacitação continuada dos profissionais; (ii) revisão das diretrizes de desenvolvimento de coleções, assegurando formatos acessíveis; (iii) implementação de planos institucionais de acessibilidade; e (iv) integração de recursos humanos e tecnológicos.

O *checklist* da FEBAB mostrou-se uma ferramenta eficiente para diagnóstico e planejamento, com potencial de ser replicada em outras instituições. Ao alinhar-se à Agenda 2030, a pesquisa reforça o papel das bibliotecas como agentes de inclusão social e justiça informacional. Assim, consolidar práticas de acessibilidade comunicacional e informacional é condição fundamental para garantir a democratização do conhecimento no ensino superior e, com a criação do GT, a gestão das bibliotecas possui as ferramentas necessárias para sanar essas demandas.

Palavras-chave: Acessibilidade Informacional; Biblioteca Universitária; Inclusão Social; Pessoas com Deficiência; Política de Informação.

Referências

- ALBAGLI, Sarita. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (ed.). **Globalização e inovação localizada**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.
- BABALOLA, Y. T.; HALISO, Y. Library and Information Services to the Visually Impaired. **Canadian Social Science**, v. 7, n. 1, p. 140-147, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.
- FEBAB. Bibliotecas por um mundo melhor – Agenda 2030. São Paulo, 2018.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002.
- IBGE. **Pessoas com deficiência** – PNAD 2022. Brasília: IBGE, 2023.
- NICOLETTI, T. F.; MORO, E. L. S.; ESTABEL, L. B. Acessibilidade em bibliotecas: *checklist*. **XXV CBBD**, 2013.

SANTOS, A. P. L. **Inclusão, acessibilidade comunicacional e informacional em bibliotecas universitárias**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – UFF, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Relatório de Gestão 2018–2022**. Niterói: UFF, 2023.

LIBRAS COMO DIREITO: AVANÇOS E RETROCESSOS NA INCLUSÃO DA PESSOA SURDA

Giovana Cristina de Campos Bezerra

O presente relato de experiência insere-se no eixo temático Inclusão, Diversidade e Direitos Humanos, ao discutir os efeitos práticos da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005 na consolidação da Libras como direito linguístico e instrumento de inclusão social da pessoa surda no contexto universitário. A experiência relatada tem origem na atuação extensionista e docente em um programa institucional que visa promover a acessibilidade comunicacional para estudantes surdos. A relevância do trabalho reside na proposição de práticas inclusivas, voltadas à valorização da Libras enquanto língua de instrução, além de denunciar os retrocessos provocados por políticas educacionais que desconsideram a especificidade linguística e cultural da comunidade surda. A base teórica fundamenta-se nos estudos de Skliar (1998), Quadros e Schmiedt (2006) e Strobel (2008), que tratam da surdez em uma perspectiva socioantropológica e defendem a constituição de identidades surdas em contextos bilíngues. Além disso, recorre-se à noção de direito linguístico (Gesser, 2009), compreendendo que a Libras não é apenas um meio de comunicação, mas um marcador identitário que deve ser garantido em todas as esferas públicas, especialmente na educação superior. O objetivo principal deste relato é apresentar as ações implementadas para garantir a presença da Libras em práticas institucionais na universidade, bem como analisar os limites e desafios enfrentados no processo. Entre os objetivos específicos, destacam-se: a) Analisar a efetividade das políticas linguísticas institucionais voltadas à inclusão de surdos; b) Apontar práticas exitosas de acessibilidade comunicacional no ensino, pesquisa e extensão; c) Identificar retrocessos que comprometam a permanência e a aprendizagem dos estudantes surdos. A metodologia utilizada é qualitativa, do tipo pesquisa participante, articulada à atuação como professor e extensionista em projetos institucionais. Foram utilizados registros de reuniões pedagógicas, relatórios de acompanhamento de estudantes surdos, entrevistas com intérpretes de Libras, professores e alunos surdos, bem como observações de aulas bilíngues e atendimento no Núcleo de Acessibilidade da universidade. O recorte temporal compreende os anos de 2022 a 2024. As ações desenvolvidas, como a formação continuada de docentes em Libras, a presença de intérpretes em espaços além da sala de aula e a oferta de disciplinas em modalidade bilíngue, mostraram impactos positivos na permanência e no rendimento acadêmico dos estudantes surdos. No entanto, persistem desafios estruturais, como a insuficiência de profissionais fluentes em Libras, a descontinuidade de políticas públicas com mudanças de gestão e a ausência de materiais didáticos bilíngues. Constatou-se que a defesa da Libras como direito linguístico ainda é fragilizada por concepções medicalizantes e integradoras que negam a especificidade cultural da surdez. A análise revelou avanços pontuais, mas também evidenciou retrocessos na efetivação plena da inclusão. A experiência relatada demonstra que, apesar dos marcos legais que reconhecem a Libras como língua oficial da comunidade surda, a sua efetiva implementação como direito linguístico e ferramenta de inclusão ainda encontra barreiras na prática universitária. É urgente fortalecer políticas institucionais que garantam a educação bilíngue, a formação docente adequada e a valorização da identidade surda. A permanência de estudantes surdos na universidade depende diretamente do compromisso com práticas inclusivas e da consolidação de um ethos institucional que respeite a diferença como direito.

Palavras-chave: Libras; Inclusão; Direitos Linguísticos; Surdez; Educação Bilíngue.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

GESSER, Audrei. **Libras? que língua é essa?** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, R. M. de.; SCHMIEDT, M. L. P. **Idéias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SKLIAR, Carlos. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: EdUFSC, 2008.

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS LINGUÍSTICOS DA PESSOA SURDA NO BRASIL

Giovana Cristina de Campos Bezerra

Valdicley Pereira Campos

Sailloane Alandia Soares Simão

A efetivação dos direitos linguísticos da pessoa surda nas universidades brasileiras tem avançado, porém ainda enfrenta entraves estruturais e culturais. Este relato descreve uma experiência universitária voltada à implementação de ações que reconhecem a Libras como primeira língua da pessoa surda, contribuindo com o eixo temático "Inclusão, Diversidade e Direitos Humanos". As iniciativas descritas evidenciam o impacto positivo de práticas institucionais que promovem acessibilidade, pertencimento e justiça linguística. A base legal brasileira, composta pela Lei nº 10.436/2002 e pelo Decreto nº 5.626/2005, estabelece o reconhecimento da Libras como meio de comunicação legítimo. No entanto, a presença da norma jurídica não garante a transformação das práticas pedagógicas. Segundo Skliar (1998), é necessário abandonar a lógica da normalização e valorizar as diferenças linguísticas como constitutivas da identidade surda. A universidade, como espaço de produção de saberes, deve assumir a responsabilidade de garantir não apenas acesso, mas também permanência e protagonismo surdo em seus processos formativos. Apresentar práticas desenvolvidas em uma universidade pública voltadas à garantia dos direitos linguísticos da pessoa surda, analisando seus impactos na formação docente, na permanência estudantil e na construção de uma ambiência bilíngue institucional. Trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa, fundamentado em observação participante, análise documental e coleta de depoimentos informais de estudantes surdos. Foram sistematizadas ações como a presença de intérpretes em tempo integral, realização de eventos bilíngues, produção de materiais visuais acessíveis e oferta de formação continuada em Libras para docentes e servidores. As práticas analisadas revelaram mudanças significativas na rotina acadêmica e na percepção institucional sobre os direitos da comunidade surda. Estudantes relataram maior autonomia, participação em atividades acadêmicas e melhora na comunicação com professores e colegas. A formação dos docentes mostrou avanços, ainda que desiguais, quanto ao uso da Libras em sala de aula. A realização de seminários bilíngues e grupos de estudos visuais fortaleceu o protagonismo surdo e ampliou os espaços de uso da Libras na universidade. O fortalecimento dos direitos linguísticos da pessoa surda depende da articulação entre legislação, políticas institucionais e práticas cotidianas. A experiência demonstrou que ações sustentadas e construídas com a participação da comunidade surda são fundamentais para a consolidação de uma universidade bilíngue. Avançar nessa direção exige investimento em formação, contratação de profissionais surdos, acessibilidade atitudinal e reconhecimento da Libras como língua de instrução e produção de conhecimento.

Palavras-chave: Pessoa Surda; Direitos Linguísticos; Educação Superior; Libras; Inclusão.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

SKLIAR, Carlos. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

“ESSA DOR NÃO TEM NOME”: O QUE APRENDEMOS COM OS DISCURSOS DO JULGAMENTO DO CASO MARIELLE FRANCO

Silvia Gomes de Sousa
Priscila Rocha Vicente
Natália de Vasconcellos Ceccopieri Santos

Introdução

A violência sofrida por mulheres é uma questão estrutural que atravessa contextos sociais, culturais e históricos diversos, refletindo desigualdades de gênero que permanecem profundamente arraigadas nas sociedades contemporâneas.

Inserida nesse espectro está a noção de **violência simbólica**, elaborada por Pierre Bourdieu, que se refere à imposição de significados, valores e representações capazes de naturalizar e legitimar desigualdades sociais. Essa forma de violência, frequentemente invisibilizada, se sustenta justamente na ausência de reconhecimento de sua existência, ao operar de modo a levar os grupos subalternizados a internalizarem sua posição de marginalização como natural e inevitável.

É nesse cenário de violências — explícitas e simbólicas, físicas e institucionais — que emerge a figura de **Marielle Franco**. Mulher, negra, lésbica, mãe e oriunda da periferia do Rio de Janeiro, Marielle construiu um percurso de resistência a partir da educação. Tornou-se socióloga pela PUC-Rio, mestre em Administração Pública pela UFF e, posteriormente, vereadora da cidade do Rio de Janeiro, eleita em 2016 com 46.502 votos. Sua trajetória política esteve profundamente ancorada na defesa da inclusão, da diversidade e dos direitos humanos, e sua própria biografia encarnava a articulação dessas pautas.

O assassinato de Marielle, ocorrido em 14 de março de 2018, constitui um marco histórico e simbólico. O presente trabalho toma como foco os depoimentos de **Marinete da Silva** e **Mônica Benício**, respectivamente mãe e companheira de Marielle, durante o julgamento do caso. Suas falas evidenciam como memórias, afetos e resistências se entrelaçam na reconstrução pública da figura de Marielle Franco, destacando a importância da inclusão, da diversidade e da luta por direitos humanos.

A trajetória de Marielle Franco, quando relacionada às políticas públicas, evidencia como inclusão, diversidade e direitos humanos podem e devem ser incorporados ao planejamento e à execução das ações da UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, visto ter sido ela bolsista do PPGAd (Programa de Pós-Graduação em Administração) e afirmar em sua dissertação a importância de tal incentivo para a conclusão do Mestrado.

Fundamentação

O conceito de interseccionalidade, segundo o exposto por Collins e Bilge (2020), que o determina como múltiplas categorias sociais — como raça, classe, gênero e sexualidade — se interconectam,

tendo influência tanto nas estruturas de poder quanto nas vivências cotidianas, oferecendo uma lente crítica para compreender a complexidade das desigualdades.

Assim, a discriminação interseccional coloca em primeiro plano as dimensões raciais e/ou de gênero, que são parte da estrutura social e fatores que contribuem para a produção da subordinação” (Rezende & Andrade, 2023, p.4).

Objetivos principais

O objetivo central do presente trabalho é analisar a articulação dos marcadores identitários de gênero, raça e sexualidade, nos depoimentos de Marinete Silva e Mônica Benício durante o julgamento do caso Marielle Franco a partir de uma análise que destaca a inclusão e a diversidade.

Metodologia aplicada

A pesquisa qualitativa permite explorar em profundidade os significados atribuídos aos eventos e as implicações simbólicas das estruturas de opressão e resistência (Minayo, 2012).

Optou-se pela abordagem qualitativa devido à sua ênfase na compreensão de fenômenos sociais em seus contextos históricos e culturais (Denzin & Lincoln, 2011). Essa abordagem metodológica também é especialmente eficaz para investigar narrativas e interpretações de sujeitos sociais sobre eventos marcantes, permitindo captar aspectos subjetivos e simbólicos que escapam a métodos quantitativos (Guba & Lincoln, 1994).

Análise e discussão dos resultados

Dentro das etapas do estudo, foi realizada uma familiarização dos dados com leitura dos materiais coletados, identificando elementos recorrentes e destacando aspectos que dialogam diretamente com os objetivos da pesquisa.

Gênero

“Aquela mulher também era um símbolo dentro daquela família”

Depoimento Marinete Silva

Minutagem: 01:56:12

Deste modo, a utilização do gênero como categoria analítica evidencia a desigualdade entre os sexos em diversas relações sociais e de poder. Além disso, ela questiona o patriarcado e sua hegemonia de dominação. Mais ainda, o conceito de gênero desafia o padrão cultural socialmente construído em torno do sexo feminino e a homogeneização das características atribuídas ao “ser mulher”.

Identidade racial

“O partido não tinha nenhuma mulher negra como candidata e ela chegou”

Depoimento Marinete Silva

Minutagem: 01:51:28 3

Ao realizarmos um recorte racial, o debate é ainda mais revelador, visto que as mulheres negras são mais impactadas com a sub-representação em cargos políticos, resquício do processo de tardia abolição da escravatura no Brasil, sem reparação racial histórica ou indenização à altura dos impactos nefastos desse crime contra a humanidade.

A fala de Marinete Silva, ao sintetizar uma dor pessoal se conecta com a realidade de outras mães, que também tem seus filhos mortos por agentes do Estado, sem sua devida condenação, seja pela invasão inconsequente nas comunidades ou diante de balas perdidas que repetidamente vemos estampados nas capas dos jornais.

Orientação Sexual

“a gente descobriu nossa sexualidade juntas, a gente nem questionava a natureza da orientação sexual ali”

Depoimento Mônica Benício

Minutagem: 02:49:05

No depoimento da viúva, quando ela relata que ambas descobriram sua sexualidade juntas, sem questionar sua natureza, há um rompimento explícito com a normatividade que exige uma coerência entre sexo, gênero e desejo.

Conclusão

O presente trabalho pretendeu refletir sobre as questões de gênero, identidade racial e orientação sexual a partir dos depoimentos dados pela mãe e companheira de Marielle Franco. A análise da trajetória de Marielle Franco permite compreender como os princípios de inclusão e diversidade se materializam tanto em sua biografia quanto em sua atuação política e acadêmica. Sua presença nos espaços institucionais de poder rompeu barreiras impostas por estruturas históricas de exclusão e evidenciou a urgência de políticas públicas capazes de reconhecer e valorizar a pluralidade de sujeitos e experiências sociais.

Esse artigo também é um exercício de afirmação, memória e semente da vereadora para que se possa florescer novas Marielles, como trouxe o depoimento de Mônica Benício: "para que Marielles possam existir na sua potência com segurança" (Minutagem 02:57:00).

Palavras-chave: Marielle Franco; Violência Simbólica; Diversidade; Gênero.

Referências

Bourdieu, P. (1998). **O poder simbólico**. Bertrand Brasil.

Collins, P. H.; Bilge, S. (2020). **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo.

Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2011). ***The SAGE Handbook of Qualitative Research***. SAGE Publications.

Guba, E. G. & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (orgs.). ***Handbook of qualitative research*** (105–117). Sage Publications.

Minayo, M. C. (2012). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. (14. ed). Hucitec.

Rezende, A. F. & Andrade, L. F. S. (2023). Racismo, sexismo e resquícios do escravismo em anúncios de empregos. **Cadernos Ebape.br**, 21(3), 1–14. <https://doi.org/10.1590/1679-395120220036>

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. (2024). **Caso Marielle Franco**: Julgamento de Ronnie Lessa e Élcio Queiroz - IV Tribunal do Júri. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=d0QxfocLY7E&t=6280s>.

ENSINO INCLUSIVO NA UFF: CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATENDIMENTO A ESTUDANTES COM TEA

Elaine de Moura Melo¹

Fagner Henrique Guedes Neves²

Introdução

Este trabalho apresenta um projeto de pesquisa que visa capacitar servidores técnico-administrativos da Universidade Federal Fluminense (UFF) para o atendimento inclusivo de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Insere-se no eixo temático de **Inclusão, Diversidade e Direitos Humanos**, contribuindo ao propor uma intervenção direta na rotina universitária, alinhada com a missão institucional da EGGP/UFF de formar agentes públicos aptos a lidar com diversidade. Ao articular teoria, política e prática, o estudo busca avançar no entendimento das demandas específicas do TEA e melhorar a qualidade de suporte oferecido no nível superior, ampliando a eficácia das políticas públicas de inclusão.

Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica apoia-se na concepção de TEA como espectro de singularidades cognitivas e comportamentais que exigem adaptações pedagógicas e administrativas (OPAS, 2024; Stainback & Stainback, 1999). Adota-se o **Ciclo de Políticas Públicas** de Mainardes (2006) para analisar as etapas de formulação, implementação e avaliação das diretrizes inclusivas na UFF. Complementa-se o arcabouço com os princípios éticos transformadores de Mantoan (2004), que defende a diferença como recurso pedagógico, e com a metodologia de análise documental crítica de Cellard (2012). A Lei Berenice Piana (Lei 12.764/2012) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) embasam a discussão jurídica, reforçando o direito ao acesso e permanência de pessoas com TEA no ensino superior.

Objetivos

Geral: Realizar curso de capacitação com servidores técnico-administrativos da Universidade Federal Fluminense para oferecer atendimento mais eficaz, humanizado e inclusivo a estudantes com TEA. **Específicos:** Identificar o ciclo de políticas inclusivas aplicadas a estudantes com TEA na UFF; planejar um curso de capacitação direcionado aos servidores técnico-administrativos lotados nas coordenações de curso de graduação da UFF; elaborar um curso de capacitação com servidores técnicos-administrativos lotados nas coordenações de curso de graduação da UFF; avaliar o impacto do curso em comparação aos achados da etapa diagnóstica, visando aprimoramentos futuros.

¹ Técnica em Assuntos Educacionais na Escola de Governança e Gestão Pública/PROGEPE. Mestranda do Programa profissional em Diversidade e Inclusão/Instituto de Biologia-UFF. Orcid.: 0009-0004-7035-1591; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8211217678174821>.

² Doutor em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz, Pós doc. em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz. Professor do curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense. Orcid.: 0000-0002-7990-6299; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3358963897702653>.

Metodologia

Adota-se uma abordagem **qualiquantitativa e participativa**, fundamentada na **pesquisa-ação** (Thiollent, 2011) e no ciclo de políticas públicas de Mainardes (2006). O projeto organiza-se em três fases: **Diagnóstica**: revisão bibliográfica e documental (leis, PDI da UFF, sites da SAI e UFF Acessível); entrevistas semiestruturadas com gestores; aplicação de questionários a técnicos-administrativos e estudantes com TEA; **Interventiva**: planejamento colaborativo e execução do curso remoto, com encontros síncronos por videoconferência e atividades assíncronas no *Google Classroom*, seguindo padrões pedagógicos da EGGP; **Avaliativa**: uso de instrumentos de avaliação (questionários pós-curso, observações e grupos focais) e aplicação da análise documental crítica de Cellard (2012) para comparar práticas antes e depois da capacitação. O caráter remoto do curso visa ampliar a participação de servidores de diferentes campi, flexibilizar horários e reduzir custos. Todos os procedimentos seguirão normas éticas (Resolução CNS nº 510/2016; LGPD) e contarão com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

Resultados

Como o levantamento de campo ainda não foi iniciado, a discussão baseia-se em evidências da literatura e no diagnóstico documental: **Conhecimento Prévio**: espera-se confirmar lacunas nos saberes dos servidores sobre o TEA, frequentemente pautados em abordagens assistencialistas; **Capacitação**: prevê-se que o curso estimule a apropriação de práticas de comunicação clara, flexibilidade curricular e uso de tecnologia assistiva; **Impacto Institucional**: antecipa-se maior integração entre a SAI, coordenações de curso e EGGP para formalizar protocolos de atendimento; **Sustentabilidade**: o caráter participativo da pesquisa-ação deve fomentar cultura colaborativa, garantindo que o processo de reflexão-ação-reflexão perdure após a intervenção. Esses resultados projetados apontam para um avanço na conscientização institucional e no desenvolvimento de rotinas inclusivas, preparando o terreno para a avaliação empírica pós-curso.

Considerações Finais

O projeto pretende não apenas preencher lacunas de conhecimento, mas fomentar uma cultura institucional de inclusão proativa no ensino superior. Ao combinar pesquisa-ação e ciclo de políticas, promove-se um processo contínuo de reflexão, intervenção e avaliação, alinhado à marcos legais e éticos. A capacitação de servidores técnico-administrativos emerge como estratégia central para viabilizar práticas inclusivas efetivas, contribuindo para ambientes universitários mais equitativos. A consolidação de rotinas de atendimento sensível às necessidades dos estudantes com TEA fortalecerá o compromisso social e pedagógico da UFF, representando passo significativo rumo a uma universidade de portas abertas à diversidade.

Palavras-Chave: **Educação Inclusiva; Ensino Superior; Transtorno do Espectro Autista.**

Referências

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 28 dez. 2012.

- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- CELLARD, A. A análise documental. *In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295–316.
- MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47–69, jan./abr. 2006.
- MANTOAN, M. T. E. O direito à diferença nas escolas. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 23, p. 17–23, 2004.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Transtorno do Espectro Autista**. [Brasília, DF]: OPAS, [20--?]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: ArtMed, 1999.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INTERVENÇÕES NO SERVIÇO PÚBLICO PARA O INDIVÍDUO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: PLANO DE TRABALHO INDIVIDUALIZADO

Cíntia Beatriz Duarte Pereira¹

Diana Negrão Cavalcanti²

Introdução

O objetivo é refletir sobre um plano de trabalho individualizado no serviço público para indivíduos com TEA baseando-se nas legislações pertinentes como a Constituição da República Federativa do Brasil, Lei n.º 8.112/90 e teóricos da área, pelo viés qualitativo e bibliográfico. Os resultados apontam para um plano individual de trabalho acessível baseado em acolhimento, escuta e remoção de barreiras. Conclui-se que a inclusão do indivíduo com Transtorno do Espectro Autista no serviço público precisa de planejamento individualizado.

Os dados do órgão governamental americano de referência internacional, *U.S Center for Disease Control and Prevention* (CDC), declaram que 1 em cada 31 crianças são diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) (CDC, 2025). Nos estudos de Russell (2021) no Reino Unido, 1998-2018, o autor destaca o número de diagnósticos crescente em adultos, mulheres e indivíduos com alta funcionalidade, 787%, devido a ampliação do diagnóstico, notificação e desestigmatização (Tafolla, Singer, Lord, 2025).

Considerando a Constituição Federal de 1988 (CF 1988), artigo 37, inciso VIII - reserva de vagas para pessoas com deficiência em concursos públicos; a Lei Berenice Piana n.º 12.764/2012 , artigo 3.º, inciso IV - acesso ao trabalho; o decreto nº 9.508/2018, artigo 1.º, inciso II, § 1º - reserva de, no mínimo, 5% das vagas, no âmbito da administração pública federal e a lei n.º 8.112/90, artigo 5º, § 2º - direito ao concurso em atribuições compatíveis à deficiência, questiona-se: há intervenções necessárias e suficientes nos ambientes de trabalho dotados por estímulos sensoriais e relações humanas considerando as limitações decorrentes do TEA? O objetivo é refletir sobre um plano de trabalho individualizado no serviço público para indivíduos com TEA (Brasil 1988, Brasil 1990, Brasil 2012, Brasil, 2018). A pesquisa justifica-se pela vigência da reserva de vagas em concursos e as limitações do TEA (Martins, Nogueira, Oliveira, 2023) integrando-se ao eixo temático de inclusão, diversidade e direitos humanos.

Fundamentação

O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento hereditário, com características cognitivas subjacentes (Lord, 2022). Observa-se limitações na comunicação, interação social, padrões fixos, questões sensoriais e níveis de deficiência intelectual que podem afetar as relações sociais (APA, 2014; Lord, 2022). Sobre os comportamentos, considera-se: aderência à rotina, padrões ritualizados, dificuldade em olhar face a face, nos gestos e expressões faciais que são aspectos naturais das relações humanas (APA, 2014; Lord, 2022). Nos sentidos, possuem hipersensibilidade

¹ Programa de Pós Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn) – Universidade Federal Fluminense (UFF); e-mail: cintiabeatrizduarte@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/751806771947552>.

² Programa de Pós Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn) – Universidade Federal Fluminense (UFF); e-mail: dn.cavalcanti@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1970075442296547>.

ao som, temperatura, texturas podendo ocasionar modificação postural, causar desregulação, irritabilidade, evitação e movimentos repetitivos (Ferreira et al., 2024; Pereira, 2024).

O indivíduo com TEA possui direito à realização de concurso público, considerando a reserva de, no mínimo, 5% para as pessoas com deficiência (Brasil, 1988; Brasil, 1990; Brasil, 2018). O serviço público é uma oportunidade de obter segurança, valorização profissional, renda, alcance de metas, acesso à arte, cultura e outras formas de lazer (Queiroz, et al., 2025). Porém, considerando as especificidades sociais e sensoriais, as instituições precisam pensar em um plano de trabalho individual acessível (PTIA) que deverá ser aperfeiçoado e reorganizado após a escuta das suas necessidades individuais do servidor (Pereira, 2024). Segundo Martins, Nogueira e Oliveira (2023), o acolhimento é essencial para a adaptação e permanência desse profissional.

Metodologia

Trata-se de uma narrativa qualitativa e bibliográfica (Gerhardt e Silveira, 2009), com buscas entre 29 e 31 de junho de 2025, no Google Acadêmico, utilizando como descriptores: TEA, trabalho e intervenções. O critério de inclusão: artigos sobre TEA no mercado de trabalho e publicados nos últimos cinco anos. Os critérios de exclusão são artigos que abordam o TEA no mercado de trabalho, mas sem a perspectiva de intervenção.

Resultados

Considerando o acesso do servidor público por concurso, cabe à instituição pública pensar nas barreiras ambientais/sociais para acolhimento (Queiroz et al., 2025) e preservar a garantia do direito à permanência (Brasil 1988, Brasil 1990, Brasil 2012, Brasil, 2018) através possíveis sugestões de intervenção no ambiente de trabalho.

A primeira etapa é organizar o perfil de contratação sendo um papel das comissões organizadoras (Basto e Cepellos, 2023). Seguidamente, constrói-se o PTIA para receber o servidor. O PTIA deve envolver uma equipe multidisciplinar, órgão gestor de pessoal, a participação da chefia imediata e dos pares. O PTIA deverá conter: avaliação das habilidades, das necessidades, as metas, as adaptações, treinamento, acompanhamento e medidas minimizadoras das barreiras estruturais e sociais. Basto e Cepellos (2023) ressaltam a conscientização e o conhecimento para minimizar preconceitos. Martins, Nogueira, Oliveira (2023) declaram que o desenvolvimento e o comportamento dos indivíduos com TEA é importante para oportunidades como o treinamento profissional. Nessa linha, a Universidade Federal Fluminense possui cursos de capacitação profissional destinados aos servidores, mas deve-se lembrar que o indivíduo com TEA pode precisar ainda de um profissional acompanhante especializado que auxilia no diálogo com o mundo (Brasil, 2012; Basto, Cepellos, 2023). Pereira (2024), docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sinaliza a necessidade de escuta dos servidores com TEA, o que favorece a criação de um PTIA.

A atenção à acessibilidade, Basto e Cepellos (2023), irá minimizar os aspectos sensoriais como movimentação excessiva e luminosidade essenciais ao acolhimento e conforto para melhores resultados no trabalho. O uso de acessórios como fones, óculos escuros podem trazer conforto e devem ser estimulados, além dos gestores e pares estarem atentos às respostas corporais e de humor desse servidor. Lins (2025), em matéria sobre ambientes inclusivos no Instituto Federal da Paraíba (IFPB), ressalta a importância das intervenções, acompanhamento profissional, adaptações nos ambientes, com os pares são significativos na inclusão.

Conclusão

A narrativa alcança o seu objetivo geral de refletir sobre o PTIA no serviço público para os indivíduos com TEA, incluindo desde o perfil na contratação, acolhimento, ajustes com órgãos gestores e os pares e remoção das barreiras estruturais e sociais, ampliando diálogos e ações para a qualidade de vida do indivíduo com TEA no serviço público.

Palavras-chave: Reserva de Vagas; Acesso ao Trabalho; Permanência no Trabalho.

Referências

APA. American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais:** DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Basto, Ana Teresa Oliveira da Silva, Cepellos, Vanessa Martines. Autismo nas organizações: percepções e ações para inclusão do ponto de vista de gestores. **Cad. EBAPE.BR 21**, Jan-Feb 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120220061>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Portal da Legislação:** Brasília, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Lei n.º 8.112 de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Portal da Legislação:** Brasília, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Portal da Legislação:** Brasília, 2025. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. Decreto n.º 9.508 de 24 de setembro de 2018. Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta. **Portal da Legislação:** Brasília, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2018/decreto/d9508.htm. Acesso em 30 jul. 2025.

CDC. Centers for Disease Control and Prevention. National and State Healthcare-Associated Infections Progress Report. USA: **CDC**, 2025. Disponível em: <https://www.cdc.gov/autism/data-research/index.html>. Acesso em 30 jul 2025.

Ferreira, Renata de Araújo et al. Compreendendo as alterações sensoriais em crianças autistas: uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, Volume 6,

Gerhardt, Tatiana Engel; Silveira, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>. Acesso em 29 jul. 2025.

Lins, Patrícia. Ambientes de trabalho inclusivos para pessoas com TEA. **Instituto Federal da Paraíba (IFPB)**, Portal do Servidor, Notícias, 02 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/servidor/noticias/2025/04/ambientes-de-trabalho-inclusivos-para-pessoas-com-tea>. Acesso em: 29 jul 2025.

Lord, Catherine et al. Autism Spectrum Disorder. **Nat Rev Dis Primers** (2020) Jan 16; 6(1):5. Disponível em: doi: 10.1038/s41572-019-0138-4. Acesso em: 29 jul. 2025.

Martins, Islane Archanjo Roch; Nogueira, Bernardo Gomes Barbosa; Oliveira, Raquel Alecsa da Silva. Os desafios da inclusão social dos autistas no mercado de trabalho brasileiro. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, 89(4), 101–116, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.70405/rtst.v89i4.24>. Acesso em: 31 jul. 2025.

Pereira, Maria Cristina Pires. Refletindo sobre o acolhimento e as acomodações para os servidores autistas nas universidades. **UFRGS, Jornal da Universidade**, 21 de março de 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/refletindo-sobre-o-acolhimento-e-as-acomodacoes-para-os-servidores-autistas-nas-universidades/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

Queiroz, José Orlando da Silva et al. A inserção dos autistas no mercado de trabalho: projeções literárias. **Journal of Media Critiques**, 11(27), e237, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.17349/jmcv11n27-043>. Acesso em: 29 jul. 2025.

Russell, Ginny et al. Time trends in autism diagnosis over 20 years: a UK population-based cohort study. **Journal of Child Psychology Psychiatry**, 63: 674-682, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jcpp.13505>. Acesso em: 31 jul. 2025.

Tafolla, Maira; Singer, Hannah; Lord, Catherine. Autism Spectrum Disorder Across the Lifespan. **Annu Rev Clin Psychol.** 2025 May;21(1):193-220. Epub 2025 Jan 21. PMID: 39836874. Disponível em: doi: [10.1146/annurev-clinpsy-081423-031110](https://doi.org/10.1146/annurev-clinpsy-081423-031110). Acesso: 29 jul. 2025.

DIREITOS HUMANOS EM PERSPECTIVA: A INCLUSÃO DOS SURDOS NAS ESFERAS PÚBLICAS E EDUCACIONAIS

Taynan Alécio da Silva
Giovana Cristina de Campos Bezerra
João Paulo Francisco Azevedo

Este relato de experiência insere-se no eixo temático “Inclusão, Diversidade e Direitos Humanos”, ao compartilhar uma prática inovadora de promoção da acessibilidade linguística e da inclusão de estudantes surdos em uma instituição pública de ensino superior. A iniciativa descrita refere-se à implementação de um projeto institucional de formação continuada destinado a docentes e técnicos-administrativos, com foco na Língua Brasileira de Sinais (Libras), nos direitos linguísticos e na cultura surda. Tal proposta buscou contribuir diretamente para a efetivação dos direitos humanos e para a permanência qualificada de estudantes surdos na universidade. A fundamentação teórica do projeto apoia-se em Silva (2024), que destaca a relevância da diferença linguística e cultural da comunidade surda, e em Strobel (2008), ao reconhecer o sujeito surdo como protagonista de sua própria história. Além disso, está ancorada nos marcos legais que regulamentam a acessibilidade e os direitos das pessoas com deficiência, como a Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 10.436/2002. Defende-se, assim, a educação inclusiva como prática emancipatória, conforme argumenta Mantoan (2006). Os objetivos principais foram: (1) ampliar a compreensão institucional acerca dos direitos linguísticos da comunidade surda; (2) oferecer formação básica e intermediária em Libras a docentes e técnicos; (3) sensibilizar a comunidade universitária sobre as barreiras enfrentadas por estudantes surdos; e (4) fortalecer a acessibilidade comunicacional em sala de aula e nos serviços institucionais. A metodologia adotada envolveu oficinas presenciais e online, utilizando metodologias ativas, vídeos bilíngues (Libras/Português), rodas de conversa com surdos convidados e práticas de imersão linguística. Os encontros quinzenais totalizaram 40 horas, e os participantes foram avaliados por meio de autoavaliações reflexivas, atividades práticas em Libras e questionários semiestruturados para análise qualitativa dos impactos. Os resultados revelaram significativa mudança de postura entre os participantes, que passaram a reconhecer a Libras como língua legítima e a compreender a centralidade da acessibilidade comunicacional para a cidadania dos surdos. Docentes relataram adaptações pedagógicas implementadas voluntariamente após a formação, houve maior solicitação de intérpretes de Libras para eventos institucionais e foram apresentadas propostas de extensão direcionadas à comunidade surda. Conclui-se que a inclusão da pessoa surda na universidade requer ações concretas e permanentes que considerem seus direitos linguísticos como parte inseparável dos direitos humanos. O projeto descrito representa uma prática inovadora que articula ensino, extensão e formação de servidores, com impacto positivo na permanência e no protagonismo dos estudantes surdos. Recomenda-se que ações como esta sejam institucionalizadas como políticas permanentes, contribuindo para consolidar uma cultura universitária verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Surdez; Inclusão; Direitos Humanos; Educação Superior; Libras.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Construir a Escola das Diferenças: caminhando nas pistas da inclusão. In: **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. Boletim 21. MEC, 2006.

SILVA, Taynan Alécio da. **A formação da identidade do indivíduo surdo: considerações sobre a importância da cultura surda**. 2024. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual de Maringá , Maringá , 2024.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

INTERAÇÕES INTERGERACIONAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO: TRABALHO ACADÊMICO

Fernanda Ferreira Caetano¹

Jády Figueiredo de Souza Saraiva

Janaina Andrade da Silva

Maria Edinauda Alves da Silva²

Natália Cristina da Cruz de Souza³

Este trabalho se insere no eixo Inclusão, Diversidade e Direitos Humanos. A pesquisa aborda a diversidade etária como dimensão da inclusão no trabalho público, discutindo estereótipos, condições materiais e mediações tecnológicas que impactam direitos, oportunidades e pertencimento entre gerações. Ao propor práticas para redução de desigualdades e promoção de respeito mútuo, o estudo contribui diretamente para o eixo ao tratar da inclusão de grupos etários distintos e do direito a ambientes laborais não discriminatórios. As transformações demográficas recentes vêm alterando significativamente a composição da força de trabalho nas organizações, especialmente no setor público, promovendo a convivência de múltiplas gerações simultaneamente. Essa diversidade etária pode enriquecer o ambiente organizacional por meio da troca de saberes, mas também pode gerar tensões que dificultam a colaboração. O presente estudo investiga como as interações intergeracionais se manifestam no ambiente de trabalho, propondo uma compreensão aprofundada das dinâmicas entre gerações distintas e sinalizando caminhos para práticas inclusivas que atendam à realidade multigeracional contemporânea.

A fundamentação teórica foi construída a partir da literatura que destaca os estereótipos geracionais como elementos centrais na gênese dos conflitos intergeracionais nas organizações (North e Fiske, 2012). Trabalhadores mais velhos são frequentemente vistos como resistentes à inovação, enquanto os mais jovens são percebidos como impulsivos e pouco comprometidos, o que influencia interações e desempenho (Silva et al., 2021). A mentoria reversa surge como conceito promissor para aprendizado mútuo, especialmente em tecnologia (Meister e Willyerd, 2010; Gordon, 2021). Considera-se ainda a perspectiva pós-humanista, que destaca o papel do ambiente físico e de elementos materiais como influenciadores ativos das relações no trabalho (Tureta e Alcadipani, 2011).

O trabalho teve como objetivo compreender as interações entre diferentes gerações no ambiente de trabalho do serviço público, analisando percepções, experiências e tensões vivenciadas. Pretende-se ampliar o conhecimento sobre diversidade etária, com ênfase em aspectos relacionais e nos desafios de convivência intergeracional, identificando potencialidades para promover colaboração e respeito mútuo. Optou-se por uma pesquisa qualitativa com estratégia descritivo-exploratória, fundamentada na abordagem interpretativa (Stake, 2010; Yin, 2016). A coleta incluiu entrevistas semiestruturadas com cinco servidores de diferentes gerações (*baby*

¹ Servidora aprovada em vaga reservada a servidores pelo Edital PQI/UFF;

² Servidora aprovada em vaga reservada a servidores pelo Edital PQI/UFF;

³ Servidora aprovada em vaga reservada a servidores pelo Edital PQI/UFF.

boomers, geração Y e geração Z), presenciais e remotas, e observações não participantes em cinco ambientes institucionais (UFF e secretarias municipais).

A análise ocorreu por codificação qualitativa (Saldaña, 2013), organizando dados em categorias que revelam padrões interpretativos das interações intergeracionais. Os resultados evidenciam tensões derivadas de estereótipos sobre ritmo e estilo de trabalho: jovens vistos como imediatistas; mais velhos, como prudentes e metódicos. Esses desalinhamentos impactam na colaboração e desempenho. A tecnologia aparece como integradora, favorecendo mentoria reversa informal, com aprendizado e respeito recíprocos. O ambiente físico também é relevante: layouts abertos e espaços de convivência estimulam interações e integração; disposições inadequadas limitam o contato e geram desconforto.

Os achados reforçam tecnologia e ambiente como mediadores na dinâmica intergeracional. O desafio central reside no manejo de expectativas e estereótipos, mais do que em conflitos explícitos. A mentoria reversa e o desenho do ambiente físico emergem como chaves para colaboração e respeito entre gerações, validando e ampliando conceitos sobre diversidade etária e gestão da idade no serviço público. Abrem-se caminhos para estudos que mensurem impactos dessas dinâmicas em diferentes contextos organizacionais.

Palavras-chave: Diversidade Etária; Interações Intergeracionais; Inclusão; Setor Público; Gestão do Trabalho.

Referências

- North, M. S., & Fiske, S. T. An inconvenienced youth? Ageism and its potential intergenerational roots. **Psychological Bulletin**, 2012.
- Meister, J. C., & Willyerd, K. Mentoring Millennials. **Harvard Business Review**, 2010
- Gordon, P. **Reverse mentoring**: removing barriers and building belonging in the workplace. HarperCollins Leadership, 2021
- Silva, T. F. C., Almeida, D. B. A., Oliva, E. C., & Kubo, E. K. M. (2021). Além das equipes intergeracionais: possibilidades de estudos. **Revista Eletrônica de Administração**, 2021.
- Tureta, C., & Alcadipani, R. Entre o observador e o integrante da escola de samba: os não-humanos e as transformações durante uma pesquisa de campo. **Revista de Administração Contemporânea**, 2011.
- Saldaña, J. **The Coding Manual for Qualitative Researchers**. Sage, 2013.
- Stake, R. E. Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.
- Yin, R. K. **Pesquisa qualitativa**: do início ao relatório. Bookman, 2016.

CAES COMUNICA – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UFF CAMPOS

Rosangela Maria Amorim Benevides Guimarães

Letícia Ferrari de Castro

Alessandra de Muros Xavier Álvares Vieira

Hector Gomes Crespo da Silva

Introdução

A educação como política pública busca ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior atendendo as necessidades educacionais da sociedade e a garantia de direitos educacionais. Contudo, além do acesso, a permanência exige intervenção dos/as profissionais das instituições de ensino. O Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), ou somente UFF Campos, localizado em Campos dos Goytacazes/RJ, oferece nove cursos de graduação. Visando intervir em fatores de dimensão simbólica associados à permanência, além dos fatores materiais, a equipe composta por assistentes sociais, psicóloga e assistente administrativo da Coordenação de Assistência Estudantil (CAES) executa desde junho de 2025 o projeto CAES Comunica. Este, um projeto de comunicação, que como o nome indica utiliza recursos comunicacionais e tecnológicos visando estimular um ambiente institucional solidário e justo, de integração e pertencimento, de autonomia e participação social e de bem-estar social universitário.

Fundamentação

Idealizado por uma assistente social e uma psicóloga, o projeto foi elaborado com base na compreensão de que permanência estudantil não se restringe à dimensão material (SANTOS, 2009), e que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) podem servir para integrar e promover o pertencimento e o bem-estar dos/as estudantes de graduação da UFF Campos. Comunicação para Cogoy *et al* (2018) é imprescindível para informar e promover reflexões na perspectiva do desenvolvimento de capacidades e de valores de cidadania, em uma sociedade tecnológica e globalizada. A TIC é formada por um conjunto de recursos tecnológicos, como o e-mail e redes sociais, que facilita a comunicação com os/as estudantes de forma dinâmica e ágil (ANJOS; SILVA, 2018). Para o Serviço Social a comunicação é fundamental para o acesso aos direitos sociais, bem como para a autonomia e emancipação, sendo um direito humano fundamental. Ademais, vinculada a organização da cultura influencia na maneira de agir e pensar dos sujeitos (JACINTO, 2017). Para a Psicologia, Braga (2011) afirma que o campo da comunicação se constitui por meio de interações sociais e práticas culturais, sendo atravessado por perspectivas teóricas e metodológicas. Essa abordagem ressalta a importância de compreender a comunicação não apenas como um conjunto de técnicas ou meios, mas como um fenômeno complexo que envolve a produção de sentidos, a construção de identidades, a mediação de

relações sociais e a produção de afetos (FERREIRA; SIMÕES, 2025). Assim, a comunicação é compreendida como dispositivo fundamental para fortalecer práticas institucionais que respeitem a diversidade e favoreçam o desenvolvimento pessoal, acadêmico e social dos/as estudantes, reconhecendo que os desafios da permanência vão além do acesso material, envolvendo também a construção de um ambiente institucional que acolha as singularidades, promova a equidade e estimule a construção de sentido e pertencimento.

Objetivos

O objetivo do CAES Comunica é o de promover ações de comunicação voltadas à permanência estudantil na perspectiva teórico-metodológica e ética do Serviço Social e da Psicologia, visando estimular um ambiente institucional solidário e justo, de integração e pertencimento, de autonomia e participação social e de bem-estar social universitário.

Metodologia

O CAES Comunica tem como principal meio de comunicação os boletins semanais (newsletters). Estes são enviados diretamente aos e-mails dos estudantes-assinantes pela plataforma *Substack* e divulgados no perfil @ae_uffcampos da rede social *Instagram*. Para o projeto foi confeccionada arte que serve de identidade visual.

Figura 1- Identidade visual do projeto



Figura 2 - Newsletter 001



Fonte: CAES Comunica (06/2025)

Os boletins possuem linguagem direta, simples e objetiva, e conteúdos que estimulam a reflexão sobre o cotidiano universitário. São escritos por colaboradores internos e externos a UFF, que recebem ementa com o tema, orientação quanto ao formato e estilo do texto.

Análise e discussão

Nas Instituições Federais de Ensino Superior a permanência está intimamente relacionada com a ampliação do acesso em face da diversidade do perfil estudantil - jovens das classes populares, das periferias urbanas e de comunidades tradicionais - que além das dificuldades da permanência por fatores materiais vivenciam um cotidiano de exclusão, estigmatização e discriminação, que na universidade tende a se aprofundar produzindo sentimentos de inaptidão e ausência de pertencimento ao corpus universitário (SANTOS, 2009). Para intervir nas questões de permanência na UFF, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) é a responsável por coordenar e implementar programas, projetos e ações, como as bolsas e auxílios estudantis, apoio social, pedagógico, psicológico, médico, de acessibilidade e inclusão, e com serviços de Restaurante Universitário e Moradia Estudantil, sendo que estes últimos e o serviço médico não são oferecidos na UFF Campos. Na UFF Campos os/as estudantes são atendidos/as com bolsas e auxílios da Proaes e com projetos e ações desenvolvidos pela CAES, além de pelo Núcleo Pedagógico e pelo Laboratório de Acessibilidade. Em 2024 a UFF Campos tinha um total de 3.222 estudantes com matrícula ativa, sendo que destes 32% receberam algum tipo de apoio social da PROAES. Cabe destacar que até o primeiro semestre de 2023, cerca de 70% dos/as estudantes provinham de municípios do estado Rio de Janeiro e de outros estados da federação, com somente 30% oriundos de Campos dos Goytacazes. É a partir do segundo semestre de 2023 que esse percentual sobe chegando a mais de 50% (CAES, 2023 e 2024). Esses dados são relevantes

ANÁIS IV Secienuff

porque estudantes distantes de sua rede familiar geralmente vivenciam situações que afetam sua permanência material e/ou simbólica.

Considerações finais

O CAES Comunica gera aproximação e interação das profissionais da CAES com os/as estudantes, e ao trazer conteúdos que dialogam com suas vivências e desafios, além de informações práticas, seus sentimentos são validados e o isolamento reduzido, favorecendo a identificação e fortalecendo os vínculos com o espaço acadêmico. Tal ação contribui para um ambiente mais empático, que valoriza o cuidado e o bem-estar coletivo. Apesar do pouco tempo em execução, a experiência se mostra positiva pelo seu alcance – cerca de 2.000 assinantes-estudantes. Espera-se que ao final do semestre letivo de 2025 - quando será feita a avaliação - o projeto tenha contribuído para a permanência na UFF Campos.

Palavras-chave: Permanência; Comunicação; Educação Superior.

Referências

ANJOS, Alexandre M. dos; SILVA, Glaucia E. G. da. **Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) na Educação.** Ministério da Educação. Universidade Aberta do Brasil. Secretaria de Tecnologia Educacional Universidade Federal de Mato Grosso, 2018. Disponível em:

https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/433309/2/TDIC%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20compilado_19_06-atualizado.pdf

ARRUDA, Ana Lúcia B. de. Políticas da educação superior no Brasil: expansão e democratização – um debate contemporâneo. **Espaço do Currículo**, v. 3, n. 2, p. 501- 510, 2011. Disponível em: <https://flacso.org.br/files/2016/10/9661-12053-1-PB.pdf>

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 25, n. 58, p. 7–22, 2011. Disponível em:

https://www.academia.edu/71753523/Constitui%C3%A7%C3%A3o_do_Campo_da_Comunica%C3%A7%C3%A3o_Constitution_of_the_Communication_Field. Acesso em: 30 mai. 2025.

CAES – COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – **Relatório do Perfil Socioeconômico, Cultural e de Saúde dos Estudantes Ingressantes do ESR - 2024.** Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/37219/relat%c3%b3rio%20riuff%202024.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

CAES – COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. **Relatório do Perfil Socioeconômico, Cultural e de Saúde dos Estudantes Ingressantes do ESR - 2023.** Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/33878/relat%c3%b3rio%202023.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

COGOY, Eliana M; PEREZ, Suyane C; DUTRAS, Sidimar F; BERGER, Patrícia de O; LODOVSKI, Ricardo. **Comunicação e Serviço Social:** uma análise sobre a comunicação no exercício profissional do assistente social. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS**, Vitória/ES, 2 a 7 de dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23550>

FERREIRA, Douglas. A; SIMÕES, Paula G. Comunicação: campo privilegiado para o estudo das emoções. **E-Compós**, v. 28, p. 1-21, jan/dez, 2025. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2770/2116>

JACINTO, Adriana G. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. **Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 84-92, jan-abr, 2027. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/DPvXpTxCCTxkmfrfNcw8gFG/?format=pdf&lang=pt>

SANTOS, Dayane B. R. **Para além das cotas:** A permanência de estudantes negros no Ensino Superior como política de ação afirmativa. Tese (Doutorado em Educação). Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11778/1/Tese%20Dyane%20Santos.pdf>

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO SUPERIOR EAD: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS E PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES

Priscila Gualberto Teodoro¹

Claudio Luiz de Oliveira Costa²

Introdução

A educação financeira (EF) tem se destacado nas últimas décadas, especialmente no meio acadêmico, por sua relevância na preparação de indivíduos para os desafios econômicos cotidianos (Kistemann; Coutinho; Figueiredo, 2020).

No Brasil, é reconhecida como ferramenta essencial para a gestão pessoal e formação cidadã (Mazzi; Hartmann; Pessoa, 2024). Contudo, persistem lacunas, sobretudo na educação básica (EB), onde o ensino financeiro é ausente e/ou fragmentado, comprometendo a vida adulta (Galvão et al., 2024).

Essa deficiência exige ações corretivas no ensino superior (ES) (Borges; Carvalho; Miranda, 2024), especialmente na educação a distância (EaD), que demanda maior autonomia e responsabilidade dos estudantes (Pandini; Sell; Sousa, 2014).

Portanto, a inclusão da EF nos currículos ainda é limitada, dificultando a gestão de orçamento, crédito e endividamento entre universitários (Mota; Medeiros; Gatto, 2023).

Estudos apontam falhas no conhecimento sobre investimentos, resultando em má gestão financeira (Silva et al., 2023), além da distância entre teoria e prática, somada à escassez de metodologias interativas, compromete o aprendizado (Rêgo; Lopes; Cravino, 2024). Além disso, é necessário compreender como o currículo influencia decisões financeiras, especialmente na EaD, cuja dinâmica difere do ensino presencial, sobretudo após a pandemia (Melo; Moreira, 2021; Bessa; Ronchi, 2021).

Diante desse contexto, esta pesquisa busca alcançar o seguinte objetivo: analisar de que maneira a EF influencia as decisões financeiras dos estudantes de graduação e pós-graduação da modalidade EaD em cinco instituições públicas.

A EF é fundamental, mas pouco presente na EB e limitada no ES EaD, que enfrenta desafios próprios. Este estudo visa entender sua influência nas decisões dos estudantes EaD para aprimorar modelos educativos que promovam autonomia e preparo financeiro.

Fundamentação Teórica

A EF é essencial para preparar estudantes a tomar decisões econômicas conscientes, prevenindo riscos financeiros futuros (Isoppo et al., 2019; Lira et al., 2023). Nota-se que as universidades têm

¹ Aluna da Espin da UFF. E-mail: priscilagualberto@outlook.com.br.

² Prof. Formador do Curso de Especialização em Finanças (Espin) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Servidor Técnico Administrativo, Administrador, lotado no Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP) da UFF. E-mail: claudioluz@id.uff.br.

papel transformador ao integrar conteúdos financeiros, promovendo responsabilidade e cidadania (Abreu et al., 2024; Búfalo; Pinto, 2023).

Na EAD, apesar dos desafios como menor interação presencial e maior autonomia, a flexibilidade e os recursos digitais permitem metodologias ativas que melhoram o aprendizado (Morais et al., 2021; Toledo et al., 2024; Nemos; Duro; Fogliarini Filha, 2022).

Portanto, é fundamental considerar os contextos socioculturais dos alunos, sobretudo os de baixa renda (Conceição; Braga, 2019; Monteiro; Monteiro, 2022; Giordano et al., 2023), bem como aspectos psicológicos que influenciam decisões financeiras (Fernandes, 2021; Savio; Sato; Santana, 2007).

Apesar do reconhecimento da importância da educação financeira, os estudantes ainda apresentam lacunas no conhecimento prático, o que compromete a gestão adequada de suas finanças pessoais (Ferreira et al., 2020).

Dessa maneira, a EF contribui para o consumo consciente, prevenção do endividamento e bem-estar econômico, sendo sua inclusão na EaD fundamental (Silva et al., 2019; Potrich; Viera; Ceretta, 2013; Abreu et al., 2024), pois muitos alunos ainda se sentem despreparados, evidenciando a necessidade de métodos eficazes e políticas públicas que fortaleçam a EF no ES (Oliveira et al., 2022; Camozatto et al., 2023; Búfalo; Pinto, 2023; Faveri et al., 2012).

Metodologia

A pesquisa adotou abordagem quantitativa com questões qualitativas para analisar comportamento financeiro e percepção sobre EF em alunos EaD. O estudo descritivo buscou identificar características dos participantes, relações entre variáveis socioeconômicas e comportamentais, e práticas financeiras (Kaur; Stoltzfus; Yellapu, 2018).

A coleta ocorreu entre 21 de março e 3 de abril de 2025, via questionário no Google Forms (<https://forms.gle/ZXU9i3Hcp2NLWnan6>). A amostra (conveniência) foi composta por 357 respondentes voluntários, entre os universos de graduação (n=783) e de especialização (n=254), acessados por grupos de WhatsApp, garantindo diversidade socioeconômica.

O questionário abordou perfil socioeconômico (estado civil, idade, escolaridade, renda), comportamentos financeiros (uso de crédito, consumo, planejamento) e percepção sobre EF. A maioria das perguntas foi de múltipla escolha, com escalas Likert e alternativas abertas.

A análise estatística descritiva no Excel e R (versão 4.5.0), utilizando teste qui-quadrado para variáveis nominais (McHugh, 2013) e Mann-Whitney para ordinais. O nível de significância adotado foi 5%. Os tamanhos de efeito foram calculados: V de Cramer (pequeno $\geq 0,1$; médio $\geq 0,3$; grande $\geq 0,5$) (Cohen, 1988) e r para Mann-Whitney (Fritz; Morris; Richler, 2012).

Resultados

Dos 1.037 convidados, 357 responderam (34,42%). A maioria é do gênero feminino (65,83%), tem 36 anos ou mais (64,43%) e filhos (56,86%). Predominam alunos de graduação (70,31%), com trabalho integral (77,87%) e independência financeira (70,03%). A principal fonte de renda é o trabalho (83,47%), com faixa mais comum entre R\$ 3.001 e R\$ 5.000 (29,69%).

Mais da metade (57,1%) nunca teve formação em EF. Entre os que aplicam conceitos, destacam-se controle de orçamento (36,13%) e poupança/investimentos (24,09%). Contudo, 18,49% nunca aplicaram nenhum conceito. Cerca de 75% sentem insegurança ao tomar decisões financeiras, e 24,9% se preocupam com o uso do crédito. Quase metade está endividada ou pagando dívidas (43,42%), e 41,74% acreditam que EF precoce evitaria endividamento.

Na EaD, 66,67% relataram dificuldades para discutir finanças e sugerem fóruns, webinars e simulações como apoios. Preferem métodos práticos e recursos visuais, como vídeos e simuladores. A maioria (51,26%) disse não ter recebido EF nos cursos. Sugerem melhorias como plataformas interativas (39,50%) e inclusão de conteúdos transversais (36,13%).

Análise estatística revelou associação entre endividamento e faixa etária ($p=0,0502$) e ter filhos ($p=0,0351$). Estudantes mais velhos e com filhos tendem a estar mais endividados. Variáveis como gênero, curso, renda e trabalho não apresentaram associação significativa.

Considerações Finais

O estudo confirma a crescente importância da EF no ES da EaD, revelando que o endividamento está mais ligado a fatores sociais e de ciclo de vida, como ter filhos e a idade, do que à renda ou ocupação, evidenciando a complexidade da gestão financeira.

Apesar de reconhecerem sua relevância, os estudantes enfrentam dificuldades no acesso e na qualidade da EF, agravadas por limitações do EaD, como pouca interação presencial e excesso de atividades autônomas.

Torna-se urgente integrar a EF aos currículos de forma transversal, com metodologias ativas, acessíveis e compatíveis com a rotina dos estudantes adultos, como gamificação, simuladores, fóruns interativos, dentre outras.

Conclui-se que sua efetividade na EaD depende da capacidade de dialogar com a realidade dos alunos, promovendo autonomia, planejamento e consciência financeira como formas de empoderamento pessoal e social.

Palavras-chave: Educação financeira; Ensino Superior; Tomada de Decisões Financeiras; Educação a Distância; Metodologias de Educação Financeira.

Referências

ABREU, C.; DELFINO, G. M.; ARAÚJO, F. O. Alfabetização financeira no ensino superior: uma análise do nível de conhecimento de alunos e a contribuição da instituição. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 30, p. e24029, 2024.

BESSA, L. M.; RONCHI, J. P. Relato de experiência: oficina virtual de educação financeira em tempos de pandemia. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 21, n. 3, p. 1665-1668, 2021.

BORGES, A. A. C.; CARVALHO, P. S.; MIRANDA, S. C. M. A educação financeira e o processo de ensino-aprendizagem na educação básica. **Boletim Cearense de Educação e História da Matemática**, v. 11, n. 33, p. 1-21, 2024.

BÚFALO, D. C. L.; PINTO, R. A. B. Políticas públicas para educação financeira: dos processos históricos às ações práticas nas instituições de ensino superior. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. e023023, 2023.

CAMOZATTO, E. S. et al. Empreendedorismo e sua relação com a educação financeira dos universitários. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 24, n. 3, 2023.

COHEN, J. **Statistical power analysis for the behavioral sciences**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

CONCEIÇÃO, A. S.; BRAGA, R. A influência da educação superior nas decisões financeiras de consumo e investimentos de universitários. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 16., **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

FERNANDES, V. Da educação ao empurrão: a participação das ciências comportamentais em programas de educação financeira. **Sociologia & Antropologia**, v. 11, p. 307-322, 2021.

FERREIRA, J. B.; CASTRO, I. M. Educação financeira: nível de conhecimentos dos alunos de uma instituição de ensino superior. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 12, n. 1, p. 134-156, 2020.

FRITZ, C. O.; MORRIS, P. E.; RICHLER, J. J. Effect size estimates: current use, calculations, and interpretation. **Journal of Experimental Psychology: General**, v. 141, n. 1, p. 2, 2012.

GALVÃO, A. H. M. Q. et al. Impactos da falta de educação financeira em relação à qualidade de vida do brasileiro. **Revista FT: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 28, n. 139, 2024.

GIORDANO, C. C. et al. Educação financeira e resolução de problemas na proposta curricular brasileira. Areté, **Revista Digital del Doctorado en Educación**, v. 9, n. 18, p. 11-36, 2023.

ISOPPO, M.; ZILLI, J. C.; BIFF, M. **Perspectivas para a educação financeira no ensino superior**. Periódicos UNESC, Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2019.

KAUR, P.; STOLTZFUS, J.; YELLAPU, V. Descriptive statistics. **International Journal of Academic Medicine**, v. 4, n. 1, p. 60–63, 2018.

KISTEMANN JÚNIOR, M. A.; COUTINHO, C. Q. S.; FIGUEIREDO, A. C. Cenários e desafios da educação financeira com a Base Curricular Comum Nacional (BNCC): professor, livro didático e

ANAIIS IV SecienUFF

Educação e Diversidade: Perspectivas Teóricas e Estratégias para a Promoção da Inclusão

179

formação. Em Teia: **Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 11, n. 1, p. 5, 2020.

LIRA, M. A. C. R. et al. Educação financeira no ensino superior: um estudo em duas faculdades de Sobral – CE. In: SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE LUCIANO FEIJÃO, 9., **Anais...** Sobral, 2023.

MAZZI, L. C.; HARTMANN, P.; PESSOA, C. A. S. Educação financeira e justiça social: reflexões no âmbito da educação matemática. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 38, p. e240044, 2024.

MCHUGH, M. L. The chi-square test of independence. **Bioquímica Médica**, v. 23, n. 2, p. 143–149, 2013.

MELO, J. M.; MOREIRA, C. S. Educação financeira pessoal: um estudo com discentes de Ciências Contábeis. **Revista de Contabilidade & Controladoria**, v. 13, n. 2, 2021.

MONTEIRO, E. O.; MONTEIRO, J. O. A educação financeira para o enfrentamento de crises econômicas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 7, n. 6, p. 5-20, 2022.

MORAIS, D. M. G. et al. A educação financeira no ensino superior: um estudo das principais abordagens educacionais e a concepção de uma proposta pedagógica inovadora. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 12, n. 1, p. e24142-e24142, 2021.

MOTA, T. R. C.; MEDEIROS, A. L.; GATTO, V. C. Alfabetização financeira entre estudantes do ensino superior tecnológico: análise dos níveis e perfis sociodemográficos. **Revista Economia & Gestão**, v. 23, n. 65, 2023.

NEMOS, C. L.; DURO, M. L.; FOGLIARINI FILHA, C. B. O. A educação financeira enquanto prática de autonomia financeira individual na escola básica. **Educación Matemática**, v. 33, n. 3, p. 172-201, 2021.

OLIVEIRA, M. G. et al. Educação financeira: percepção de alunos da educação superior sobre sua relevância na gestão financeira pessoal. **Revista Científica da Ajes**, v. 11, n. 23, 2022.

PANDINI, C. M. C.; SELL, F. S. F.; SOUSA, A. H. **Gestão de educação a distância: caderno pedagógico**. Florianópolis: UDESC: UAB: CEAD, 2014.

POTRICH, A.; VIEIRA, K.; CERETTA, P. Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 12, n. 3, p. 315-334, 2013.

R CORE TEAM. R: A language and environment for statistical computing. Vienna: R Foundation for Statistical Computing, 2025. Disponível em: <https://www.R-project.org/>.

RÊGO, R. S.; LOPES, J. B. O.; CRAVINO, J. P. C. C. A literacia financeira dos estudantes do ensino superior: estudo de caso de uma escola da UTAD. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 38, p. e230193, 2024.

SILVA, B. S. F. et al. Conhecimento sobre investimentos em estudantes universitários especialmente do curso de administração. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 9, p. 16116–16133, 2023.

**EDUCAÇÃO MIDIÁTICA INFORMACIONAL ANTIRRACISTA PELAS BIBLIOTECAS
ESCOLARES DOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO E INSTITUTOS FEDERAIS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Leandro Martins Cota Busquet¹

Este estudo contribui para o eixo temático “Política Pública e Educação” ao propor uma reflexão crítica sobre o papel das bibliotecas escolares e das pessoas bibliotecárias no enfrentamento ao racismo estrutural, por meio da educação midiática informacional antirracista, especialmente no contexto das instituições federais de ensino do estado do Rio de Janeiro. As bibliotecas são reconhecidas como espaços políticos de mediação cultural e informacional, capazes de tensionar narrativas hegemônicas e fomentar práticas comprometidas com a equidade racial e com a formação crítica dos sujeitos. A investigação trabalha no sentido de propor diretrizes para a construção de uma política de educação midiática comprometida com o antirracismo, destacando o papel transformador das bibliotecas escolares e das pessoas bibliotecárias dessas instituições, bem como o potencial inclusivo da própria política. Desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM/UFF), sob orientação da professora Thaiane Moreira de Oliveira, esta pesquisa nasce de uma vivência na Biblioteca Flor de Papel (BFP), localizada na Educação Infantil do Colégio Universitário Geraldo Reis (COLUNI/UFF), onde foram observadas tensões raciais entre crianças e uma ausência de pertencimento à biblioteca como espaço pedagógico. Essa experiência revelou que situações semelhantes ocorrem em outras instituições federais de ensino no estado do Rio de Janeiro, frequentemente mencionadas em notícias sobre racismo. A partir disso, surgiu a pergunta central: como as bibliotecas escolares e as pessoas bibliotecárias podem atuar no enfrentamento ao racismo estrutural por meio da educação midiática informacional antirracista? A pesquisa fundamenta-se em autores como Paulo Freire, Stuart Hall, Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Marianna Zattar e Thaiane Moreira de Oliveira, entre outros, que contribuem para uma reflexão crítica sobre as relações entre mídia, informação, educação e desigualdades raciais. Também dialoga com legislações como a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira; a Lei nº 11.645/2008, que inclui a história e cultura indígena; a Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; e a Lei nº 14.532/2023, que equipara injúria racial ao crime de racismo. Além disso, tensiona a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que ainda trata de forma limitada a questão racial de maneira transversal, e considera a Estratégia Brasileira de Educação Midiática (EBEM), lançada em 2023. A EBEM é uma excelente iniciativa do governo federal e representa um avanço importante na promoção da educação midiática no país; contudo, ainda apresenta lacunas significativas, como a ausência de menção direta à questão racial e à atuação das bibliotecas escolares e pessoas bibliotecárias como integrantes do sistema educacional. O objetivo é investigar como bibliotecas escolares de Institutos Federais e Colégios de Aplicação do Estado do Rio de Janeiro promovem práticas de educação midiática informacional antirracista, analisando o papel das pessoas bibliotecárias na mediação crítica da informação e na construção de uma cidadania possível. A pesquisa adota

¹ leandrocota@id.uff.br

abordagem mista, envolvendo o mapeamento inicial de 60 bibliotecas escolares, aplicação de questionários e realização de entrevistas com pessoas bibliotecárias. A análise será conduzida com base na análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), e na análise do discurso, segundo Orlandi (2009). Após aprovação no exame de qualificação em 08/08/2025, o estudo aguarda parecer do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística da UFF para iniciar a coleta de dados. Por estar em andamento, ainda não há dados preliminares disponíveis. Espera-se que os resultados revelem tanto os limites quanto as potencialidades das bibliotecas escolares e das pessoas bibliotecárias como espaços e agentes de enfrentamento ao racismo estrutural, especialmente quando articulados às propostas pedagógicas das instituições. A biblioteca escolar, enquanto espaço de mediação cultural e informacional, pode se constituir como território de resistência frente às narrativas hegemônicas, contribuindo para a construção de identidades plurais e antirracistas. Este estudo busca contribuir para a consolidação de uma política pública de educação midiática informacional antirracista, com protagonismo das bibliotecas escolares e das pessoas bibliotecárias. Ao reconhecê-las como espaços e agentes de transformação social, reforça-se a urgência de práticas informacionais comprometidas com a equidade racial, a inclusão e a formação crítica dos sujeitos.

Palavras-chave: Educação Midiática Informacional Antirracista; Bibliotecas Escolares; Instituições Federais de Ensino; Relações Étnico-Raciais; Inclusão.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 3 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 3 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Racismo). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14532.htm. Acesso em: 2 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: Diversidade e Inclusão**. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática**, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt104br/arquivos/2023_secom-spdigestrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf/view. Acesso em: 8 jan. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

ECHEVERRÍA, Agustina Rosa. O esvaziamento das Diretrizes Curriculares Nacionais na Base Nacional Comum Curricular. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 40, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/RhDkFKwzx5s9wtMs6NxdFmF/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. **Educação para a diversidade**: pesquisa, formação e ação. Petrópolis: Vozes, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEIRA, Thaiane Moreira de. **Informação, poder e mediação**: disputas informacionais na cultura digital. Niterói: Eduff, 2022.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

ZATTAR, Marianna. **Educação midiática e práticas decoloniais**. Curitiba: Appris, 2021.

A EQUIDADE DE GÊNERO EM CARGOS DE CONFIANÇA: UM GUIA DE BOAS PRÁTICAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Mayara Cunha Sousa
Marília Affonso Dias

Introdução

A sub-representação de mulheres em espaços de poder e decisão, incluindo os cargos de confiança, evidencia a permanência de barreiras estruturais e culturais que dificultam a ascensão feminina a posições de liderança. Este cenário alcança diferentes esferas da vida pública e privada, incluindo o ambiente acadêmico. Paralelamente a este cenário, houve um aumento da relevância da equidade de gênero nas pesquisas acadêmicas nos últimos vinte anos (Sousa, 2025). No caso da Universidade Federal Fluminense (UFF), observou-se que a equidade de gênero passou a fazer parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) correspondente ao período 2023-2027 (UFF, 2023). Apesar disso, conforme dados de 2023, as mulheres não ocupam cargos de confiança em proporção com a sua presença no ambiente universitário. Além disso, a ocupação de cargos de chefia se dá, majoritariamente, em funções de menor remuneração e relevância (Sousa, 2025). Como parte de uma proposta de intervenção para superar as barreiras relacionadas anteriormente, foi elaborado o **Guia de boas práticas em equidade de gênero no ambiente de trabalho**, instrumento construído a partir dos dados empíricos e da fundamentação teórica utilizada. A relevância do guia reside na possibilidade de contribuir para a compreensão das desigualdades de gênero no ensino superior e de propor medidas que favoreçam a equidade.

Fundamentação

O guia de boas práticas foi elaborado a partir de uma dissertação do Mestrado Profissional em Administração Pública da UFF e está sustentado em referenciais que discutem a desigualdade de gênero, a divisão sexual do trabalho e os mecanismos de exclusão que limitam a participação das mulheres em cargos de liderança. A fundamentação teórica baseou-se em autores como Bourdieu, Scott, Steil e Erthal *et al.*, que discutem dominação masculina, gênero como construção social, barreiras invisíveis à ascensão feminina e viés implícito de gênero. Além disso, estudos sobre o chamado “teto de vidro” evidenciam como as barreiras invisíveis dificultam a ascensão de mulheres a posições hierarquicamente superiores. A produção acadêmica também aponta que, mesmo em universidades que se expandiram e democratizaram o acesso ao ensino, persistem assimetrias significativas no preenchimento de funções de confiança, o que reforça a necessidade de políticas institucionais específicas de equidade.

Objetivos

O documento foi elaborado com o objetivo de atingir todos os servidores da instituição, ou seja, docentes e técnico-administrativos, que ocupem ou não cargos de chefia. Além disso, buscou- se desenvolver um material que fosse de rápida leitura e de fácil divulgação dentro da Universidade. É uma sugestão, inclusive, que este guia seja divulgado em reuniões de Conselho Superior, de

Colegiado de Unidade e de departamentos, nos meios de comunicação institucional, como e-mails, informes e redes sociais, e em eventos oficiais da instituição, como a recepção a novos servidores e as semanas em que são realizadas atividades em comemoração ao dia da mulher e do servidor público. Através da implementação das propostas sugeridas, será possível promover a equidade de gênero dentro da Instituição de maneira mais parametrizada e institucionalizada, além de oferecer mais recursos para a atuação da Comissão de Equidade de Gênero. Além disso, as propostas corroboram com o PDI em andamento.

Metodologia aplicada

A pesquisa que originou o guia caracteriza-se como qualitativa e de natureza exploratória, desenvolvida sob a forma de estudo de caso na UFF. Para a coleta de dados, foram utilizados dois procedimentos principais: a análise documental de informações institucionais relativas à ocupação de cargos de confiança por homens e mulheres e a realização de entrevistas com servidoras que desempenham essas funções na UFF. A análise dos dados seguiu o método da análise temática, a partir do qual foi possível identificar categorias centrais relacionadas às experiências das gestoras. O cruzamento entre dados documentais, relatos coletados e revisão bibliográfica permitiu sistematizar as evidências necessárias para a elaboração do guia.

Análise e discussão dos resultados

Os resultados da pesquisa apontaram que, embora as mulheres estejam presentes nos cargos de confiança da UFF, sua participação continua desigual em comparação à dos homens. As entrevistas revelaram a recorrência de dificuldades como sobrecarga de responsabilidades, necessidade de conciliar o trabalho de gestão com funções familiares, ausência de reconhecimento institucional e situações de desvalorização de suas opiniões em espaços colegiados. Também foram relatados episódios de discriminação de gênero e a percepção de que as barreiras simbólicas persistem mesmo em um ambiente universitário.

Apesar das adversidades, as entrevistadas destacaram estratégias de resistência e enfrentamento, como a criação de redes de apoio e a busca por maior visibilidade de suas contribuições. Essas experiências mostraram que, ao mesmo tempo em que as mulheres enfrentam obstáculos estruturais, também constroem alternativas coletivas para ampliar sua participação e reconhecimento. A análise evidenciou, assim, que os desafios para a equidade de gênero não se restringem ao ingresso em cargos de confiança, mas se estendem às condições de permanência e valorização nessas funções.

A partir desses achados, foi desenvolvido o Guia de Boas Práticas em Equidade de Gênero, reunindo recomendações voltadas à promoção da igualdade de oportunidades na UFF. O documento contempla ações institucionais, medidas de sensibilização da comunidade acadêmica, propostas de capacitação de gestores e a criação de mecanismos de monitoramento capazes de assegurar avanços concretos no enfrentamento das desigualdades.

Conclusão

A pesquisa permitiu concluir que as mulheres da UFF continuam a enfrentar obstáculos significativos para exercer e consolidar sua presença em cargos de confiança. As barreiras identificadas demonstram que a desigualdade de gênero permanece como uma realidade

institucional, exigindo respostas efetivas por parte da universidade. O **Guia de boas práticas em equidade de gênero no ambiente de trabalho**, produto da pesquisa, representa uma contribuição aplicada, que pode orientar a formulação de políticas internas e inspirar outras instituições a desenvolver estratégias semelhantes. A experiência analisada evidencia a importância de que universidades públicas incorporem em sua agenda o compromisso com a equidade de gênero, criando condições para que a diversidade seja efetivamente valorizada em seus espaços de decisão.

Palavras-chave: Equidade De Gênero; Cargos de Confiança; Universidade Federal Fluminense; Guia de Boas Práticas.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1989.

ERTHAL, C. R.; OLIVEIRA, L. S.; CALAZA, A. P. F. **Viés implícito e gênero na academia**: obstáculos invisíveis à equidade. FAPERJ, 2024.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SOUZA, Mayara Cunha. **Mulheres em cargos de confiança**: o caso da Universidade Federal Fluminense. 2025. 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Volta Redonda, 2025.

STEIL, A. V. **Organizações, gênero e posição hierárquica**: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. Revista de Administração da USP, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 62-69, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional da UFF 2023 – 2027**. Niterói: UFF, 2023. Disponível em: <<http://pdi.sites.uff.br/>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

**DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
EM VÍDEO PARA CAPACITAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS:
O MANEJO DA CONVULSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR**

**Priscila da Silva Miranda da Gama
Liliane Faria da Silva
Emília Gallindo Cursino**

Introdução

A integração de tecnologias digitais nos processos de educação em saúde representa um campo de inovação com vasto potencial para a qualificação de profissionais e a segurança de populações vulneráveis. No contexto da saúde escolar, a capacitação de professores e funcionários em primeiros socorros é um desafio constante, especialmente no que tange a agravos agudos e de alta complexidade, como as crises convulsivas. A ausência de conhecimento validado frequentemente resulta em intervenções inadequadas, baseadas em mitos culturais (ALHARBI et al., 2021), que podem agravar o quadro da criança e reforçar estigmas sociais. Este trabalho se insere no eixo temático de Tecnologias Educacionais em Saúde, apresentando o desenvolvimento e a validação de um vídeo educativo como ferramenta de inovação para a educação permanente de profissionais que atuam na educação infantil, visando suprir uma lacuna crítica de conhecimento e promover um ambiente escolar mais seguro.

Fundamentação

A epilepsia, principal causa de convulsões, afeta aproximadamente 50 milhões de pessoas globalmente (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2023), com alta incidência na infância (FIEST et al., 2017). Crianças com essa condição demandam um ambiente escolar inclusivo e preparado. Contudo, estudos demonstram que a maioria dos profissionais da educação não possui treinamento formal em primeiros socorros, sentindo-se inseguros para agir (CRUZ et al., 2022). Essa lacuna é agravada por concepções equivocadas sobre o manejo das convulsões. Diante disso, a Teoria Cognitiva de Aprendizagem Multimídia (MAYER, 2014) fundamenta a escolha do vídeo como tecnologia educacional, pois o uso articulado de estímulos visuais e auditivos favorece a compreensão e a retenção do conhecimento. A produção de uma tecnologia que seja não apenas cientificamente precisa, mas também didaticamente eficaz e validada pelo público-alvo, é essencial para garantir sua adesão e efetividade (TEIXEIRA; MOTA, 2011).

Exposição dos Principais Objetivos

O objetivo geral deste estudo foi desenvolver e validar um vídeo educativo sobre o manejo de primeiros socorros em crises convulsivas, destinado especificamente a professores e funcionários da educação infantil. Os objetivos específicos que nortearam o processo foram: (1) identificar, a partir da escuta da equipe escolar, suas principais necessidades de conhecimento; (2) construir um roteiro e produzir um vídeo educativo baseado em evidências científicas e nas demandas

levantadas; (3) validar o conteúdo, a relevância e a estrutura do vídeo com um painel de especialistas; e (4) validar a clareza, objetividade e aplicabilidade da ferramenta com os profissionais da educação infantil.

Metodologia Aplicada

Trata-se de um estudo metodológico, desenvolvido entre agosto de 2021 e julho de 2022 em Niterói-RJ. A metodologia seguiu um protocolo de seis etapas: 1) Busca de temas e conteúdos, por meio de entrevistas semiestruturadas com 13 professores e funcionários; 2) Estudo teórico, com levantamento de evidências científicas; 3) Elaboração do vídeo, com criação de roteiro e produção de animação 2D; 4) Validação com juízes especialistas, envolvendo 17 profissionais que avaliaram 21 itens do vídeo; 5) Adequação do vídeo; e 6) Validação com o público-alvo, na qual 15 profissionais da educação infantil avaliaram a versão final. Para as etapas de validação (4 e 6), utilizou-se o Índice de Concordância (IC), considerando-se um item válido ao atingir um valor $\geq 70\%$, conforme metodologias consagradas (SALVADOR et al., 2018). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE nº 47530021.7.0000.5243).

Análise e Discussão dos Resultados

O processo resultou na produção de um vídeo educativo de 2 minutos e 10 segundos. Na validação por especialistas, o vídeo obteve um Índice de Concordância geral de 98%. Na validação com o público-alvo, o resultado alcançou um Índice de Concordância de 100%. Os participantes destacaram a clareza e a relevância do vídeo, considerando-o uma ferramenta produtiva e instrutiva. A discussão destes resultados evidencia que o método de desenvolvimento, iniciado pela escuta das necessidades dos protagonistas, foi fundamental para o sucesso da validação. A alta concordância demonstra que a tecnologia é percebida como adequada ao seu contexto, propondo uma inovação ao abordar não apenas os procedimentos técnicos, mas também ao desmistificar crenças e reforçar a importância do acolhimento. A literatura aponta que a autoconfiança é um fator primordial para o manejo adequado de intercorrências de saúde na escola (ZONTA et al., 2019), e uma ferramenta como a desenvolvida tem potencial para impactar positivamente este aspecto.

Conclusão

O estudo conclui que o vídeo educativo foi validado com êxito tanto por especialistas quanto pelo público-alvo. A ferramenta demonstrou ser um recurso educacional claro, objetivo e de alta qualidade, com grande potencial para ser utilizado em programas de formação de profissionais da educação. Como proposta de inovação, o vídeo se destaca por ser um produto de baixo custo, fácil disseminação e construído a partir de uma metodologia participativa, o que aumenta sua aceitabilidade e eficácia. Recomenda-se a sua incorporação em práticas de educação permanente em saúde no ambiente escolar para minimizar erros, aumentar a autoconfiança dos profissionais e, consequentemente, promover um cuidado mais seguro e humanizado às crianças.

Palavras-chave: **Tecnologia Educacional; Saúde Escolar; Primeiros Socorros; Convulsão; Educação em Saúde.**

Referências

- ALHARBI, F. A. et al. Public awareness and attitudes toward epilepsy in Saudi Arabia: a systematic review and meta-analysis. **Epilepsy & Behavior**, v. 124, p. 108314, 2021.
- CRUZ, K. B. et al. Aptitude, knowledge and attitude of early childhood education professionals about first aid. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 12, p. e7, 2022.
- FIEST, K. M. et al. Prevalence and incidence of epilepsy: a systematic review and meta- analysis of international studies. **Neurology**, v. 88, n. 3, p. 296–303, 2017.
- DA SILVA MIRANDA, Priscila et al. Conhecimento, atitudes e práticas em primeiros socorros no ambiente escolar: uma revisão integrativa. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 13, 2023.
- MAYER, R. E. (Ed.). **The Cambridge handbook of multimedia learning**. Cambridge University Press, 2014.
- SALVADOR, P. T. C. O. et al. Validation of virtual learning object to support the teaching of nursing care systematization. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 1, p. 11-19, 2018.
- TEIXEIRA, E.; MOTA, V. M. S. S. Tecnologias educacionais em foco. Difusão Editora, 2011.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Epilepsy**. Geneva: WHO, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/epilepsy>. Acesso em: [data do acesso].
- ZONTA, J. B. et al. Autoconfiança no manejo das intercorrências de saúde na escola: contribuições da simulação in situ. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 27, e3174, 2019.

CONHECIMENTO, ATITUDES E PRÁTICAS DE PROFESSORES EM PRIMEIROS SOCORROS NO AMBIENTE ESCOLAR: DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS A PARTIR DE UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Priscila da Silva Miranda da Gama

Liliane Faria da Silva

Emília Gallindo Cursino

Introdução

O ambiente escolar, embora seja um espaço fundamental para o desenvolvimento infantil, é também um cenário de alta ocorrência de acidentes e agravos à saúde. A prontidão e a eficácia do primeiro atendimento são cruciais para o prognóstico da criança, recaindo sobre professores e funcionários a responsabilidade inicial do cuidado. Contudo, a capacitação desses profissionais em primeiros socorros permanece como um desafio crítico para a saúde pública e a educação no Brasil. Este trabalho, inserido no eixo temático de Educação e Práticas em Saúde na Comunidade, contribui ao apresentar um mapeamento abrangente das evidências científicas sobre o preparo de docentes para atuarem em emergências, diagnosticando as principais lacunas de conhecimento e apontando estratégias de inovação para a promoção de um ambiente escolar mais seguro.

Fundamentação

A vulnerabilidade infantil a acidentes é uma realidade epidemiológica, com as causas externas representando um componente significativo da morbimortalidade na faixa etária de 1 a 9 anos no Brasil. A escola, onde a criança permanece por longos períodos, potencializa riscos associados tanto à infraestrutura quanto às atividades de socialização e desenvolvimento motor. Nesse contexto, a Lei Federal nº 13.722/2018, conhecida como "Lei Lucas", instituiu a obrigatoriedade da capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários, transformando uma necessidade percebida em uma exigência legal. Apesar disso, a literatura aponta que o conhecimento da equipe escolar frequentemente advém do senso comum, resultando em práticas inadequadas ou até prejudiciais em situações como traumas dentários, crises convulsivas e engasgos. A ausência de um preparo formal e baseado em evidências científicas gera insegurança, frustração e pode comprometer a saúde da criança, reforçando a necessidade de investigar o panorama atual para subsidiar a criação de programas de formação eficazes.

Exposição dos Principais Objetivos

O objetivo principal desta pesquisa foi analisar e sintetizar as evidências científicas disponíveis na literatura sobre o conhecimento, as atitudes e as práticas de professores que atuam no ambiente escolar em relação ao atendimento de primeiros socorros. Como objetivos secundários, buscou-se: (1) caracterizar o nível de conhecimento dos docentes sobre as principais intercorrências em saúde na escola; (2) descrever as atitudes e práticas mais comuns relatadas; e

(3) identificar as estratégias de capacitação e intervenções educativas descritas na literatura e seu impacto.

Metodologia

Aplicada Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL), realizada nos meses de junho e julho de 2020. A busca pelos artigos foi conduzida nas bases de dados CINAHL, Scopus, PubMed, BDENF e LILACS. Foram estabelecidos como critérios de inclusão artigos publicados entre 2010 e 2020, que abordassem a temática de primeiros socorros na escola e tivessem professores como participantes. Foram excluídos estudos com professores estagiários. O processo de seleção seguiu as recomendações do modelo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), garantindo a transparência e a replicabilidade da busca. Após a seleção, 25 artigos compuseram a amostra final. Os dados extraídos foram agrupados em duas categorias temáticas para análise e discussão: (1) Conhecimento, atitudes e práticas em primeiros socorros; e (2) Ambiente escolar: estratégias para a capacitação em primeiros socorros.

Análise e Discussão dos Resultados Parciais ou Finais

A análise dos 25 estudos selecionados revelou um panorama preocupante: há um consistente e generalizado desconhecimento por parte dos professores sobre as ações necessárias no atendimento em primeiros socorros. Este déficit de conhecimento impacta diretamente as atitudes e práticas, que se mostraram frequentemente insuficientes ou inadequadas. A revisão identificou falhas críticas no manejo de situações comuns, como lesões dentárias traumáticas (desconhecimento sobre como armazenar um dente avulsionado) e crises convulsivas (presença de estigmas e práticas perigosas). Evidenciou-se que a principal fonte de conhecimento dos docentes não é a formação científica, mas sim as vivências pessoais e o senso comum, o que perpetua condutas obsoletas. Por outro lado, a revisão mostrou de forma unânime que as intervenções educativas como: cursos, workshops e simulações são estratégias altamente eficazes, promovendo melhorias significativas no conhecimento, na autoconfiança e no desempenho dos profissionais. Contudo, não foi encontrado consenso na literatura sobre a periodicidade ideal para esses treinamentos, o que reforça a necessidade de programas de educação permanente, e não apenas capacitações pontuais.

Conclusão e Propostas de Inovação

Esta revisão integrativa conclui que, apesar da existência de um marco legal como a Lei Lucas, os professores e funcionários ainda se encontram despreparados para prestar primeiros socorros de forma segura e eficaz, o que representa um risco direto à saúde infantil. A principal proposta de inovação que emerge destes resultados é a necessidade de se transcender o modelo de capacitações esporádicas e implementar programas de educação permanente em saúde nas escolas. Tais programas devem ser contínuos, baseados em metodologias ativas (como simulações práticas) e construídos em diálogo com a equipe escolar para atender às suas demandas reais. Sugere-se a articulação com parcerias intersetoriais, como o Programa Saúde na Escola (PSE), para viabilizar a presença regular de profissionais de saúde, como enfermeiros, na condução dessas atividades. Este estudo, ao diagnosticar a situação, oferece um subsídio robusto para a formulação de políticas públicas e o desenvolvimento de novas tecnologias educacionais que visem transformar o ambiente escolar em um espaço efetivamente seguro.

Palavras-chave: Primeiros Socorros; Saúde Escolar; Professores; Educação em Saúde; Revisão Integrativa.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 out. 2018.

GALINDO NETO, N. M. et al. Teachers' experiences about first aid at school. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, suppl 4, p. 1678-1684, 2018.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. **Revisão integrativa**: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

ZONTA, J. B. et al. Self-confidence in the management of health complications at school: contributions of the in situ simulation. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 27, e3174, 2019.

GAMA, Priscila da Silva Miranda da et al. Necessidades de aprendizagem em primeiros socorros de professores e funcionários que atuam na educação infantil. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 34, p. e20240178, 2025.

AVALIAÇÃO E INDICADORES DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Filipe Inácio Procópio Araújo Viana

Introdução

As políticas educacionais e científicas no Brasil enfrentam sérios desafios, agravados por cortes orçamentários que comprometem a continuidade e a autonomia da pesquisa acadêmica (NADER, 2022; VALESCA, 2022). Nesse cenário, as universidades públicas reafirmam sua importância na produção de conhecimento e na formação de cidadãos críticos e autônomos (OHAYON et al., 2007). A valorização do conhecimento como capital estratégico na economia global reforça a centralidade da educação superior e da pesquisa científica (PIRES, 2009; LOPES; JÚNIOR, 2018).

A Iniciação Científica (IC) tem se mostrado uma estratégia eficaz de integração entre ensino, pesquisa e extensão, com impacto direto na formação acadêmica (SALIBA et al., 2019). Estudos indicam que bolsistas têm 2,2 vezes mais chances de concluir o mestrado e 1,5 vez mais de concluir o doutorado (TOKARNIA, 2017), o que evidencia a necessidade de avaliar sistematicamente seus resultados.

Neste trabalho, propõe-se indicadores para a avaliação do programa, de modo a compreender seus impactos na trajetória dos estudantes, inserindo-se no eixo temático Política Pública e Educação.

Fundamentação

É essencial que as instituições de ensino superior conheçam as percepções dos egressos sobre sua formação, permitindo reflexões críticas e ajustes nos programas oferecidos (LOUSADA; MARTINS, 2005; COSTA JÚNIOR, 2021). O PIBIC, como política institucional, contribui significativamente para a formação intelectual e profissional ao introduzir estudantes na pesquisa científica (LOPES; JÚNIOR, 2018), promovendo o desenvolvimento da maturidade acadêmica e o domínio do método científico (PINTO et al., 2016; BARBOSA et al., 2022).

Durante a Iniciação Científica, os bolsistas vivenciam atividades como revisão bibliográfica, elaboração de projetos, coleta e análise de dados, redação e apresentação científica (SALIBA et al., 2019), além de ampliarem seu repertório teórico e linguístico, muitas vezes entrando em contato com um segundo idioma (TOKARNIA, 2017; BIANCHETTI et al., 2012). Essa experiência favorece a autonomia, a autoconfiança e o senso crítico (BARBOSA et al., 2022), fortalecendo também o vínculo com grupos de pesquisa e com a comunidade acadêmica (LOPES; JÚNIOR, 2018).

Apesar de seus benefícios, o programa enfrenta desafios como a escassez de bolsas e a percepção do estudante como mão de obra auxiliar, o que pode comprometer sua autonomia e protagonismo (BIANCHETTI et al., 2012). Além disso, há o risco de exclusão de jovens de segmentos sociais desfavorecidos, o que reforça a importância de políticas estáveis de financiamento, voltadas para inclusão e acessibilidade (ARANTES; PERES, 2021).

Exposição dos Objetivos

O objetivo central deste trabalho é apresentar indicadores encontrados na literatura acadêmica que possam ser aplicados para a avaliação dos impactos da participação no PIBIC sobre os estudantes da UFF.

Para isto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: mapear referenciais teóricos e estudos que tratam da avaliação da iniciação científica no Brasil, com foco no PIBIC; identificar dimensões e variáveis relevantes para análise da trajetória acadêmica e profissional dos bolsistas; sistematizar indicadores que permitam observar esses impactos.

Metodologia

A presente pesquisa adotou como procedimento metodológico a revisão da literatura nacional sobre iniciação científica no ensino superior, com foco na avaliação de seus impactos. De acordo com Souza e Filipecki (2017), entre 1983 e 2010 houve um crescimento das publicações sobre iniciação científica, mas sem correspondência à expansão de programas como o PIBIC, revelando a carência de análises avaliativas.

Foram realizadas buscas sistematizadas nas bases Portal de Periódicos da CAPES, BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e OASIS.BR, por representarem os principais repositórios nacionais da produção acadêmica.

Utilizou-se a seguinte corrente de busca: (PIBIC OR “iniciação científica”) AND (avaliação OR metodologia OR pedagogia) AND administração. O levantamento identificou 693 documentos, dos quais 173 duplicados foram eliminados, resultando em 520 registros únicos.

Aplicaram-se critérios de seleção baseados na revisão por pares, acesso ao texto integral e fator de impacto. A análise de títulos e resumos reduziu a amostra a 36 trabalhos relevantes, e, após leitura integral, foram selecionados 14 diretamente vinculados aos objetivos desta pesquisa. Considerou-se como marco temporal o estudo de Massi e Queiroz (2010), reconhecido por Costa Júnior (2021) como referência de revisão anterior.

Análise e Discussão dos Resultados

Os indicadores foram desenvolvidos em relação ao conceito de aprendizagem pela pesquisa, proposto por Pedro Demo (2015) em comparação com os resultados da revisão de literatura, e organizados em três dimensões: autonomia formativa e reflexividade crítica, produção de conhecimento e trajetória acadêmica. Foram propostas as seguintes variáveis, conforme quadro:

Quadro 1 – Dimensões, Critérios, Indicadores e Referencial Teórico

Dimensão	Critério	Indicador	Referencial
Autonomia Formativa e Reflexividade crítica	Capacidade de Acesso e Participação Voluntária	Total de candidatos, selecionados e concluintes	Ohayon et al. (2007); Costa Júnior (2021)
	Atualização de Currículo	Status do Currículo Lattes	Gonçalves (2020)
Produção de conhecimento	Produção Científica	Trabalhos apresentados e/ou publicados; participação em eventos	Gonçalves (2020); Ramos (2012); Silva (2023)
	Participação em Grupos de Pesquisa	Cadastro no Diretório de Grupos do CNPq	Gonçalves (2020); Silva (2023)
Trajetória Acadêmica	Formação Acadêmica	Ingresso e de conclusão em pós-graduação	Canuto (2018); Ramos (2012); Silva (2023)
	Área de Especialização	Instituição, Universidade e o tema de Pesquisa	Silva (2023)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

Os indicadores de desempenho observados encontram campo para aplicação no contexto da UFF, sobretudo a partir dos sistemas e relatórios institucionais já disponíveis, ferramentas como o painel “UFF em Números” e as publicações das Pró-Reitorias de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Assuntos Estudantis oferecem dados consolidados sobre bolsas, projetos e perfil discente. Embora não apresentem informações específicas sobre o PIBIC, esses instrumentos permitem acompanhar variáveis comparáveis, como a distribuição de bolsas de diferentes modalidades, a participação em projetos de extensão e o impacto das políticas de apoio social.

Nesse sentido, os indicadores organizados nas dimensões de autonomia formativa, produção de conhecimento e trajetória acadêmica podem ser adaptados e cruzados com dados já coletados institucionalmente, otimizando a análise e reduzindo custos operacionais. Essa integração amplia o potencial de uso dos indicadores não apenas como ferramenta avaliativa, mas também como suporte estratégico para a formulação de políticas internas de fomento à pesquisa. Desta forma, a UFF pode avançar em direção a uma avaliação do PIBIC conectada ao monitoramento institucional existente e alinhada às práticas de gestão baseada em evidências.

Destaco que os indicadores propostos aqui não reduzem a complexidade das trajetórias individuais a dados quantitativos, mas oferecem parâmetros para identificar padrões e relações entre a participação no PIBIC e o fortalecimento da identidade acadêmica dos estudantes.

Apesar da relevância dos indicadores propostos, algumas limitações precisam ser consideradas. A primeira refere-se à dependência de dados institucionais, que podem apresentar lacunas, inconsistências ou dificuldades de acesso, restringindo a abrangência da análise. Muitos dos registros relativos à trajetória acadêmica e profissional dos egressos não estão sistematizados de forma padronizada nos sistemas, o que exige esforço adicional de coleta e cruzamento de informações. Outra limitação diz respeito à ausência de comparações externas, essa restrição limita a possibilidade de avaliar a efetividade relativa do PIBIC da instituição, bem como de identificar boas práticas adotadas em outros cenários.

Conclusão

O estudo fundamentou-se em revisão sistematizada da literatura nacional sobre iniciação científica no ensino superior, com ênfase na avaliação de impactos. A partir de um universo inicial de 693 documentos localizados nas principais bases acadêmicas nacionais (CAPES, BDTD e OASIS.BR), foram selecionados 14 trabalhos diretamente alinhados aos objetivos da pesquisa, tomando como marco a revisão de Massi e Queiroz (2010).

A definição dos indicadores partiu da disponibilidade de dados institucionais e do referencial teórico consolidado, somando-se à experiência do pesquisador na gestão do PIBIC na UFF. O quadro proposto possibilita uma avaliação contínua que valoriza tanto a dimensão formativa quanto a trajetória dos estudantes.

A aplicação desses indicadores, no contexto institucional da UFF, tem o potencial de subsidiar a avaliação do PIBIC, fortalecer sua função formativa e fornecer informações valiosas para o aprimoramento das políticas internas de fomento à pesquisa. A proposta também pode servir como referência para outras instituições de ensino superior a fim de desenvolver metodologias avaliativas consistentes e orientadas por evidências. A proposta de indicadores contribui para a avaliação formativa do PIBIC, com potencial de impacto na gestão institucional e no debate sobre políticas de fomento.

Reconhece-se, entretanto, a limitação da dependência de dados institucionais, o que sugere a necessidade de pesquisas complementares, incluindo análises qualitativas sobre trajetórias individuais. Para avançar além da proposta aqui apresentada, pesquisas futuras podem incorporar metodologias quantitativas aplicadas, entrevistas ou estudos de caso de egressos, para oferecer uma visão mais ampla e equilibrada, articulando dados objetivos com as percepções e experiências individuais dos participantes.

Palavras-chave: PIBIC; Iniciação Científica; Avaliação de Programas; Indicadores de Desempenho; Formação Acadêmica

Referências

ARANTES, S. L. F.; PERES, S. O. Metodologias ativas em programas e projetos de iniciação científica, educação científica e divulgação científica. *Brazilian Journal of Development*, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 13496–13515, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n2-119.

BARBOSA, P. P.; SANTOS, D.; TONIDANDEL, S. M. R. Scientific initiation as a strategy for the development of scientific literacy in basic education students: reflections from the Cientista Aprendiz. *Revista de Ensino de Ciências e Matemática*, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 1–23, 1 jul. 2022. DOI: 10.26843/renicina.v13n4a02. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/221810>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BIANCHETTI, L.; OLIVEIRA, A.; SILVA, E. L.; TURNES, L. A iniciação à pesquisa no Brasil: políticas de formação de jovens pesquisadores. **Educação (UFSM)**, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 569–584, 30 ago. 2012. DOI: 10.5902/198464445012.

CANUTO, J. G. **Análise dos processos de gerenciamento dos programas de iniciação científica da Universidade Federal de Itajubá: um estudo de caso**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/handle/123456789/1758>. Acesso em: 29 maio 2025.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

GONÇALVES, S. F. **Contribuições da iniciação científica para a formação acadêmica de agrônomos do Instituto Federal Goiano Campus Urutai**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/12563>. Acesso em: 29 maio 2025.

JÚNIOR, M. N. C. **Proposta de indicadores de desempenho para avaliar as contribuições do PIBIC na formação acadêmica e científica dos estudantes egressos no âmbito da Faculdade de Tecnologia da UFAM**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8400>. Acesso em: 29 maio 2025.

LOPES, M. J. P.; JÚNIOR, D. L. S. Iniciação científica: uma análise de sua contribuição na formação acadêmica. **Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 133–148, 4 jul. 2018.

LOUSADA, A. C. Z.; MARTINS, G. A. Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de Ciências Contábeis. **Revista Contabilidade & Finanças**, [s. l.], v. 16, n. 37, p. 73–84, abr. 2005. DOI: 10.1590/S1519-70772005000100006.

MASSI, L.; QUEIROZ, S. L. Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 40, p. 173–197, 14 set. 2010. DOI: 10.1590/S0100-15742010000100009.

NADER, H. B. **Science urgencies for Brazil**. Science, [s. l.], v. 378, n. 6623, p. 931, 2 dez. 2022. DOI: 10.1126/science.adf9526.

OHAYON, P. et al. Iniciação científica: uma metodologia de avaliação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [s. l.], v. 15, n. 54, p. 127–144, mar. 2007. DOI: 10.1590/S0104-40362007000100008.

PINTO, N. L. S.; FERNANDES, L. M. A.; SILVA, F. F. Para além da formação acadêmica: as contribuições da iniciação científica para o desenvolvimento pessoal e profissional de estudantes

da área de Administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 301–325, 2016. DOI: 10.13058/raep.2016.v17n2.352. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/352>. Acesso em: 17 jun. 2024.

PIRES, R. C. M. Formação inicial do professor pesquisador através do programa PIBIC/CNPq: o que nos diz a prática profissional de egressos? **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, [s. l.], v. 14, p. 487–514, jul. 2009. DOI: 10.1590/S1414-40772009000200012.

RAMOS, M. S. **Avaliação de um programa de iniciação científica em saúde: estudo de caso sobre o PIBIC da Fiocruz - Bahia**. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7698>. Acesso em: 29 maio 2025.

SALIBA, T. A. et al. The impact of scientific initiation on the scientific production of graduate students. **Revista ABENO**, [s. l.], p. 127–133, 2019.

SOUZA, I. C. F.; FILIPECKI, A. T. P. Iniciação científica de estudantes de ensino médio: um olhar sobre esta formação em uma instituição de pesquisa biomédica brasileira. **Visioni LatinoAmericane**, Trieste, n. 17, p. 74–95, 2017.

TOKARNIA, M. **Pesquisa: bolsistas de iniciação científica concluem estudos mais rápido. Agência Brasil**, 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/bolsistas-de-iniciacao-cientifica-concluem-estudos-mais-rapido-diz-pesquisa>. Acesso em: 11 mar. 2025.

VALESCA, L.; IAMAMOTO, S. “Culture war” against Brazilian universities: how budget cuts and changes in tertiary education policies are affecting the academic community. **Alternautas**, [s. l.], v. 7, n. 2, 2020. DOI: 10.31273/alternautas.v7i2.1108.

OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE RESERVA DE VAGAS NOS CONCURSOS PÚBLICOS PARA O MAGISTÉRIO SUPERIOR NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Renata Mantuano de Matos

Introdução

A pesquisa foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança da UFF (PPGJS/UFF) como requisito para obtenção do título de Mestre em Justiça e Segurança em dezembro de 2024. O estudo analisou o modo como as universidades federais (Ifes) têm desenvolvido os procedimentos relativos à reserva imediata de vagas para pessoas negras, sob o recorte dos concursos públicos para ingresso nos cargos de professor da carreira do magistério superior, buscando adequar as regras dos editais às normativas vigentes.

Embora essa política afirmativa tenha sido elaborada para corrigir desigualdades, sua implementação ainda enfrenta desafios devido a fatores como discricionariedade administrativa e diversas interpretações que, inseridas em um emaranhado normativo, evidenciam tensões entre Direito, Poder e Regulamentação. Desse modo, a pesquisa desenvolvida coaduna-se ao eixo temático submetido, qual seja: política pública e inovação.

Fundamentação

A reserva de vagas em concursos públicos para candidatos negros passou a ser objeto de estudo, pois a literatura vem apontando os desafios para a sua implementação efetiva. Baseada na discricionariedade administrativa, as instituições perpetuam práticas excludentes até mesmo quando afirmam estar respeitando a legislação. Essa política pública, há mais de uma década, empenha-se na necessidade de alinhamento entre normas e práticas administrativas para assegurar sua eficácia.

Da complexidade na interpretação à aplicação das normas, discutiu-se o impacto das regulamentações complementares à lei e o papel das universidades na efetivação de políticas de inclusão. Com o olhar voltado às metodologias aplicadas pelas maiores Ifes em quantitativo docente, a investigação refletiu sobre o equilíbrio entre discricionariedade administrativa e uniformidade, bem como problematizou as tensões existentes na criação, aplicação e interpretação das normas jurídicas para, então, sugerir meios eficazes de execução de uma política mais inclusiva.

Exposição Dos Principais Objetivos

Considerando as particularidades dos concursos públicos para provimento no cargo de professor do magistério superior federal, a pesquisa teve como objetivo abordar as formas de implementação da política de cotas raciais nas Ifes que vêm adaptando seus editais de acordo com a interpretação da Suprema Corte na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 41/DF. Portanto, foram levantadas as seguintes problemáticas: (i) amplitude do poder discricionário da Ifes na aplicação da legislação de cotas; (ii) métodos de aplicação; (iii) motivos que levam à resistência de uma metodologia mais inclusiva; (iv) comparação entre os métodos; (v) limitadores, inviabilizadores ou pontos controversos dos modelos estudados e, por fim, (vi) elaboração de um método.

Metodologia Aplicada

Norteado pelos objetivos da pesquisa, foi possível delimitar os caminhos metodológicos mais adequados à proposta pela adoção de instrumentos de base qualitativa e quantitativa, a partir da observação participante, já que a pesquisadora também é servidora e lotada no setor que gerencia os concursos docentes na UFF, da análise dos editais das instituições pesquisadas, além de entrevistas com gestores da UFF para a compreensão dos seus dilemas e desafios.

Foram analisados editais de quatorze Ifes, resultando no mapeamento de práticas que limitam ou, até mesmo, inviabilizam a efetividade da política afirmativa. A pesquisa, além de apontar as lacunas, propôs um método que respeitasse o espírito legal.

Foram excluídos do levantamento os concursos para professor titular-livre (em geral com apenas uma vaga), os concursos da carreira EBTT e os processos seletivos para professores substitutos, por não integrarem o quadro efetivo das universidades federais.

A proposta inicial era mapear metodologias nas 69 Ifes e verificar o cumprimento da Lei nº 12.990/2014, mas teve que ser ajustada à medida que a literatura sobre a temática cresceu e os editais passaram a adotar novos métodos. A atualização constante do “estado da arte” ajudou a delimitar o problema e a formular hipóteses para análise e interpretação dos dados.

No primeiro momento, a trajetória metodológica baseou-se em estudos generalistas recentes (MELLO, 2021; IPEA, 2021a; 2021b) e em pesquisas exploratórias. Analisaram-se os últimos editais das 69 Ifes em 2022 e 2023, criando dados, rastreando o campo e delimitando o objeto. Constatou-se que 47 das 69 Ifes (68,1%) já aplicavam a aglutinação de vagas em um único edital. Observou-se um padrão: quanto maior o número de códigos de vaga docente, maior a chance de adoção da “reserva unificada por edital”; nas Ifes com menos de 2.000 códigos, o percentual era menor. O método “edital por área” mostrou-se menos eficaz e vem sendo desestimulado pela normativa recente.

Diante disso, o foco voltou-se às metodologias de aglutinação em “zonas cinzentas”, investigando certames com editais unificados e a reserva imediata. Buscou-se compreender os aspectos legais de elaboração dos instrumentos convocatórios e contribuir para o aperfeiçoamento da gestão de concursos pela PROGEPE/UFF.

As 69 Ifes foram classificadas por região e por faixas de quantitativo de códigos (até 500; 501–1.000; 1.001–1.500; 1.501–2.000; 2.001–2.500; 2.501–3.000; 3.001–3.500; mais de 3.500). Os dados de códigos foram extraídos do Sigepe Gestor mediante login autorizado.

Devido às suspensões de concursos na pandemia, o recorte temporal foi redefinido para janeiro/2022 a janeiro/2024. Acompanharam-se todas as fases dos concursos com editais de 2022 e 2023 até a publicação das nomeações; em janeiro/2024 verificou-se, por cautela, eventuais novos editais e a manutenção de metodologias. O objetivo foi retratar a situação mais atual possível, não a evolução histórica dos métodos.

As 14 Ifes com mais códigos foram analisadas por comparação contrastiva (KANT DE LIMA), agrupando metodologias semelhantes e categorizando-as por contrastes. Identificaram-se dois modelos de “reserva unificada”: (i.a) aplicação do percentual por área (clássica) e (i.b) pelo total de vagas do edital (moderna).

Na “reserva unificada moderna”, surgem três variantes: (1) indefinição das áreas ao longo de todo o certame; (2) delimitação das áreas já no edital de abertura; (3) definição por sorteio único, podendo ocorrer antes da publicação do edital, após as inscrições ou após a homologação do resultado.

O estudo também abordou: comparação entre métodos; amplitude do poder discricionário das universidades; pontos limitadores, inviabilizadores ou controversos; e a relação entre a política afirmativa e a composição de docentes negros nos departamentos. A coleta documental incluiu resoluções internas, editais de abertura e homologação e portarias de nomeação.

Além da análise documental, realizaram-se entrevistas semiestruturadas e conversas com gestores responsáveis pelos concursos docentes da UFF, incluindo um ex-gestor que implementou a reserva. As entrevistas esclareceram o posicionamento da administração central durante a implementação do novo edital.

Identificaram-se obstáculos nos mecanismos de execução da lei e propuseram-se melhorias. A partir de empréstimos de métodos observados em diferentes editais, delineou-se um modelo de implementação singular, com o propósito de aumentar a eficácia da política de cotas e dar visibilidade a uma inovação antes tendente à ineficiência.

Análise e Discussão dos Resultados Finais

Considerando o detalhamento do estudo, que foi realizado no decorrer dos 2 anos do mestrado, a fim de sintetizar os resultados, elaborei tópicos que elucidarão melhor o que eu não consegui detalhar no primeiro resumo apresentado, visto que a pesquisa analisou modelos adotados por 13 Ifes (editais de 2022–2024) na implementação da Lei nº 12.990/2014, após o marco da ADC 41/2017 (STF).

A pesquisa apontou obstáculos de transparência/publicidade em etapas essenciais (heteroidentificação, homologação, nomeação) especialmente em UFC, UFPR, UFPB, UFRN, contrastando com UnB/UFRGS, que exibem plataformas mais claras.

1. “Edital Unificado Moderno” (aglutinação de vagas): que significa agrupar vagas para calcular a reserva imediata. Foram verificados três arranjos:
 - 1.1. Até dois editais/ano (UFF, UFRJ, UFPB, UFSC, UFBA, UFPE, UFRN, UFG);
 - 1.2. Diversos editais/ano (UFC, UFRGS, UFPR);
 - 1.3. Aglutinar editais (UnB, UFMG).

Fragmentar vagas não garante mais reserva: às vezes somar por edital gera 1–2 vagas a mais que um único edital, mas editais com 1–2 vagas inviabilizam reserva imediata. UnB (Res. CEPE 90/2023): a cada 5 vagas ofertadas com cotistas inscritos, há sorteio público para distribuir 20% (negros) e 5% (PcD) — aglutinação “entre editais”.

2. Distribuição de áreas reservadas: três métodos
 - 2.1. Áreas indefinidas no edital (UFBA, UFPE, UFRGS, UFF): maior efetividade, menor transparência.
 - 2.2. Áreas definidas pela Ifes com critério:
 - 2.2.1. UFMG usa Índice de Disparidade Racial (IDR) para ranquear departamentos;
 - 2.2.2. UFG reserva a cada 5 vagas, por ordem cronológica de pedidos.
 - 2.3. Áreas sorteadas:

- 2.3.1. Sorteio no edital de abertura (UFPB, UFSC, UFC, UFPR) limita a efetividade: se as áreas sorteadas não tiverem aprovados cotistas, a reserva não migra para áreas com aprovados cotistas fora do sorteio;
- 2.3.2. Sorteio após inscrições (UnB, UFRN) melhora a publicidade, mas continua excludente quando o número de áreas com inscritos negros excede o percentual legal (ex.: 60 vagas/30 áreas com inscritos → sorteio cobre 12; 18 ficam de fora).
3. Índices/rankeamentos por cor/raça: Ranquear departamentos para reduzir disparidades internas (ex.: UFMG/IDR, UFRJ) é pertinente, mas combinado a sorteio/antecipação de áreas pode postergar o ingresso de docentes negros em departamentos com baixa procura ou poucos aprovados; além disso, torna o método complexo (ECG retificado, novos sorteios, alteração de nomes de áreas).
4. “Reserva não ocupada”: A regra predominante é a reversão para ampla concorrência. Exceções:
- 4.1. UFRJ: se não houver aprovado na área reservada, abre-se novo concurso mantendo a reserva da área sorteada;
 - 4.2. UFPB: reabre inscrições vinculadas ao edital original mantendo a reserva.
5. Cláusula de barreira: Após RE 635.739 e Dec. 9.739/2019, e com a IN MGI 23/2023, passou-se a exigir percentual reservado nas etapas com barreira. Ainda assim, a barreira reduz o fluxo de cotistas para fases seguintes. Mapeadas quatro Ifes:
- 5.1. UFMG (mais restritiva): aplica Anexo II já na 1^a fase;
 - 5.2. UFRGS: barreira com garantia de 20% de PPN para 2^a fase (com nota mínima 7,0);
 - 5.3. UFPE: teto fixo por modalidade para 2^a fase;
 - 5.4. UFG: regra distinta com e sem reserva prévia (mínimo de aprovados PPN ≥ AC nas áreas com reserva).
6. Decreto nº 9.739/2019 (Anexos II e III): Ifes normalmente homologam por área, respeitando os tetos de aprovados (Anexos II/III) e aplicam 20% sobre a lista geral homologada para compor a lista de negros (arredondamento para o inteiro subsequente). UFC é singular: usa números máximos fixos por lista (AC, PPN, PCD) independentemente da nota final.
7. Modelo orientador de ocupação de vagas (alternância/proportionalidade): usado por várias Ifes para convocar excedentes ao longo da vigência:
- 7.1 UFPA ainda no “Unificado Clássico” (sem reserva imediata; percentual por área);
 - 7.2 UFPE/UFPB: tabelas orientadoras distintas conforme haja reserva prioritária (PPN/PCD) ou não;
 - 7.3 UnB/UFPR: tabelas para convocações futuras (em áreas fora da reserva imediata, se houver excedentes cotistas).

Efeito colateral: quando a convocação passa a seguir tabelas por área, excedentes cotistas perdem prioridade sistemática (quebra da lógica de aglutinação original), reduzindo a eficácia global.

8. Nomeação de aprovados negros não cotistas: Foram identificadas práticas em UFSC, UFPB, UFG de nomear como cotistas candidatos primeiros na ampla (portarias registram “lista de pessoas negras” ou “candidato negro”), mas a lei veda computar negros

aprovados na ampla para a cota. Isso mascara o cumprimento da reserva e distorce indicadores.

A pesquisa evidenciou que a implementação de políticas de ações afirmativas nos concursos para docentes desafia a normatividade usual, pois essas políticas não foram originalmente concebidas para regular todos os tipos de seleção existentes. Os concursos docentes, por sua natureza, operam de forma distinta, exigindo estratégias como a aglutinação de vagas, que, apesar de representar uma tentativa de adequação, não resolve de maneira satisfatória os entraves causados pelos critérios de escolha das áreas. Diante desse cenário, é necessário revisar as interpretações ordinárias da legislação, que, se mantidas em sua forma tradicional, acabam por comprometer a eficácia da política.

Torna-se imprescindível reformular o modo como os concursos são realizados, embora tal mudança, por si só, ainda não seja suficiente para sanar todos os problemas estruturais envolvidos. A efetividade das ações afirmativas requer não apenas o fortalecimento das leis, mas também mudanças institucionais. A promoção de uma sociedade mais justa e igualitária depende de esforços contínuos para enfrentar o racismo estrutural, ampliar a representatividade e garantir a implementação prática das normas, visto que práticas institucionais e interpretações subjetivas podem afetar a implementação de políticas afirmativas, perpetuando as desigualdades.

O resultado do mapeamento enfatizou a necessidade operar um sistema de gestão de concursos que concentre todas as informações sobre o certame em uma única plataforma de acesso público e adotar medidas mais inclusivas. Aderir à reserva imediata de vagas com base no total de vagas oferecidas no edital é, hoje, uma realidade quase unânime entre as Ifes, mas não é o bastante, é preciso parametrizar os procedimentos e eliminar aqueles que, claramente, limitam as chances de sucesso dos candidatos cotistas.

A investigação apontou a necessidade de aperfeiçoamento da política de cotas com base nos atos de regulamentação da Lei, a fim de, a partir das observações da pesquisa, superar os entraves hermenêuticos ao sugerir um novo modelo que se coadune aos parâmetros de legalidade, justiça e eficiência.

Conclusão

Tendo em conta que o campo de conhecimento sobre políticas de ações afirmativas estrutura-se na assimilação de saberes acumulados sobre processos, resultados e a avaliação de seus efeitos, o estudo sobre as práticas desenvolvidas pelas Ifes permitiu a sugestão de ajustes incrementais na organização dos processos seletivos. Consequentemente, a perspectiva é a difusão, entre os agentes públicos que atuam junto aos setores de recrutamento, de técnicas compatíveis com a estrutura organizacional de uma universidade pública. Com o objetivo principal de viabilizar a política de cotas de maneira efetiva, este e outros estudos sobre a temática influenciam diretamente a implementação das políticas, tornando o processo mais cooperativo e dinâmico, mas, além disso, mostram como valores e crenças moldam decisões estratégicas.

Pelo exposto, é um desafio à instituição alinhar o planejamento das políticas públicas, sua execução e o controle dos resultados aos critérios de eficiência e eficácia sem comprometer a qualidade ou a transparência. Porquanto, uma política sem planejamento adequado pode perpetuar ou ampliar desigualdades já existentes, seja pela falha de interpretação ou pelos pontos cegos no diagnóstico inicial. Adotar uma padronização dos editais entre as Ifes, especialmente em relação às regras de reserva de vagas e critérios de classificação, facilitaria a

compreensão das regras pelos candidatos e garantiria maior transparência e previsibilidade, afastando a insegurança jurídica no recrutamento.

Palavras-Chave: Universidades Federais; Cotas Raciais; Docente.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. O direito a partir de um outro olhar: as contribuições da antropologia na pesquisa jurídica. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, v. 21, p. 43-66, 2007.

BORGES, Ana Clara Davila; VINUTO, Juliana. Presunção da culpa: racismo institucional no cotidiano da justiça criminal em Niterói (RJ). **PerCursos**, Florianópolis, v. 21, n. 45, p. 140-172, 2020. DOI: 10.5965/1984724621452020140. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724621452020140>>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. AGU. Advocacia Geral da União. **Parecer n. 00003/2018/CNU/CGU/AGU**. 2018a. Disponível em <https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=164587529>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. AGU. Advocacia Geral da União. **Parecer n. 00028/2018/DECOR/CGU/AGU**. 2018b. Disponível em: <https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=126991403>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. AGU. Advocacia Geral da União. **Parecer n. 14/2021/DECOR/CGU/AGU**. Disponível em: <https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=586529720>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**: Brasília, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constiticao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **Guia referencial para concursos públicos: promoção do ethos público, realidade brasileira, inclusão, diversidade e direitos humanos** / Alexandre de Ávila Gomide... [et al.]. Brasília: Enap, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7735?mode=simple>>. Acesso em: 30 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Diário Oficial da União: Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. ME. Ministério da Economia. Portaria SGP/SEDGG/ME nº 14.635, de 14 de dezembro de 2021. Altera a Portaria Normativa SGP/MP nº 4, de 6 de abril de 2018, que regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais, nos termos da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-sgp/sedgg/me-n-14.635-de-14-de-dezembro-de-2021-367471056>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. MGI. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023. Disciplina a aplicação da reserva de vagas para pessoas negras nos concursos públicos e processos seletivos para a contratação por tempo determinado, nos termos das Leis nº 12.990, de 9 de junho de 2014, e nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-mgi-n-23-de-25-de-julho-de-2023-499276293>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. MGI. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Nota Técnica SEI nº 33063/2023/MGI, de 3 de outubro de 2023**. Concursos públicos. Cotas raciais. Aplicação em todas as fases do certame. Cláusula de barreira. Interpretação do art. 3º, § 1º, da Lei nº 12.990, de 2014. Disponível em: <<https://legis.sigepe.gov.br/legis/detalhar/24225>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. MGI. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Portaria MGI nº 1.035, de 23 de fevereiro de 2024. Dispõe sobre a atualização e a validação obrigatórias de dados cadastrais pessoais e funcionais dos agentes públicos civis do Poder Executivo federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mgi-n-1.035-de-23-de-fevereiro-de-2024- 544782231>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. MP. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Orientação Normativa SEGRT/MP nº 3, de 1º de agosto de 2016. Dispõe sobre regras de aferição da veracidade da autodeclaração prestada por candidatos negros para fins do disposto na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=54&data=02/08/2016>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. MPDG. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Portaria Normativa MPDG nº 4, de 6 de abril de 2018. Regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais, nos termos da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-normativa-n-4-de-6-de-abril-de-2018-9714345>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. MPOG. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão de Pessoas. Portaria Normativa no 4, de 6 de abril de 2018. Regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclararão dos candidatos negros, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais, nos termos da Lei no 12.990, de 9 de junho de 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.dpu.def.br/images/stories/Infoleg/2018/04/10/portaria_mpog2.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 6.738, de 07 de novembro de 2013**. Reserva aos negros vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=600255>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. STF. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 186**. Relator Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25342750/arguicao-de-descumprimento-de-preceito-fundamental-adpf-186-df-stf/inteiro-teor-159438543>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. STF. Supremo Tribunal Federal. **Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC 41**. Relator Ministro Luis Roberto Barroso. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13375729>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. STF. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 7654**. Relator Ministro Flávio Dino. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6930540>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. STF. Supremo Tribunal Federal. **Julgamento do Recurso Extraordinário nº 635.739** (Inteiro Teor do Acórdão). Brasília: STF, 2014. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=264233336&ext=.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. TCU. Tribunal de Contas da União. **Acórdão n. 0804-11/19-P**. Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues. Secretaria do TCU no Estado do Rio de Janeiro (Sec-RJ). Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao->>

completo/1226320184.PROC/%20/DTRELEVANCIA%20desc,%20NUMACORDAOINT%20desc/0/%20?uuid=b3755b50-65cb-11e9-abf0-b173191ce45b>. Acesso em: 25 mai. 2024.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Sensibilidade Cívica e Cidadania no Brasil. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 44, p. 34-63, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO FILHO, **Manual de direito administrativo**. 30. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DAMATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo; ou, como ter Anthropological Blues. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 23-35, 1978.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 1997a. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7923373/mod_resource/content/3/DAMATT_A%20Roberto%20-%20A%20casa%20e%20a%20Rua.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2024.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

DANTAS, Annie Vieira. **Cotas para negros e o acesso ao serviço público federal no Brasil**: a institucionalização da Lei 12.990/2014 na Universidade Federal de Pernambuco. 2023. 79 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de direito constitucional**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAS FILHO, Marcos Napoleão do Rêgo Paiva. **Branquitude e política de cotas para docentes nas universidades**: uma análise a partir do contexto da Universidade Federal da Bahia. 2022. 196

f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-raciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), Rio de Janeiro, 2022.

DUMONT, Louis. Casta, Racismo e Estratificação. In: **Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FARIA, Iolanda Pinto de. **O ingresso em instituições federais de ensino superior**: um estudo interdisciplinar das cotas para discentes e docentes. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

FERES JUNIOR, João. DAFLON, Verônica Toste. Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica. **Sociologias (UFRGS)**, v. 17, p. 92-123, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/15174522-017004003>>. Acesso em: 25 set. 2024.

FOUNTAINHA, Fernando de Castro; VERONESE, Alexandre; GERALDO, Pedro Heitor Barros; ALVES, Camila Souza; WALDBURGER, Joana; FIGUEIREDO, Beatriz Helena. **Processos seletivos para a contratação de servidores públicos**: Brasil, o país dos concursos? Rio de Janeiro: Direito Rio, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/13307093-3814-4800-b483-e66fb14dea6/content>>. Acesso em: 30 mai. 2024.

FOUNTAINHA, Fernando de Castro; GERALDO, Pedro Heitor Barros; VERONESE, Alexandre; ALVES, Camila Souza. O concurso público brasileiro e a ideologia concorseira. **Revista Jurídica da Presidência**, v. 16, p. 671-702, 2015.

FOUNTAINHA, Fernando de Castro; GERALDO, Pedro Heitor Barros; VERONESE, Alexandre; ALVES, Camila Souza. A ideologia concorseira: Quando falta mérito à meritocracia. **Insight Inteligência**: Rio de Janeiro, v. 73, p. 122-134, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, p. 158, 1999.

GEERTZ, Clifford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparada. In: **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes, p. 249-356, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.

GERALDO, Pedro Barros; FOUNTAINHA, Fernando; VERONESE, Alexandre. Sociologia empírica do direito: Uma introdução. **Revista Ética e Filosofia Política**, v. 2, n. 12, 2010.

GERALDO, Pedro Barros; VELLOSO, Paula Campos Pimenta. Práticas de estatalidade: Elementos de uma sociologia política do direito brasileiro. **Revista Estudos Políticos**, v. 13, n. 25, 2022.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, nº 151, jul/set 2001. Disponível em:

<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/175537/recepcao_instituto_acao_gomes.pdf>. Último acesso em: Acesso em: 25 set. 2024.

GOMES, Mara Beatriz Nunes. **FURG e UFPel: uma cartografia sobre a repercussão da perspectiva institucional na execução da Lei Federal nº 12.990/2014**. 2020. 196 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, v. 1. 154p., 2017.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, v.33, n.120, pp. 727-744, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300005>>. Acesso em: 25 set. 2024

GUERRA, Sérgio. **Discricionariedade e reflexividade**: uma nova teoria sobre as escolhas administrativas. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia Racial: o Ideal, o Pacto e o Mito. In: **Novos Estudo CEBRAP**, nº 61, novembro, 2001, pp. 147-162. Disponível em: <<https://novosestudos.com.br/produto/edicao-61>>. Acesso em: 25 set. 2024.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Boletim de Análise Político- Institucional**. SILVA, Tatiana Dias et al. (Org.). n.31. Brasília: Ipea, 2021a. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10673/2/NT_Diest_Cor_ou_raca_servi_d_civil_ativo_Public_Preliminari.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Perfil Racial do Serviço Civil Ativo do Executivo Federal (1999-2020)**. Nota Técnica nº49. Brasília: Ipea, 2021b. Disponível em: <DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdiest49>>. Acesso em: 30 out. 2024

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

KANT DE LIMA, Roberto. Por uma Antropologia do Direito no Brasil. In: FALCÃO, Joaquim de Arruda. **Pesquisa Científica e Direito**. Recife: Massangana, p. 89-116. 1983.

KANT DE LIMA, Roberto. **Ensaios de antropologia e de direito**: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009

KANT DE LIMA, Roberto; BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. Como a antropologia pode contribuir para a pesquisa jurídica? Um desafio metodológico. **Anuário Antropológico**, Brasília, UnB, 2014, v.39, n. 1: 9-37. Disponível em:

<<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6840>>. Acesso em: 25 set. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania e classe social. In: MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do Direito. 20. ed. São Paulo: **Revista Forense**, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**, 30 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MELLO, Luiz. Novos Horizontes Interpretativos da Lei no 12.990/2014 e Políticas de Reparação: ações afirmativas para negras(os) e carreira docente em universidades federais. **Boletim de Análise Político-Institucional**, v. 31, p. 115-123, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.38116/bapi31art12>>. Acesso em: 25 set. 2024.

MELLO, Luiz; RESENDE, Ubiratan Pereira de. Concursos públicos para docentes de universidades federais na perspectiva da Lei 12.990/2014: desafios à reserva de vagas para candidatas/os negras/os. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 161–184, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010007>>. Acesso em: 25 set. 2024.

MELLO, Luiz; RESENDE, Ubiratan Pereira de. Concursos públicos federais para docentes e ações afirmativas para candidatos negros. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, n. 175, p. 8–29, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053146788>>. Acesso em: 25 set. 2024.

MENDES, Regina Lúcia Teixeira. Igualdade à Brasileira: cidadania como instituto jurídico no Brasil. In: . AMORIM, Maria Stella; LIMA, Roberto Kant de; MENDES, Regina Teixeira (Orgs.). **Ensaios sobre a Igualdade Jurídica**: acesso à justiça criminal e direitos de cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2005

MIRANDA, Ana Paula Medes de. Cartórios: onde a tradição tem registro público. **Antropolítica (UFF)**, Niterói, v. 8, p. 59-75, 2000.

MIRANDA, Ana Paula Medes de. Arquivo público: um segredo bem guardado. **Antropolítica (UFF)**, Niterói, v. 17, p. 123-149, 2004.

MIRANDA, Ana Paula Medes de. Antropologia, Estado Moderno e Poder: perspectivas e desafios de um campo em construção. **Avá (Posadas)**, v. 7, p. 128-146, 2005.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 320 p., 2007.

MOTA, Fabio Reis. **Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?**: demandas de direitos e reconhecimentos no Brasil e na França. Orientador: Roberto Kant de Lima. Niterói, RJ: UFF, 2009.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB**, n. 5. p. 16-34, 2004. Disponível em:

<<http://penesbi.uff.br/wp-content/uploads/sites/573/2019/02/Penesb-5-Texto-Kabenguele-Munanga.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos PENESB**, n. 12, p. 169-203, 2010. Disponível em: <<http://penesbi.uff.br/wp-content/uploads/sites/573/2019/02/LIVRO-PENESB-12.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

OLIVEIRA. Luís Roberto Cardoso. Sensibilidade cívica e cidadania no Brasil. **Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia**. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/antropolitica2018.0i44.a41956>>. Acesso em: 25 set. 2024.

PALMA, Vanessa Cristina Loureço Casotti Ferreira da. **Educação, democracia e inclusão racial: análise da efetividade da Lei de Cotas para negros em concursos docentes de universidades federais**. 2019. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

PITTA LOPES, Mayara Giraldelo. **O fim do processo administrativo: uma análise da produção de pareceres sobre as decisões dos gestores públicos**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Direito, Niterói, 93 p., 2023.

RODRIGUES, Lilian Segnini. **Políticas públicas no combate à desigualdade racial: uma análise da implementação da Lei nº 12.990/2014 em uma instituição federal de ensino superior**. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

SANTOS, Edmilson dos; GOMES, Nilma Lino; SILVA, Givânia Maria da; BARROS, Ronaldo Crispim Sena. Racismo institucional e contratação de docentes nas universidades federais brasileiras. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e253647, 2021. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/ES.253647>>. Acesso em: 25 set. 2024.

SINHORETTO, Jacqueline. Campo estatal de administração de conflitos: múltiplas intensidades de justiça. **Anuário Antropológico**, v. 2009, p. 109-123, 2010. Disponível em <<https://doi.org/10.4000/aa.930>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. Trajetórias do Movimento Negro e Ação Afirmativa no Brasil. **Cadernos Penesb**, n. 10, pp. 117-138. Rio de Janeiro/Niterói – EdUFF/2008/2010. Disponível em: <<http://penesbi.uff.br/wp-content/uploads/sites/573/2019/02/PENESB-10.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2024.

SILVA, Ana Claudia Cruz da; LEITE, Douglas Guimarães; RIOS, Flavia; VINUTO, Juliana. Comissões de heteroidentificação e universidade pública: processos, dinâmicas e disputas na implementação das políticas de ação afirmativa. **MANA (RIO DE JANEIRO. ONLINE)**, v. 28, p.1-21, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n3a0405>>. Acesso em: 30 out. 2024.

SILVA, Tatiana Dias. Ingressantes no executivo civil federal: uma análise no contexto da lei de cotas no serviço público. In: LOPEZ, Felix; CARDOSO JUNIOR, José Celso (Org.). **Trajetórias da burocracia na Nova República: heterogeneidades, desigualdades e perspectivas (1985-2020)**. Brasília: IPEA, 2023a. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-047-9>>. Acesso em: 30 out. 2024.

SILVA, Tatiana Dias. Ações afirmativas nos estados brasileiros: o caso Da reserva de vagas para população negra em Concursos públicos. In: PALOTTI, Pedro et al. (Org). **E os Estados? Federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2023b. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.38116/9786556350509cap18>>. Acesso em: 30 out. 2024.

SILVEIRA, Leonardo. **Nota Técnica n. 59 (Diest)**: Imputação da informação de raça / cor na RAIS para o setor público brasileiro. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11580>>. Acesso em: 30 out. 2024.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, p. 121-133, 1981.

A LUTA PELA AUTONOMIA DO MOVIMENTO SINDICAL ENTRE OS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DIANTE DAS CONTRADIÇÕES DOS GOVERNOS LULA-DILMA

Pedro Rosa Cabral¹

In memoriam

Introdução

As universidades públicas brasileiras, apesar de agregarem menos de 20% dos estudantes universitários no país, são responsáveis por mais de 90% da pesquisa científica brasileira. Mas elas vêm sofrendo duros cortes de verbas pelos sucessivos governos, especialmente a partir da década de 1990, com as políticas neoliberais.

Inúmeros foram os retrocessos e as tentativas de transformação da universidade pública, que acabaram por atingir as condições de ensino, pesquisa, extensão e de trabalho do conjunto dos servidores. Até mesmo a gratuidade é ameaçada. Alterações nos planos de carreira, previdência e carga horária têm sido frequentes. E estes ataques não são maiores, porque há um histórico de lutas sindicais e estudantis que dificultam, e algumas vezes impedem, as imposições governamentais.

Neste contexto, que o projeto de pesquisa para obtenção do título de mestrado procura desenvolver uma análise dos efeitos sobre a universidade pública, da política capitalista neoliberal, com a perda, parcial ou total, da autonomia sindical. No presente projeto, está em foco, a análise sobre as posições e movimentações políticas da Federação dos Sindicatos Técnicos Administrativos dos trabalhadores das Instituições de Ensino Superior Pública (FASUBRA), no período dos governos de conciliação de classe de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016).

Fundamentação

Especialmente após início da década de 1980, ascendeu no Brasil o chamado “novo sindicalismo”, de perfil combativo, democrático, vinculado com a base dos trabalhadores, autônomo diante dos governos e empresários, se contrapondo ao sindicalismo do período militar (1964-1985). Esta ascensão é marcada pela fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que na esteira do ascenso da luta de classe, foi fundada em 1983, com mais de 900 sindicatos presentes. Porém, importantes pesquisadores, como Ricardo Antunes (2015) e Marcelo Badaró (2009), alertam que, especialmente após a década de 1990, um processo crescente de burocratização, deformação do sindicalismo combativo foi tomando corpo e se firmando na maior central sindical já construída pela classe trabalhadora no país. Processo que evidenciou que trilhavam os caminhos da defesa da Conciliação de classes.

Nesta pesquisa, o autor, que também é militante sindical do segmento pesquisado, desde 1994, busca evidenciar a aceleração do processo de deformação quando Lula assume o governo em

¹ O servidor Pedro Rosa Cabral teve o seu resumo aprovado para o IV SecienUFF, contudo faleceu antes da realização do evento.

2003. A maioria das direções sindicais do campo cutista, que já vinha trilhando o caminho da defesa do projeto de conciliação de classe, tal como ocorreu por dentro do Partido dos Trabalhadores (PT), abandona totalmente a sua condição de representação autônoma para defender as políticas do governo. A postura, mais emblemática que mostra essa consolidação de novo perfil, foi em 2003, quando Lula apresenta o Projeto de Reforma da Previdência.

Evidenciou-se uma enorme contradição, porque a histórica postura do PT e do próprio Lula era ser contra este tipo de Reforma, mas ainda assim o fez, o que levou a todo o funcionalismo público federal iniciar uma grande greve contra o governo e sua Reforma. A quase totalidade das entidades nacionais dos SPF que entrou em greve, era filiada à CUT, porém, a direção nacional da central votou posição contra a greve. Postura semelhante ocorreu dentro de outras entidades do funcionalismo, como a Fasubra. Naquele contexto se instaurou um conflito intenso entre a vontade das bases para defender sua previdência, e as direções sindicais que se propunha defender o projeto do governo. Uma luta intensa, que durante a greve foi vencida pelas bases, que permaneceu em greve por mais de três meses, expondo a enorme contradição do governo e da maioria dos dirigentes sindicais.

Sob o peso do escândalo do Mensalão, de muita unidade dos partidos da classe burguesa e contenção das lutas por parte das centrais sindicais, a greve do funcionalismo, embora muito forte, foi vencida pelo governo e o neoliberalismo.

As contradições, as contrarreformas não pararam na previdência. Vieram as tentativas das reforma sindical-trabalhista; a reforma universitária; muitos cortes de verbas e no encerramento do 2º mandato de Lula, a imposição da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), no simbólico 31 de dezembro, uma empresa de direito privado que passou a dirigir os hospitais universitários, consecutivamente mudando completamente o caráter público, do hospital escola.

Objetivo

Aprofundar a análise da importância da autonomia sindical para a luta dos servidores técnico-administrativos das universidades e a defesa da educação pública. Além de identificar o quanto essa autonomia sofreu fortes mudanças sob o governo de Lula-Dilma.

Metodologia

A metodologia utilizada na presente pesquisa, a partir do materialismo histórico e dialético, é o da revisão bibliográfica, estudo documental da FASUBRA e a observação participante a partir da inserção e experiência de militância do autor.

Análise e Discussão Parcial dos Resultados

Como uma pesquisa em curso, os dados iniciais levantados para o processo de escrita da dissertação apontam um processo gradativo de perda de autonomia de parte do movimento sindical representado na FASUBRA.

Todo o processo de desmonte da educação pública superior sempre teve uma barreira política, que é a resistência das mobilizações da juventude e dos trabalhadores. A partir de 2003, com um governo oriundo do movimento sindical e forte influência sobre as lideranças das entidades da classe trabalhadora, a autonomia sindical estava mais ameaçada. Desta vez uma política de cooptação de muitas lideranças, os quais foram sugados para a estrutura da máquina do Estado.

Está cooptação não se inicia com advento de Lula, pois a maioria das correntes que dirigiam a Fasubra por décadas, já tinha a prática de serem parte dos altos cargos da gestão das universidades, mas, com Lula e Dilma, centenas de cargos foram abertos no Estado.

Conclusão

A cada campanha salarial. A cada medida governamental de ajuste fiscal que atinja a categoria e seus direitos trabalhistas, volta a ser testada a autonomia do sindicalismo entre os técnicos-administrativos frente ao governo. E nesta perspectiva dialética do poder de luta, combatividade e autonomia das categorias em luta, também vai se (re)organizando as condições do próprio serviço público, especialmente das universidades.

Palavras-chave: Autonomia Sindical; Servidores Técnico-administrativos; Educação Pública.

Referências

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. Para onde foram os sindicatos. Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, Salvador, v.28, n.75, p. 511-258, set/dez. 2015. DOI 10.1590/S0103-49792015000300005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/HYrfJQj6S3p4FFg584KTqvt/?lang=pt>>. Acesso em: 5 out. 2024.

BADARÓ, M. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. Editora Expressão Popular – 2009.

TORRES, M. Alcances e Limites do Sindicalismo. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 280-295, dez. 2020. ISSN: 2175-5604

ENCERRAMENTO

Ao finalizar os Anais do IV Seminário Científico dos Servidores da Universidade Federal Fluminense (SecienUFF), reafirmamos a importância deste espaço coletivo de produção, troca e valorização do conhecimento construído no âmbito da Universidade. A diversidade de perspectivas apresentadas ao longo desta edição demonstra a força intelectual e criativa dos servidores da UFF, cuja atuação qualifica a gestão pública, fortalece o ensino superior e amplia o compromisso institucional com a ciência, a inclusão e a inovação.

Os trabalhos aqui reunidos revelam que a experiência profissional dos servidores é também fonte legítima de pesquisa, reflexão crítica e aprimoramento das práticas universitárias. Cada apresentação, debate e interlocução permitiu aprofundar temas essenciais para a gestão e para a vida acadêmica, contribuindo para a consolidação de uma cultura científica viva, compartilhada e comprometida com os princípios da Educação Permanente que orientam a atuação da Escola de Governança em Gestão Pública (EGGP/PROGEPE).

Este volume se encerra ainda com um tributo especial *in memoriam* a Pedro Rosa Cabral, servidor técnico-administrativo, liderança sindical da UFF e participante desta edição dos Anais. O seu compromisso histórico com a defesa da educação pública e da autonomia dos trabalhadores marcou profundamente a trajetória institucional da Universidade. No resumo aqui publicado (eixo Política Pública e Educação), Pedro apresenta uma análise crítica e perspicaz das contradições enfrentadas pelo movimento sindical nas últimas décadas, recuperando debates fundamentais sobre democracia, autonomia e resistência. A sua contribuição, sustentada por décadas de militância e dedicação ao serviço público, permanece como referência para todos que acreditam no papel transformador da universidade pública. Que a sua memória continue a impulsionar a nossa luta, alimentar as nossas reflexões e fortalecer o compromisso ético que orienta este Seminário.

Agradecemos a todos os autores, avaliadores, mediadores, ouvintes e equipes envolvidas na realização do IV SECIENUFF. Que esta coletânea motive novas pesquisas, fortaleça redes de cooperação entre unidades e setores da UFF e estimule o contínuo aprimoramento das práticas de gestão e produção científica na instituição.

Com este espírito de continuidade e renovação, encerramos os trabalhos desta edição, certos de que seu legado ultrapassará estas páginas e seguirá reverberando no cotidiano acadêmico e profissional de nossa comunidade.

E-mail: eggp.progepe@id.uff.br

Equipe de Capacitação: sdpr.dda.eggp@id.uff.br

Site: <https://capacitacaoeggp.vr.uff.br/>

Atenciosamente,

Equipe de Capacitação.